



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Artes Aplicadas



Faculdade de Belas-Artes
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Design de Interiores na reabilitação do centro histórico de Castelo Branco

Volume I

Teresa Margarida de Jesus Furtado

Orientador

Professor Nelson Antunes

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design de Interiores, realizado sob a orientação científica do Professor adjunto Nelson Barata Antunes, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Maio de 2015

Composição do júri

Presidente do júri

Arquiteto Joaquim Manuel de Castro Bonifácio da Costa

Professor Adjunto da Escola Superior de Artes Aplicadas do IPCB

Vogais

Doutora Maria João Bravo Lima Nunes Delgado (arguente)

Professora Adjunta do Instituto Superior de Ciências Educativas

Especialista Nelson Barata Antunes (orientador)

Professor Adjunto da Escola Superior de Artes Aplicadas do IPCB

Agradecimentos

Antes de mais, deixo uma nota de agradecimento geral a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste mestrado.

Dirigo um agradecimento especial aos Arquitetos José Paulo Leite e Ana Francisca Valente, por todo o apoio que me deram em ambiente estágio, e fora dele, nos meus momentos de desânimo.

Agradeço também de forma especial ao meu orientador de estágio, pelo acompanhamento e pelo “empurrãozinho” de forma a que pudesse concluir todo este trabalho, por não me deixar cair em detalhes sem fim, o meu defeito.

Agradeço, de igual forma, à disponibilidade oferecida pelos colaboradores da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, em especial à assistente técnica Rosário Ramos, que me direcionou na pesquisa histórica sobre a cidade de Castelo Branco.

Por final, não podia deixar de agradecer à minha família, por todo o apoio dado, que mesmo longe, estão sempre cá perto.

"A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos".

Marcel Proust

Resumo

Este documento representa o culminar do Mestrado em Design de Interiores frequentado entre os anos 2012 e 2015, sob responsabilidade da Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

O Projeto aqui exposto resulta do trabalho desenvolvido em estágio no Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico e da Devesa de Castelo Branco, na área da reabilitação de interiores de edifícios antigos.

O desenvolvimento do projeto teve especial cuidado na sua relação com o edifício alvo, por este se revelar parte integrante do património cultural albicastrense. Para tal, em primeiro lugar efetuou-se uma pesquisa geral sobre o enquadramento local, história e crescimento urbano do centro histórico, além de uma síntese sobre as principais teorias, recomendações e orientações sobre reabilitação de edifícios antigos e de valor patrimonial. Em seguida, efetuou-se um levantamento minucioso do edifício, com registo fotográfico, dimensional e descritivo de materiais e técnicas.

Com base no enquadramento teórico definiu-se um plano de projeto para um hostel, assente numa filosofia de intervenção que promove o respeito pelo património e auxilia na sua promoção, servindo como arma para prolongar a sua existência ao mesmo tempo que o dá a conhecer à população local e aos visitantes.

No final, o principal pressuposto do projeto é potenciar a promoção do turismo no centro histórico, utilizando os hóspedes como veículo dominante de divulgação.

Palavras-chave

Reabilitação de interiores; Centro histórico de Castelo Branco; Hostel; Património

Abstract

This document represents the conclusion of the Interior Design Master, attended at the Applied Arts School from the Polytechnic Institute of Castelo Branco, during the years 2012 to 2015.

Here we show all developed work in the internship at the “Castelo Branco and Devesa Historic center Rehabilitation Office”, with focus on rehabilitation of interiors from old buildings.

The project development gave special care to the building surroundings, history and heritage values. In first place a general research was made about the local environment and the historic center history and urban development, without forgetting the main thesis, recommendations and guidelines about renovations in old buildings with heritage value. After that, a rigorous survey about the building took place, with data about dimensions, pictures, materials and techniques.

Taking the theoretical chapter like an example, we made an Hostel program based on a philosophy that promotes respect to the heritage and ensures its disclosure, using it as a way to extending its existence and making it known by locals and tourists.

At the end, the main goal is to help in the historic center touristic promotion, using the guests as a mean to achieve it.

Key-words

Interiors rehabilitation; Castelo Branco historic center; Hostel; Heritage

Índice Geral

VOLUME I

Resumo	ix
Abstract	x
Índice geral	xi
Índice de figuras	xiii
Índice de tabelas e quadros	xvi
Lista de acrónimos e abreviaturas	xvii
01 - Introdução geral	1
1.1 - Estrutura	1
1.2 - Questão de investigação	2
1.3 - Objetivos da investigação	2
1.4 - Factores críticos de sucesso	3
1.5 - Benefícios	3
02 - Enquadramento teórico	5
2.1 - Salvaguarda, Conservação e Reabilitação de património arquitetónico	5
2.1.1 - A proteção e conservação do Património ao longo dos tempos	5
. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais	7
2.1.2 - O processo de reabilitação urbana	12
. Diferentes níveis de intervenção na reabilitação de edifícios	15
2.1.3 - Legislação nacional aplicável	16
2.1.4 - O papel do Designer na Reabilitação de Edifícios Antigos	24
2.2 - Castelo Branco: das suas origens até aos nossos dias	26
2.2.1 - O passado incerto até ao reinado de D. Afonso Henriques	26
2.2.2 - Da doação da Herdade da Cardosa à formação de Castelo Branco	27
2.2.3 - Castelo Branco: a estrutura castelar e o desenvolvimento urbano	29
2.2.4 - Património Albicastrense	34
. Património arquitectónico do centro histórico	35
03 - Estágio	40
3.1 - O Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco	40
3.1.1 - Funcionamento e organização	40
3.1.2 - Trabalho desenvolvido pelo gabinete	42
. Reabilitação de Património arquitetónico vernacular - Martim Branco e o "Xisto Sentido"	42
3.2 - Cronograma de trabalho	44
04 - Caso de Estudo - Reabilitação de edifício na Rua de Santa Maria	45
4.1 - Estudos preliminares	45
4.1.1 - Enquadramento do edifício	45
. Caracterização do imóvel	47
. Disposições interiores	48

4.1.2 - Levantamento do edifício	49
. Fotográfico	50
. Dimensional	51
. Materiais e técnicas construtivas	52
. Estado da construção	62
4.2 - Definição da intervenção	65
4.2.1 - Filosofia de desenvolvimento do projeto	65
4.2.2 - Programas compatíveis com o planeamento estratégico local	65
4.2.3 - Definição e justificação do programa selecionado - unidade de alojamento local (hostel)	68
. Conceito de intervenção	68
. Materialização do conceito	68
. Breve história dos “Youth Hostel”	69
. “Hostel”, exemplos nacionais e serviços associados	71
. Programa funcional	74
4.3 - Desenvolvimento do projeto	75
. Opções de projeto após organização do espaço	80
4.4 - Proposta final	82
. Os espaços criados	85
. Materiais e acabamentos	90
. Estimativa orçamental	94
Conclusões	95
Recomendações para futuras investigações	96
Referências bibliográficas	97
Bibliografia	98

VOLUME II

Apêndices	
1 - Levantamento do imóvel	
. Fotográfico	112
. Dimensional	143
. Ficha de características do imóvel	175
2 - Definição do programa - pesquisas	
. Caracterização da população e dos imóveis de Castelo Branco - Censos 2011	180
. Pesquisa - Portas do centro histórico	184
. Pesquisa - Hostels nacionais	186
. Pesquisa - Soluções para beliches	192
3 - Proposta	
. Imagens virtuais do hostel	196
. Peças desenhadas/Mapa de acabamentos	239
. Medições e orçamentos	341
Anexos	
1 - Planta de implantação, CMCB	384
2 - Planta de condicionantes, CMCB	385
3 - Artigo - “Hostels: o luxo low-cost”	386
4 - Fichas técnicas (equipamento, materiais e componentes)	390
5 - Declaração do Gabinete de reabilitação do centro histórico	428

Índice de figuras

01 - Introdução geral

02 - Enquadramento teórico

• Figura 02.01 - Bens do Património, resumo esquemático, esquema da autora	5
• Figura 02.02 - O Processo da Carta de Burra, adaptado	11
• Figura 02.03 - A casa da Rua Nova, fonte: http://www.guimaraesturismo.com/pages/153?geo_article_id=104 .	15
• Figura 02.04 - Vista sueste da Vila de Castello Branco, Duarte D'armas, século XVI, GRCHCB	29
• Figura 02.05 - Vista noroeste da Vila de Castello Branco, Duarte D'armas, século XVI, GRCHCB	29
• Figura 02.06 - Mapa geral com indicação das portas da muralha e arruamentos principais, imagem da autora ...	30
• Figura 02.07 - Vista de um torreão da alcáçova, imagem da autora	35
• Figura 02.08 - Igreja de Santa Maria do Castelo, imagem da autora.....	35
• Figura 02.09 - Arquitetura comum no centro histórico, imagem da autora	35
• Figura 02.10 - Arquitetura comum no centro histórico, imagem da autora	35
• Figura 02.11 - Arquitetura comum no centro histórico, imagem da autora	35
• Figura 02.12 - Antigo Solar dos Tavares Proença, imagem da autora	36
• Figura 02.13 - Antigo Solar dos Cavaleiros, imagem da autora	36
• Figura 02.14 - Antigo Solar dos Viscondes de Oleiros, imagem da autora	36
• Figura 02.15 - Antigo Solar dos Viscondes de Portalegre, imagem da autora	36
• Figura 02.16 - Antigo casarão do “Barão do Sal”, imagem da autora	37
• Figura 02.17 - Antigo casarão de Almeida Garret , imagem da autora.....	37
• Figura 02.18 - Casas da rua dos Ferreiros, imagem da autora	37
• Figura 02.19 - Casas da rua de Santa Maria, imagem da autora	37
• Figura 02.20 - Antiga Dommus Municipalis, imagem da autora	38
• Figura 02.21 - Casa do Arco do Bispo, imagem da autora	38
• Figura 02.22 - Solar dos Mota ou dos Cunha, imagem da autora	38
• Figura 02.23 - Igreja de Santo António, imagem da autora	38
• Figura 02.24 - Torre do Relógio, imagem da autora	38
• Figura 02.25 - Sé de São Miguel, imagem da autora	38
• Figura 02.26 - Estatuária dos Jardins do Paço, imagem da autora	39
• Figura 02.27 - Vista geral dos Jardins do Paço e parque da cidade, imagem da autora	39
• Figura 02.28 - Chafariz de São Marcos, imagem da autora	39
• Figura 02.29 - Alguns portados quinhentistas, imagem da autora	39

03 - Estágio

• Figura 03.01 - Entrada para a Quinta da Fonte Nova, Rua da Fonte Nova nº 1	41
• Figura 03.02 - Quinta da Fonte Nova, vistas do alçado principal e da entrada pelas traseiras	41

• Figura 03.03 - Vista geral do gabinete	41
• Figura 03.04 - “Xisto Sentido” visto pelo exterior	43
• Figura 03.05 - “Xisto Sentido” visto pelo interior	43

04 - Caso de estudo - Reabilitação de edifício na Rua de Santa Maria

• Figura 04.01 - Extrato da planta de condicionantes, escala 1/5000, CMCB adaptada	45
• Figura 04.02 - Extrato da planta de implantação, CMCB adaptada	46
• Figura 04.03 - Edifícios quinhentistas (à esquerda), imagem da autora	46
• Figura 04.04 - Alçados das ruas de S ^ª M ^ª , dos Chões e da Travessa dos Chões (da esquerda para a direita, respetivamente), imagem da autora	48
• Figura 04.05 - Plantas do Rés do chão, 1 ^º andar e sótão, imagem da autora	48
• Figura 04.06 - Rés do chão - Garagem, casa de banho, estrutura de betão, janela da Rua dos Chões e escadas, imagens da autora	50
• Figura 04.07 - 1 ^º andar - Salas e cozinha, imagens da autora	50
• Figura 04.08 - Sótão e acesso ao mesmo - Janela de guilhotina, escadas e cobertura, imagens da autora	50
• Figura 04.09 - Processo de desenho através das triangulações, imagem da autora	51
• Figura 04.10 - Alçados e cortes principais do existente, imagens da autora	51
• Figura 04.11 - Levantamento dimensional de vãos existentes, imagens da autora	52
• Figura 04.12 - Plantas do rés do chão, 1 ^º andar e sótão, indicação das paredes resistentes a cinza, imagens da autora	52
• Figura 04.13 - Composição da parede resistente do edifício, imagem da autora	53
• Figura 04.14 - Parede côncava, imagem da autora	53
• Figura 04.15 - Construção sobre afloramento rochoso, rua da Amoreirinha nº 24, imagem da autora	54
• Figura 04.16 - Plantas do rés do chão e 1 ^º andar, indicação das cantarias existentes a cinza, imagens da autora	54
• Figura 04.17 - Cantarias do vão da entrada principal existente, imagens da autora	54
• Figura 04.18 - Esboços das cantarias do vão da entrada principal existente, imagem da autora	55
• Figura 04.19 - Vista da cobertura, imagem da autora	55
• Figura 04.20 - Cobertura, planta e excerto do alçado	55
• Figura 04.21 - Revestimentos do pavimento do rés do chão (lajedo de granito, aguada de cimento e cerâmico), imagens da autora	56
• Figura 04.22 - Revestimentos do pavimento do 1 ^º andar e sótão (soalho de madeira e soalho recoberto), imagens da autora	56
• Figura 04.23 - Vigas mestras de sustentação do pavimento do pavimento, imagens da autora	56
• Figura 04.24 - Localização das paredes em alvenaria de tijolo (a azul) e em tabique de estrutura mista (a vermelho), no rés do chão e 1 ^º andar, imagens da autora	58
• Figura 04.25 - Alvenaria de tijolo, casa de banho do rés do chão, imagem da autora	58
• Figura 04.26 - Tabiques de estrutura mista do rés do chão (1 ^ª imagem) e do 1 ^º andar, imagens da autora	58
• Figura 04.27 - Tinta à base de copolímeros, imagem da autora	58
• Figura 04.28 - Revestimento em azulejo, imagem da autora	58
• Figura 04.29 - Esquema do forro de estrutura em “camisa e saia”, imagem da autora	59
• Figura 04.30 - Degraus de acesso ao sótão, da entrada pela rua de S ^ª M ^ª e da entrada pela Tr. dos Chões vistos em corte, esboços da autora	60

• Figura 04.31 - Degraus da entrada pela rua de S ^{ta} M ^a , da entrada pela Tr. dos Chões e do acesso ao sótão, imagens da autora	60
• Figura 04.32 - Janela de batente com bandeira, janela de guilhotina, porta de duas folhas com postigo e envidraçada, porta de duas folhas com bandeira, porta engradada e almofadada, centro histórico de Castelo Branco, imagens da autora, imagens da autora	61
• Figura 04.33 - Guarnição e porta de um vão do edifício a intervir, imagem da autora	61
• Figura 04.34 - Principais anomalias no exterior do edifício, imagem da autora	63
• Figura 04.35 - Principais anomalias nas paredes do rés do chão, imagem da autora	63
• Figura 04.36 - Principais anomalias nas paredes do 1 ^o andar, imagem da autora	63
• Figura 04.37 - Principais anomalias nos pavimentos e degraus de madeira, imagem da autora	64
• Figura 04.38 - Principais anomalias nos vãos, imagem da autora	64
• Figura 04.39 - Principais anomalias na portada do rés do chão e nas portas do 1 ^o andar, imagem da autora	64
• Figura 04.40 - Suite, quarto múltiplo e casa de banho, Gallery hostel, Porto, imagens cedidas pela gerência	71
• Figura 04.41 - Zonas comuns, Gallery hostel, Porto, cedidas pela gerência	71
• Figura 04.42 - Quartos duplos, múltiplos e wc, Lisboa central hostel, imagens cedidas pela gerência	72
• Figura 04.43 - Zonas comuns, Lisboa central hostel, imagens cedidas pela gerência	72
• Figura 04.44 - Quartos e zonas comuns, Shiado hostel, imagens cedidas pela gerência	72
• Figura 04.45 - Sala de refeições, receção e quarto duplo, Living Lounge hostel, Lisboa, imagens cedidas pela gerência	73
• Figura 04.46 - Objetivos do sistema de Hostelling, esquema da autora	74
• Figura 04.47 - Esquema de relações entre áreas	75
• Figura 04.48 - Maquete de estudo	76
• Figura 04.49 - Exemplos dos estudos de localização das escadas (sem escala)	76
• Figura 04.50 - Distribuição de zonas	77
• Figura 04.51 - Distribuição primária de serviços	77
• Figura 04.52 - Reformulação da distribuição	77
• Figura 04.53 - Localização inicial da receção	78
• Figura 04.54 - Relocalização da receção	78
• Figura 04.55 - Corredor	78
• Figura 04.56 - Primeiras tentativas de organização do dormitório (sem escala)	78
• Figura 04.57 - Estudos de organização do dormitório após remoção dos tabiques e teto	79
• Figura 04.58 - Estudos de organização do dormitório e casa de banho, com mezanino (sem escala)	79
• Figura 04.59 - Plantas de alterações - demolições a amarelo, construções a vermelho (sem escala)	80
• Figura 04.60 - Vista exterior e corte do vão com AC (à esquerda) e corte da parede de gesso cartonado com ventilação da lavandaria (à direita)	80
• Figura 04.61 - Esboço do pavimento elevado na área do duche	81
• Figura 04.62 - Esboço de soluções para os degraus	81
• Figura 04.63 - Esboços da adaptação das folhas e ferragens	82
• Figura 04.64 - Apontamentos para dimensionamento dos beliches	82
• Figura 04.65 - Plantas gerais	83
• Figura 04.66 - Cortes gerais	83

• Figura 04.67 - Vista para o módulo de receção fechado, pavimento com figura estilizada do bordado e início da cantiga de João Roiz, paredes com alvenaria de pedra e estrutura de tabique à vista	84
• Figura 04.68 - Vista em Planta dos símbolos estilizados das colchas albicastrenses, cravo aberto e na área da sala e pavão na cozinha. As ramagens orientam os percursos no espaço.	84
• Figura 04.69 - Corredor com mapa da cidade na parede e livros para leitura dos hóspedes, espelhos dos degraus com dois versos do poema de João Roiz “Cantiga sua, partindo-se”.	84
• Figura 04.70 - Início do vão de escadas de acesso ao dormitório, continuação da cantiga de João Roiz e representação figurativa das estátuas do Jardim do Paço Episcopal.	85
• Figura 04.71 - Representação em corte da estilização das estátuas do Jardim do Paço Episcopal.	85
• Figura 04.72 - Representação de símbolos das colchas na parede de separação entre as casas de banho e o quarto, a figura da senhora indica a porta de entrada para a casa de banho feminina e a figura do senhor a entrada para a casa de banho masculina, à sua volta, os floreados terminam a composição.	85
• Figura 04.73 - Vista para as portas de entrada das casas de banho feminina e masculina (quarto - 1º andar).	86
• Figura 04.74 - Vista para o recanto das fotografias.	86
• Figura 04.75 - Área da sala com o módulo da receção aberta, junto às portas de acesso para a instalação sanitária (à esquerda) e lavandaria (à direita). Não muito distante, um terminal de acesso à internet (junto ao tabique de estrutura à vista).	86
• Figura 04.76 - Vistas para a área de refeições aberta e fechada e para o banco corrido com arrumo de outros bancos integrado (rés do chão).	87
• Figura 04.77 - Cozinha com bancada de trabalho fechada e aberta; recipientes para separação de resíduos junto à janela (rés do chão).	87
• Figura 04.78 - Lavandaria com mesa do kit aberta, módulo de arrumação móvel extraído e tábua de engomar aberta (rés do chão).	88
• Figura 04.79 - Instalação sanitária de serviço (rés do chão).	88
• Figura 04.80 - Casa de banho masculina (1º andar).	89
• Figura 04.81 - Planta das casas de banho e secção do bloco dos lavatórios, com caleira central.	89
• Figura 04.82 - Vistas do dormitório a partir da entrada, para a entrada e para a janela de guilhotina.	90
• Figura 04.83 - Vistas para o mezanino e a partir deste.	90
• Figura 04.84 - Fixação do painel sandwich pelo interior.	90
• Figura 04.85 - Pormenores de aplicação do pavimento vinílico na casa de banho, sobre a laje a construir e a laje existente.	92
• Figura 04.86 - Desenho de caixilharias exteriores, portão, porta da instalação sanitária e janela de guilhotina.	93
• Figura 04.87 - Porta de correr interior constituída por duas folhas reutilizadas e adaptadas ao sistema de correr.	93

Índice de tabelas e quadros

03 - Estágio

• Tabela 03.01 - Cronograma de trabalho	44
--	----

04 - Caso de estudo - Reabilitação de edifício na Rua de Santa Maria

• Quadro 04.01 - Resumo das características do imóvel	62
• Quadro 04.02 - Hostel - principais valências	73

Lista de Acrónimos e abreviaturas

- **CMCB** - Câmara Municipal de Castelo Branco
- **DGEMN** - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (extinta em 2007)
- **DGPC** - Direcção Geral do Património Cultural
- **Icomos** - *International Council on Monuments & Sites* (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios)
- **ICCROM** - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro do Património cultural)
- **Igespar** - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (extinto em 2012)
- **IHRU** - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- **GECORPA** - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
- **GRCHCB** - Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco
- **UNESCO** - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

01 - Introdução geral

Os centros históricos urbanos representam a vida de várias gerações. Repletos de valores culturais, espelham o modo de construir e de viver, os costumes e as crenças de um povo ao longo do tempo. Durante as últimas décadas do século passado, a expansão económica e a pressão do crescimento urbano levou ao desrespeito de grande parte desse património, originando situações de total deterioração de valores materiais e imateriais das populações. Hoje, várias disciplinas unem-se com o objetivo de evitar os erros praticados no passado. Numa tentativa de apoiar a revitalização dos centros danificados, dá-se-lhes vida, prolonga-se a memória do passado e constrói-se o futuro. São estes os fundamentos da reabilitação urbana integrada, que acabam por se concentrar na manutenção, conservação e reabilitação do património edificado, conferindo-lhe condições de salubridade e conforto necessárias ao modo de vida corrente. O Design de Interiores surge assim como um apêndice, deste grande corpo que é a reabilitação. Ao unir-se a um grande número de disciplinas, requeridas para trabalhar em conjunto, luta por um bem maior, a conservação do património, de forma a garantir a continuidade de valores e a sua transmissão fidedigna às gerações futuras.

Neste documento apresenta-se o projeto para um hostel, a inserir num edifício antigo do centro histórico de Castelo Branco, desenvolvido em ambiente estágio, no Gabinete de Reabilitação do Centro histórico. A mestrandia, para obter um resultado final que respeitasse os valores do edifício e do seu enquadramento, definiu um conjunto de linhas orientadoras que delinearão todo o percurso, como podemos ver no decorrer dos capítulos deste relatório.

1.1 - Estrutura

O presente relatório é dividido em dois volumes, sendo o primeiro composto por cinco partes essenciais, cada uma subdividida em tópicos mais específicos, e o segundo por apêndices e anexos.

No primeiro volume, como não poderia deixar de ser, a primeira parte correspondente a **“01 - Introdução Geral”**, é a apresentação sumária de todo o trabalho desenvolvido, justificação e pertinência do tema e estágio/projeto, questão de investigação e objetivos definidos, bem como dos fatores críticos de sucesso/insucesso e benefícios da realização do estágio/projeto.

A segunda parte, **“02 - Enquadramento”**, aborda os conteúdos teóricos relacionados com o campo de intervenção do estágio/projeto, repartida em duas áreas distintas: “Salvaguarda, Conservação e reabilitação de Património” e “Castelo Branco: das suas origens até aos nossos dias”. Em “Salvaguarda, Conservação e reabilitação de Património”, reflete-se sobre o papel do Designer de Interiores neste processo, falam-se dos mecanismos de proteção do património, ideologias, recomendações e legislação, bem como do processo de reabilitação urbana e os níveis de intervenção que os edifícios podem sofrer. No último tópico deste capítulo “Castelo Branco: das suas origens até aos nossos dias”, faz-se uma sinopse histórica sobre Castelo Branco, percorrendo desde o período anterior à sua fundação, até aos últimos eventos arquitetónicos, encerrando-se com uma apresentação do património construído e sua caracterização.

A terceira parte, **“03 - Estágio”**, apresenta a instituição de acolhimento e o trabalho desenvolvido por esta, com especial atenção ao projeto desenvolvido por esta na área do património vernacular.

A quarta parte, **“04 - Caso de Estudo - Reabilitação de Edifício na Rua da Santa Maria”**, apresenta de forma detalhada todo o desenvolvimento do projeto para uma unidade de alojamento local (hostel), subdividindo-se em quatro tópicos: “Estudos preliminares”, “Definição da intervenção”, “Desenvolvimento do projeto” e “Proposta final”. Em “Estudos preliminares” analisa-se o enquadramento do

edifício e apresenta-se o levantamento fotográfico, dimensional, de materiais e técnicas e o estado atual da construção. Seguindo para a “Definição da intervenção”, clarifica-se a “Filosofia de desenvolvimento do projeto”, aborda-se a posição da designer em relação ao processo de intervenção, as suas motivações e princípios. Faz-se ainda neste subtítulo um levantamento de programas compatíveis com o edifício e o local de inserção, define-se, justifica-se e aprofunda-se o programa selecionado, neste caso de um *hostel*, explorando o conceito ao nível histórico, atividades, espaços e legislação associada. Em “Desenvolvimento do projeto”, apresenta-se o caminho definido para a configuração do espaço, justificando as opções tomadas. Em “Proposta final” dá-se a conhecer o projeto, induzindo o leitor numa visita guiada pelo *hostel*, explicando o que encontra pelo caminho.

A rematar o relatório, retiram-se as conclusões finais de todo o trabalho desenvolvido ao longo do estágio/projeto, verificando-se a obtenção, ou não, dos objetivos propostos inicialmente, dando-se ainda algumas luzes para eventuais futuros trabalhos integrados nas temáticas abordadas.

1.2 - Questão de investigação

Como toda investigação, partiu-se de uma questão central orientadora de todo o processo de desenvolvimento de trabalho, com vista a atingir uma resposta o mais fidedigna possível.

- De que forma o Design de Interiores pode contribuir positivamente para a reabilitação do centro histórico de Castelo Branco?

A orientar as opções tomadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho, mas por se mostrar uma questão de porte generalista, foi essencial criar subquestões, facilitando assim o processo de recolha de informação, sendo elas:

- Qual o papel do Designer de interiores na reabilitação de edifícios antigos?
- Quais os limites que encontramos na reabilitação de edifícios antigos e de que forma estes podem constranger o desenvolvimento do projeto?

1.3 - Objetivos da investigação

Com o fim de obter uma resposta à questão já definida, delineou-se uma lista de objetivos a atingir, relacionados com a frequência do estágio e desenvolvimento investigativo.

Como **objetivo geral**, ambicionou-se responder de forma eficaz com as competências necessárias aos requisitos de trabalho no gabinete de Reabilitação do centro histórico de Castelo Branco, no âmbito do Design de Interiores e, em simultâneo, alargar a capacidade de resposta da mestranda ao nível da reabilitação de Interiores de património arquitetónico.

Para tal, foi importante delinear objetivos secundários, entre os quais:

- Integrar a equipa de trabalho do gabinete, apreendendo e respeitando a sua política de funcionamento;
- Aprofundar conhecimentos relacionados com o centro histórico de Castelo Branco, o seu desenvolvimento ao longo da história e a influência que este teve na configuração das construções;
- Integrar os conhecimentos adquiridos no decurso do estágio no desenvolvimento de uma solução de reabilitação para um edifício do centro histórico;
- Compreender a legislação referente a reabilitações, bem como a restante a cumprir habitualmente

no centro histórico de Castelo Branco, de modo a evitar o seu incumprimento no desenrolar do projeto;

- Identificar e caracterizar os imóveis alvo de projeto, pela sua constituição, descrevendo os seus materiais, técnicas construtivas, configuração espacial mais comum e ainda as principais anomalias associadas.

1.4 - Factores críticos de sucesso

O principal factor crítico para o sucesso do estágio/investigação será, sem margem para dúvidas, o empenho e a dedicação da mestranda. Ao longo do decorrer do estágio/investigação por vezes torna-se inevitável o encontro direto com a desmotivação e a insegurança, provocada essencialmente pela pressão imposta pelos objetivos inicialmente definidos. A capacidade de resposta às perguntas que surgem diariamente, sem esquecer o caminho delineado inicialmente transforma-se no principal factor para o sucesso do estágio/projeto, com especial ajuda da orientação recebida ao longo do mesmo.

Por outro lado, a quantidade e qualidade de informação recolhida também se revelará um peso importante para o sucesso da investigação, pois permitirá responder de forma mais fidedigna aos objetivos definidos.

1.5 - Benefícios

A frequência de estágio e o desenvolvimento de projetos nesta área trás inúmeros benefícios à mestranda. Permitir-lhe-á integrar uma equipa de trabalho, analisar o seu *modus operandis*, adquirir novas competências através das experiências diárias em contexto de trabalho e receber o apoio de profissionais competentes na área da reabilitação. Também a entidade de acolhimento contará com o apoio do desenvolvimento de tarefas por parte da sua estagiária, beneficiando-se assim das novas perspetivas projetuais da mestranda.

Por último, de forma mais indireta, toda a comunidade em geral, quer escolar, quer entusiastas ou investigadores da área de reabilitação de edifícios antigos, que contam aqui com um caso de estudo, podendo usufruir e tirar partido do conhecimento exposto pela intervenção num edifício enquadrado no centro histórico.

02 - Enquadramento teórico

2.1 - Salvaguarda, Conservação e Reabilitação de Património Arquitetónico

2.1.1 - A proteção e conservação do Património ao longo dos tempos

A definição de Património, em constante expansão, tem vindo a ser explorado nas últimas décadas com grande empenho. A abrangência do Património é infinita, uma herança distribuída entre bens culturais e bens naturais, com intervenção direta ou passiva do homem, ou sem intervenção alguma. Na carta de Cracóvia, Património é descrito como sendo “*o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica*”¹.

Comumente associado ao Património temos o fator tempo, como nos dizem Correia e Lopes (2004, p.35), que originou, pela sua incorreta interpretação, a “*destruição de muitos edifícios do século XX*”. A aceção do valor insubstituível do Património mostrou como crucial a sua proteção, obrigando à criação de várias bases metodológicas que se têm vindo a afinar através da sua aplicação e constante avaliação dos resultados.



Figura 02.01 - Bens do Património - resumo esquemático. Imagem da autora

O conceito e a prática em volta da conservação do património modificaram-se por várias vezes ao longo do seu desenvolvimento histórico. De que tenhamos conhecimento, são referentes ao século XV os primeiros passos dados na formulação de teorias da conservação mais próximas dos cânones atuais, com preocupações na proteção e conservação de obras artísticas e arquitectónicas. Proclamada pelo Papa Pio II, para proteção do património clássico bem presente em Itália, “*Cum albam nostram Urbem*”² marcou o período Renascentista. Na mesma altura, Alberti prestou grande contribuição para a formulação da primeira teoria de intervenção em monumentos antigos minimamente consistente, assente em três hipóteses:

- 1 - “*continuar o monumento no estilo primitivo*”;
- 2 - “*tentar uma simbiose entre o estilo antigo e as linguagens contemporâneas, desenvolvendo um adequado projecto de transformação e correcção estética*”;

1 - Alínea a) do anexo da Carta de Cracóvia - Princípios para a conservação e o restauro do Património construído.

2 - “*Cum albam nostram Urbem*” - Bula Papal datada de 28 de Abril de 1462 para proteção da Antiguidade Clássica.

3 - “ocultar ou recobrir a estrutura antiga sob uma nova membrana, uma nova fachada, de linguagem actualizada”.³

É já ao século XVIII que pertence a definição de restauro mais próxima do seu significado moderno, desenvolvendo-se uma nova consciência histórica e mentalidade crítica e científica. As bases do “*Restauro Moderno*” direccionaram-se em especial para a época da Revolução Francesa, através da redação da primeira “*Carta de Salvaguarda de um estado Moderno*” (teve como principal intuito proteger o património arquitectónico contra o vandalismo inerente a este período que infligiu danos severos, em especial a edifícios religiosos).

Ainda no advento dos conflitos formulam-se uma série de medidas contraditórias na conservação de monumentos. Com a revolução industrial uma nova abordagem à salvaguarda do património histórico tornou-se necessária para travar a emergente destruição, em prol do progresso desenfreado. John Ruskin e Viollet le Duc, dois nomes importantes na geração de ideias em torno do património, desenvolveram as suas teorias da conservação, que embora sendo divergentes entre si, acabaram por afirmar os métodos de restauro dos seus países. Viollet le Duc, em França, defendeu o restauro estilístico⁴, enquanto que em Inglaterra, Ruskin primava pela conservação romântica, numa exaltação pelas ruínas no seu estado puro. Ruskin apoiava a protecção de um edifício antigo de forma obstinada, atenuando os sintomas de envelhecimento mas sem lhes por termo, de uma certa forma, acompanhá-lo até à morte inevitável, sem nunca recorrer a um restauro com base em assunções⁵.

Em oposição às ideias de Viollet le Duc, e com base nos ideais de Camillo Boito⁶, defendendo que o restauro não podia assentar numa base hipotética, Luca Beltrami colocou em prática algumas das teorias do seu mentor, adaptadas ao contexto real, lançando assim as bases do restauro histórico. Ainda no século XIX, Gustavo Giovannoni teve um papel fulcral para a formulação da actual teoria da conservação, nomeadamente o “restauro científico”, traçando as bases da primeira carta de Atenas (AGUIAR, 2002, p.35-48).

Com o desenrolar dos tempos, surgiram dúvidas em relação a quais monumentos deveriam ser alvo de protecção e qual o seu valor, originando mais tarde a formulação de critérios de inventariação e classificação. Aloïs Riegl, já no início do século XX, altura em que ocupa o cargo de presidente de Monumentos históricos da Áustria, firma a sua posição sobre a protecção dos mesmos, num documento intitulado “*O culto moderno aos monumentos - Carácter e origem*”. Longe de se mostrar como um documento legislativo, serve para expor a análise do autor sobre “*a índole dos monumentos e seus diferentes valores: histórico, artístico, de antiguidade*” e sobre as diversas opções técnicas que se transformam em problemas nas tomadas de opção na sua conservação. Riegl define o conceito de monumento como “*uma obra realizada pela mão do homem e criada com o fim específico de manter as suas características sempre vivas e presentes na consciência das gerações futuras*” (RIEGL, 2013, p.11-23).

3 - Alberti explorou estas hipóteses no seu *De re aedificatoria*, Capítulo I dos volumes II e III.

4 - O restauro estilístico de Viollet-le-Duc, na sua essência, consistia num retrocesso ao estado mais puro do monumento, ou seja, retirar todas as contribuições aditadas ao longo do tempo, conferindo-lhe o seu aspeto original. A falta de uma base documental fidedigna fez com que muitos desses restauros se tornassem fantasiosos, comprometendo os seus princípios.

5 - “*Zeze por um edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a qualquer custo, de todas as ameaças de delapidação. (...) Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória*”. (RUSKIN, 2013, p.77-83)

6 - Boito afirmava que os acrescentos a monumentos ao longo do tempo contribuíam para a sua história, devendo ser preservados e apenas restaurados quando estritamente necessário.

Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais

Com o intuito de orientar e regular as intervenções no Património, ao longo das últimas décadas redigiram-se vários documentos com recomendações que promoveram a criação de legislação específica em cada país. Os documentos pioneiros, como não poderia deixar de ser, mostraram-se pouco abrangentes, apresentando algumas lacunas que têm vindo a ser corrigidas e reformuladas com base nas experiências decorridas. A própria definição do conceito Património, a ver a sua abrangência aumentar com o decorrer do tempo, obrigou a alterações significativas na prática da sua conservação. Inicialmente centrada no plano material, mais tarde viu-se como essencial alargar a conservação e proteção do património ao plano imaterial.

Dos inúmeros documentos formulados, abordando aspetos de proteção, salvaguarda e orientações técnicas para a conservação, alguns destacam-se pelo papel no impulso desta área. Em 1931, a **Carta de Atenas**, como primeira, impulsionou a criação dos documentos posteriores. No entanto, alguns dos seus princípios, de interpretação ambígua, tornaram-se deficientes para a conservação dos monumentos. Mais completa e abrangente, em 1964, a **Carta de Veneza** vem clarificar o conceito de monumento histórico e vê os seus princípios espelhados na construção teórica de outros documentos. Oito anos mais tarde, um documento italiano de referência para outros países, define os aspetos técnicos do restauro de objetos arqueológicos, pinturas e esculturas e ainda as intervenções em centros históricos. No mesmo ano é redigida a **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural**, que introduz a definição destas duas vertentes e cria um fundo comunitário para a proteção do património.

Em 1975, a **Carta Europeia** dedicada ao **património arquitetónico** clarifica o conceito e a importância da “*conservação integrada*” como forma de preservar e prolongar o testemunho histórico. Doze anos depois, em **Washington** é assinado um documento sobre conservação das cidades históricas e das áreas urbanas históricas que reforça a execução de intervenções num plano intra relacional. As questões em torno da validação do valor do património levaram a que no ano de 1994 se redigisse o **Documento de Nara**, sobre autenticidade, expondo todos os pontos essenciais para a sua avaliação. No ano seguinte, em Lisboa, são escritos os princípios a aplicar em operações de **reabilitação urbana** e ainda definidos os vários conceitos relacionados com esta temática. Mais tarde (1999), a **Carta Internacional do Turismo Cultural** vem reforçar o potencial do Património como impulsionador do desenvolvimento local, através da exploração sustentável do turismo. A abrir o século XXI, em Cracóvia são promulgados os **princípios para a conservação e o restauro do Património construído**. Por último, e já muito próximo da atualidade, em 2013 é atualizada a **Carta de Burra**, sobre conservação dos sítios com significado cultural, carta esta que já nas suas versões anteriores apresenta o processo a seguir na conservação.

Carta de Atenas (1931) sobre restauro de monumentos.

É a primeira a estipular recomendações para o restauro de monumentos. Mostrando-se pouco abrangente para as várias especificidades da área, serviu como base para a construção das cartas e recomendações seguintes. Nela são descritos vários princípios, destacando-se, logo no primeiro capítulo (Princípios gerais), a importância do “*respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época*” e da manutenção regular e conservação dos edifícios dando preferência à sua ocupação, de forma a assegurar a sua continuidade.

O capítulo III refere a importância de um especial cuidado na vizinhança dos monumentos antigos, não só no momento de construção de outros edifícios, como também na escolha de elementos vegetais, na “supressão” de toda a publicidade e de toda a indústria ruidosa. O capítulo IV, dedicado aos materiais de restauro, aprova o uso *sensato* de técnicas modernas, especialmente do betão armado, sem *alterar o aspeto e o carácter do edifício a restaurar*.

O capítulo VI introduz o conceito de **anastilose** na conservação das ruínas, consistindo em restituir ao local original os elementos encontrados. Adiciona ainda que os achados arqueológicos, postos à luz durante escavações, deverão ser novamente enterrados sempre que se veja impossível a sua conservação, mas apenas após um levantamento minucioso.

No seu encerramento fomenta a colaboração entre profissionais de diferentes áreas e reflete a importância de uma *análise escrupulosa das patologias* dos monumentos, antes de qualquer intervenção, afirmando que cada caso é *um caso específico*.

Carta de Veneza (1964) sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios.

Por se verificar a necessidade de formulação de orientações internacionais para conservação e restauro de edifícios antigos, esta carta veio culminar na criação do ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios) e do ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e do Restauro do Património cultural).

A definição de monumento histórico é introduzida, sendo que este *“engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais”* (fonte de transmissão do testemunho de uma civilização e sua evolução ao longo dos tempos). Aprofundando muitos dos conceitos base da anterior Carta de Atenas, o nono artigo surge em oposição à mesma, afirmando a importância pelo respeito das técnicas tradicionais ao longo da intervenção no monumento, em detrimento do uso das modernas (apenas justificado se as tradicionais se revelarem ineficazes). Elucida que a conservação deve proteger o contributo de todas as épocas, sendo apenas permitida a remoção de alguma, que não tenha valor comprovado, para pôr a descoberto uma de elevado valor.

Carta Italiana de restauro (1972)

Ainda antes da instituição do Fundo de Assistência internacional para a Salvaguarda do Património, em Itália é redigido um documento de referência na área do Restauro. Nele definem-se os objectos alvo (monumentos arquitectónicos, pintura, escultura, fragmentos, conjuntos de interesse, jardins e parques) e o cuidado a ter na sua intervenção. Interpreta **salvaguarda** como *qualquer medida de conservação que não implique a intervenção directa sobre a obra*, enumerando uma lista de atos proibidos na operacionalização desta e do restauro. Entre as proibições encontram-se, a título de exemplo, a *alteração ou eliminação das patinas*, ou ainda, *aditamentos de estilo ou analógicos*, no entanto permite a anastilose, já referida na Carta de Atenas, mas apenas se documentada com segurança. O oitavo artigo é de especial importância já que refere o carácter de **reversabilidade**⁷ como ponto importante das intervenções. O anexo D, com as instruções para a tutela dos centros históricos, mostra não ser apenas relevante *“conservar unicamente os caracteres formais de arquitecturas ou de ambientes isolados”*, mas também estender a conservação ao *organismo urbanístico completo* e a elementos relacionados. Assim sendo, indica a importância da reorganização do centro histórico, para que este possa acompanhar o *“desenvolvimento de uma vida de cidadania e modernidade em seu interior”*, garantindo, de igual forma, *a sua continuidade no tempo*.

Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972)

Vendo riscos de destruição do Património, não só provocados por causas tradicionais, mas também pela evolução social e económica (nas últimas décadas deram-se as maiores explosões dimensionais das

7 - De acordo com os princípios estipulados, a intervenção *deve ser realizada de tal modo e com tais técnicas e materiais que fique assegurado que, no futuro, não ficará inviabilizada outra eventual intervenção*.

idades e do número de novas construções), esta convenção verifica que a proteção nacional era por si só insuficiente. Para possibilitar que diversos países pudessem conservar e reabilitar o seu património, foi concebido o Fundo de Salvaguarda do Património a nível internacional. Previu ainda a criação de serviços de proteção, conservação e valorização do património cultural e natural e forneceu as bases para a elaboração da primeira lista de património mundial em perigo. O Fundo internacional tinha como objetivo não restringir a ajuda ao nível monetário, mas apoiar estudos e formação de peritos nas áreas da conservação e ainda disponibilizar técnicos, peritos e mão de obra especializada. Neste documento surgem as definições de património cultural (enquadrando os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse no mesmo), e de património natural (agregando os monumentos naturais de valor universal excepcional).

Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975)

Neste documento reconhece-se o património arquitetónico como uma *expressão insubstituível da riqueza e da diversidade de cultura europeia* e como *herança comum a todos os povos*. Logo o primeiro princípio, afirma património arquitetónico como formado não só pelos *monumentos mais importantes*, mas também pelos conjuntos que constituem as cidades antigas e as aldeias no seu enquadramento natural ou construído. A preservação do conjunto permite manter a *qualidade de atmosferas*, prolongando o seu testemunho histórico e a sua *importância na nossa vida*.

Surge nesta carta, pela primeira vez, o termo de conservação integrada, onde o restauro deve ser pensado de forma transversal, evitando o *êxodo de todos os habitantes de condição modesta*. Para ter sucesso, a conservação integrada deve aliar as técnicas de restauro a uma procura de funções adequadas ao património arquitetónico. Posto isto, é necessária uma legislação eficaz na salvaguarda do património, estruturas administrativas adequadas e apoios e incentivos financeiros que beneficiem a *manutenção e restauro dos elementos do património arquitetónico*. Além disso, é de igual modo importante a formação de técnicos, mão de obra especializada e *favorecer o desenvolvimento de um artesanato ameaçado de desaparecer*. Afirma, com toda a clareza, a responsabilidade de todos nós em transmitir o bem comum que é o património às gerações futuras.

Carta de Washington (1987) - conservação das cidades históricas e das áreas urbanas históricas

Como complemento à carta de Veneza, *pretende promover a harmonia entre a vida privada e a vida comunitária* nas cidades, vilas e centros ou bairros históricos e fomentar a sua preservação. Recomenda que a sua conservação faça parte de *políticas coerentes de desenvolvimento económico e social e de planeamento urbano e regional*. No decurso de uma intervenção demonstra a importância da preservação dos padrões urbanos, das relações entre edifícios e espaços livres, da aparência formal dos edifícios, do relacionamento entre a cidade e a envolvente e as diversas funções que esta adquiriu ao longo do tempo pois, sem isto, pode-se comprometer a *autenticidade que a cidade histórica (...) adquiriu ao longo do tempo*. Reforça ser fundamental a participação dos residentes para que o processo de conservação seja um sucesso.

Documento de Nara (1994) sobre autenticidade

A procura pela autenticidade é vista como uma forma de preservação da identidade cultural de cada povo. Numa era em que a *globalização e a homogeneização* imperam, o respeito pelos valores de outras culturas e a avaliação da sua autenticidade, são um caminho para clarificar e iluminar a *memória coletiva da humanidade*. A validade da conservação do património está na capacidade de análise e recolha

de fontes de informação credíveis e na sua relação com o *património cultural* e com o seu *significado*. A eficácia dos estudos científicos em torno do património cultural é profundamente afetada pela qualidade da compreensão da autenticidade e dos valores específicos de cada cultura. É importante verificar que o património tem o seu contexto específico, pelo que a sua autenticidade não pode ser avaliada com base em critérios fixos, mas sim, adequados ao meio a que pertencem.

Carta de Lisboa (1995) sobre reabilitação urbana integrada

O primeiro encontro Luso-Brasileiro sobre reabilitação urbana resultou na redação dos *grandes princípios* de orientação das intervenções. No documento podemos ler os conceitos gerais relacionados com esta temática, aceites pelos dois países presentes no encontro, e ainda a afirmação da importância da pesquisa histórica e social no processo de reabilitação urbana de centros históricos. São neste documento definidos os grupos de operações urbanas possíveis de acontecer em centros históricos e adicionadas questões económicas e de desenvolvimento sustentado às intervenções, não esquecendo a importância da formação da mão de obra especializada.

Carta Internacional do Turismo Cultural (1999)

Esta carta, sobre gestão do turismo nos sítios com significado, defende que o património é de todos, e todos nós detemos o privilégio de o interpretar e apreciar.

O património é um conceito deveras amplo e estando a sua matéria em constante mutação, a sua *proteção, conservação, interpretação e apresentação (...) é um desafio importante*. A sua gestão tem como objetivo essencial a *comunicação do seu significado* para quem nele reside e para quem o visita, ao mesmo tempo que coloca em prática a sua conservação.

A carta vê o turismo como uma forma de partilha cultural, podendo ter um papel positivo na conservação do património através da criação de recursos económicos (que poderão ser aplicados na sua proteção e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento local).

O património é tido como um grande potencial turístico, mas a sua má gestão ou o excesso de turismo poderá provocar danos nefastos.

O primeiro princípio identificado nesta carta refere que o turismo deve proporcionar oportunidades para a *comunidade residente* e permitir a imersão dos visitantes no património e cultura dessa comunidade. Isso torna-se possível através da operacionalização de programas que facilitem a *compreensão e uma apreciação do significado do património*, tanto pelos visitantes, como pelos residentes.

O segundo princípio expõe a hipótese de geração de conflitos resultante do dinamismo da relação entre o património e o turismo, pelo que se torna importante a interação positiva entre as políticas de desenvolvimento turístico e a *proteção e conservação a longo prazo* do património. A gestão do turismo deve *minimizar os impactos adversos* sobre o património e a sua comunidade residente, desenvolvendo políticas de turismo adequadas aos aspetos específicos desse *sítio em particular* sem, de alguma forma, contribuir para a perda da autenticidade do *significado cultural*. O impacto desfavorável do turismo em determinado local e/ou comunidade deve ser avaliado antes e durante a sua promoção, possibilitando a implementação de limites para prevenção de danos futuros.

O terceiro princípio centra-se na experiência do turista, pretendendo que esta se torne gratificante através da disponibilidade de informação de qualidade e de fácil compreensão. Com igual importância afirma-se a promoção no visitante de um comportamento adequado aos valores culturais que visita, sem criar perturbações nos mesmos.

Os quarto e quinto princípios, referentes às comunidades residentes, afirmam o dever do respeito pelos seus interesses e do seu envolvimento nas políticas de planeamento turístico, não esquecendo que, apesar do património ter uma *dimensão universal*, o seu *acesso físico, espiritual ou intelectual* pode ser restringido por estas.

Por último, acerca do impacto do turismo, a carta recomenda que os programas turísticos devem prever um equilíbrio de forma a controlar as flutuações de visitantes e evitar números excessivos.

Carta de Cracóvia (2000) - Princípios para a conservação e o restauro do Património construído

Com base na Conferência levada a cabo em Cracóvia, afirma que ao *património móvel, imóvel e intelectual* está associada uma *pluralidade de valores fundamentais*. Daí ser importante uma *maior atenção aos problemas e às decisões* tomadas em torno do património. O processo de identificação e gestão do Património cabe à comunidade em que está inserido, por se encontrar intimamente ligada a este. Cada caso é um caso específico, devendo *os instrumentos e métodos* a usar na conservação adaptar-se ao próprio.

Esta carta clarifica os tipos de intervenções suscetíveis de acontecer durante uma ação de conservação do património, como sendo *o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação*.

Carta de Burra (2013) sobre conservação dos sítios com significado cultural

A última carta chega-nos como uma atualização das suas versões anteriores instituídas nos anos de 1979, 1981, 1988 e 1999, seguindo o espírito da Carta de Veneza.

Servindo como guia para a conservação de sítios com significado cultural, esta carta pede especial prudência em relação à mudança, de modo a *fazer tanto quanto necessário para cuidar do sítio e torná-lo útil, mas por outro lado alterar tão pouco quanto o possível para que seja retido o seu significado cultural*⁸.

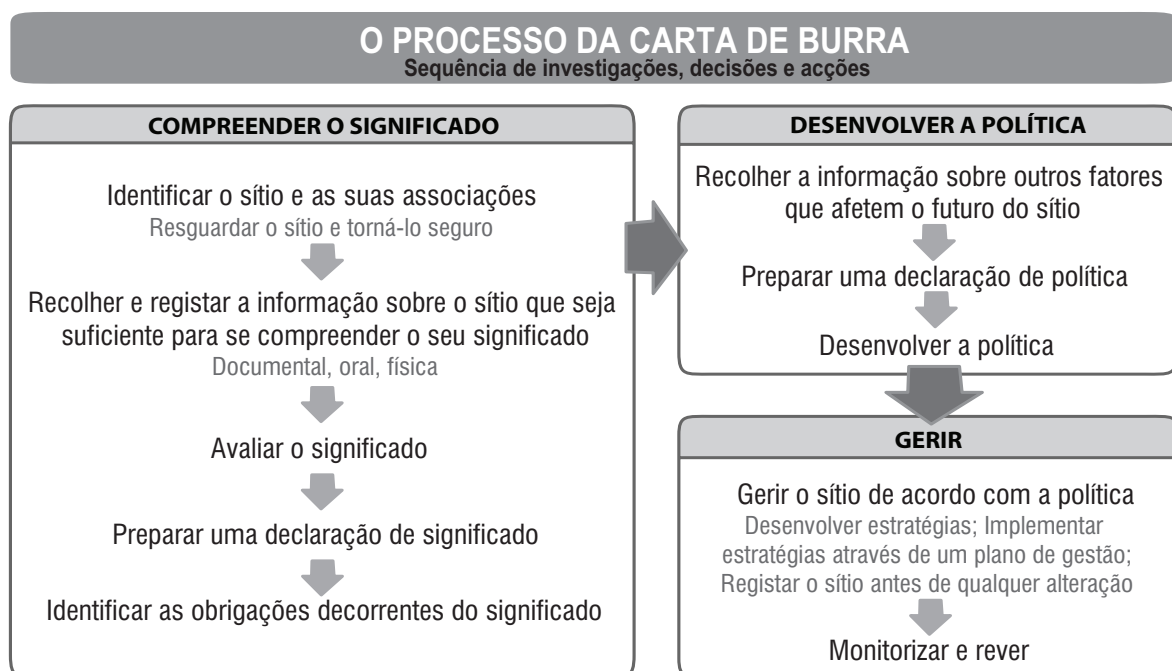


Figura 02.02 - O processo da carta de Burra, adaptado

⁸ - T.L. “do as much as necessary to care for the place and to make it useable, but otherwise change it as little as possible so that its cultural significance is retained”. Preâmbulo da Carta de Burra, versão de 2013

Segundo os ditames desta carta, uma conservação eficaz prima no respeito pela *fábrica* do sítio, permitindo a retenção do *significado cultural*, introduzindo usos compatíveis e promovendo a participação da comunidade associada ao local (quer espiritual ou socialmente). O processo promovido pela Carta de Burra, para a conservação de sítios com significado cultural, exprime-se de forma sintética pelo conhecimento e compreensão do significado cultural e partindo daí, o desenvolvimento e aplicação de políticas de gestão orientadas para tal efeito.

2.1.2 - O processo de reabilitação urbana

A reabilitação urbana parte da intervenção pluridisciplinar numa macroestrutura para uma microestrutura.

A carta de Lisboa anteriormente abordada dá-nos uma visão global sobre o significado e a amplitude da reabilitação urbana. As operações efetuadas neste âmbito, especialmente orientadas para a melhoria das *condições de vida nos centros históricos* podem, segundo a mesma carta, distribuir-se em quatro grupos de situações, sendo elas:

- a) *áreas residenciais com populações enraizadas;*
- b) *áreas residenciais com ocupação recente por populações de fracos recursos e grupos marginalizados - em que a opção poderá ser pôr em prática uma reabilitação progressiva utilizando os meios disponíveis para melhorar o quadro de vida das populações e dar-lhes acesso a formas de participação e reinserção social;*
- c) *áreas não residenciais com actividades em declínio em que a reabilitação deverá orientar-se para a revitalização;*
- d) *as mesmas áreas, não residenciais mas já abandonadas, em que a reabilitação visará a requalificação urbana.*

Artigo 3º - Tipologia de Intervenções. Carta de Lisboa sobre reabilitação urbana integrada

Além disso, são de igual forma nesta carta apresentadas várias nomenclaturas e respetivas definições com importância a referir nos próximos parágrafos.

A **renovação urbana** consiste na substituição de uma área urbana degradada por um novo padrão urbano através do recurso à demolição e posterior construção.

A **reabilitação urbana** assenta numa diversidade de intervenções de requalificação da cidade focadas na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, através da reabilitação e instalação de infraestruturas, equipamentos e espaços públicos e da valorização das *potencialidades sociais e funcionais*, sem destruir a *identidade e as características* do local.

Dentro do processo geral da reabilitação urbana podemos enquadrar os diferentes tipos de intervenções em áreas como a revitalização ou a requalificação urbanas, reabilitação, restauro, reconstrução, renovação, conservação ou manutenção de um edifício. A **revitalização urbana** promove a reconversão de uma área em decadência pelo relançamento da *vida económica e social*. A **requalificação urbana** assenta na reinstalação de atividades compatíveis num local e contexto específicos de carácter essencialmente habitacional. A **reabilitação** de um edifício pretende resolver as anomalias acumuladas numa construção com o passar do tempo, sejam elas construtivas, funcionais, higiénicas ou de segurança, com vista a sua *recuperação e beneficiação*. O **restauro de um edifício** é entendido como a *conservação e consolidação*, preservação ou até reposição de elementos originais ou *importantes na história do edifício*. A **reconstrução** consiste na reedificação total ou parcial de uma *instalação existente*, no seu lugar primário, replicando a sua *traça original* no que toca aos seus aspetos essenciais. A **renovação** resume-se à reedificação total de um edifício no seu local original. A **conservação** baseia-se na operacionalização de uma série de obras de manutenção que visam o *correcto funcionamento* da totalidade do edifício,

salvaguardando e prevenindo a sua degradação. Por fim, a **manutenção** é composta por um conjunto de obras ou operações, efetuadas regularmente de uma forma geral, sobre os diversos componentes da construção com o fim de *minimizar os ritmos de deterioração da vida de um edifício*.

Os principais tipos de intervenção a nível urbanístico, que podemos enquadrar no seio das operações de reabilitação urbana, são exploradas pelo anexo D da Carta Italiana de Restauro (dedicado às instruções para a tutela dos centros históricos urbanos). De acordo com a sua análise, consistem essencialmente em:

- Operações de *reestruturação urbanística*, com vista a *consolidar as relações do centro histórico e libertá-lo*, ao mesmo tempo, de usos incompatíveis;
- Operações de reordenamento viário (com foco na análise *das comunicações viárias e dos fluxos de tráfego*);
- Operações de melhoria da salubridade de edifícios e seu enquadramento, manutenção de estruturas e saneamento e introdução de mobiliário/equipamento urbano moderno e serviços essenciais à vida no centro;
- Operações de renovação funcional dos elementos internos, desenvolvidas com respeito *às peculiaridades tipológicas e construtivas dos edifícios*”.

Voltando ao espírito da Carta de Lisboa, o processo da **reabilitação urbana integrada**, quando corretamente desenvolvido traz uma série de melhorias na qualidade de vida urbana e rentabiliza recursos.

Do ponto de vista económico e de desenvolvimento sustentado, como a reabilitação pretende *manter o máximo do existente construído*, temos um menor custo em materiais e energia, levando a uma maior demanda pela incorporação de mão de obra especializada gerando, por sua vez, emprego. Pode dizer-se que a reabilitação de acordo com os fundamentos da Carta de Lisboa pode custar até metade do preço de uma construção nova, otimizando infraestruturas pré-existentes ao mesmo tempo que permite a *manutenção das estruturas sociais e da identidade cultural* da cidade, fortalecendo as questões patrimoniais. Por outro lado, a reabilitação, não se limitando ao campo residencial, melhora o enquadramento deste e, conseqüentemente, as condições de vida dos seus habitantes essencialmente através da *dinamização das actividades económicas e do reforço das actividades culturais e sociais*.

É exigida uma grande flexibilidade devido à *complexidade das intervenções de reabilitação*, sendo essencial um *conhecimento da realidade* de forma pluridisciplinar (para justificar todas as opções tomadas durante o processo).

A reabilitação urbana vê como indispensável a formação e preparação de técnicos e mão de obra especializada em técnicas tradicionais, em semelhança aos princípios enunciados na Carta Europeia do Património Arquitectónico (artigo oitavo). As *novas soluções arquitectónicas* apenas são aprovadas se estas se mostrarem compatíveis com o seu enquadramento, retendo a mesma linguagem contextual, sem cair no campo do pastiche e, ao mesmo tempo, sem se tornarem dissonantes.

Durante os últimos anos várias cidades intervíram no seu coração, através da aplicação de modelos de reabilitação integrada adaptados ao contexto dos seus centros e bairros históricos. Disso são exemplo as cidades de Nantes, em França e Lisboa, Guimarães, Porto ou Sintra, no nosso país.

A reabilitação urbana de Nantes⁹ criou um modelo de desenvolvimento urbano de sucesso com o objetivo geral de melhorar a qualidade diária da vida urbana. As intervenções ficaram marcadas pelo reordenamento viário, melhoramento de espaços e equipamentos urbanos, transformação exemplar do

9 - Testemunho completo sobre a reabilitação urbana de Nantes em: “Nantes - La Loire dessine le projet”.

alojamento público e revitalização de vizinhanças. Durante a reabilitação desta cidade várias teorias de desenvolvimento foram colocadas em teste, validando continuamente a pertinência do plano geral. A reabilitação da “Île de Nantes” não foi considerada como um grande e amplo projeto, mas sim uma pluralidade de pequenas intervenções apoiadas na diversidade e identidade históricas. Dentro dessas pequenas intervenções temos a do bairro de “Dervallières”, considerado um dos maiores sucessos de reabilitação. Dervallières era encarado como uma pequena “fortaleza”, criada nos anos 60 do século passado pelo arquiteto Marcel Fauvraud. Finalmente aberta ao mundo pela sua reabilitação, foi essencial para esse processo demolir alguns pequenos edifícios e criar novas infraestruturas, serviços e lojas como chamariz para atrair clientes de uma área mais alargada.

Um dos mais marcantes exemplos portugueses singrou no centro histórico de Guimarães, pela mão sábia de uma equipa de técnicos que integraram o Gabinete técnico local, com a qual o Arquiteto Fernando Távora colaborou e a qual a Arquitecta Alexandra Gesta geriu por prolongado tempo. O gabinete conseguiu incorporar o papel de precursor nacional na aplicação de uma política de “conservação integrada”, transformando em conhecimento a prática de projeto de reabilitação. A metodologia utilizada foi constantemente aperfeiçoada ao longo do tempo, com a aprendizagem obtida por tentativa e erro, análise, avaliação de resultados e posterior correção, não se sustentando apenas em teorias rígidas e regulamentos incompatíveis.

Na realidade, como nos diz Aguiar¹⁰, o sucesso foi ditado pela “reabilitação para e pelas pessoas”, revelando a importância da integração da comunidade local em todo o processo, contribuindo para a conservação da identidade e da autenticidade, sem gerar o flagelo da gentrificação¹¹. Do ponto de vista estratégico, o GTL pretendeu estimular iniciativas privadas de reabilitação, através da requalificação de espaços e equipamentos públicos, ao tornar apetecível o investimento nessas áreas. De certa forma conseguiu controlar e dar apoio técnico a essas intervenções, para que não fugissem aos trâmites da prática da reabilitação integrada. Ao mesmo tempo, impôs “o maior rigor, a maior qualidade arquitetónica possível”, transformando as suas obras num modelo exemplar. Promoveu intervenções com o mínimo impacto, recusando imperativamente o fachadismo¹². Estimulando obras de carácter de conservação que conferissem condições de salubridade aos edifícios por colmatar as necessidades de segurança e conforto dos nossos dias. Conseguiu diminuir substancialmente os custos inerentes, não sobrecarregando proprietários e inquilinos de poucas posses. Fomentando intervenções ao nível da reabilitação ligeira, com reduzidas alterações dos programas funcionais das construções, o gabinete conseguiu manter o valor cultural e a identidade locais. Ao mesmo tempo, ao baixar custos inerentes a cada obra, possibilitou a distribuição dos orçamentos disponíveis por um maior número de imóveis. Por constatar a carência em mão de obra especializada nas técnicas de construção tradicionais, organizou cursos de formação vocacionada para colmatar a lacuna nestas áreas. Chegado o fim do século passado, o GTL apontou que em cerca de quinze anos quase metade dos edifícios intramuralhas foram intervencionados, dos quais mais de metade foram ao abrigo de programas de financiamento como o PRID¹³ ou o RECRIA¹⁴, portanto,

10 - Como Aguiar revela logo na primeira página de “A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares”

11 - Por gentrificação entende-se a “expulsão” da comunidade residente, possibilitando a entrada de outras normalmente com maiores posses económicas. Tal acontece quando a reabilitação eleva exponencialmente o valor monetário dos imóveis intervencionados, tornando-o inabituável para os habitantes locais e obrigando-os a migrarem para outras áreas. Isto conduz à alteração de toda a dinâmica social existente e a consequente perda dos valores e autenticidade locais.

12 - A prática do fachadismo conseguiu destruir a memória de vários espaços produzidos ao longo da história, onde todo o interior dos imóveis era simplesmente “apagado”, restando apenas as fachadas. Os investimentos avultados resultantes foram impulsionadores de fenómenos como a “gentrificação” e consequente perda de valores e identidade locais.

13 - Programa de recuperação de imóveis degradados, criado pelo decreto-lei nº 794/78 de 30 de Setembro.

14 - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados, criado pelo decreto-lei nº 4/88 de 14 de Janeiro

um sucesso.

No âmbito das reabilitações a cargo do GTL de Guimarães está a galardoada “casa da Rua Nova”, que valeu ao Arquitecto Fernando Távora o Prémio Europa Nostra. Exemplar característico da arquitetura típica do centro histórico da cidade, serve de documento vivo através da aplicação de materiais e soluções construtivas adoptadas, apenas possível pelo respeito empregue na intervenção que lhe foi aplicada no ano de 1984. As suas origens apontam para o medieval, tendo sido a quase total reconstrução do século XVII a conferir-lhe a sua fâcies atual, característica das designadas casas de ressalto¹⁵ que se espalham ao longo da mesma rua. Sofreu algumas adaptações parciais do interior já no século XIX e a intervenção exemplar do gabinete passou pela consolidação de estruturas, pela utilização de materiais e técnicas tradicionais aplicadas por mão de obra local, ao mesmo tempo que manteve a distribuição interior à exceção da introdução de instalações sanitárias.



Figura 02.03 - A casa da Rua Nova, fonte: http://www.guimaraesturismo.com/pages/153?geo_article_id=104

Diferentes níveis de intervenção na reabilitação de edifícios

Como é evidente num aglomerado urbano histórico, os seus edifícios exibem níveis distintos de degradação ou carência de intervenção, resultando no agrupamento em diferentes graus de reabilitação. Aguiar *et al* (2005a, p.121-127) distribui as necessidades de reabilitação por quatro níveis, desde o menos intrusivo ao mais profundo.

O primeiro nível, correspondente à **reabilitação ligeira**, como a própria denominação indica engloba reabilitações mais leves, principalmente compostas por pequenas reparações e beneficiações. Implica maioritariamente intervenções para “*melhoria das condições interiores de iluminação, ventilação e exaustão*”, manutenção e reparação de coberturas, retificação de revestimentos, reparação de caixilharias e ferragens e a eventual beneficiação de instalações elétricas. Para as intervenções se enquadrarem neste nível ligeiro é imprescindível um estado de conservação razoável do edifício, sem a presença de anomalias estruturais no edifício.

O nível seguinte, **reabilitação média**, além de incluir os pontos da reabilitação ligeira, poderá adicionar ainda a reparação e substituição de algumas madeiras, elementos estruturais, grandes áreas de revestimentos, introdução de novas instalações (redes elétricas, águas, gás), reorganizações interiores pouco intrusivas e consequentes melhorias funcionais (em especial nas cozinhas e casas de banho).

O terceiro nível engloba a **reabilitação profunda**, adicionando aos parágrafos anteriores mudanças acentuadas no que toca a reorganização de espaços, com alteração do número e/ou área das dependências. Tal impõe a obrigatoriedade da execução de demolições e algumas reconstruções, aumentando por isso, o valor monetário a investir.

O último nível e por conseguinte mais acentuado na sua profundidade, é a **reabilitação excecional**. Em muitos casos a sua aplicação implica ações de restauro e/ou reconstruções totais, equiparando o seu custo à execução de construções de raiz, ou até mesmo ultrapassando, especialmente quando se implica na reabilitação níveis de qualidade muito superiores ao existente.

¹⁵ - As casas de ressalto são caracterizadas pelo avanço dos pisos superiores em relação aos inferiores, numa espécie de escada invertida. Tal era possível pela robustez que o rés do chão apresentava, contituído por fortes paredes em granito, contrastando a leveza dos pisos superiores, estruturados em madeira.

2.1.3 - Legislação nacional aplicável

As intervenções realizadas por projetos de Design de Interiores, arquitetura, engenharia e outras disciplinas técnicas encontram-se regulamentadas pela legislação corrente, quer a nível nacional, quer a nível local ou até a zonas especiais. Habitualmente, e quando estamos a falar de intervenções em Património, é importante ressaltar que existem regulamentos específicos, e exceções nos diplomas gerais, de forma a evitar a descaracterização e destruição do mesmo.

Assim sendo, a legislação básica instituída a nível nacional conta com o **RGEU**, Regulamento Geral de Edificações urbanas (Decreto-Lei nº 38 382 de 7 de Agosto de 1951, com a sua última alteração dada pelo Decreto-Lei nº 50/2008 de 19 de Março), onde se definem as normas associadas à construção, reconstrução, alteração, reparação, ampliação ou demolição de edifícios; com o **SCIE**, Regulamento de Segurança Contra incêndios em Edifícios (Decreto-lei nº 220/2008 de 12 de Novembro e a respetiva Portaria nº 1532/2008 de 29 de Dezembro); com o regulamento sobre **Acessibilidades**, para responder às necessidades dos portadores de deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida (Decreto-lei nº 163/2006 de 8 de Agosto); com o **RCCTE**, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (Decreto-lei nº 80/2006 de 4 de Abril, revogado pelo Decreto-Lei nº 118/2013 de 20 de Agosto) e o **RJUE**, Regime jurídico da urbanização e da edificação (Decreto-lei nº 555/99 de 16 de Dezembro com a última republicação dada pelo decreto-lei nº 26/2010 de 30 de Março), que rege a realização das operações urbanísticas e o correspondente processo administrativo.

Já a nível local, neste caso aplicado ao município de Castelo Branco, temos o **PDM**, Plano Diretor Municipal (Resolução do Conselho de Ministros nº 66/94), correspondente ao planeamento urbanístico do concelho, no qual são mencionados os Planos de Pormenor, dos quais nos é relevante o **PPZHDCB**, Plano pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco (Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2003), impondo as restrições urbanísticas para esta zona.

Quando passamos à legislação específica sobre intervenção, classificação e proteção de bens patrimoniais, verificamos que as suas bases seguem as diretrizes das recomendações, cartas e tratados Europeus e Internacionais, sendo ela a **Lei base do Património** (Lei nº 107/2001 de 8 Setembro de 2001), que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural; o **Decreto-Lei nº 138/2009**, de 15 de Junho, que cria o fundo de salvaguarda com o objetivo de financiar operações de proteção e valorização do património e ainda o **Decreto-Lei nº 164/2014** de 4 de Novembro (revogando recentemente o decreto-dei nº 270/99, de 15 de Julho), com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos que define os passos a tomar na condução destes.

RGEU

Do Regulamento Geral de Edificações urbanas é importante ressaltar o capítulo III do título III, dedicado às *“Disposições interiores das edificações e espaços livres”*, com indicações sobre pé-direito mínimo legal (art. 65º), número, área e dimensões de compartimentos e fogos (art.º 66º, 67º e 69º), requisitos das instalações sanitárias (art. 68º), corredores (art. 69º), envidraçados e ventilação (art.º 71º, 72º e 73º), caves (art.º 77º e 78º), sótãos, águas furtadas e mansardas (art.º 79º e 80º).

O capítulo IV do título III aborda as especificações sobre instalações sanitárias e esgotos, indicando, entre outros pontos, o número de instalações sanitárias obrigatórias em cada tipologia de edifício, sua localização e comunicação com outras dependências (art.º 84º, 85º, 86º, 87º e 88º). Em seguida, o capítulo VI trata das imposições relativas a evacuação dos fumos e gases, sempre que se verifiquem instalações com combustão na construção, como por exemplo lareiras (art.º 108º, 109º, 110º, 111º, 112º

e 113º).

Chegando ao capítulo único do título IV, aborda-se de forma muito geral a temática das intervenções no património, designadas, de acordo com o seu artigo 123º, por “*Zonas de protecção dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público*”, onde os projetos de construção ou alteração são alvo de aprovação pelo Ministro das Obras Públicas, além da Câmara Municipal do Local. O artigo 124º explana que “*Não são autorizáveis quaisquer alterações em construções ou elementos naturais classificados como valores concelhios nos termos da Lei n.º 2032, quando delas possam resultar prejuízos para esses valores*”¹⁶. No ponto 1º do mesmo artigo é identificado o poder das câmaras municipais na gestão do seu património, sendo que estas “*poderão condicionar a licença para se executarem trabalhos de reconstrução ou de transformação em construções de interesse histórico, artístico ou arqueológico*”, podendo ainda exigir “*execução dos trabalhos complementares de correcção necessários para reintegrar a construção nas suas características primitivas*” em edifícios cujas obras precedentes tenham ido contra os princípios do regulamento. Refere ainda que estas exigências apenas serão aplicadas se “*a importância das obras requeridas ou o valor histórico, arqueológico ou artístico da construção [assim] o justificar.*”

É ainda de relativa importância referir o artigo 130º (cap. I, título V), sobre a segurança das edificações, no qual se prevê que, mesmo temporariamente, não se poderá dar a qualquer “*edificação ou parte de edificação (...) aplicação diferente daquela para que foi projectada e construída*”, sem a necessária verificação antecipada dos “*elementos da edificação e as respectivas fundações*”, sempre que se pense haver sobrecarga superior ao projetado inicialmente, aumentando consequentemente as exigências estruturais (o que poderá obrigar a obras de reforço). Ou seja, numa intervenção de reabilitação de interiores levada a cabo por um designer, é essencial a colaboração de outros especialistas técnicos, capacitados para o cálculo da sobrecarga em função da utilização prevista para o edifício, e que possam executar o projeto de reforço estrutural caso este se verifique imperativo.

Para finalizar a abordagem ao RGEU, observamos o capítulo III do título V com algumas breves orientações quanto à segurança contra incêndios, já ultrapassadas, pelo que nos devemos guiar através do atual SCIE. Neste mesmo capítulo é referido, no artigo 140º que: “*Todas as edificações deverão ser delimitadas e construídas tendo em atenção a segurança dos seus futuros ocupantes em caso de incêndio*”, cláusula orientada para construções novas podendo ser aplicada à reabilitação, pelo reforço da prevenção de deflagração de incêndios a partir da configuração, composição e utilização dos espaços. Terminando a análise do mesmo capítulo, definem-se os materiais (estruturais e de revestimento) das escadas, patamares de acesso e ventilação (art.º 144º e 145º), as especificações das paredes corta-fogo (art.º 150º, 151º e 152º) e, a rematar, fala-se da capacidade de resistência de pavimentos e revestimentos de áreas de cozinha e lareira (art.º 156º e 157º).

SCIE

O SCIE, enquanto decreto lei que impõe as normas de segurança contra incêndios em edifícios, dedica os seus pontos 4 a 6 do artigo 3º do Capítulo I às exceções. Assim, prevê que, quando o cumprimento das normas impostas nos imóveis classificados se revele lesivo, deverão ser, com o devido parecer da Autoridade Nacional de Protecção Civil, instauradas medidas de autoproteção adequadas. O artigo 4º do mesmo capítulo refere em concreto no ponto 1 que o “*decreto-lei baseia-se nos princípios gerais da preservação da vida humana, do ambiente e do património cultural*”. Aponta de igual modo os objetivos da aplicação do regulamento, no ponto 2, sendo eles:

¹⁶ - A lei a que se refere este artigo permaneceu em vigor desde 11-06-1949 a 11-07-1985 e incumbia os municípios de classificar e proteger o seu património. Dela podemos já subtrair o início da interdição de alterações que possam danificar os valores patrimoniais, no entanto revelou-se insuficiente para regulamentar essa área.

- “a) Reduzir a probabilidade de ocorrência de incêndios;*
- b) Limitar o desenvolvimento de eventuais incêndios, circunscrevendo e minimizando os seus efeitos, nomeadamente a propagação do fumo e gases de combustão;*
- c) Facilitar a evacuação e o salvamento dos ocupantes em risco;*
- d) Permitir a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.”*

É importante referir que este regulamento agrupa edifícios de acordo com a sua “utilização-tipo”, sendo para nós de maior relevância os tipos I - correspondente aos habitacionais (enquadrando edifícios ou partes de edifícios uni e multifamiliares) e VII, dos edifícios hoteleiros e de restauração (agrupando edifícios ou partes de edifícios que oferecem alojamento temporário, como no caso das unidades de alojamento local)¹⁷. As questões de segurança para cada um dos tipos encontram-se especificadas no título VIII. No artigo 10º do capítulo II, classificam-se os locais quanto ao risco de incêndio, dividindo-os em seis categorias, correspondentes às letras do abecedário A a F, sendo A a categoria onde se inserem os edifícios sem riscos especiais de incêndio.

Passando para o artigo 17º do capítulo III, que enquadra as operações urbanísticas, refere a dispensa de projeto de especialidade de SCIE para casos concretos, sendo substituído por uma ficha de segurança de acordo com a sua utilização-tipo. Os anexos a este decreto lei explicam as classificações de classes de reação ao fogo e semelhantes, terminologias depois utilizadas no regulamento técnico de SCIE, que fixa as imposições aprovadas pela Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro.

A portaria do regulamento técnico define, no seu primeiro capítulo do Título II, as condições exteriores de segurança e acessibilidade. Dentro desse capítulo, o ponto 2 do artigo 4º acrescenta uma exceção para os centros urbanos antigos, quando se impõe a possibilidade de estacionamento de veículos de socorro a uma distância não superior a 30m de uma das saídas do edifício (para edifícios de altura não superior a 9 metros), passando esta a ser de 50m. No artigo 6º do mesmo capítulo, continuando na questão da acessibilidade pelos meios de socorro, neste caso às fachadas, para edifícios de altura inferior a 9m (e para permitir a entrada através de janelas), refere que: *“o pano de peito não deve ter espessura superior a 0,3 m numa extensão de 0,5 m abaixo do peitoril, de forma a permitir o engate das escadas manuais de ganchos”*. No capítulo I, do título III, abordam-se as classes de *“Resistência ao fogo de elementos estruturais e incorporados”*, definindo um padrão mínimo de resistência dos elementos estruturais, de acordo com a utilização-tipo dos edifícios. Chegando aos artigos 41º a 43º, são definidas as classes mínimas de reação ao fogo de revestimentos (de paredes, tetos, tetos falsos e pavimentos) e materiais de equipamentos embutidos em tetos falsos (incluindo componentes de suspensão e fixação).

Finalmente o ponto 1 do artigo 50º, correspondente ao Capítulo I do IV título, diz-nos que:

“Os espaços interiores dos edifícios e dos recintos contemplados no presente regulamento devem ser organizados para permitir que, em caso de incêndio, os ocupantes possam alcançar um local seguro no exterior pelos seus próprios meios, de modo fácil, rápido e seguro.”

É importante referir a influência direta da organização dos espaços nas questões de segurança, sendo crucial que a distância a percorrer até encontrar uma saída seja curta e não obstruída (alínea c do ponto 2 do art. 50º), para possibilitar uma evacuação rápida e segura. No artigo 57º definem-se as distâncias máximas de evacuação, fixando-se nos 15m para saídas em pontos de impasse, salvo algumas exceções.

17 - Alíneas a) e g) do ponto 1, artigo 8º do capítulo II

Como se depreende, o número de saídas deve ser proporcional ao número do efetivo¹⁸ correspondente ao espaço, e a título de exemplo se este for igual ou inferior a 50, deve existir no mínimo uma saída. O artigo 65º surge como adenda ao Regulamento geral de edificações urbanas, adicionando orientações para aumentar a segurança das “vias verticais de evacuação” (escadas) que, para além de cumprir o estipulado no RGEU, devem ter de igual forma as seguintes características:

- a) Número de lanços consecutivos sem mudança de direcção no percurso não superior a dois;
- b) Número de degraus por lanço compreendido entre 3 e 25;
- c) Em cada lanço, degraus com as mesmas dimensões em perfil, excepto o degrau de arranque;
- d) No caso de os degraus não possuírem espelho, sobreposição mínima de 50mm entre os seus cobertores.”

Ainda no Regulamento técnico do SCIE e a encerrar a sua análise, o ponto 2 do artigo 198º do título VII (dedicado às medidas de autoproteção) menciona os monumentos de interesse histórico, afirmando que nestes “as medidas de autoprotecção devem incluir os procedimentos de prevenção e de actuação com o objectivo de os proteger.”

Acessibilidades

A partida para promover a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, de entre as quais os com mobilidade reduzida e/ou com dificuldades sensoriais, foi lançada pelo decreto-lei nº 123/97 de 22 de Maio, com a promulgação das orientações para a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas, mais vocacionadas para edifícios de acesso público.

Tomando como base as orientações, e revogando o regulamento anterior, o decreto-lei 163/2006 alarga a promoção da acessibilidade também a edifícios habitacionais, além dos de acesso público, através da introdução de novas normas técnicas, proporcionando “às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às das restantes pessoas”. Imediatamente no início do diploma, o artigo 3º aborda o licenciamento e autorização de obras, conferindo essa competência às câmaras municipais, afirmando que a pretendida licença não pode ser recusada com base no não cumprimento das normas técnicas do regulamento, sob condição de não agravarem a situação de desconformidade com o mesmo. Dedicado às exceções, o 10º artigo aborda a questão de preservação do património, informando que se poderá licenciar um projeto que não cumpra a totalidade do regulamento, desde que devidamente fundamentado em que pontos a aplicação irá afetar o valor do património e justificada a proposta das soluções alternativas. Cabe atualmente à Direção Geral do Património Cultural o acompanhamento e a emissão do parecer sobre a aplicação das normas deste regulamento em monumentos de especial interesse¹⁹.

Em anexo ao decreto-lei encontram-se então as normas a seguir para a promoção da acessibilidade, em vias públicas, em edifícios e estabelecimentos em geral e em edifícios, estabelecimentos e instalações com usos específicos. São abordados temas como o dimensionamento de vãos de escadas, rampas, casas de banho e corredores, instalação de equipamentos sanitários, áreas necessárias em cada espaço e ainda questões de sinalização.

18 - De acordo com o ponto 19, do artigo 1º do anexo I do Regulamento técnico do SCIE, o efetivo é o “número máximo estimado de pessoas que pode ocupar em simultâneo um dado espaço de um edifício ou recinto”. Para identificar esse valor basta consultar o artigo 51º do capítulo I do título IV do referido diploma. Por exemplo, no caso de apartamentos turísticos: T0 corresponde a 2, T1 a 4, T2 a 6, T3 a 8, T4 a 10 e Tn a n-2(n+1). Para outros espaços, os valores são apresentados em tabela com o índice de pessoas por determinados metros quadrados.

19 - O parecer é referido no diploma como sendo da responsabilidade do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico mas atualmente, com a sua extinção, cabe à Direção Geral do Património Cultural esse papel. Criada em 2012 pelo Decreto-Lei nº115/2012 de 25 de Maio, na alínea a) do artigo 13º é reforçada a competência da entidade na preparação da “emissão dos pareceres sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada a realizar nas zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação”.

RCCTE

O Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios impõe requisitos específicos para projetos novos e de remodelação, visando *“a satisfação das condições de conforto térmico nesses edifícios sem necessidades excessivas de energia quer no Inverno quer no Verão”*.

No capítulo II, dedicado ao Sistema de Certificação energética dos Edifícios, o artigo 4º indica que são excluídos *“os monumentos e os edifícios individualmente classificados ou em vias de classificação (...) e aqueles a que seja reconhecido especial valor arquitetónico ou histórico pela entidade licenciadora ou por outra entidade competente para o efeito”* e ainda *“os edifícios integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação”* quando o *“cumprimento de requisitos mínimos de desempenho energético é suscetível de alterar de forma inaceitável o seu carácter ou o seu aspeto”*.

Na subsecção II do capítulo III, referente ao Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação, é importante salientar que, quando a aplicação dos requisitos impostos se torne incompatível com o edifício, como nos casos já acima mencionados (edifícios de especial valor arquitetónico), o projeto deve assegurar, e pode propor novas soluções para ventilação, qualidade do ar interior e melhoria do comportamento térmico. No entanto todas as soluções alternativas devem ser prontamente justificadas com a indicação dos motivos do não *“cumprimento integral dos requisitos aplicáveis”*, além de que as mesmas não podem, em caso algum, diminuir o desempenho do edifício comparativamente ao seu estado antes da intervenção.

RJUE

A realização de projetos de intervenção em imóveis pertencentes ao património deve ter alguns cuidados específicos, cumprir as normas específicas e compreender que as normas impostas por diplomas aplicados em construções novas não poderão, em grande parte dos casos, ser aplicadas neste tipo de projetos. O seu licenciamento, de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, não poderá ser rejeitado com base nas imposições das normas legais ou regulamentares, *“desde que tais obras não originem ou agravem desconformidade com as normas em vigor ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação”*.

De acordo com o estipulado no artigo 6º da secção I do Capítulo II do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a realização de obras de conservação, ou alteração do interior de edifícios comuns (sem modificar a estrutura) dispensam de licença administrativa. No entanto, e como é exposto no 4º artigo do mesmo documento, essa licença é necessária no caso de se tratarem de *“imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação”*.

PDM de Castelo Branco

O Plano Diretor Municipal de Castelo Branco na sua secção III aborda exclusivamente o tema de Património Cultural, definindo que o licenciamento de quaisquer intervenções nos *“Monumentos nacionais, imóveis de interesse público, imóveis de valor concelhio, conjuntos e sítios”*, além de precisarem da aprovação pela Câmara Municipal, anteriormente a isso, carecem de parecer do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (função hoje da Direção Geral do Património Cultural). De igual forma, não é possível executar demolições, construções ou reconstrução sem os respetivos pareceres nas zonas próximas a esses monumentos, por se constituir automaticamente uma zona de proteção, correspondendo *“a 50 m contados a partir dos limites exteriores dos imóveis”*.

O PDM inclui ainda na mesma secção a listagem dos imóveis classificados dentro dos limites do centro histórico e da devesa, distribuídos por três categorias, monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis em vias de classificação. É ainda apontado neste regulamento que as intervenções na zona histórica e da devesa devem ser orientadas por plano específico, neste caso, o Plano Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco (PPZHD-CB).

PP da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

O plano que se torna mais relevante no caso em concreto, o Plano Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco, apresenta as principais condicionantes de intervenção na área nomeada. Este plano em especial, tal como os outros planos de pormenor, é constituído por regulamento (com as imposições legislativas), planta de implantação e planta de condicionantes (ver anexo 2) (ambas à escala 1/1000).

Logo no primeiro capítulo define as diferentes áreas abrangidas pelo plano pormenor, considerando-se uma parte alta correspondente à “*zona histórica situada dentro do perímetro das muralhas*”, e uma parte baixa, englobando a “*zona histórica situada fora do perímetro das muralhas*”. No capítulo seguinte enumera a lista de monumentos nacionais, imóveis de interesse público, de interesse municipal e em vias de classificação, adicionando alguns aos já mencionados no PDM.

No IV capítulo, após uma descrição exaustiva dos equipamentos existentes na zona, no artigo 18º esclarece a classificação dos diferentes imóveis existentes, distribuindo-os pelas categorias de:

- a) Imóveis notáveis - edifícios de características singulares e elevado valor arquitectónico e histórico;*
- b) Imóveis de interesse - edifícios com características tipológicas e compositivas de especial significação arquitectónica e ambiental, quer associados quer individuais;*
- c) Imóveis de conjunto - edificações sem valor intrínseco específico, salvo o que resulta da sua contribuição ao acompanhamento de outros edifícios, constituindo assim unidades ou conjuntos que fazem o cenário urbano;*
- d) Imóveis sem interesse - aqueles que pela sua composição, volumetria, materiais ou cores não trazem para o conjunto edificado qualquer interesse;*
- e) Imóveis dissonantes - aqueles que pela sua composição, volumetria, materiais ou cores entram em conflito com os edifícios confinantes e com o espaço urbano.”*

A distribuição dos imóveis por categorias ajuda a identificá-los na planta de implantação em anexo ao mesmo regulamento, na qual se encontram assinalados, com a letra **a** os imóveis notáveis, **b** os imóveis de interesse, **c** os imóveis de conjunto, **d** os imóveis sem interesse, e por último, **e** os imóveis dissonantes.

O capítulo V, dedicado a “*Disposições relativas a lotes e edifícios privados*”, no que se refere à realização de obras, evidencia o facto de estas, ao mesmo tempo que dão aos edifícios “*boas condições de habitabilidade*” (no que toca a iluminação, ventilação e dimensões mínimas legais), devem respeitar a “*morfologia e tipologia existentes*” e ainda preservar o carácter e os “*elementos notáveis que constituem e reforçam o valor cultural da sua imagem*”. Reforça-se assim a importância conferida ao património cultural, através da sua salvaguarda e valorização.

Seguindo para o artigo 20º do mesmo capítulo, enuncia-se o tipo de obras possíveis em cada edifício de acordo com a sua classificação. Para todos os tipos de imóveis é possível recorrer a obras de conservação, reabilitação e restauro; nos imóveis de conjunto, imóveis sem interesse e imóveis dissonantes adicionam-se as hipóteses de reconstrução e ampliação, sendo que, nos últimos dois tipos de imóveis,

passíveis de demolição, *“as subsequentes obras de construção deverão sujeitar-se a projectos com linguagem de arquitectura contemporânea”*, cumprindo todos os pressupostos de áreas de construção, volume e cêrceas do enquadramento.

De grande relevância se mostra o artigo 25º, abordando as *“Disposições gerais sobre acabamentos exteriores”*, fixando, para obras de *“reabilitação, conservação e reconstrução dos edifícios existentes”*, normas relativas a:

- coberturas, que deverão ser em telha de canudo de cor vermelha, *“aplicada sobre estrutura de madeira, onduline, laje de esteira, poliestireno extrudido ou outro isolante”*. Com remate de beirado tradicional simples, duplo ou triplo;

- rebocos exteriores, a executar em argamassa bastarda, com traço de cal adequado e pintado com leite de cal ou tinta de água cujas cores *“deverão ser em tons pastel, de preferência usando-se o branco e os ocre”*;

- cantarias, soleiras e peitoris, cuja pintura é proibida e quando for necessária a substituição, devem permanecer os pormenores atuais em que *“as soleiras das portas serão sempre em pedra maciça da região”*;

- caixilharias exteriores, obrigatoriamente em madeira pintada, podendo colocar-se outra janela pelo interior, em alumínio lacado ou pvc, com *“apenas um vidro por folha”* e *“caixilho à cor natural da madeira”*. As portas danificadas, sempre que seja necessária a sua substituição, as novas devem *“manter o desenho original”* e ser em madeira pintada ou envernizada.

Ainda se adscvem alguns aspetos como a proibição de colocação de estores (sendo apenas permitida a instalação de portadas interiores) e de equipamentos técnicos nas fachadas dos edifícios. Ou ainda a incumbência de recuperar as varandas, sempre que apresentem gradeamentos, (sejam em ferro ou madeira) devendo ser pintados em tinta esmalte, ou envernizados. Caso haja intenção de colocar painéis solares, a situação será sempre apreciada caso a caso, pois os mesmos não podem ser visíveis nem do castelo, nem da rua.

Rematando, no artigo 30º é revelado que a Câmara Municipal de Castelo Branco pode proceder à *“aquisição de imóveis para demolição e reconstrução e para recuperação”*, *“realização de obras”* e posterior venda. A mesma possui ainda o direito de notificar os proprietários de edifícios degradados, para que procedam à sua recuperação, podendo exigir a sua expropriação em caso de incumprimento²⁰.

Lei Base do Património

O decreto-lei 107/2001 de 8 de Setembro de 2001 veio lançar as bases de defesa e valorização do património, mostrando forte influência das cartas internacionais sobre esta temática.

Logo no título I são definidos os elementos integrantes do Património cultural, como *“todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”*. De entre os quais podemos destacar a referência aos *“bens imateriais”* por se apresentarem como parte estruturante *“da identidade e da memória colectiva portuguesas”*, enquadrando *“os respectivos contextos”*.

Na mesma lei define-se a política do património como base para a aplicação de *“orientações estratégicas”* e de *“prioridades de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investiga-*

²⁰ - Conforme o estipulado no artigo 128º do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, sobre ordenamento do território e de urbanismo

ção e divulgação do património cultural” (estruturadas em planos, programas e diretrizes). Já no título IV, descrevem-se os bens imóveis como podendo “*pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio*” podendo receber classificação de “*interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal*”.

A Secção I do Capítulo I do Título V aborda os direitos e deveres dos detentores de património, reforçando que estes têm a obrigação de “*conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração*”. Todo o bem imóvel de interesse nacional e municipal apresenta condicionantes por pertencer a património, podendo os seus detentores usufruir de “*apoio, incentivos, financiamento e estipulação de contratos e outros acordos*”, aquando de uma intervenção que vise “*alteração, conservação ou restauro*”, sendo esta sempre sujeita a autorização prévia. No artigo 41º do mesmo título é expressa a proibição da “*execução de inscrições ou pinturas em imóveis classificados (...) ou em vias de classificação (...), bem como a colocação de anúncios, cartazes ou outro tipo de material informativo*”, aplicando-se de igual forma aos centros históricos.

A mesma lei pretende que o património cultural imóvel se transforme num elemento potenciador da coerência e qualidade formal do local em que se insere, seja dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, ou do ambiente e paisagem, promovendo “*a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem*” (art. 44º).

Passando aos projetos em específico, “*para as obras de conservação, modificação, reintegração e restauro*” do património, e aqui também à luz das recomendações internacionais, revela-se a obrigatoriedade dos mesmos serem da autoria de técnicos qualificados na área, sendo sempre necessária a incorporação de um relatório justificativo da “*importância e a avaliação artística ou histórica da intervenção*” (art. 45º).

Fica claro, no artigo 50º, que o Estado, sempre que verifique a violação dos deveres por parte dos proprietários de bens classificados, pode proceder à sua expropriação (ou em caso manifesto da vontade do proprietário em ser expropriado).

Chegando às intervenções propriamente ditas, nos monumentos, conjuntos e sítios, é especificado que estas não poderão ocorrer, sejam elas no exterior ou no interior dos mesmos, nem ainda realizar uma alteração de uso, “*sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente*” (art. 51º). Além da autorização, qualquer intervenção realizada no enquadramento paisagístico dos monumentos, que incida “*no volume, natureza, morfologia ou cromatismo*” não pode deturpar a “*contemplanção do bem*” (art. 52º).

A área do monumento classificado impõe ao município a elaboração “*de um plano de pormenor de salvaguarda para a área a proteger*”, estipulando a ocupação e usos prioritários, áreas a reabilitar, normas específicas de proteção do património, linhas estratégicas e critérios de intervenção. É neste enquadramento que surge o Plano Pormenor do Centro Histórico e da Devesa de Castelo Branco atrás mencionado.

É no título VI estipulado que faz parte da valorização dos bens culturais o desenvolvimento de um programa de manutenção, que vai além da “*conservação preventiva e programada*”, englobando investigação e pesquisa históricas e não só, sobre os quais deve haver sensibilização, divulgação e formação como forma de proteção dos “*centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios*”. Ainda no mesmo título trata-se do património arqueológico, definindo-se que este é integrado por “*todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos*”. Importante referir, e em especial quando se tratam de intervenções no centro histórico que requeiram movimento de terras, com maior probabilidade poderá ocorrer o surgimento de vestígios arqueológicos, sendo obrigatório

“dar conhecimento do achado (...) à administração do património cultural competente ou à autoridade policial”. Logo, a orçamentação da obra deverá prever um valor a ser disponibilizado na eventualidade de se proceder a trabalhos arqueológicos, regidos por regulamento específico, em anexo ao decreto-lei nº 164/2014 de 4 de Novembro.

Já no final do decreto-lei, o Título X aborda a temática dos benefícios e incentivos fiscais (relacionados com o património), visando a cedência de apoios financeiros ou “recurso a formas especiais de crédito” a titulares de direitos sobre “bens culturais classificados ou inventariados” sob condição de procederem a “trabalhos de protecção, conservação e valorização dos bens” de acordo com os trâmites estabelecidos²¹.

Fundo de Salvaguarda do Património Cultural

Com vista ao financiamento das acções de intervenção no património, foi criado o Fundo discriminado no decreto-lei nº 138/2009 de 15 de Junho. O financiamento através deste fundo é orientado para as “medidas de protecção e valorização”, a aplicar em “Imóveis, conjuntos e sítios integrados na lista de património mundial” ou ainda em “bens culturais classificados, ou em vias de classificação (...) em risco de destruição, perda ou deterioração”.

O Fundo destina-se de igual modo a “acudir a situações de emergência ou de calamidade pública em relação a bens culturais classificados” (ou em vias de classificação), e ainda financiar operações de reabilitação ou aquisição de bens culturais e fornecer apoio financeiro a intervenções sobre “bens culturais classificados, ou em vias de classificação” (de interesse nacional ou público), sugeridas pela Administração Pública.

Não aplicado neste caso em concreto, temos o **Decreto-Lei nº 243/86** de 20 de Agosto, Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços. É previsto, no seu artigo 4º do capítulo II, que “a área útil por trabalhador, excluindo a ocupada pelo posto de trabalho fixo, não deve ser inferior a 2m²”, sendo que a obrigatoriedade de pé direito fixa nos 3m, tendo uma tolerância até 2,70m nas zonas de trabalho, no caso de edifícios adaptados, podendo descer até 2,2m de altura em locais de armazém, “desde que neles não haja permanência de trabalhadores”. E, também importante, o ponto 3 desse mesmo artigo, referindo que: “Todos os estabelecimentos comerciais, escritórios e serviços que (...) já funcionem em instalações cujo pé direito seja inferior aos mínimos exigidos (...) deverão dispor de meios complementares de renovação de ar”.

Nestes artigos podemos ver as excepções a aplicar ao património, por se tratar de obras já edificadas aquando da aprovação do regulamento.

2.1.4 - O Papel do Designer na Reabilitação de Edifícios Antigos

Numa primeira abordagem, de forma a clarificar as funções de um Designer de Interiores, analisámos o documento oficial da classificação portuguesa das profissões²² (edição do ano de 2011). A profissão enquadra-se no grupo base 2163 “Designers de produto, têxteis, moda e de interiores”, do sub-grupo

²¹ - É neste contexto enquadrado o surgimento de programas como o RECRIA e o PRID, já abordados no subtítulo 2.1.2, do capítulo 2, dedicado ao processo de reabilitação urbana.

²² - Classificação Portuguesa das Profissões, Edição de 2011, disponível em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2], acedido a 30 de Junho de 2014

216, “Arquitectos, urbanistas, agrimensores e designers”, do sub-grande grupo 21, “Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins”, integrado no grande grupo 2 - “Especialistas das Actividades Intelectuais e Científicas”.

Na profissão designada com o código 2163.3, o Designer de interiores também pode ser referenciado por Designer de espaços ou ambientes. Nas suas competências, enquadram-se as atividades de:

“• Projetar e orientar a execução de espaços interiores e exteriores de cariz cultural, comercial, industrial, empresarial, doméstico, hospitalar, religioso, desportivo, de lazer ou de recreio, fazendo intervenções de preservação, requalificação e valorização ambiental e paisagística

- *Coordenar e/ou colaborar no desenvolvimento e planificação, nas definições e no programa a realizar*
- *Analisar as condicionantes existentes (prazos, recursos, mercados, legislação, sustentabilidade, etc.)*
- *Elaborar documentos escritos, ficheiros digitais, planos, desenhos e maquetas*
- *Acompanhar e orientar a execução dos trabalhos*
- *Harmonizar os aspectos estéticos com requisitos técnicos, funcionais, ecológicos e de produção.”*

Não havendo dúvidas quanto às atividades que um designer de interiores pode executar, podemos esclarecer qual o seu papel na reabilitação de edifícios antigos, de valor patrimonial.

Em primeiro lugar é importante referir que a reabilitação de edifícios tradicionais transforma-se numa tarefa complexa, principalmente pela necessidade intrínseca de conhecimento sobre técnicas e materiais tradicionais, seus comportamentos e compatibilidades com técnicas e materiais mais recentes. A legislação não abrange todas as vertentes desta área, revelando-se insuficiente no controle das intervenções de reabilitação e conservação.

O Design de Interiores, componente do projeto de reabilitação de um edifício, deve promover o respeito pela qualidade original do construído, mantendo as suas características patrimoniais, seguindo as recomendações expressas nas cartas e normas internacionais. Podemos pensar que isto se torne uma limitação à criatividade do Designer, mas pelo contrário, pode revelar-se num fomento para a criação de soluções particularmente atrativas, criativas, respeitadoras dos valores culturais e humanos, que transportem o passado e o presente históricos às gerações futuras.

Em primeira instância a intervenção por parte do designer de interiores, antes de mais, deve fornecer as condições de salubridade, higiene e segurança do espaço, sem deturpar o seu valor patrimonial, dotando-o de conforto, sendo totalmente repreensível o desrespeito pelos valores do edificado, e do ambiente, pela utilização de soluções nocivas à integridade cultural. Palavras como manutenção, conservação, reabilitação e sustentabilidade, andam na ordem do dia, felizmente, e não podem ser ignoradas pelo designer. Em segundo lugar, e não menos importante, vem a responsabilidade social e ambiental, pelo que as opções de projeto devem cumprir os requisitos de integração social, e não de exclusão, sendo que o designer deve estar consciente que cada opção tomada reflete-se com determinado impacto no ambiente.

É importante esclarecer que, para a reabilitação de qualquer edifício tradicional, é essencial a intervenção de técnicos de formação adequada, experiência comprovada, evitando desta forma erros irreversíveis. Logo o Designer de interiores deve integrar a equipa e tirar o máximo partido do conhecimento desta, percebendo que o projeto é composto de várias particularidades e para o qual é necessário o contributo de todos.

2.2 - Castelo Branco: das suas origens até aos nossos dias

2.2.1 - O passado incerto até ao reinado de D. Afonso Henriques

Castelo Branco deixa-nos na dúvida quanto ao seu passado. Sobre o seu percurso mais longínquo, pouco nos pode ajudar a comprovar a existência de alguma povoação, anterior à era dos Templários. São vários os autores²³ que investigaram as origens históricas desta terra, indicando sempre a indubitável falta de provas, encontradas até hoje, que possam corroborar o surgimento mais remoto desta cidade.

No entanto, apesar da neblina que paira sobre a fundação, é possível referir a presença humana durante o período do paleolítico (LEITE, 1991, p.11), bem como uma *“incontornável (...) pré-existência romana na região”*, ambas comprovadas por vestígios que têm vindo a ser revelados ao longo dos tempos (SILVEIRA *et al*, 2003, p.15). É certo, que visto de um ponto estratégico, a posição geográfica privilegiada do *“outeiro onde está implantado Castelo Branco era o bastante para que ali tivesse existido pelo menos uma «villa romana»(...)*(LEITE, 1991, p. 12).

Reza a tradição, embora não comprovada, da permanência nesta região de uma população à qual era dado o nome de *Belcagia*, situada entre os montes de S. Martinho, Mércoles e Santa Ana, como nos diz Roxo, na sua monografia:

“(...) em tempos remotíssimos, existira a cidade de Belgaios, ou Belgaia, ou ainda Belcagia, situada na base do triângulo formado pelas capelas actuais de São Martinho (que é o vértice), Sra de Mércoles e Santa Ana, à distância de 2500 metros de Castelo Branco.” (ROXO, 1890, p. 16)

Continuando na tradição, conta-se que essa povoação, em decadência devido a uma epidemia que se abatia sobre ela, se viu obrigada a deslocar para outra zona, ali perto, onde conseguira prosperar:

“(...) os habitantes desta povoação foram cruelmente dizimados por uma epidemia, que vitimava tanto a gente como os animais. Nesta conjuntura aflitiva observaram que alguns bois de lavoura, (...) abandonavam as pastagens do termo da povoação, e se dirigiam para as veigas das faldas da Cardosa. Notaram mais que estes animais engordavam, e não eram atacados da peste (...). À vista disto deliberaram os belgaios abandonar por completo a povoação e os campos e vir a fundar uma nova povoação no sítio da Cardosa onde hoje existe a cidade de Castelo Branco.” (ROXO, 1890, p. 16-17)

Cardoso (1953, p.14), com base na tradição e nas suposições de António Roxo, avança com estas, lançando a teoria de que o povo, descendo do Monte de S. Martinho, viera a fixar-se no serro da Cardosa, criando ali o seu castro, justificando a sua presença pelo relato de monumentos epigráficos lá avistados.

Santos (1958, p.12) refere, antes da última reconstrução de que o castelo foi alvo, já no ano de 1940, alguns desses vestígios ainda nele permaneciam:

“No cunhal Nascente-Sul da torre do castelo que ainda subsiste existiu (...) uma pedra quadrangular aparelhada à romana em duas almofadas que a dividiam em partes iguais, numa das quais estava esculpido um “Phallus”, emblema do deus Priapo da religião pagã. (...) Na fachada principal da alcáçova do castelo [já demolida] notava-se uma pedra com um peixe esculpido.”

Disserta ainda sobre inscrições tumulares, visíveis em duas lápides romanas. Uma compunha parte

23 - António Roxo, na sua *“Monografia de Castelo Branco”*, refere que a Origem de Castelo Branco é um tanto incerta, sabendo que *“na história desta cidade os documentos antigos não abundam”*, mas pelos poucos existentes, podemos lançar uma data aproximada (ROXO, 1890, p.7).

No álbum histórico do programa Polis em Castelo Branco, nas palavras de Pedro d’Oliveira, podemos averiguar a mesma informação que António Roxo nos facultou (SILVEIRA *et al*, p.15).

Já Ana Leite nos diz que, *“embora a região tenha sido escolhida nos tempos mais remotos pelo Homem que desde o Paleolítico ali foi deixando vestígios da sua passagem, é difícil recuarmos a fundação de Castelo Branco até à Pré-História, ou mesmo à Proto-História, por falta de testemunhos arqueológicos.”* (1991, p.11).

do troço de muralha que fora demolido no século XIX, desconhecendo-se hoje o seu paradeiro, sendo que a outra apenas foi revelada em 1928, em ocasião da reconstrução de uma casa, sita na rua de Santa Maria, estando hoje presente no Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Nas lápides podemos ler (já de forma traduzida), as seguintes inscrições:

- *“Cílio Boute, pai e Sunua, filha de Apanão, mãe, (dedicam a seus filhos) Lucano de 30 anos, Amena de 16 e Máxima de 13”*

- *“C. Amio Avito (dedica) a F., seu pai e a Camira, filha de Apanão, sua mãe.”*

Durante escavações, levadas a cabo por João Ribeiro nos limites do castelo, entre o final da década de 70 e início da de 80 do século passado, encontraram-se vestígios de cerâmica árabe e romana²⁴, mas insignificantes na sua quantidade, comparativamente aos de épocas posteriores. É importante referir que aquela zona sofreu sucessivos aterros, deixando o depósito de vestígios em camadas de maior profundidade (dificultando os trabalhos).

E são estes registos menos claros que nos impossibilitam a construção fiel de um passado mais distante desta cidade. Não conseguimos provar *“qualquer foco de povoação romana”*, havendo ainda a possibilidade dos poucos vestígios terem *“sido para ali deslocados de áreas próximas”*. (SILVA, 2004, p.48)

Apenas temos como certo que não existe qualquer testemunho real que possa comprovar a existência duma povoação, naquele local, antes da Idade Média liderada pela monarquia Lusitana.

No entanto, e no que concerne a mais indícios encontrados na região, é já em 1903, que Francisco Tavares Proença²⁵ recolhe do Monte de S. Martinho dois monólitos, presentes agora no Museu com tributo a seu nome. (SANTOS, 1958, p. 11) Mais recentemente, há cerca de duas décadas, prosseguindo-se com promissoras prospeções no local, vieram à luz do dia mais traços de ocupação em tempos distantes:

“(…) este alto conheceu posteriormente outras campanhas de escavação e prospecção levadas a efeito pela Dra Clara Vaz Pinto, (...) no decurso dos anos 80 e 90. Estas revelariam uma cronologia ocupacional que abarca um longo hiato temporal, desde a Idade do Bronze até às Épocas Medieval e Moderna (...), com evidentes sinais de romanização de permeio.” (SILVA, 2004, p. 34)

Ficaram as suposições por desvendar e a verdade sobre os tempos pré-medievais de Castelo Branco guardada, à espera, até que alguém a revele, apenas confirmando-se que as proximidades, e aí sim podemos afirmar com veracidade, foram civilizadas.

2.2.2 - Da doação da Herdade da Cardoso à formação de Castelo Branco

É já no século XII que se começa a esboçar a verdadeira história de Castelo Branco. Portugal havia *“nascido recentemente, (...) fundado em fragmentos do solo das antigas divisões territoriais da Hespânia celtica, punica e romana”* (HERCULANO, 1875a, p.29). E, em 1165, é doada a *Herdade da Cardoso* à Ordem do Templo, pelo fundador do reino de Portugal, D. Afonso Henriques, *“com a condição de a povoarem e de a defenderem do inimigo.”*

²⁴ - O resumo do trabalho de prospeção desenvolvido no castelo, coordenado por João Henriques Ribeiro, pode ser consultado no Portal do Arqueólogo, disponível através do endereço Web da secção de arqueologia do IGESPAR (ver webgrafia: “Escavações no castelo de Castelo Branco”). Levado a cabo em vários períodos compreendidos entre os anos de 1979 e 1984, de onde surgiram sepulturas antropomórficas, estelas funerárias e tampas de sepulturas, espólio que se pensa ser do século XV (moedas, pregos, contas e medalhas), uma possível cisterna e calçada medievais, cerâmicas e anéis de vidro. Revelou-se ainda a estrutura primitiva da Igreja de Santa Maria, correspondente ao estilo Românico.

²⁵ - Francisco Tavares Proença, nascido a 1 de Junho de 1883, natural de Lisboa, ingressa numa breve carreira na arqueologia, realizando várias escavações em Castelo Branco, no Monte de São Martinho, Senhora de Mércules e Santa Ana. Publica o seu estudo sobre “inscrições romanas de Castelo Branco” no “Archeologo Português”, no ano de 1907. Em 1910 inaugura o Museu Arqueológico de Castelo Branco, do qual é diretor. Sai do país por motivos políticos, acabando por falecer na Suíça a 24 de Setembro de 1916, com apenas 33 anos. Após a sua morte, o museu do qual foi diretor, passa a denominar-se “Francisco Tavares Proença Júnior”, em sua homenagem (ver webgrafia: “Quem foi Francisco Tavares Proença Júnior”).

Ao que parece, não é já que os Templários se apossam desta terra, levando a que, no ano de 1198, o seu filho, D. Sancho I renove a doação (SILVEIRA *et al*, 2003, p.16). D. Sancho I, “*dedicava-se activamente a organizar a defesa do reino*” adicionou “*territorios vastissimos, que se dilatavam ao longo da margem direita do Tejo*” nesta doação. Toda a região de Idanha ficava sob comando dos Templários, através da estratégia política e defensiva adoptada pelo rei de Portugal (HERCULANO, 1875b, p. 237-240). É também nessa altura que surge menção a *Vila Franca da Cardosa*, regida por um nobre de nome Fernando Sanches. Segundo Cardoso (1953, p.38-40), existira Vila Franca da Cardosa e Moncarche ou Castelo Branco de Moncarchino, duas povoações distintas, posteriormente aglutinadas numa só.

É muito provável que nos surja a questão de onde apareceram estes dois aglomerados, mas de facto não o conseguimos desvendar com fidelidade. Toda esta área territorial pertenceu, em tempos, à bem conhecida Egitânia²⁶, município de fundação romana, sede de diocese e ponto de cruzamento dos principais caminhos da Beira, já nos princípios da era após o nascimento de Cristo. “*No século VI a diocese Egitanense aparece-nos dividida em 3 paróquias*”, uma delas pertencente aos “*francos*” que, “*na sua evolução através dos séculos aparece organizada municipalmente no século XIII sob o nome de Vila Franca da Cardosa*” (CARDOSO, 1953, p.50).

A rede viária sofreu alterações naturais com o passar do tempo e, no século XII, as estradas que seguiam para a Egitânia “*já se cruzavam na Cardosa*”. No século XIII, o sistema de comunicações deixava de ter o seu ponto fulcral na Egitânia da era romana, sendo “*substituído por outro sistema viário, centrado agora em Castelo Branco*”, mais adequado à estrutura política que agora se impunha no jovem País, com centro principal em Lisboa.

Foi este o impulso para o desenvolvimento de Vila Franca da Cardosa, “*município sito no lado sul do sopé da Serra da Cardosa*” (MATOS, 1972, p.28-30), acompanhado por Moncarche, do outro lado da colina. Em 1209, Fernando Sanches, até então titular único de Vila Franca da Cardosa, entra em negociações com a Ordem do Templo, acabando por lhes doar metade da vila (ROXO, 1890, p.17). No entanto, e passados pouquíssimos anos, Vila Franca da Cardosa é adquirida na sua totalidade por D. Afonso II, sendo de seguida doada à Ordem do Templo, no 1º de Novembro de 1214. Tal doação é confirmada pelo Papa Inocêncio III em 1245, surgindo pela primeira vez o nome de “*Castelo Branco*” documentado (SILVEIRA *et al*, 2003, p.16). Ficaram assim os Templários, “*a partir desta data, na posse total da herdade. Esta propriedade compreendia, entre outras, as terras de Castelo Branco*” (LEITE, 1991, p.13).

D. Pedro Alvito, mestre da Ordem do Templo, concede-lhe carta foraleira em data que nos trás algumas dúvidas, acentuado pelo facto do documento apenas ter sido reduzido a escrito após a sua morte. Neste documento é registada a intenção de “*restaurar e povoar Castel-Branco*” (SANTOS, 1958, p.20).

Posteriormente, “*Castelo Branco de Moncarchino aglutinou Vila Franca e as suas aldeias, incorporando-as no alfoz de Santa Maria do Castelo*”. Vila Franca da Cardosa via-se estéril, a perder população a favor “*do outro lado da serra da Cardosa [onde] um outro povoado renascia para o labor intenso da sua vida agrícola*”, propiciado por terras mais férteis, até que, em 1255, já não temos notícia de Vila Franca como “*povoado municipalmente organizado*” (CARDOSO, 1953, p.50-54).

²⁶ - Egitânia, ou Idanha-a-Velha como hoje conhecemos, teve grande importância nos períodos Suevo-Visigótico e Romano, perfeitamente documentados (SILVA, 2004, p.10). Mostrou-se como centro da área da Beira Baixa e ligação dos principais caminhos terrestres da mesma, tendo sido de domínio romano por mais de meio milénio, e “*ponto de passagem obrigatório de toda uma vasta região ao sul do Douro para a capital da província romana da Lusitânia: Mérida*”. Após 713, a destruição deixada pelos Árabes levou a que diversos reis tentassem repovoar a cidade, tentativa, no entanto, sem sucesso. O sistema de comunicações tinha sido alterado e o local que em outros tempos era de extrema importância, veio a permanecer decadente. (MATOS, 1972, p.28-29)

2.2.3 - Castelo Branco: a estrutura castelar e o desenvolvimento urbano

No cimo do outeiro, com visibilidade privilegiada, encontra-se instalado o castelo, ou o que resta dele nos dias de hoje. Não sabemos ao certo quando se iniciou a sua construção, mas é-nos dada certeza da sua conclusão até ao ano de 1230, data em que é referido num documento. É levantada a hipótese deste castelo ter sido feito à imagem de um outro erigido na atual Síria, em “Chastel Blanc”²⁷, pensando-se que, de uma forma analógica, a base originária do nome Castelo Branco, soando-nos esta hipótese com mais sentido, ao invés de outras teorias²⁸ lançadas para o caso (SILVEIRA *et al*, 2003, p.17).

A construção do cerco muralhado foi concebida em duas fases. A primeira, possivelmente integrada durante a edificação do castelo templário e a segunda, pouco mais de um século depois, levada a cabo pela Ordem de Cristo. Neste curto tempo Castelo Branco, confinado a uma pequena estrutura no topo da Cardosa, cresce de forma exponencial, levando a que D. Dinis, aquando da sua visita a Castelo Branco, ainda no ano de 1285, verificasse que a muralha da vila se colocava como um entrave à sua expansão (MOURA *et al*, 2009, p.17). Possivelmente por este motivo, e com a intenção de reforçar a estrutura defensiva, datados do mês de Janeiro de 1343, temos dois documentos²⁹, escritos pelo Frei Dom Estevão Domingues, Mestre da Ordem de Cristo, em que fica gravado o facto de se estar a cercar as vilas de Castelo Branco e de Nisa, em prol da vontade de *El-rey*, na altura D. Afonso IV, filho de D. Dinis.

A partir da alcáçova Castelo Branco esgueirava-se colina abaixo. No início do século XIII, “*A vastidão do castelo seria suficiente para abrigar as pessoas existentes na altura, em caso de perigo*” (NUNES, 2002, p.16). A primeira estrutura muralhada possuía um número reduzido de portas, duas delas bem próximas da alcáçova, localizadas em torreões que a ladeavam. Eram elas a “Porta da alcáçova ou da Cerca de cima” e a “Porta da Traição” (ou como consta na planta de Duarte d’Armas, Porta Falsa). Com o crescimento da povoação começaram-se a traçar as ruas. Logo junto ao castelo, a rua dos Mercadores (hoje rua do Mercado), manifesta-se com



Figura 02.04 - Vista sueste da Vila de Castello Branco, Duarte D'armas, século XVI (imagem cedida pelo GRCHCB)



Figura 02.05 - Vista noroeste da Vila de Castello Branco, Duarte D'armas, século XVI (imagem cedida pelo GRCHCB; legenda - figura 02.06)

²⁷ - Nuno Villamariz, num estudo recente, consegue subtrair algumas semelhanças entre as duas fortificações. O facto de os dois castelos terem sido erigidos pela mesma entidade - A Ordem do Templo - reforça esta possibilidade. (SILVEIRA *et al*, 2003, p.17)

²⁸ - É lançada a teoria que Castelo Branco tenha sido descendente de Castra Leuca, por conta do surgimento de Leucas na Primavera, neste local. Ainda outra, devendo-se ao facto de em altura de nevão, o castelo se cobrir de um manto branco. (SILVEIRA *et al*, 2003, p.17)

²⁹ - Nos dois documentos, copiados integralmente pelo Dr. João Gouveia Tello Gonçalves, publicados no Correio de Nisa, além de se verificar o desenvolvimento das cercas das vilas de Castelo Branco e Nisa, ainda temos a autorização para aplicar na construção da muralha, os rendimentos da Sisa (serviço de impostos de sua alteza), até um limite máximo de 600 libras.

grande importância durante a regência dos Templários; nela se desenvolviam as atividades comerciais, e sociais, em pleno centro do povoamento. A rua acompanha o declive menos acentuado, descendo suavemente em direção a Nordeste (MOURA *et al*, 2009, p.26). Do fim desta iniciou-se a do Arressário, com pendente orientada em sentido oposto dando, mais tarde, ligação à rua de Santa Maria, através da rua dos Chões. Entre elas, e para um acesso mais rápido à alcáçova, mas com declive fortemente acentuado, surgiram as ruas perpendiculares (NUNES, 2002, p.11).

É de notar que a malha urbana, principalmente no início, se desenvolveu com maior densidade na encosta Sueste do monte, reservando-se o resto da encosta ao labor rural, com espaços cultivados e arborizados, dos quais ainda hoje permanecem vestígios (MOURA *et al*, 2009, p.26). Nas ilustrações de Duarte d'Armas, elaboradas no início do século XVI (figuras 02.04 e 02.05 da página anterior), o podemos verificar e ainda ver a imponente muralha, que já havia sofrido o aumento e a abertura de mais portas. Na totalidade, existiram oito entradas, a "Porta da Traição"³⁰ já mencionada, a "Porta da Vila", "Espírito Santo", "Esteval", "Ouro", "Relógio", "Santiago" e "Santarém". Estas estavam localizadas estrategicamente para receber a população que vinha pelos caminhos de terras próximas (SILVEIRA *et al*, 2003, p.22). Mais tarde, para benefício dos habitantes, ainda foram abertas mais duas portas "Postiguinho de Valadares" e "Postigo" (LEITE, 1991, p.16).

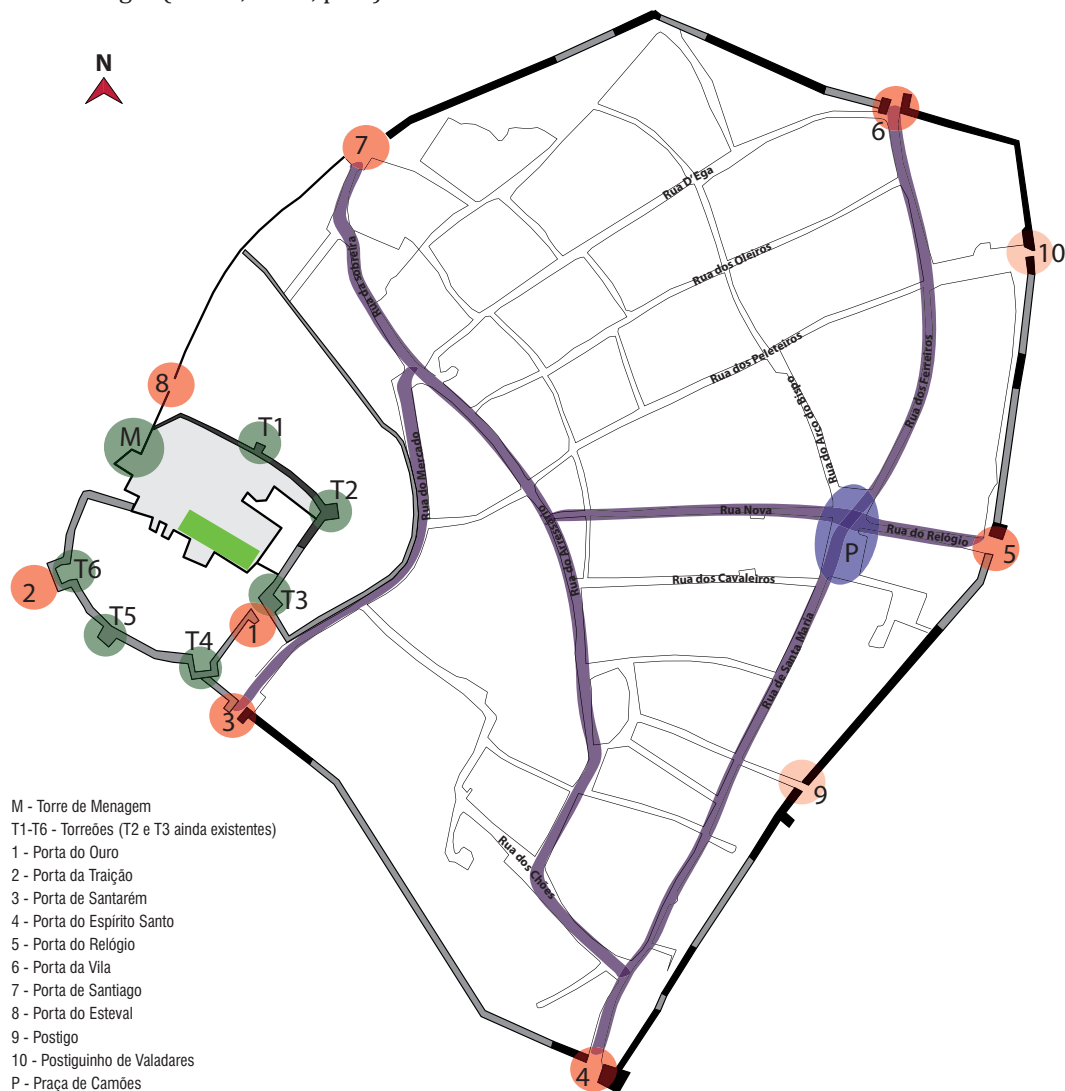


Figura 02.06 - Mapa geral com indicação das portas da muralha e arruamentos principais, imagem da autora

³⁰ - NUNES (2002, p.63) refere, sobre a sua análise dos desenhos de Duarte d'Armas, que o mesmo identifica a porta da Traição pelo nome de porta Falsa, "e poderia sê-lo, de facto."

O crescimento é espelhado no traçar das ruas Nova e Santa Maria, as duas com acesso imediato ao novo centro social e económico denominado “Praça de Camões” (ou Praça Velha). Olhando para a imagem da página anterior (figura 02.06), identificamos desde logo as ruas de maior expressão no desenvolvimento urbano, tornando-se curioso ainda observar algum cuidado no desenho das ruas principais, sendo que estas apresentam uma orientação perpendicular à do vento predominante (sentido de nor-nordeste), *“deste modo, os ventos encanam e distribuem-se pelas vielas, (...) [e] o desfasamento entre elas parece ser uma tentativa de enfraquecer a força do vento”* (MOURA et al, 2009, p.43).

A abraçar a alcáçova temos a rua do Mercado, seguida da rua do Arressário na qual inicia a rua Nova, esta transformada num *“eixo-charneira (...) que une a Torre de Relógio à Torre de Menagem do Castelo, rasga a cidade a meio, seguindo uma rigorosa orientação nascente-poente”*. Separando a vila ao meio, é pela rua Nova que o centro político, económico e social desce do cume do outeiro, facto confirmado por *“notícia de que já em 1413 o concelho era realizado numa casa da Rua Nova, só mais tarde se fixando na Praça Velha”* (MOURA et al, 2009, p.32). Do lado norte da dita, prosperavam as ruas dos mesteirais (Peleteiros, Oleiros, Ferreiros), enquanto a sul os topónimos atribuídos remetem-nos para um *“cariz predominantemente agrícola”*, atestado pelas ruas *“dos Chões”, “dos Lagares”, “das Cabeças”, “do Poço das Covas”, “dos Cavaleiros”, “dos Currais”* (hoje Tenente Valadim), e outras (NUNES, 2002, p.14).

O século XV, fim da era Medieval, é marcado pelo aumento de residentes. De facto, em pouco tempo *“crescem mais de 60 por cento os principais núcleos habitacionais”* entre eles os da Guarda, Castelo Branco e Covilhã, propiciados pela *“fixação de judeus sefarditas fugidos de Espanha”*³¹. Cresce de igual modo o número de construções, relacionado com um período económico próspero, potenciado pelo comércio produzido pela *“comuna judaica”* da qual temos notícia através do *“registo dos impostos da sisa”* (MOURA et al, 2009, p.17; 32).

A rua de Santa Maria tornou-se uma das ruas mais movimentadas, mantendo-se assim até um passado mais recente, visto ser, juntamente com a rua dos Ferreiros, um eixo de ligação entre portas da muralha (Porta da Vila a Norte e Porta do Espírito Santo a Sul), por onde passavam os viajantes vindos dos caminhos que ali convergiam. O Ponto de confluência das duas ruas anteriores, da rua do Bispo (ou Arco do Bispo), da rua dos Cavaleiros (paralela à rua Nova), e da rua do Relógio originou um largo - a Praça Velha. Esta surge de um modelo urbanístico que deixava de ter a rua como elemento estruturante, predominantemente medieval, passando a formar uma nova centralidade, agora nas Praças, do tempo Manuelino, ainda no século XV. *“A Praça Velha, (...), constituía-se assim como um novo centro e era definida por edifícios e espaços marcantes e de grande importância para a vida da cidade”* (MOURA et al, 2009, p.37).

No início do século XVI (1510) D. Manuel permanece uns dias na vila e concede-lhe o novo foral (ROXO, 1890, p.192). Esta carta foraleira, nas palavras de Cardoso (1953, p.74), não passa de uma *“mera actualização do imposto de portagem do primitivo foral, por força da desvalorização da moeda”*, identificada logo nas primeiras linhas do documento³². E como Santos diz (1958, p.27), *“A vila achava-se então em franco progresso”* atestado pela presença ainda hoje identificável de *“características arquitectónicas do século XVI”*. São estas as casas quinhentistas, com influência direta do estilo manuelino vincada em alguns dos seus portados. Na mesma época, marcando a expansão além dos limites da vila muralhada, com a recém fundada Misericórdia, são edificados os conventos dos Agostinhos (1526), dos Capuchos (1562), a Sé de S. Miguel e, já no final do século (1596-1598), o Paço Episcopal e seus jardins (MOURA et

31 - É relacionado o aumento populacional da vila com o acolhimento de uma comunidade judaica. Em 1473 vemos que já teria uma presença considerável, indicada por uma carta em que D. Afonso V concede a autorização para a comunidade se estabelecer em mais uma rua. No entanto, é no período manuelino que, a favor dos reis católicos espanhóis, se decreta a expulsão dos judeus ou a sua conversão forçada à religião cristã (MOURA et al, 2009, p.32).

32 - Para uma análise mais profunda, consultar o respectivo foral, disponível em: [http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4223238]; ficheiro “PT-T-LN-46_m0060.tif”.

al, 2009, p.18). Em permeio destas edificações, no ano de 1535 *El-rei* D. João III proclama Castelo Branco como vila notável. Se voltarmos a olhar para as ilustrações de Duarte d'Armas, podemos averiguar o volume de construção já existente, àquela data, extramuros. De facto, é nesta altura que a expansão da vila lhe permite a criação de duas freguesias distintas, a de Santa Maria e a de S. Miguel (LEITE, 1991, p.8, 22).

A localização excepcional da vila em virtude da rede de comunicações viárias, já mencionada no início deste capítulo, e que tornou a região num ponto de passagem obrigatório, transformou-se num factor de desvantagem em determinados episódios históricos, nomeadamente as guerras. Os períodos de conflito trouxeram um nível elevado de destruição, originando pobreza, fome e estagnação nos momentos pós-guerra. Um dos edifícios que mais sofreu, e que é referenciado por autores como Roxo ou Silveira, terá sido a Igreja de Santa Maria do Castelo. Aquando da revolução contra o domínio filipino (Guerra da Restauração), no ano de 1648, foi a vila de Castelo Branco invadida por um exército espanhol que inclusive saqueou e incendiou a Igreja de Santa Maria. Pouco mais de sessenta anos depois, voltam os espanhóis à vila, na ocasião da guerra da Sucessão em Castela, permanecendo por volta de quarenta dias, jogando fogo à igreja novamente, e ainda destruindo parte da muralha. Cerca de seis décadas mais tarde, sofreu nova invasão, chegando até a igreja a servir de “*caserna e cavalaria*” (SILVEIRA *et al*, 2003, p.31). No permeio destes episódios fatídicos, dava-se lugar à recuperação e a uns breves momentos de revitalização e desenvolvimento da cidade. É caso para referir que, em 1771, Castelo Branco é elevada à categoria de cidade, por *El-Rei* D. José I, ao mesmo tempo que é criada a diocese de Castelo Branco (LEITE, 1991, p.8). Uma das guerras de maior responsabilidade na destruição da cidade, foi em ocasião das invasões Napoleónicas, entre os anos de 1807 e 1808, da qual Santos (1958, p.36-38) e Roxo (1890, p.74-103) fazem descrição detalhada do caos provocado. É realmente, só após estes acontecimentos e da Guerra Civil que lhes seguiu, já a meio do século XIX, que Castelo Branco conhece uma fase de real desenvolvimento. No entanto, e como se verificou, o rasto de destruição deixado pelas guerras reforçou a desconsideração pelo património e, ainda durante a primeira metade do século XIX, os arcos das portas da cidade foram apeados e a pedra destes utilizada em construções em prol do “desenvolvimento”. O próprio castelo sofreu desta marginalidade, consentida pelo poder camarário³³ (ROXO, 1890, p.50).

Martins (2004a, p.21), na sua monografia sobre “um século de vida na cidade - 1830-1930”, descreve-nos detalhadamente como se processou a evolução acentuada da cidade entre os séculos XIX e XX. Como já havíamos referido em parágrafo anterior, no início do século XIX, ainda poucas edificações se haviam construído fora do cerco muralhado, concentrando-se especialmente em redor da igreja de S. Miguel (daí a formação da freguesia com o mesmo nome). Surgiam os arrabaldes, “*nomeadamente o dos Açougues e o dos Oleiros*” (entre outros) e algumas construções começavam a delinear ruas novas como S. Sebastião, Ferradura, Pina, e Olarias, seguida da Corredoura (hoje Bartolomeu da Costa), junto ao Paço Episcopal.

Fala-nos também Santos (1958, p.41), do crescimento da cidade na segunda metade do século XIX, “*para os lados do Sul e do Nascente, prolongando-se além da encosta do castelo*”, e dos outros impulsos ao desenvolvimento da urbe. Se antes poucas construções extrapolavam os limites da muralha, sendo essencialmente de cariz religioso e algumas outras até haviam nascido adossadas à mesma, agora crescia uma nova cidade fora de muros, consumindo terreno à Devesa³⁴.

Nas palavras de Martins (2004a, p. 21), “*durante muito tempo, foi dentro das muralhas que se situaram os principais edifícios, (...) o largo da Praça, com os Paços do Concelho e o pelourinho, constituía o verdadeiro centro cívico*”. Começou a verificar-se um processo de inversão, motivado pelas construções e

³³ - Martins (2004a, p.24-26) descreve-nos cuidadosamente a sucessão de eventos envolvidos na destruição dos arcos da cidade, bem como a retirada da pedra da muralha. Estes episódios, consentidos pelo poder camarário, permaneceram registados em actas das sessões realizadas pela câmara.

³⁴ - A devesa consistia no conjunto de terreno que rodeava as muralhas de Castelo Branco, “com exceção do lado oeste” (SILVEIRA *et al*, 2003, p. 132)

pela fixação de fidalgos, oficiais do exército e burgueses fora muros, “com preferência pelas ruas do Pina e de S. Sebastião, pela Devesa e pelo Espírito Santo”. Dá-se notícia da existência de alguns edifícios notáveis fora de portas, como é o caso do solar dos Rebelo de Albuquerque (atuais Paços do concelho) e solar dos Fonseca Coutinho (em funções de Governo Civil até há pouco tempo).

Com um volume de edificação já de elevada relevância fora do cerco primitivo, de igual forma se alterou a importância dada a algumas ruas, e até mesmo ao centro cívico instalado na Praça Velha. Assim, e com o passar do tempo, de uma forma natural a rua de S. Sebastião chegou “a ser considerada como a principal da cidade em detrimento da de Santa Maria”. Tomaram-se medidas para “embelezar” o Largo da Sé e até mesmo a câmara, deixando para trás o seu antigo posto, chega a instalar-se no edifício que hoje alberga o Conservatório Regional de Música.

Crescem os pedidos para aforamentos de terrenos da Devesa que, sendo uma área de baldio e zona de expansão da cidade, obrigou ao lançamento de novas ruas. Uma delas, a Amoreirinha, completava-se com edifícios, ligando a rua de S. Sebastião à Praça do Rei D. José³⁵, por sua vez, a rua da Figueira (nascida em paralelo à Amoreirinha) partia do Largo da Sé, para terminar na mesma Praça que a Amoreirinha. Daqui partia a rua José António Morão, em direção a Nascente e na qual desembocava a rua de Santo António, que “começava a ser a mais apetecida para a construção de novas casas”.

O sítio da Senhora da Piedade foi de igual modo alvo de planeamento de ruas e “depressa foi inteiramente povoado de casas, ficando apenas livre o pequeno largo em volta da capela”(MARTINS, 2004a, p.47).

A entidade camarária principiava a mostrar já algumas preocupações no ordenamento do território, tornando-se mais ativa no controlo da organização urbana, planeamento de ruas e travessas nas áreas que, mais tarde, se viriam a encher de casas³⁶. Verificou-se igualmente tal preocupação quando, no ano de 1866, após bastante se construir na zona da Sé, “a Câmara entendeu que se tinha atingido o ponto de saturação” (MARTINS, 2004a, p.35-38).

Ainda neste século, o barracão da cavalaria instalado no terreiro da Devesa é melhorado e aumentado e constrói-se o Passeio Público (conhecido por Passeio Verde), recebendo o restante espaço livre a denominação de “Praça d’El Rei D. Luiz I” (SILVEIRA et al, 2003, p.152). O Largo passou a ser eleito como “o local de excelência para a realização de feiras, mercados e ainda outras trocas comerciais realizadas fora de estes eventos”, ao ponto de se projetar e construir uma Praça Coberta³⁷, reformando de vez “o velhinho mercado da Praça Velha”. São igualmente do século XIX alguns passos e eventos importantes para o progresso da cidade, tais como a inauguração da linha telegráfica entre Abrantes e Castelo Branco, a instalação da rede de energia elétrica e a entrada, pela primeira vez, a 14 de Julho de 1889, da locomotiva

35 - Na Praça D. José, confluem as ruas da Amoreirinha, Pina, Figueira (paralela à Amoreirinha) e Sé, partindo desta, em direção a Nascente, a rua José António Morão.

36 - Martins (2004a, p.23) transcreve-nos o conteúdo da acta de uma sessão camarária, na qual a entidade mostra a sua pretensão de gestão urbana, o qual achamos oportuno aqui colocar:

“Nesta accordarão que visto haver muitas pessoas que querião fazer novas cazas na Devesa determinarão que ellas só se pudessem fazer tirando uma linha recta da Rua do Pina em direitura a S. Pedro ou embocadura da estrada que vai para Merceles conforme aonde se poderão edificar cazas novas e para que isso se fizesse com regularidade se marcasse já no terreno Ruas e Travessas para que as cazas só se fizessem fazendo frente para as Ruas que se demarcassem e fica assim livre a toda a gente edificar cazas como lhe parecer.” - Acta da sessão de 06/03/1819 - ADCB - Mç. 033, liv. 15, fl.65”

37 - A Praça Coberta (ou Praça Metálica) teve uma evolução um pouco conturbada. A proposta para a sua construção foi lançada no século XIX, em 1862, utilizando como pretexto a “exiguidade do espaço disponível para o efeito na Praça Velha”. Não se sabendo em concreto os motivos, a edificação desta Praça fez-se com uma certa lentidão, acabando por se mostrar interminável e ao mesmo tempo servir para usos insalubres, facto que levou a Câmara a demolir o que mal havia construído, em Agosto de 1873. A necessidade de uma Praça manteve-se, tomando a Câmara a decisão de construir outra. “O mercado coberto levou cerca de dois anos a ser construído, concluindo-se a obra em Julho de 1883 (...) A praça metálica foi construída a Noroeste do passeio público, em um espaço ao fundo da actual rua Mousinho Magro. Consistia em um grande edificio de granito e ferro forjado, extremamente elegante, onde se destacava por cima da entrada principal uma torre com um grande relógio”. Infelizmente já não podemos apreciar esta obra arquitetónica, por motivo da construção do tribunal, que ocasionou a sua demolição, no ano de 1965 (SILVEIRA et al, 2003, p.169-185).

a vapor (SANTOS, 1958, p.41).

No entanto, o século XX não lhe fica atrás, reservando-se-lhe alguns dos mais importantes acontecimentos, como o evento que marcou toda a vida da cidade - a instalação da rede de abastecimento de água³⁸. Desde o nascimento da povoação em Castelo Branco que o local era deficitário em água. Com o passar dos tempos, algumas fontes e minas foram adicionados ao consumo dos habitantes, sem no entanto satisfazer as necessidades reais, em especial nos meses de verão, quando algumas dessas fontes secavam. Para colmatar essa falta, a entidade camarária procedeu inúmeras vezes à compra de água a proprietários de poços ou fontes privadas, nas imediações da cidade. A fim de terminar a escassez deste precioso líquido, alguns projetos foram idealizados com o intuito de aproveitar água de locais mais distantes (como a Serra da Gardunha), mas eram gorados por falta de poder económico. Só no ano de 1932, consegue finalmente a Câmara ver aprovado o seu pedido de financiamento *“para ser levada a cabo a tão necessária obra do abastecimento de água”*, colocava-se agora um ponto final na escassez crónica de água (MARTINS, 2004a, p.103-139).

É ainda no século passado definida uma nova centralidade na cidade, a qual se mantém até hoje, englobando o espaço que restou da antiga Devesa (uma área drasticamente reduzida em comparação com a do século XVIII) e os equipamentos que se desenvolveram em volta. De certo, uma série de condicionantes motivaram essa mudança. Uma delas, logo no ano de 1888, parte da aquisição do solar dos Viscondes de Portalegre neste local, para estabelecimento do Governo Civil. Mais tarde, em 1935, *“os paços do concelho mudavam mais uma vez de lugar, e até hoje última, indo ocupar a antiga e nobre casa dos Viscondes de Oleiros.”* As três grandes avenidas que marcaram o século XX, a Nun'Álvares, a 28 de Maio (agora 1º de Maio) e a Marechal Carmona (General Humberto Delgado), são o acesso principal à Devesa, ou ao Largo D. Luiz I (passa a “Campo Mártires da Pátria” aquando da queda da monarquia). O Passeio verde, feito para *“os abastados da urbe passearem a sua ociosidade”*, via nascer os seus primeiros quiosques, ouvia as notas da charanga³⁹ do regimento de cavalaria e preenchia-se de pessoas que desfrutavam dos seus tempos de lazer no novo centro de Castelo Branco (SILVEIRA *et al*, 2003, p.143; 193; 166; 314). Mostrou, portanto, ter uma considerada importância nas relações sociais dos habitantes da cidade, continuando a sê-lo na atualidade.

2.2.4 - Património Albicastrense

O Património Albicastrense, tendo em conta a própria definição, não se limita ao plano material (a lembrar a abordagem presente no subcapítulo 2.1 - Salvaguarda, Conservação e Reabilitação de Património Arquitetónico, página 5) e percorrer toda a sua dimensão tornar-se-ia uma incessante tarefa. De tal forma, restringimo-nos a abordar os traços gerais do Património arquitetónico presente no centro histórico de Castelo Branco, contexto físico deste projeto, com alguns apontamentos sobre o conjunto e imagem históricas de edifícios de carácter habitacional e identificação de exemplos de monumentos notáveis e/ou de interesse nacional/municipal.

³⁸ - A construção da rede de águas marcou, de igual modo, a higiene e saúde pública e privada. Roxo (1890, p.124), no seu capítulo sobre o *“Estado geral e actual de Castelo Branco”* (à data de 1890), menciona este assunto, referindo que *“O sistema de limpeza municipal é quase rudimentar e o dos esgotos das águas pluviais, dos sumidouros e da canalização impróprio de uma terra medianamente policiada”*. Como nos diz Martins (2004b, p.58), sabemos à partida que na época a higiene seria precária, apenas tomando contornos de melhoria já na década de 30 do século passado, com a generalização das casas de banho nas habitações, *“como consequência da adução de água aos domicílios e do estabelecimento da rede de esgotos na cidade”*.

³⁹ - A charanga é a definição para um grupo de músicos que tocam na sua maioria instrumentos de sopro. No caso da charanga da cavalaria em Castelo Branco, esta mostrava uma importância elevada na componente de entretenimento dos albicastrenses, *“obrigando”* à construção de um coreto no Largo D. Luiz I, ainda no século XIX, para que o grupo de músicos pudesse continuar a tocar as suas melodias ao público albicastrense (SILVEIRA *et al*, 2003, p.164).

Património arquitetónico do centro histórico

Na abordagem a esta área, servem-nos de documentos de apoio o Plano diretor municipal e o Plano Pormenor da Zona Histórica e da Devesa. Nestes são identificados todos os edifícios de interesse público e/ou municipal, monumentos nacionais e imóveis de conjunto.

No perímetro intra muralhas, na zona mais antiga, temos a já anteriormente mencionada alcáçova (arquitetura militar), no interior da qual rompe a igreja de Santa Maria.



Figura 02.07 - Vista de um torreão da alcáçova, imagem da autora



Figura 02.08 - Igreja de Santa Maria do Castelo, imagem da autora

Ao descer a encosta do castelo, encontramos vários exemplos de casas ainda com a sua estrutura original, algumas delas de fundação quinhentista, que na sua maioria mostra uma arquitetura pobre, de poucos recursos, com semelhanças a outros exemplares espalhados um pouco por todo o país.

Geralmente, esta casa distribui-se por dois andares, com o mínimo de aberturas possíveis para o exterior (encontramos habitualmente entre uma a duas portas no Rés do chão e uma janela no andar superior), possuindo beirado à portuguesa, simples, duplo ou triplo.



Figuras 02.09; 02.10; 02.11 - Arquitetura comum no centro histórico, imagens da autora

Nas figuras acima conseguimos identificar a homogeneidade característica dos imóveis de conjunto⁴⁰ do centro histórico, entrando em rutura com a presença de alguns edifícios dissonantes, fruto de intervenções inconscientes num passado relativamente próximo, contra todos os princípios já enunciados para proteção do património que são as cidades históricas.

40 - Designação dada pelo Plano pormenor do centro histórico e da Devesa de Castelo Branco

As casas de traço mais antigo e tradicional são exploradas em “Casas Quinhentistas de Castelo Branco”⁴¹, analisando as tipologias existentes e o comum desenvolvimento do seu interior de onde podemos destacar:

- Casa de dois pisos com uma porta no rés do chão e uma janela no 1º andar (geralmente alinhadas), apreendendo-se uma distribuição interior simples, onde a partir da porta de entrada há acesso direto à loja e às escadas para o piso superior;
- Casa de dois pisos idêntica à tipologia anterior, divergindo apenas na posse de duas portas afastadas no Rés do chão (acesso independente para a loja e para a habitação);
- Casa de dois pisos, com portal geminado no rés do chão (ilustrado nas figuras anteriores), igualmente com apenas uma janela no 1º andar. (MOURA *et al*, 2009, p.60-68)

Por outro lado, Martins (2004b, p.48-61), no segundo volume de “Castelo Branco 1830-1930 – Um século na Vida da Cidade”, abre-nos as portas das habitações existentes entre os séculos XIX e XX, descrevendo-as em grupos de acordo com a sua nobreza de construção, enquadrando as tipologias referenciadas nos parágrafos anteriores.

Podemos ver, através da sua descrição abrangente qual a estrutura espacial, o mobiliário e os sistemas de iluminação e aquecimento comuns às edificações, e a sua distinção entre as classes sociais, sendo a classe o fator primário condicionante da nobreza da construção e da sua localização (as classes mais pobres possuíam casas mais pequenas e simples). Em especial nas ruas da encosta do castelo, onde habitavam as classes trabalhadoras, as casas eram “mais pequenas, estreitas e com o máximo de um piso acima do rés-do-chão” (existindo semelhantes distribuídas pelos arrabaldes dos Açougues e dos Oleiros). À medida que atingimos as ruas de maior relevância no desenvolvimento da urbe, encontramos casas apalaçadas e/ou solares de gente de renome, diferenciando-se pela sua dimensão, número de compartimentos e detalhes construtivos.



Figura 02.12 - Antigo Solar dos Tavares Proença, imagem da autora



Figura 02.13 - Antigo Solar dos Cavaleiros, imagem da autora



Figura 02.14 - Antigo Solar dos Viscondes de Oleiros, imagem da autora



Figura 02.15 - Solar dos Viscondes de Portalegre, imagem da autora

41 - MOURA, Ana luísa; MOURA, Carlos; CRUZ, Pedro. Casas Quinhentistas de Castelo Branco. 1º Edição; Castelo Branco: Printer Portuguesa, 2009. Páginas 54-68



Figura 02.16 - Antigo casarão do “Barão do Sal”, imagem da autora



Figura 02.17 - Antigo casarão de Almeida Garret, imagem da autora

- Nos **solares**, as cantarias de granito são abundantes e de um nível de detalhe superior ao de outras edificações e *“Nas traseiras do andar nobre dos solares abriam-se largas varandas, sobranceiras às quintas ou quintais, algumas delas com belos painéis de azulejos”*. São disso exemplo as atuais instalações da Câmara Municipal de Castelo Branco, antigo Solar dos Viscondes de Oleiros, e as instalações do extinto Governo Civil, antigo Solar dos Viscondes de Portalegre e Castelo Branco (figuras 02.14 e 02.15)

- Os **casarões**, em tempos anteriores pertencentes a grandes comerciantes, dispõem de várias portas e algumas janelas no rés do chão, janelas e sacadas no 1º andar, alguns com pátios interiores.



Figuras 02.18 e 02.19 - Casas das ruas dos Ferreiros (à esquerda) e Santa Maria (à direita), imagens da autora

- As **casas da classe média**, sendo as de dentro das muralhas idênticas às que a pouco e pouco surgiram fora, *“(…) encostavam-se umas às outras, com dois ou três pisos e intercalando-se, por vezes, com casas mais pequenas de gente do povo.”* Habitualmente o rés do chão era destinado a *“depósitos de lenha e de carvão e também de despensa, com potes de azeite, potes e talhas de azeitonas, salgadeira de pedra ou de madeira onde se guardava o toucinho e os presuntos.”* Algumas possuíam porta mais larga do que a principal, indicando entrada para uma área que servia de cavalariça. No andar seguinte, e quando a casa era de três, tínhamos a sala para *“receber visitas de cerimónia”*, quartos de arrumos e eventualmente de hóspedes. O último andar englobava a cozinha (em telha vã), salas de estar/jantar e os quartos de dormir (muitos deles interiores), com comunicação direta entre si, com vãos guarnecidos de bandeiras envidraçadas. Casas de banho eram inexistentes, e *“em quase todas as casas também existia uma pequena*

*divisão interior, denominada peneirador, onde se peneirava a farinha e se amassava o pão*⁴² (MARTINS, 2004b, p.54).



Figura 02.20 - Antiga *Domus Municipalis*, imagem da autora



Figura 02.21 - Casa do Arco do Bispo, imagem da autora



Figuras 02.22 e 02.23 - Solar dos Mota ou dos Cunha (à esquerda); Igreja de Santo António (à direita), imagens da autora

• As **casas das classes pobres** caracterizavam-se por ser pequenas casas unifamiliares de dois pisos, com poucas divisões, sala de acesso aos quartos interiores e cozinha em telha vã, podendo guardar na loja pequenos animais domésticos (algo comum até meados do século XIX). No entanto, existiam algumas poucas de piso térreo, frequentemente com apenas uma porta para o exterior e uma a duas divisões interiores.



Figuras 02.24 e 02.25 - Torre do Relógio (à esquerda); Sé de São Miguel (à direita), imagens da autora

42 - Apesar de grande parte não ter forno próprio, os fornos comunitários espalhados ao longo das ruas D'Ega, Peleteiros e Santa Maria serviam para a cozedura do pão.

Encontramos outros edifícios espalhados pelo centro histórico de grande relevância urbanística, entre os quais a *Dommus Municipalis* (figura 02.20), a casa do Arco do Bispo (figura 02.21), o Solar dos Mota ou dos Cunha (figura 02.22, hoje arquivo distrital), o celeiro da Ordem de Cristo, o convento de Santo António (figura 02.23), a torre do relógio (figura 02.24), a Sé de São Miguel (figura 02.25), entre outros.



Figuras 02.26, 02.27 e 02.28 - Vista geral dos Jardins do Paço e parque da cidade, estatuária dos Jardins do Paço e Chafariz de São Marcos, imagens da autora

Continuando na abordagem ao património, colocando de parte a componente habitacional, não podemos esquecer os Jardins do Paço Episcopal e o Parque da cidade (figuras 02.26 e 02.27), pontos de referência da cidade, ou ainda os Chafarizes (figura 02.28), relevantes nos episódios históricos de abastecimento de água na cidade, abordados anteriormente.

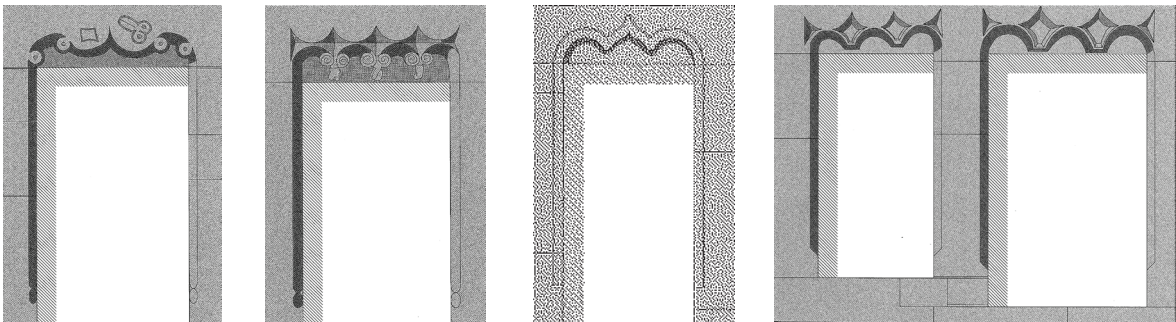


Figura 02.29 - Alguns Portados Quinhentistas, CMCB*

Em relação a elementos da construção, os portados quinhentistas apresentam grande relevância na imagem histórica da cidade, tendo sido alvo de um levantamento minucioso por parte do Gabinete de Reabilitação do Centro histórico. Em conjunto com o estudo cromático, possível através da “pistolagem”⁴³, foi-nos dado a conhecer o aspeto formal e a paleta de cores predominantes nas fachadas, socos, portas, janelas e ferragens, possibilitando reabilitações mais fidedignas.

O levantamento efetuado resultou numa série de tonalidades dentro dos grupos cromáticos do sistema de cores NCS (Natural Color System), a referenciar**:

- Nas fachadas

S 4040 Y70R	S 2050 Y80R	S 2030 Y90R	S 0505 G80Y	S 0804 G90Y
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------
- Nos socos

S 3040 Y30R	S 4030 Y30R	S 3560 R80B
-------------	-------------	-------------
- Nas portas, molduras de janelas, portadas interiores e ferragens

S 6020 Y30R	S 6020 Y60R	S 3060 Y80R	S 5030 R	S 5040 R	S 2060 B	S 7010 G10Y
S 5030 Y40R	S 7010 Y70R	S 5040 Y90R	S 6030 R10B	S 6030 R80B	S 6010 B50G	S 0500 N
S 6020 Y40R	S 6030 Y70R		S 6030 R20B		S 6030 B90G	S 0505 G80Y
S 7010 Y50R	S 7020 Y70R		S 4550 R70B		S 5030 G	

43 - Técnica que permite identificar, com rigor, as distintas camadas de tinta que se acumularam numa superfície.

* Disponível em: [<http://www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=portadosdois>]; acessado a 14-04-2013

** Podem ocorrer discrepâncias na visualização da cor impressa ou em monitores não calibrados, sendo necessário recorrer a um mostruário NCS original para verificar a cor correta.

03 - Estágio

3.1 - O Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

3.1.1 - Funcionamento e organização

Local: Rua da Fonte Nova, Nº 1. Quinta da Fonte Nova, 1º Andar. 6000 - 167 Castelo Branco

Horário de funcionamento: de Segunda a Sexta-feira, das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30

O Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco surgiu por obra do município local, em Setembro do ano de 2009. A partir desse momento, instalado no edifício dos Antigos CTT, permaneceu sob coordenação do Sr. Arq. José da Conceição Afonso, contando com uma equipa multidisciplinar de áreas como a arquitetura, arqueologia e assistência social.

Até ao final do ano de 2013 prestou serviços à comunidade local, acompanhando obras realizadas no centro histórico, controlando o seu desenvolvimento de acordo com os regulamentos específicos, impedindo a descaracterização do património e auxiliando na sua conservação.

Foram várias as razões que levaram à criação do gabinete. Uma delas, a necessidade de uma entidade apta a orientar e acompanhar as intervenções de privados em Património do Centro Histórico. Outra, poder oferecer aos moradores e aos proprietários de imóveis com valor patrimonial, com poucos recursos, a possibilidade de realizar obras para melhorar as condições de salubridade das suas habitações. Além das funções associadas às razões que levaram à criação do gabinete, este tem ainda como papel a elaboração de projetos para a reabilitação de espaços públicos e património do centro histórico, sobre os quais falaremos um pouco mais à frente.

A pouco e pouco, e com a contribuição do gabinete, o município pretende garantir que o centro histórico tenha as condições de habitabilidade necessárias para a fixação de novos moradores, para o desenvolvimento de comércio e, como fator preponderante, para o rejuvenescimento do próprio local.

No início do ano de 2014 o gabinete alterou o seu rumo, com a mudança das suas instalações para a Quinta da Fonte Nova⁴⁵, propriedade da Câmara municipal de Castelo Branco, sede da Associação Amato Lusitano. Mudando a sua nomenclatura, o novo “Gabinete de Arquitetura Amato Lusitano” continua a contar com a colaboração de dois dos arquitetos que migraram do antigo gabinete (o Arquiteto José Paulo Leite e a Arquiteta Ana Francisca Valente), tendo perdido os colaboradores das áreas de ação social e arqueologia (estes foram reintegrados diretamente nos serviços e sede da CMCB).

Foi a partir do dia 29 de Janeiro de 2014 que a mestranda passou a integrar este gabinete como estagiária, acompanhando o trabalho diário da equipa, absorvendo todo o conhecimento possível que a mesma lhe proporcionou. Logo no primeiro dia, de reconhecimento, a estagiária teve a oportunidade de visitar duas das obras acompanhadas pela equipa, já em fase de acabamentos, nas aldeias de Martim Branco e Valbom (visitas que se repetiram pontualmente com o decorrer do estágio). Numa primeira fase (e que durou sensivelmente uma semana), o estágio passou por análise de documentos na área de intervenção do antigo gabinete - Património - fornecidos pelo mesmo. A partir deste arranque primário,

⁴⁵ - A Quinta da Fonte Nova, fundada no ano de 1853 pelo Visconde de Castelo Branco, situa-se a poucos metros de distância das antigas instalações do gabinete. Sede da Associação Amato Lusitano, engloba vários serviços distribuídos pelos dois andares do edifício principal, funcionando ainda a sede da Orquestra Típica de Castelo Branco num edifício secundário. No rés do chão do edifício principal, podemos encontrar serviços como o GIP (gabinete de inserção profissional), o NAV (Núcleo Distrital de Apoio à Vítima), o CLAII (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes), a agência local do “Banco de tempo”, entre outros. Já no 1º andar, com acesso independente pelas traseiras do edifício, temos então as instalações do gabinete de arquitetura (distribuídas por duas salas), um escritório representante da Beiragado e AGRl (associação de Agricultores e agro-industriais), a sede da associação “Mães especiais”, a “Associação voluntária de Apoio ao Idoso só”, serviços da CPCJ de Castelo Branco (Comissão de proteção de Crianças e Jovens) e ainda um gabinete de apoio à Interculturalidade.

iniciou-se a preparação para o desenvolvimento do projeto alvo do caso de estudo, através da elaboração de fichas de levantamento de características do edifício a intervir (baseadas em documento do gabinete), análise de condicionantes e planeamento já existente para a área.

Durante os meses seguintes deu-se seguimento ao projeto, faseado em etapas expostas no cronograma e abordadas ao longo deste relatório, intercaladas por visitas a obras e levantamentos dimensionais de espaços a intervir pela equipa.

O desenvolvimento do trabalho integrado neste ambiente multidisciplinar, proporcionado pelo funcionamento de vários serviços no mesmo edifício, tornou-se numa mais valia, pelo contato diário com diferentes realidades. É ainda de louvar o ambiente amigável, proporcionado por todos os colaboradores dos diferentes serviços, num espírito de entre-ajuda, fator de motivação e bem estar no local de trabalho. A própria localização do edifício, integrado num “oásis”, contribui em muito para um ambiente descontraído e alegre, tornando-se um privilégio trabalhar envoltos em natureza no coração da cidade.



Figura 03.01 - Entrada para a Quinta da Fonte Nova, Rua da Fonte Nova nº 1, imagem da autora



Figura 03.02 - Quinta da Fonte Nova, vistas do alçado principal e da entrada pelas traseiras, imagem da autora



Figura 03.03 - Vista geral do gabinete, imagem cedida pela Arquiteta Ana Valente

3.1.2 - Trabalho desenvolvido pelo gabinete

O gabinete de reabilitação sócio-habitacional do centro histórico de Castelo Branco realizou um importante trabalho na identificação do património integrante da sua área de intervenção. Com o apoio de fichas técnicas elaboradas pelo mesmo, especialmente orientadas para os imóveis do período quinhentista, caracterizou o edificado da zona histórica, identificando os elementos notáveis presentes. Foi executado um levantamento rigoroso dos portados quinhentistas, com especial atenção às marcas neles presentes e o seu significado, resultando num roteiro turístico disponível virtualmente na Rede de Judiarias de Portugal⁴⁶. Além do aspeto formal do património, foi de igual forma elaborado o levantamento de materiais, técnicas e cores utilizadas no centro histórico, de extrema importância para a regulação das intervenções desta área da cidade, com o objetivo de travar as dissonâncias.

Os projetos elaborados pelo gabinete seguem um princípio geral de salvaguarda, assente em critérios de conservação, consolidação e preservação do património. Cada projeto é específico e individual, mas podemos observar uma metodologia base de desenvolvimento, distribuída em várias etapas processuais. Na generalidade, a metodologia é composta por uma visita prévia/reconhecimento do espaço, identificação de elementos notáveis e/ou de valor histórico/arqueológico, desenvolvimento do projeto de arquitetura, execução de trabalhos arqueológicos, acompanhamento de obra, utilização de materiais compatíveis com as preexistências, restauro dos elementos de valor e limpeza dos elementos pétreos com recurso a técnicas não invasivas (jato de água ou ar de baixa pressão).

Tratando-se de reabilitações, é relativamente comum as intervenções abrangerem edifícios em estado de ruína, forçando o aproveitamento de apenas algumas partes da construção em melhor estado de conservação (habitualmente as paredes estruturais) e de alguns elementos de valor do interior. O aspeto formal é mantido, em especial o das fachadas, procedendo-se à sua consolidação e/ou remoção de elementos dissonantes.

As intervenções projetadas pelo gabinete que a mestrandia teve oportunidade de acompanhar mais de perto localizam-se já fora do perímetro da cidade, situando-se em aldeias de xisto da freguesia de Alameda (pertencente a Castelo Branco). São exemplos de arquitetura vernacular local, para os quais foram projetadas soluções assentes na filosofia geral de intervenção já acima mencionada, sendo um deles integrante de um programa específico, autor de regras particulares. Apesar da sua participação apenas na fase final das obras, foi possível à mestrandia apreender todo o processo de desenvolvimento inerente.

Reabilitação de Património arquitetónico vernacular - Martim Branco e o “Xisto Sentido”⁴⁷

Martim Branco é uma pequena aldeia da freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco e integra a Rede das Aldeias do Xisto. Repleta de património vernacular, são as pequenas casas de xisto, com características construtivas peculiares, a identidade deste local. Algumas em estado avançado de abandono, outras já em ruína, parte foi adquirida pela Câmara Municipal com o objetivo de dinamizar a economia e a atividade turística locais. Um dos pontos de partida de revitalização foi a criação na aldeia de uma loja, a casa de artes e ofícios, que promove a venda de artesanato local e a união da comunidade local. Foi um dos edifícios que já sofreu um revés positivo, pela sua reabilitação e uso de acordo com critérios que permitiram a manutenção do seu valor patrimonial, sem cair em ruína total. Neste espírito de renovação, os restantes edifícios adquiridos foram alvo de projeto com um programa turístico, ficando a cargo do gabinete de reabilitação.

⁴⁶ - Documento disponível em: [<http://www.redejudiariasportugal.com/images/downloads/mapaquinhentista.pdf>].

⁴⁷ - Unidade de Turismo em espaço rural, apresentação das instalações em: [<http://www.xistosentido.pt/>]

A intervenção abordou uma série de construções contíguas, num total de nove casas, com vista à criação de uma unidade de turismo em espaço rural. O espaço disponível foi distribuído por cinco quartos com entradas independentes (um dos quais adaptado para utentes de mobilidade reduzida), receção, espaço memória, cozinha, restaurante/bar e ainda um pátio exterior de generosas dimensões.

A parceria com a cidade de Røros - Património mundial da Unesco, delineou as restrições e as opções tomadas ao longo do projeto, impondo um método composto por um número de critérios rígidos que permitiram a preservação fidedigna do edificado, sem deturpar o seu valor patrimonial, tanto material, como imaterial. Sinteticamente, consistiu na documentação detalhada, no levantamento rigoroso do existente e na substituição do mínimo, e com o mínimo impacto possível, no restante edifício (através do recurso e compreensão dos métodos tradicionais, por materiais com as mesmas características e grau de qualidade dos substituídos). A aplicação desta metodologia reverteu-se numa intervenção consciente sobre as origens da construção, mantendo todo o carácter formal e expressivo, típico do conjunto de habitações ancestrais interligadas pelo interior, de exíguas dimensões, baixos pés direitos e vãos diminutos.

Claro é, que por mais que se tente manter a originalidade das preexistências, questões de segurança e salubridade obrigam a alterações imprescindíveis e perfeitamente justificáveis, sendo as únicas permitidas pelo programa Røros. Disso são casos a construção de um muro de contenção do edifício, em betão, ou o preenchimento das juntas nas paredes com argamassa à base de cal e areia, ao invés da simples argamassa de barro (lavável pela a ação contínua das águas da chuva, gerando orifícios nas paredes através dos quais, em alguns casos, era possível vislumbrar o exterior).

Apesar de todas as restrições impostas, do desafio que é transformar um espaço de características morfológicas vincadas, e ainda de alguns constrangimentos financeiros, o projeto culminou num exemplo extraordinário na área da reabilitação de património vernacular. Todos os seus elementos jogam numa harmonia simples, resultando num espaço acolhedor, funcional e inclusivo culminando numa simbiose formada entre os interiores e o exterior, apenas conseguida com as opções certas no desenvolvimento dos interiores e na escolha adequada de mobiliário.



Figura 03.04 - "Xisto Sentido" visto pelo exterior, imagem da autora



Figura 03.05 - "Xisto Sentido" visto pelo interior (bar, área de refeições comunicação entre quartos e janela com namoradeira), imagem da autora

3.2 - Cronograma de trabalho

	Prazo estipulado												Prorrogação									
	2013			2014									2015									
	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	...
Entrega da Proposta de Projeto/Estágio	6																					
Revisão Literária	7																					
Estágio				29											15							
Integração na equipa																						
Revisão literária sobre reabilitação																						
Acompanhamento nas visitas a obras						13	28:29	5:12	4:29			8										
Projeto																						
Levantamento dimensional					13	17																
Definição da proposta							7-9															
Ante projeto							12		11													
Projeto de execução									14												30	
Redação do relatório																						
Finalização do relatório																						
Entrega do relatório																						19
Preparação para a defesa																						
Defesa																						

Tabela 03.01 - Cronograma de trabalho

04 - Caso de estudo

4.1 - Estudos preliminares

4.1.1 - Enquadramento do edifício

O edifício alvo de intervenção localiza-se no centro histórico de Castelo Branco, no gaveto formado pelas ruas de Santa Maria (nº33), Chões (nº1) e Travessa dos Chões (nº3), próximo da Porta do Espírito Santo, da antiga muralha.

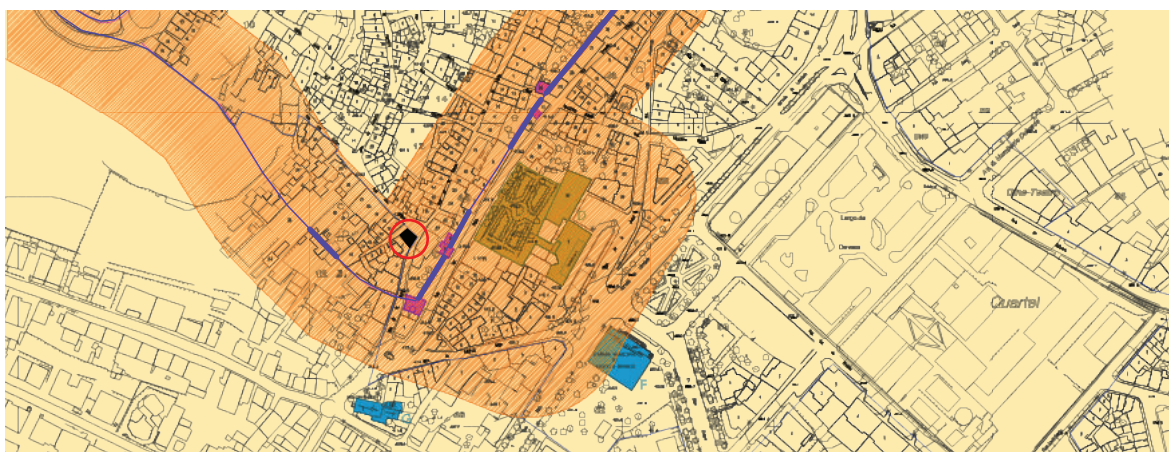


Figura 04.01 - Extrato da planta de condicionantes, escala 1/5000, CMCB adaptada (ver anexo 2)

Como indicado na planta de condicionantes (Figura 04.01, com indicação do edifício a preto limitado por uma circunferência vermelha), está inserido em área de proteção, enquadrada dentro do perímetro muralhado. De acordo com o plano pormenor do local, a construção está identificada como imóvel de conjunto descrevendo-se “sem valor intrínseco específico, salvo o que resulta da sua contribuição ao acompanhamento de outros edifícios, constituindo assim unidades ou conjuntos que fazem o cenário urbano”⁴⁸. Através desta classificação as intervenções são limitadas a operações de “conservação, reabilitação, reconstrução e ampliação”, e “a eventual reorganização do espaço interior”⁴⁹ (dependente apenas do valor do seu interior, que neste caso em concreto, é praticamente nulo, resultado das recorrentes alterações irreversíveis). Devemos então evidenciar que, sendo imóvel de conjunto pertencente a uma zona urbana histórica, deve ser tratado de acordo com os princípios estipulados nas cartas internacionais de salvaguarda do património, por se revelar como uma parte da própria circunstância⁵⁰, como definida por Távora (2008, p.21-23), apresentando valor histórico que não deve entrar em rotura, contribuindo para a manutenção e transmissão cultural das memórias de um povo e do seu crescimento (como explícito na carta de Washington, analisada no capítulo 2, p.9).

Através da análise da planta de implantação (Figura 04.02 da página seguinte), com a classificação

⁴⁸ - Alínea c), ponto 1, artigo 18º, capítulo IV do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

⁴⁹ - Ponto 3, Artigo 20º, capítulo V do Regulamento do Plano Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

⁵⁰ - Távora diz-nos: “(...) as formas que ele [o homem] cria, os espaços que ele organiza não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de factores, de alguns dos quais o homem tem plena consciência e agindo outros inconscientemente sobre ele. (...) o espaço organizado pelo homem é condicionado na sua organização mas, uma vez organizado, passa a ser condicionante de organizações futuras (...). A esse conjunto de factores naturais e humanos (...) daremos o nome de ‘circunstância’ (...) [que] será aquele conjunto de factores que envolvem o homem, que estão à sua volta e, porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá de juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser.”

dos imóveis circundantes, podemos ver na sua envolvente edifícios identificados pela letra “c” (imóveis de conjunto a azul claro) e edifícios identificados com a letra “b” (imóveis de interesse), merecedores de especial atenção pois se revelam identitários do ambiente local (e daí, limitados a planos de intervenção menos intrusivos) abrangidos por proteção especial. No entanto, embora atualmente a proteção e o planeamento urbano seja evidente, estes mostraram-se insuficientes até a um passado relativamente recente, permitindo a descaracterização de alguns imóveis, sofrendores de alterações irreversíveis, ou até mesmo demolição e substituição por edifícios sem qualquer interesse ou totalmente desenquadrados pelo seu aspeto formal e tipológico, que podemos identificar na planta de implantação (Figura 04.02) pelas letras “d” (imóveis sem interesse) e “e” (imóveis dissonantes). Muitas das alterações praticadas deturparam o valor tipológico das construções existentes, quebrando os princípios das recomendações internacionais⁵¹, facilmente identificáveis quando percorremos o centro histórico.

Analisando o contexto mais próximo do imóvel a intervir, identificamos logo dois edifícios contíguos (classificados como imóveis de conjunto) com características construtivas idênticas a muitos outros presentes ao longo das ruas de Santa Maria, Chões e outras ruas do centro histórico (Figura 04.03), revelando assim o porquê da sua classificação. Estes apresentam portados geminados, com porta de entrada direta para a habitação, outra para a loja e apenas uma janela no piso superior⁵².

As infraestruturas próximas do edifício tornam a sua localização privilegiada, com parque de estacionamento público junto à muralha (a menos de 5 metros) e acesso rápido a algumas das principais artérias de comunicação da cidade (as mais próximas, a Avenida 1º de Maio e a Rua da Granja). Os edifícios



Figura 04.02 - Extrato da planta de implantação, CMCB adaptada (ver anexo 1)



Figura 04.03 - Edifícios quinhentistas (à esquerda), imagem da autora

51 - A carta de Washington, sobre a Conservação das Cidades Históricas e das Áreas Urbanas Históricas, no ponto 2 do capítulo “Princípios e Objetivos”, refere que qualidades devem ser preservadas nos núcleos históricos, entre as quais podemos destacar a referida na alínea c) “a aparência formal, interior e exterior dos edifícios”, conferida pela forma, materiais, cores e outras características (consultar a página 9 do capítulo 02 - Enquadramento teórico).

52 - Cf. MOURA *et al.* Casas Quinhentistas de Castelo Branco. 1º Edição; Castelo Branco: Printer Portuguesa, 2009. ISBN: 978-972-9139-11-6. P. 60

circundantes são na sua maioria de funções habitacionais, existindo apenas uma casa comercial situada num raio de 10 metros (Ateliê de conservação e restauro de têxteis) e um estabelecimento de restauração, anexo pelo exterior da Porta do Espírito Santo. No entanto, e analisando um pouco a história da cidade, (já abordada no capítulo 2), vemos que esta Rua, num passado relativamente recente, teve a conotação de uma das mais importantes vias de Castelo Branco, possuindo grande parte das casas comerciais.

Caracterização do imóvel

O imóvel possui planta de forma trapezoidal e, permanecendo numa esquina, apresenta três alçados livres, com vãos abertos para o exterior.

O alçado frontal, da Rua de Santa Maria, orientado entre Lés-sudeste e Sudeste (124º), possui 8.70m de comprimento total, com quatro vãos abertos para o exterior, alinhados em altura e afastamento. Ao nível do Rés do chão, um dos vãos corresponde à porta de entrada, coroada por uma sobreverga em granito trabalhada, à cor natural, ombreiras e soleira no mesmo material. As caixilharias empregues são em alumínio de cor castanha, sem desenho relevante. À esquerda, podemos identificar um vão que pelas suas cantarias nos indica uma utilização como porta no passado, mas que atualmente se encontra encerrado até meio, ostentando caixilharias de janela em alumínio lacado à cor branca de vidro simples fosco, com peitoril em cimento. Os restantes dois vãos pertencentes ao 1º andar, duas janelas, possuem moldura em granito, peitoril em cimento e caixilharias do mesmo material da do Rés do chão, com diferentes dimensões e bandeira fixa superior. É ainda importante referir a ligação com o alçado do edifício contíguo, que embora desalinhado, se sobrepõe em cerca de meio metro ao alçado do edifício a intervir (como podemos ver na imagem 04.03 da página anterior).

O alçado lateral, da Rua dos Chões, é orientado praticamente a Nordeste (40º), com 7.20m de comprimento total, e possui também quatro vãos abertos para o exterior, alinhados em altura e afastamento. No Rés do chão, temos uma entrada para garagem cerrada com um portão de cor verde, coroado por um arco de granito. Ainda no Rés do chão temos outro vão, uma janela, de características idênticas às presentes no alçado frontal, assim como as duas janelas do 1º andar. A empena deste alçado é rematada por beirado duplo.

O alçado tardoz, da Travessa dos Chões, é orientado entre noroeste e nor-noroeste (323º), com 7.70m de comprimento, tem os seus quatro vãos desalinhados (em altura e afastamento). Um deles, corresponde a uma abertura de reduzidas dimensões, com torsa, ombreira e soleira em granito pintado a branco, e uma porta em alumínio de cor e desenho semelhante à do alçado frontal. Ao mesmo nível, encontramos um vão encerrado correspondente a uma porta, do qual conseguimos identificar ainda as cantarias de granito, recobertas por pintura branca. Ao nível do piso superior, uma janela localizada acima da porta de entrada, possui as cantarias rebocadas e pintadas de cor branca, com caixilharia de madeira da mesma cor. A outra janela, tem a sua moldura em granito igualmente pintada a branco, com caixilharias semelhantes em material e cor das restantes (em alumínio). É importante referir que é possível observar colorações anteriores da moldura da janela, o que nos leva a afirmar que nem sempre a moldura possuiu aquele acabamento e a dada altura poderia nem ter qualquer recobrimento (como acontece com as restantes).

Os alçados não possuem soco ou outros elementos decorativos, nem algerozes e tubos de queda, apresentando vários cabos elétricos, um candeeiro de iluminação pública (no frontal) e as placas toponímicas “Travessa dos Chões” (no tardoz) e “Rua dos Chões” (no nordeste). As paredes exteriores são em alvenaria de pedra, com reboco de argamassa de areia e cal e acabamento a pintura branca.



Figura 04.04 - Alçados das ruas de S^{ta} M^a, dos Chões e da Travessa dos Chões (da esquerda para a direita, respetivamente), imagem da autora

A cobertura, de duas águas, tem as suas pendentes orientadas para a Rua de Santa Maria e Travessa dos Chões, com beirado duplo em telha de canudo de cor vermelha a rematar nos alçados ladeados pelas ruas de Santa Maria e dos Chões e Travessa dos Chões. O beirado é constituído por duas fiadas de telha de canudo, transportadas para a empena com canto beirado. A restante cobertura é em telha lusa de cor vermelha, intercalada por alguns exemplares em vidro. A altura da cobertura é superior à do edifício imediatamente ao lado, existindo uma ligeira sobreposição potenciada pelas fachadas desalinhas dos dois edifícios. Como esta não tem forma regular, torna os remates nas empenas e na cumeeira mais complexos. A orientação das telhas está direcionada perpendicularmente aos alçados frontal e tardoz, fazendo com que existam fiadas de telha incompletas e irregulares. Na empena sudoeste o telhado é rematado por duas fiadas paralelas de telha de canudo (ver figura f10 do apêndice 1).

Disposições interiores



Figura 04.05 - Plantas do Rés do chão, 1º andar e sótão

O edifício tinha funções anteriores de habitação, tendo duas entradas independentes para a mesma (uma pela rua de Santa Maria, outra pela travessa dos Chões). Encontra-se distribuído por três pisos, Rés do chão, 1º andar e sótão, com acesso entre eles através de escadas e com áreas úteis que vão desde os 37m² (rés do chão) e os 49m² (sótão).

No rés do chão temos identificada pelo número 1 da imagem acima a entrada pela Travessa dos Chões, a uma cota aproximada de 0.90 metros, com início das escadas de acesso ao 1º andar. Com o número 2, encontra-se o corredor de acesso às restantes áreas do rés do chão, a uma cota aproximada de 0.26 metros. No corredor são perfeitamente indetectáveis alterações à estrutura original do edifício, com a introdução de pilares e vigas em betão. De seguida o número 3 identifica uma divisão à mesma cota do corredor (desconhecemos a sua função anterior), com uma área de 7.86m². Este espaço possui uma janela orientada para a Rua dos Chões e um vão cerrado para a Travessa dos Chões. O número 4 trata-se de uma casa de banho encaixada no desvão das escadas do lado da entrada pela Travessa dos

Chões, com banheira, sanita, bidé e lavatório. Esta, com 3.12m², encontra-se a uma cota de 0.33 metros e, tratando-se de uma divisão interior, não possui qualquer sistema de ventilação adequado (apenas uma pequena abertura para o espaço contíguo). Conseguimos perceber que resultou de uma introdução mais recente no edifício, pela parede que separa do espaço contínuo já ser em alvenaria de tijolo (solução que substituiu o tradicional tabique nos últimos tempos) e até porque a introdução da água canalizada no centro histórico deu-se nos anos 30 do século passado, generalizando a construção das casas de banho nos anos seguintes (como nos diz Martins na nota de rodapé da página 34 do capítulo 2). Anexa à casa de banho, facultando o acesso a partir do corredor para esta e para a garagem (como divisão de transição), temos o número 5, um espaço com 5.74 m². O número 6 representa a entrada pela Rua de Santa Maria, a uma cota 0 de referência, com acesso direto a um segundo lanço de escadas para o 1º andar e à garagem. O último espaço do rés do chão, numerado com o 7, corresponde a uma garagem de 21m², que se encontra à mesma cota da entrada pela Rua de Santa Maria. Além do portão orientado para a Rua dos Chões, este espaço conta com um outro vão aberto para a Rua de Santa Maria, encerrado atualmente com uma janela, mas que se reconhece a anterior utilização como vão de porta, como podemos ver pelas cantarias que o ornamentam.

O andar superior é seccionado essencialmente em quatro partes interligadas por dois ou mais vãos cada. Acedendo a partir das escadas podemos entrar diretamente para a cozinha (identificada com o número 10) ou para a divisão numerada com 13, tendo estas duas comunicação direta através de uma porta de duas folhas. A divisão de número 13 dá-nos acesso ao espaço seguinte (número 14) e este por sua vez garante-nos entrada na divisão de número 11, à qual também podemos aceder através da cozinha. A cozinha tem uma área que ronda os 9.28m², nela estão abertos quatro vãos, um dos quais para o exterior, tratando-se de uma janela orientada para a Travessa dos Chões. Dos restantes, um permite aceder às escadas que nos levam ao sótão, outro à divisão 11 e o último à divisão 13. Ambas divisões 11 e 14 têm um vão aberto cada uma para a Rua dos Chões, cerrado com janela, tendo a 14 mais um vão aberto para a Rua de Santa Maria, igual aos anteriores. O primeiro espaço (11) tem 8.38m² e o segundo (14) 11.90m². A divisão 13, com 9.39m² tem apenas um vão aberto para o exterior (Rua de Santa Maria), igual ao da divisão anterior, possui ainda um armário sobre a caixa de escadas da entrada pela Rua de Santa Maria.

O acesso ao sótão, numerado com 16, é feito através da cozinha. Desta acedemos ao início de escadas no qual encontramos uma retrete e uma abertura para o exterior (Travessa dos Chões), cerrada com uma janela de guilhotina. O sótão é um espaço amplo que quase atinge os 50m², com pequenas divisões em ripado de madeira, iluminado apenas pelas escassas telhas de vidro existentes na cobertura.

4.1.2 - Levantamento do edifício

A deslocação ao edifício foi uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento do projeto. Numa primeira fase, para reconhecimento do espaço e recolha de dados fotográficos; permitindo numa segunda fase a execução do levantamento dimensional. Sem dúvida alguma, esta etapa terá sido mais exigente devido à configuração e o estado de conservação da construção. Trata-se de um edifício antigo onde as paredes não apresentam uma espessura regular e os ângulos formados entre si não são retos. À partida, seria suficiente recorrer ao método de triangulações para que todas as medidas recolhidas resultassem na elaboração das plantas e cortes com o maior rigor possível. No entanto, as disformidades presentes na construção dificultaram em tudo esse processo, agravado pela falta de experiência da mes-tranda em efetuar tal operação. Num processo normal de desenho, verifica-se ser suficiente ter acesso a apenas algumas medidas, sendo que as restantes surgem por cruzamento de dados. Porém, verificou-se

ser imprescindível tirar todas as medidas possíveis, parciais, totais e diagonais entre vários pontos de referência, de modo a que, por aproximação, fosse possível elaborar desenhos técnicos realistas.

O levantamento fotográfico pretendeu englobar o enquadramento do edifício e os principais ângulos de visão de cada espaço, com alguns apontamentos de detalhes relevantes para a caracterização da construção.

O levantamento dos materiais e técnicas, bem como de patologias, foi importante para dar prosseguimento à intervenção, orientando a escolha de materiais compatíveis com os já existentes minimizando o surgimento de problemas futuros.

Levantamento fotográfico

O levantamento fotográfico teve um papel relevante no prosseguimento do levantamento dimensional, reduzindo o número de visitas ao local a intervir. Foi realizado com o intuito de apreender o enquadramento do edifício, desde vizinhanças a ruas circundantes, caracterizar o envelope do imóvel, identificar os seus traços gerais, as suas disposições interiores e apontar as suas patologias. No interior, as fotografias mostram um plano abrangente de cada espaço, passando para detalhes mais específicos de vãos, caixilharias, remates e objetos existentes, como podemos ver nas imagens seguintes e no apêndice 1, correspondente ao levantamento fotográfico. A amplitude do campo de visão na fotografia é reduzido, condicionado pela área diminuta da maioria das divisões.



Figura 04.06 - Rés do chão - Garagem, casa de banho, estrutura de betão, janela da Rua dos Chões e escadas, imagens da autora



Figura 04.07 - 1º andar - Salas e cozinha, imagens da autora

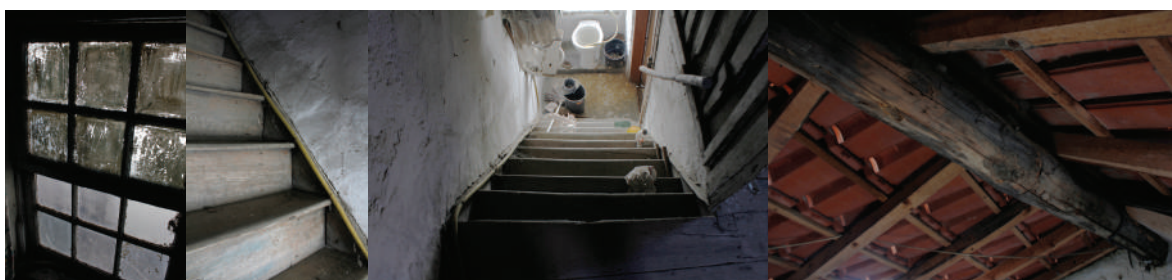


Figura 04.08 - Sótão e acesso ao mesmo - Janela de guilhotina, escadas e cobertura, imagens da autora

Levantamento dimensional - triangulações

O método das triangulações ajuda-nos a desenhar espaços delimitados por paredes de ângulos irregulares entre si. Utilizamos um extrato da planta do rés do chão como exemplo. Em primeiro lugar foram medidos os troços de parede identificados pelo segmento de reta [A;B] e pelo segmento de reta [B;C], complementando com a medição da distância entre os pontos A e C. Em segundo lugar, ao transpor para CAD, desenhou-se o troço de parede [A;B] e, para obter o ângulo correto entre esta e o troço de parede [B;C], desenharam-se as circunferências com raio de dimensão igual ao troço [B;C] e [A;C]. Da interseção entre as duas circunferências resulta no ponto C, permitindo-nos desenhar o troço de parede [B;C]. Este processo revela-se moroso, uma vez que, devido às irregularidades presentes ao longo das paredes, ser necessária a recolha de medidas entre vários pontos (como aberturas de vãos e cantos de parede), diminuindo consideravelmente a margem de erro do levantamento métrico.

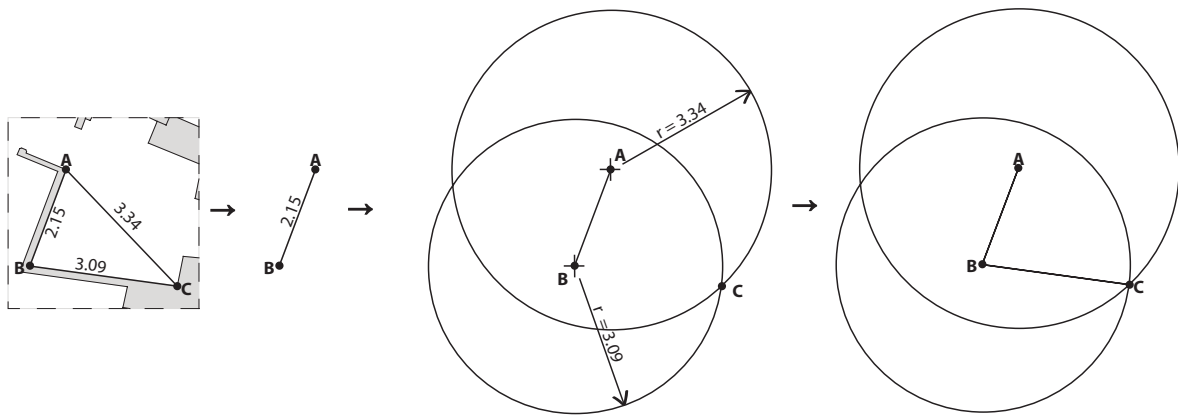


Figura 04.09 - Processo de desenho através das triangulações, imagem da autora

O levantamento dimensional resultou nas plantas dos três pisos existentes (rés do chão, 1º andar e sótão), cortes a cruzar as principais cotas e alçados, como podemos ver no apêndice 1. Procedeu-se de igual modo ao levantamento das principais dimensões das caixilharias das janelas para garantir a mesma métrica de quadrículas na sua substituição. As portas e portadas interiores também foram alvo de desenho detalhado com o intuito da sua reutilização e reabilitação (disponíveis também no apêndice 1).



Figura 04.10 - Alçados e cortes principais do existente (consultar série L - levantamento dimensional, apêndice1)

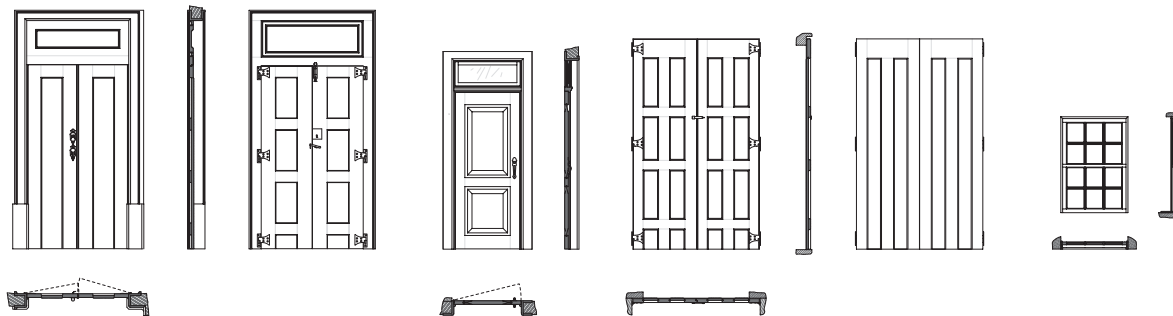


Figura 04.11 - Levantamento dimensional de vãos existentes (consultar série Lv - Levantamento dimensional, apêndice 1)

Levantamento de materiais e técnicas construtivas

A tipologia construtiva, identificada pelo uso de alvenaria de pedra, remete-nos para uma construção cuja realização concretizou-se até ao final da primeira metade do século XX já que, como nos diz Appleton (2003, p.9) a partir dessa data “quase desaparece o recurso às tecnologias tradicionais de execução das estruturas dos edifícios” (à exceção de alguns casos isolados). Podemos afirmar com certeza que o imóvel, assim como muitos outros edificadas no centro histórico, de estrutura original em alvenaria de pedra, têm pelo menos cinquenta anos de existência⁵³.

Devido à sua idade já é considerado um edifício antigo, com características intrínsecas em relação ao sistema estrutural e às soluções construtivas adotadas, tendo hoje em dia já sido abandonadas.

São essas características que serão abordadas nos próximos parágrafos, numa descrição detalhada de cada uma das componentes do imóvel, iniciando pelas suas paredes resistentes e concluindo em tudo o que toca a acabamentos e caixilharias ainda existentes.

Paredes resistentes

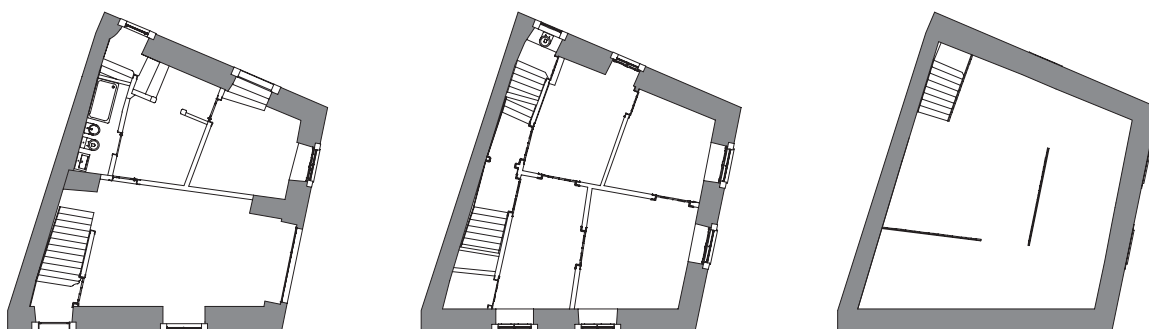


Figura 04.12 - Plantas do rés do chão, 1º andar e sótão, indicação das paredes resistentes a cinza

As paredes resistentes, ou paredes mestras, têm um papel essencialmente estrutural, suportando as principais cargas exercidas no edifício. São caracterizadas pela sua larga espessura (ultrapassando neste caso, em algumas zonas, os 75 cm) e pela utilização de materiais essencialmente locais (empregando-se granito desta região, por ser um recurso abundante).

Ainda em questão de espessura, Appleton (2003, p.20) indica-nos que quanto mais espessa, melhor uma parede se comporta em termos estruturais mas, para além disso, corresponde a uma maior quanti-

⁵³ - Alguns edifícios podem-se afirmar ainda como pertencendo ao período quinhentista, identificados através de alguns elementos notáveis ou características construtivas, já abordadas no capítulo 2.

dade de tempo e percurso para que a água chegue ao interior do edifício. É assim iniciado um processo moroso de “molhagem” e “secagem” da parede de forma natural⁵⁴.

A alvenaria agrega pedra natural e argamassa, formando paredes de alvenaria vulgar ou aparelho ordinário, facilmente identificável na imagem abaixo (à esquerda).



Figura 04.13 - Composição da parede resistente do edifício, imagem da autora



Figura 04.14 - Parede côncava, imagem da autora

Como nos explica Costa (1930/39c, p. 3), *“A alvenaria ordinária é constituída por fragmentos de pedras de várias dimensões e argamassa de cal e areia”*.

Este aparelho ordinário obriga a uma maior espessura de parede para cumprir a mesma capacidade de carga de um aparelho regular. No caso deste imóvel, é caracterizado por ultrapassar os 75 cm de espessura e a mesma não ser constante em toda a sua altura (como podemos ver na figura 04.14), chegando até a formar uma superfície côncava do lado interior da parede orientada para a Travessa dos Chões.

A única parede que apresenta uma espessura relativamente constante é a orientada para a Rua de Santa Maria, com 74 cm na parte correspondente ao rés do chão, diminuindo para os 65,5 cm nos andares superiores.

Outra característica comum às paredes de alvenaria de pedra, mesmo que ordinária, como nos diz Appleton (2003, p.24), é a utilização de perpianho (pedra), que ao atravessar a parede na totalidade da sua espessura, previne anomalias estruturais. Não podendo afirmar com convicção a presença de tal elemento nas paredes deste imóvel, crê-se na sua existência por ser prática comum neste tipo de construção e o edifício não apresentar grandes anomalias estruturais visíveis a olho nu (algo que se poderá confirmar com a inspeção adequada).

As aberturas de vãos nas paredes resistentes são de especial atenção devido a serem zonas correspondentes a quebra estrutural. As soluções adotadas neste tipo de construção e neste caso em concreto, para reforço de toda a periferia da abertura, acabam por passar pela aplicação de pedras de granito talhadas para o efeito, sendo elas as chamadas vergas, lintéis ou ainda padieiras (de maior importância em termos estruturais por serem aplicadas horizontalmente) e as ombreiras (colocadas verticalmente) (APPLETON, 2003, p.26).

As fundações das paredes resistentes de edifícios antigos é em muito influenciada pela constituição

54 - Este processo natural viu-se interrompido em muitos casos de intervenções em edifícios antigos, onde se utilizaram argamassas e revestimentos impermeabilizantes, originando com uma maior facilidade patologias construtivas.

do solo que as recebe, caracterizando-se por uma composição em tudo semelhante à da restante estrutura da parede, mas de largura superior (normalmente o dobro). Neste caso concreto, e como o local é forte em solo de constituição granítica de grande resistência, poderá nem haver variação de espessura da parede no terreno de fundação (pois este acaba por ser mais resistente que a construção em si). O terreno de fundação de vários imóveis da cidade apresenta até afloramento rochoso à vista, onde podemos verificar o assentamento direto das paredes sobre o mesmo, como podemos observar na imagem à direita (APPLETON, 2003, p.13).

Claro é que apenas com sondagens se poderá confirmar se realmente a casa da Rua de Santa Maria se enquadra nestas características, mas o facto dos espaços se desenvolverem em diferentes cotas, numa variação que atinge quase um metro, levamos a crer nessa possibilidade.



Figura 04.15 - Construção sobre afloramento rochoso, rua da Amoreirinha nº 24, imagem da autora

Cantarias

As obras de cantaria têm como base a pedra trabalhada, podendo-se encontrar em vários pontos da construção, desde o exterior (guarnecimento de vãos, cimalkhas, faixas, socos, pilastras e outros) ao interior (escadas, pilares, colunas, balaustradas e outros). Habitualmente, a nobreza da construção e o poder económico dos seus proprietários encontrava-se diretamente relacionada com o uso da cantaria, sendo a riqueza proporcional ao nível de detalhes decorativos e trabalho empregue nas cantarias. (COSTA, 1930/39d, p.1)

Como elemento vulgar presente nas construções antigas, é de igual modo existente no edifício alvo de intervenção. Encontra-se essencialmente no guarnecimento dos vãos exteriores (em todas as aberturas de portas e janelas) e ainda como degraus de arranque dos dois lanços de escadas existentes no rés do chão.

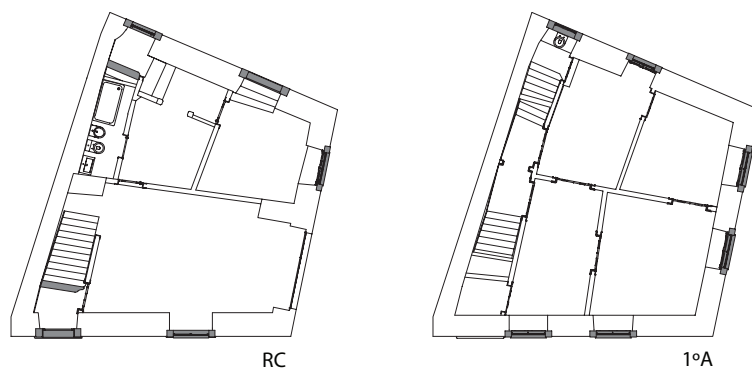


Figura 04.16 - Plantas do rés do chão e 1º andar, indicação das cantarias existentes a cinza



Figura 04.17 - Cantarias do vão da entrada principal existente, imagens da autora

As cantarias aqui presentes, de granito, são muito pouco trabalhadas, limitando-se ao corte em formas regulares paralelepípedicas de aresta ligeiramente boleada e acabamento de aspeto bujardado. Apenas as aberturas de vãos de porta da fachada orientada para a Rua de Santa Maria possuem soco e, o vão mais a sudoeste, uma sobreverga.

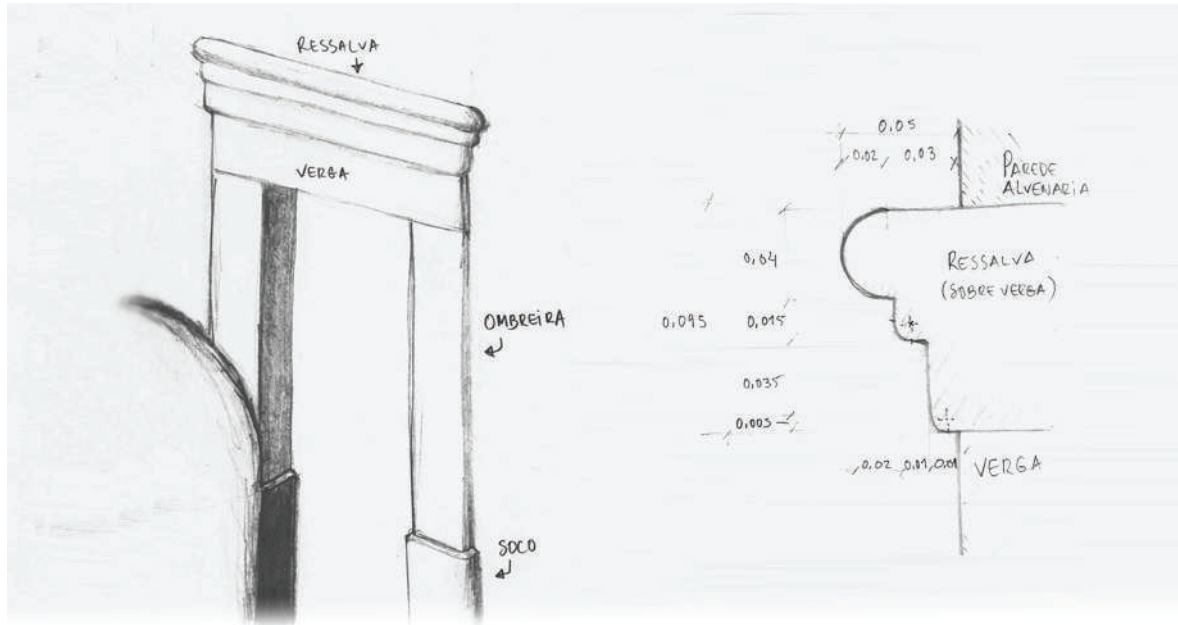


Figura 04.18 - Esboços das cantarias do vão da entrada principal existente, imagem da autora

Cobertura

Trata-se de uma cobertura inclinada com duas águas, de pendentes para a Rua de Santa Maria e Travessa dos Chões. A cobertura, aparentemente simples, consiste numa estrutura de vigas paralelas, com descarga direta nas paredes e em duas vigas de secção circular (uma delas faz a base da cumeeira). Sobre as vigas paralelas pousam ripas de madeira, permitindo o assentamento direto das telhas cerâmicas, dando origem ao vulgar telhado em telha vã.

A cobertura é revestida por telha cerâmica lusa de cor avermelhada, com algumas telhas em vidro de permeio, rematada por beirado duplo em telha de canudo. O beirado é composto por duas fiadas de telha de canudo de tez envelhecida. Na empena Sudoeste o telhado é rematado por duas fiadas paralelas de telha de canudo (como se se tratasse de um rincão). Como a planta do edifício tem uma forma trapezoidal, a cobertura não é regular, tornando complexos os seus remates e a inclinação das pendentes variável.



Figura 04.19 - Vista da cobertura, imagem da autora

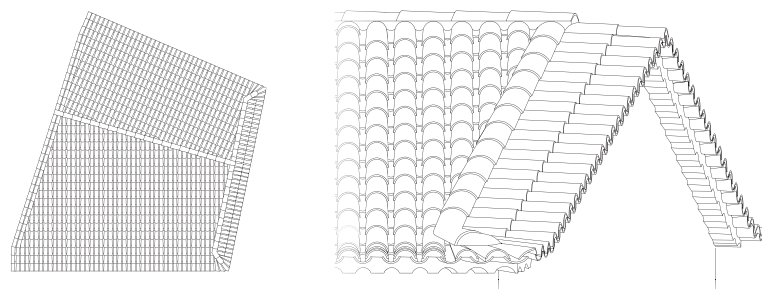


Figura 04.20 - Cobertura, planta e excerto do alçado

Pavimentos e seu revestimento

O imóvel possui dois tipos de pavimentos, um térreo de caracterização mais simples, e outro elevado, um tanto mais elaborado por se tratar de um pavimento com estrutura em madeira.

O pavimento do piso térreo desenvolve-se em várias cotas, de divisão para divisão, acompanhando de certa forma a evolução do declive exterior da rua. Nas zonas de entrada para a casa, quer pela Rua de Santa Maria, quer pela Travessa dos Chões, o pavimento é revestido por laje de granito, passando para a garagem com aguada de cimento e os restantes espaços com cerâmico.



Figura 04.21 - Revestimentos do pavimento do rés do chão (laje de granito, aguada de cimento e cerâmico), imagens da autora



Figura 04.22 - Revestimentos do pavimento do 1º andar e sótão (soalho de madeira e soalho recoberto), imagens da autora

O pavimento do piso superior tem uma composição inteiramente em madeira, quer na sua estrutura, quer no revestimento. Apesar de existirem outras soluções para pavimentos elevados em edifícios antigos (como a estrutura em abóbada, mais complexa e dispendiosa), a solução mais corrente foi o recurso à madeira, como neste caso. Predominantemente era aplicada madeira de castanho ou pinho, e eucalipto em intervenções um pouco mais recentes.

A estrutura do pavimento apresenta várias vigas colocadas lado a lado, com um espaçamento regular que poderá variar entre os 20 e os 40 centímetros (na construção de edifícios mais pobres o espaçamento tendia a ser maior, como forma de economia nos vigamentos). Para além das vigas de secção retangular geralmente encontradas, as vigas utilizadas, especialmente em meios rurais, apresentavam a sua forma mais pura, cilíndrica, ou ainda falqueada⁵⁵.



Figura 04.23 - Vigas mestras de sustentação do pavimento do pavimento, imagens da autora

⁵⁵ - Para facilitar o assentamento de outras peças sobre, ou sob, uma viga de secção circular (pau rolado), esta era desbastada (falqueada), formando faces mais regulares.

Por vezes, e para impedir deformações exageradas dos vigamentos e consequentemente reforçar a estrutura, recorria-se a um sistema de tarugamento, consistindo basicamente na introdução de peças (tarugos) perpendicularmente às vigas e no espaçamento entre elas (APPLETON, 2003, p.34-38).

No edifício alvo de projeto não se pôde confirmar qual o sistema estrutural utilizado (se o mesmo recorre a tarugamento ou não, ou qual a secção dos vigamentos), no entanto podemos observar alguns pontos onde passam vigas mestras de sustentação dos vigamentos mais finos (por se encontrarem salientes no teto, como vemos nas figura 04.23).

As vigas habitualmente encontram-se colocadas com apoio nas paredes estruturais, inseridas diretamente, ancoradas ou com apoio em frechais. A distribuição das vigas, regra geral, é feita no sentido mais curto das divisões, podendo este alterar de espaço para espaço. Quando o compartimento é grande, é usual encontrar-mos reforços ou sobreposição de vigas em sentidos opostos, algo que podemos verificar pelas fotos anteriores da casa. Nas divisórias interiores, quando estas servem de apoio a vigas, é comum serem encabeçadas por frechais. (COSTA, 1930/39e, p. 2-10)

Como nos diz Appleton (2003, p.62), a madeira identifica-se como o material mais frequentemente utilizado no revestimento das estruturas de pavimentos elevados em edifícios antigos. A parte superior, comumente designada por soalho (ou solho), é identificada pelo uso de tábuas pregadas diretamente às vigas estruturais. O formato das tábuas empregues caracteriza se o soalho é ordinário (quando possui corte simples retilíneo), se é executado “à portuguesa” (as laterais são em ângulo ou com recorte, permitindo a sua sobreposição) ou “à inglesa” (normalmente com encaixe macho-fêmea). Em qualquer destes casos, a espessura da tábua ronda normalmente entre os 2 a 3 centímetros. A contornar todo o soalho, no remate com a parede, é introduzido um rodapé também em madeira, pregado aos tacos embebidos da parede (caso existam).

O edifício em estudo possui soalho ordinário no 1º andar e no sótão, facilmente identificável ao observarmos as juntas, e com grande variabilidade de dimensão das tábuas, quer no seu comprimento, quer na largura, como exemplificado na figura 04.22, sendo contornado por rodapé apenas no 1º andar.

Paredes interiores e seu revestimento

As paredes interiores, ou as ditas paredes de compartimentação, funcionam em parte das casas antigas como complemento à estrutura principal. Apesar de não desempenharem função no que toca a receber as cargas verticais do edifício, acabam por fazer “a interligação entre paredes, pavimentos e coberturas (...) durante a ocorrência de sismos”. O tempo entra aqui também como fator de alteração do comportamento estrutural dos elementos dentro da construção, podendo alterar as suas funções e forçar elementos que inicialmente não suportavam quaisquer cargas, a desempenhar um papel importante no comportamento estrutural.

As paredes de compartimentação de edifícios antigos adotam diferentes formatos, especialmente influenciados pelo local de inserção do edifício. As diversas soluções que encontramos espalhadas por todo o país espelham uma forte influência de uso de materiais disponíveis na região em que se enquadram. No entanto, de carácter generalista, o tabique de madeira acaba por ser uma das soluções mais correntes a nível nacional.

Com uma moldura base, as aberturas dos vãos são “contornadas por elementos verticais e horizontais de madeira” e a esta são pregadas várias ripas de madeira pelo seu sentido horizontal, denominado de “fasquiado”, sendo posteriormente preenchida e recoberta com barro ou argamassas à base de cal e saibro, finalizada com um reboco de granulometria de menor dimensão.



Figura 04.24 - Localização das paredes em alvenaria de tijolo (a azul) e em tabique de estrutura mista (a vermelho), no rés do chão e 1º andar



Figura 04.25 - Alvenaria de tijolo, casa de banho do rés do chão, imagem da autora

O edifício sito na rua de S^{ta} M^a possui dois géneros de compartimentação interior, dos quais podemos associar a sua composição à data de execução, ou seja, a compartimentação mais recente em parede de tijolo e, a mais antiga, reservada ao tradicional tabique. Embora aqui seja importante referir que o tabique desta construção tem uma constituição de fraca qualidade, pouco cuidada, onde o espaçamento do fasquiado é relativamente grande e o seu preenchimento possui várias pedras, pouco estáveis, por falta de argamassa consistente, como podemos ver na composição de imagens abaixo.



Figura 04.26 - Tabiques de estrutura mista do rés do chão (1ª imagem) e do 1º andar, imagens da autora.

Teoricamente, o revestimento usado era aplicado segundo a compatibilidade que possuía com a sua base de suporte, a parede. Num passado recente, as paredes de alvenaria eram rebocadas com *“argamassas fracas com areia e cal aérea ou (...) com areia e barro”*, aplicadas em várias camadas, formando uma espessura substancial no final. Executados de modo semelhante, a diferença entre os revestimentos exteriores e os interiores é dada pela *“seleção da granulometria dos materiais, em particular da areia”*, permitindo um acabamento mais liso nos interiores.

O recurso à caição a branco (ou com adição de pigmentos naturais) foi uma solução comum nos acabamentos em edifícios antigos (quer no exterior, quer no interior). A utilização da cal requer a extinção prévia da mesma, mergulhando-se a pedra ou pó em água para proceder ao efeito, podendo ao fim de algumas horas ser aplicada nas paredes. Por ser facilmente lavável pela chuva, obrigava ao processo de repintura ao fim de um curto período de tempo (habitualmente entre um a dois anos) (APPLETON, 2003, p.49-56).



Figura 04.27 - Tinta à base de copolímeros, imagem da autora

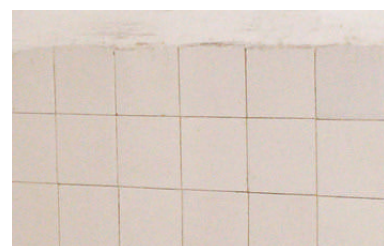


Figura 04.28 - Revestimento em azulejo, imagem da autora

No edifício a intervir identificamos duas tipologias de acabamentos nas paredes, um à base de pintura e outro feito com a aplicação de azulejo branco vidrado simples. Quanto à pintura podemos separar em dois tipos, a tradicional, a cal, e a de tintas à base de copolímeros, aplicado a zonas intervencionadas há menos tempo (identificável pelo empolamento da mesma, pela sua incompatibilidade com a base de suporte - Figura 04.27).

Revestimentos de tetos

Os tetos dos edifícios antigos eram revestidos essencialmente por duas das soluções mais frequentes no nosso país. Uma tratava-se do forro em peças de madeira e a outra baseava-se na execução direta de estuques sobre o fasquiado de madeira pregado ao vigamento. (APPLETON, 2003, p.65-66)

Na casa da rua de S^{ta} M^a, as soluções existentes recorrem ao uso do forro em madeira, constituído por tábuas de encaixe macho-fêmea, nas divisões correspondentes ao rés do chão (1^a, 2^a, 5^a e 6^a imagens da figura 04.23), e por tábuas sobrepostas, no 1^o andar (3^a e 4^a imagens da figura 04.23, página 56), sendo ambas as soluções pregadas diretamente ao vigamento.

Costa (1930/39h, p.5-7) explica-nos que as habitações vulgares antigas possuíam uma esteira simples ligeira nos últimos andares, com o propósito de receber o forro do teto e constituir uma barreira entre a cobertura em telha vã e os espaços habitáveis. O forro, posteriormente pregado a essa esteira era habitualmente

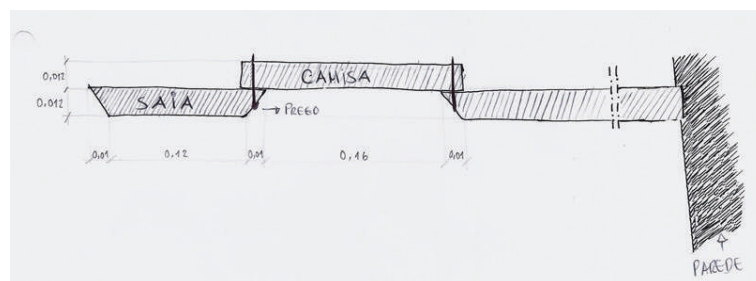


Figura 04.29 - Esquema do forro de estrutura em “camisa e saia”, imagem da autora

em pinho, na construção popular/corrente, ou de madeira mais nobre, em obras de maiores recursos. A estrutura de forro mais usada era designada por “esteira sobreposta” ou “camisa e saia”, como o presente no edifício a intervir. Basicamente consiste na sobreposição de “tábuas de cobrir” (saia), a “tábuas de espera” (camisa), suficientemente espaçadas de modo que fosse possível fixar a parte das duas peças sobrepostas à viga superior, através de pregos de cabeça achatada, (como representado no esquema da figura 04.29). Para rematar o forro junto à parede era pregada uma aba, também em madeira, aos tacos embebidos na parede que, no nosso caso, é apenas executado em algumas das divisões do rés do chão.

Escadas

As escadas em edifícios antigos eram habitualmente feitas em madeira, tanto na sua estrutura como no revestimento. Caracterizam-se por ser de um único lanço (designadas por escadas de tiro), estreitas e de inclinação marcada, fora dos limites hoje legislados. Como a profundidade dos degraus é inversamente proporcional à sua altura, a inclinação acentuada era causa da altura de cada degrau ultrapassar em muitas vezes os vinte centímetros, resultando numa profundidade de cobertor diminuta, como no caso do nosso edifício. Appleton (2003, p.47-48) e Costa (1930/39a, p.2-3) explicam-nos que a estrutura do pavimento era reforçada na zona de introdução da caixa de escadas, onde as cadeias⁵⁶ se fixavam “através de samblagens apropriadas nas vigas dos pisos” e por sua vez, as pernas, onde pousavam os degraus, assentavam nas cadeias.

⁵⁶ - Entende-se por cadeias as vigas que se destinam “a receber os topos das vigas dos pavimentos dos andares ou patamares, dando, por sua vez, lugar à ligação das pernas das escadas” (COSTA, 1930/39a, p.6)

O degrau convencional (e presente no nosso edifício) é constituído por espelho e cobertor ligeiramente sobressaído, formando o focinho, com ou sem fasquia, como apresentado nos esboços da figura 04.30. Para ajudar ao seu assentamento sobre a perna, era-lhe introduzido um “cunho”⁵⁷, uma peça em madeira de formato triangular colocada pela parte inferior do degrau, . O remate com as paredes é feito com a introdução de um rodapé também em madeira, encaixado sobre os degraus, após o recorte do seu perfil no mesmo.

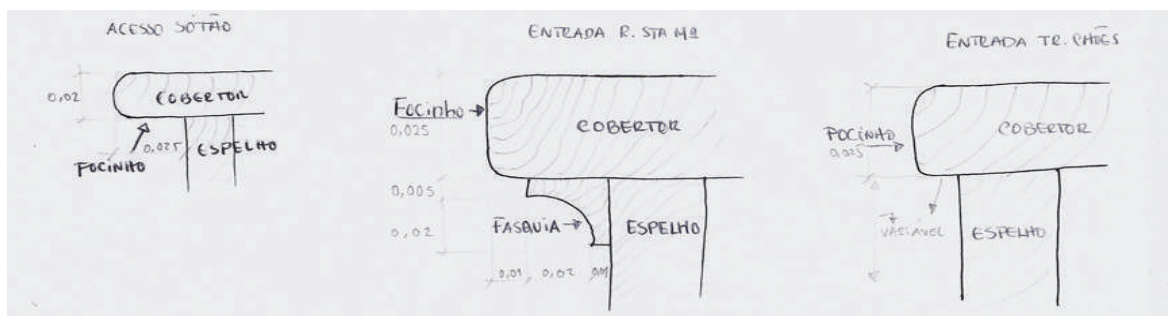


Figura 04.30 - Degraus de acesso ao sótão, da entrada pela rua de S^{ta} M^a e da entrada pela Tr. dos Chões vistos em corte, esboços da autora



Figura 04.31 - Degraus da entrada pela rua de S^{ta} M^a, da entrada pela Tr. dos Chões e do acesso ao sótão, imagens da autora

Vãos

Ao falar nos vãos de edifícios antigos separamo-los entre vãos abertos para o exterior e vãos interiores, uma vez que são adotadas diferentes soluções para os dois casos. Os vãos exteriores, por sua vez, dividem-se entre vãos de janela e vãos de porta, com caixilhos compostos por aros fixos e aros móveis, ou apenas aros fixos.

A madeira era o material eleito para a execução de caixilharias em edifícios antigos, adotando as mais diversas formas nos vãos de janelas, portas e portadas interiores. As janelas mais vulgares eram as de guilhotina e as de batente. Já as portas, em especial as de entrada principal, eram as mais trabalhadas, “*geralmente de madeira maciça, de uma só folha, podendo ou não receber postigo (...) e bandeira que assegura um melhor nível de iluminação natural*” (APPLETON, 2003, p.76). A fixação dos aros às cantarias era feita através da inserção “*de parafusos de rosca de madeira que entravam em buchas metidas em furos previamente abertos*”, furos esses que podemos observar em muitas cantarias que já sofreram substituição das suas caixilharias. A localização de como os aros das caixilharias eram fixos à cantaria definiam se estes seriam aros de “gola”, se fixos pela face do guarnecimento do vão, ou de “aduela”⁵⁸, se fixos pelo interior do vão. Os aros de aduela eram essencialmente compostos por três peças, dois perfis verticais e um horizontal superior, podendo conter um horizontal intermédio, denominado de travessa

⁵⁷ - Como designado por Costa, na página 5 do fascículo 3 - Escadas de Madeira I da Enciclopédia Prática da Construção Civil

⁵⁸ - Como nos explica Costa (1930/39i, p.4) “*o aro de gola é uma espécie de grade com as mesmas dimensões interiores do vão e o aro de aduela é apenas um enquadramento que se apoia sobre a tábu de peito (...)*”.

da bandeira, por servir de base de suporte desta (tanto no caso das janelas, como nas portas) (COSTA, 1930/39i, p.4).

A largura do vão de janela influenciava a quantidade de folhas dos caixilhos, sendo mais comum a adoção de duas folhas de abrir, envidraçadas e com vários pinázios de permeio a formar quadrículas. No caso das janelas de guilhotina, mantinha-se a estrutura quadriculada em cada folha, sendo que normalmente a folha superior era fixa e a inferior móvel. Os caixilhos de portas exteriores, de uma ou duas folhas, podiam ser engradadas, envidraçadas, com postigo ou simplesmente almofadadas, com ou sem bandeira superior. Como complemento às janelas e portas exteriores, era usual a utilização de portadas, ou portas de dentro, habitualmente fixas aos aros de gola, que permitiam a vedação completa de luz. (COSTA, 1930/39f, p.3-16)



Figura 04.32 - Janela de batente com bandeira, janela de guilhotina, porta de duas folhas com postigo e envidraçada, porta de duas folhas com bandeira, porta engradada e almofadada, centro histórico de Castelo Branco, imagens da autora (mais exemplos na página 182 do apêndice 2)

As portas interiores, como acesso entre os vários espaços dos edifícios, podiam ter as mais diversas configurações. De uma ou duas folhas, as portas eram fixas a um guarnecimento em madeira que contornava o vão, com ou sem bandeira superior, envidraçada ou de madeira. A composição das tábuas nas folhas do vão ditava se as mesmas eram de taipal, de travessas à cola, almofadadas ou simplesmente lisas. O guarnecimento em madeira, onde assentavam as folhas, consistia essencialmente em três faces cobertas por peças de madeira (o interior do vão pela aduela e as duas faces exteriores pela cabeça ou gola), às quais se podia adicionar um perfil de remate entre a folha e a aduela, denominado de bocel, e um perfil de remate entre a guarnição e a parede, denominado de fasquia. Quando se tratava de vãos em paredes de tabique, o seu guarnecimento era diretamente pregado à estrutura de madeira do mesmo, tornando-se mais simples a sua aplicação do que no caso dos vãos exteriores.

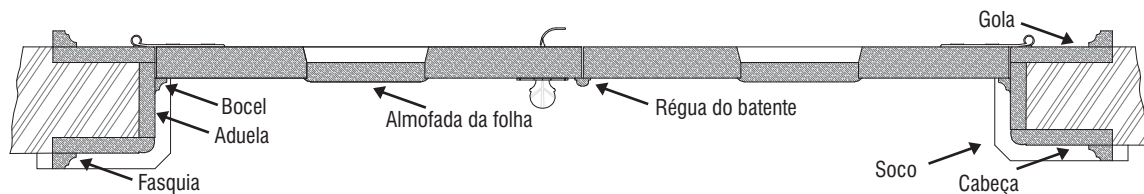


Figura 04.33 - Guarnição e porta de um vão do edifício a intervir, imagem da autora (levantamento dimensional - apêndice 1)

O edifício a intervir, quanto ao preenchimento dos vãos exteriores pode-se dizer que apenas ainda retem uma janela de traça mais antiga, a de guilhotina, ainda em madeira. No entanto, a complementar pelo interior, alguns dos restantes vãos ainda possuem portadas em madeira. Todas correspondem a vãos de janela, a resguardar até meia altura, à exceção da presente na garagem do rés do chão, que se trata de portadas a preencher a altura total do vão, até ao pavimento.

Quadro 04.01 - Resumo das características do imóvel

	Rés do Chão	1º andar	Sótão
Paredes resistentes	- alvenaria de pedra ordinária de junta larga, espessura entre os 65.5 e os 75 cm		
Cantarias	- cantarias de corte simples em granito presentes no guarnecimento de vãos de portas e janelas (vergas, sobreverga, ombreiras, peitoris, soleiras e socos) e nos degraus de arranque das escadas.		
Cobertura	- cobertura em telha vã com estrutura de madeira simples, revestida a telha lusa e telha de canudo; - beirado duplo.		
Pavimentos e seu revestimento	- lajedo de granito (junto às entradas); - aguada de cimento (garagem); - revestimento cerâmico (restantes divisões).	- estrutura de madeira - soalho de tábuas corridas lisas pregadas diretamente ao suporte, espessura entre os 2 e os 3 cm.	
Tetos	- forro de encaixe macho-fêmea; - forro “camisa e saia” na caixa de escadas.	- forro “camisa e saia”.	X
Paredes interiores e seu revestimento	- alvenaria de tijolo; - tabique de estrutura mista; - argamassa à base de cal e areia; - argamassa de cimento.	- tabique de estrutura mista; - argamassa à base de cal e areia.	X
Escadas	- estrutura de madeira, degraus de arranque em granito (RC), degraus de madeira com focinho e fasquia.		
Caixilharias	- portas exteriores em alumínio acastanhado; - janelas de batente em alumínio lacado branco e portadas de madeira maciça; - portão verde em chapa de aço quinada; - portas interiores de 1 folha almofadada com bandeira superior; - porta interior de 1 folha folheada a madeira, lisa.	- janelas de batente em alumínio lacado branco e portadas de madeira maciça; - janela de guilhotina em madeira maciça pintada a branco; - portas interiores em madeira maciça de 2 folhas com bandeira superior; - portas interiores em madeira maciça de travessas à cola.	X
Acabamentos	- paredes com pintura branca; - soco ocre nas laterais das escadas; - teto à cor natural da madeira (garagem); - teto de tom creme (restantes divisões).	- paredes com pintura branca; - teto de tom creme.	X
Mobiliário/outros	- equipamento de casa de banho; - madeiramentos de mobiliário.	- cadeiras (2); - mesa de apoio; - lava louça e escaparate; - candeeiro de teto.	- tanque de lavar roupa.

Levantamento do estado da construção

Estes parágrafos apenas têm como intenção um apontamento das anomalias gerais presentes, sem ser no entanto de forma exaustiva, não descartando a necessidade imperativa de inspeções a realizar por profissionais competentes na área, dado ser da responsabilidade de técnicos especializados. É importante referir que a existência dessas anomalias, e principalmente se for impossível eliminar as patologias que as originam, poderão influenciar a intervenção ao nível do Design de Interiores no espaço, na escolha de soluções, materiais e equipamentos apropriados (será certamente insensato colocar um revestimento em madeira num pavimento em que seja impossível eliminar a humidade ascensional, por exemplo, que resultará no seu apodrecimento precoce).

Aqui define-se o limite de intervenção de Designer de Interiores, e a necessidade de colaboração com outros profissionais, para salvaguarda de erros futuros que poderão prejudicar a intervenção, e neste caso em especial, o valor patrimonial do imóvel.

Anomalias presentes no exterior

Ao analisarmos o estado de conservação do exterior da construção, identificamos logo à primeira vista nos acabamentos exteriores o destacamento da pintura em todos os alçados, e ainda algumas manchas de sujidade, vegetação parasitária e bolores, bem como algumas fissurações. Quando investigamos o estado dos rebocos, encontramos de igual modo alguma fissuração, erosão e destacamento (junto ao pavimento), com presença de fungos e vegetação parasitária, que atacam, de igual modo, as cantarias

mais próximas do pavimento. Além destas anomalias, com origem principal pela ação da humidade (de precipitação e do terreno), podemos identificar outras de origem humana, no caso, afetando acabamentos e revestimentos. Os peitoris das janelas, apresentam algum desgaste, fissuração e vegetação parasitária. A pedra de fecho do arco da garagem encontra-se descaída, tendo provocado alguma fissuração na sua proximidade.

A cobertura, também ela degradada, apresenta no beirado algumas telhas partidas, vegetação parasitária, fungos e bolores e ainda é possível ver uma ligeira cedência da cumeeira.



Figura 04.34 - Principais anomalias no exterior do edifício, imagens da autora

Anomalias presentes no interior

As anomalias presentes no interior do edifício estão principalmente ligadas à humidade ascensional e à deformação da estrutura do pavimento em madeira. É no rés do chão que identificamos maiores problemas relacionados com os revestimento das paredes, pela sua desagregação e até mesmo perda da argamassa de união da alvenaria de pedra, em especial na parede meeira com o edifício ao lado. Conseguimos identificar na zona da garagem a presença de humidade ascensional a provocar desagregação do reboco até mais de um metro de altura.



Figura 04.35 - Principais anomalias nas paredes do rés do chão, imagens da autora



Figura 04.36 - Principais anomalias nas paredes do 1º andar, imagens da autora



Figura 04.37 - Principais anomalias nos pavimentos e degraus de madeira, imagens da autora

Ao percorrer as salas do 1º andar conseguimos ver uma ligeira cedência do pavimento, em especial na sala do canto formado pela rua e travessa dos Chões, desconhece-se o estado da estrutura de madeira, podendo apenas verificar a olho nu algum apodrecimento do soalho e escadas e ainda danos causados por insetos. Conseguimos perceber que o estado do pavimento alterou a estrutura dos tabiques do primeiro andar, forçando a sua quebra junto às paredes mestras, como podemos ver na figura 04.36. Vemos também alguma fissuração no revestimento das paredes e queda de reboco junto aos aros de gola das portadas.

As caixilharias dos vãos exteriores, na sua generalidade em alumínio, apresentam um estado de conservação razoável. No entanto, a porta de entrada do alçado da rua de Santa Maria, apresenta danos no canhão da fechadura. Quando passamos para a janela de guilhotina em madeira (no alçado da travessa dos Chões), podemos ver que esta está em mau estado de conservação, apresentando alguns sinais de apodrecimento no aro fixo, vidros com riscos e quebrados, envelhecimento da madeira e perda da vela-tura/pintura, impossibilitando a sua abertura. Já o portão da garagem apenas apresenta alguma descoloração na sua pintura. Pelo interior, as portadas apresentam poucos danos, concentrando-se mais ao nível da pintura, notando-se alguma ferrugem nas suas ferragens.

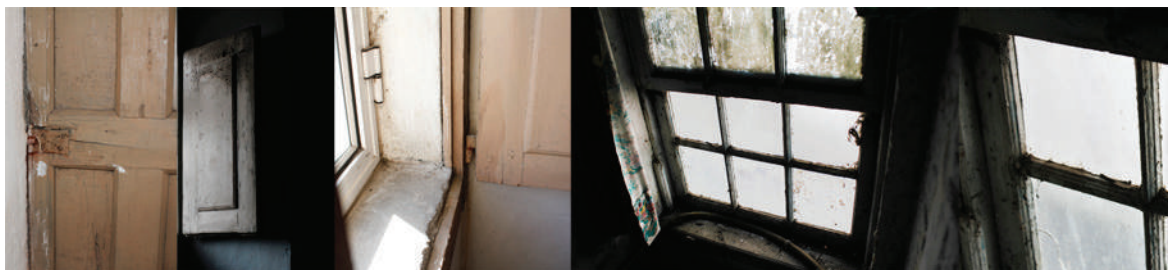


Figura 04.38 - Principais anomalias nos vãos, imagens da autora

Sem grandes anomalias nas portas do 1º andar, verificam-se apenas alguns sinais de desgaste, e ferragens ligeiramente enferrujadas, algo reversível. Nota-se algum empeno ou dificuldade em fechar, pensando-se ser provocado por movimentos da estrutura do pavimento, e consequentemente dos tabiques.



Figura 04.39 - Principais anomalias na portada do rés do chão e nas portas do 1º andar, imagens da autora

4.2 - Definição da intervenção

4.2.1 - Filosofia de desenvolvimento do projeto

Planear uma intervenção num edifício que integra património cultural acarreta, por si só, uma série de caminhos já pré-estabelecidos e incontornáveis.

No entanto, mesmo com algumas restrições, o designer pode estabelecer uma diversidade espantosa de abordagens ao espaço a intervir. O delinear de uma filosofia de intervenção auxilia, neste caso, a tomar decisões conscientes do seu impacto final no projeto de interiores.

Uma filosofia de intervenção não surge de forma espontânea, pelo que as leituras e análises de casos de reabilitação colaboram para a formação de uma linha orientadora. Consciente do percurso a tomar, definem-se algumas linhas condutoras, tais como:

- O respeito pelo existente - E para tal é importante compreender que cada caso é um caso específico, não se podendo aplicar a mesma abordagem a todos. Os estudos preliminares sobre o edifício e o enquadramento do mesmo revelam-se essenciais para o desenvolvimento de um programa funcional compatível, para a compreensão do espaço em si e dos materiais e técnicas que o constituem⁵⁹.

- O respeito pelo que poderá surgir - Com especial enfoque na reversibilidade, tendo consciência que este projeto não pode inviabilizar intervenções futuras. Aqui podemos dizer que quanto menos radical a intervenção for, mais reversível será, em especial se integrar soluções não definitivas (divisórias amovíveis, alterações não estruturais, etc).

- O respeito por quem cá está - Sendo esta a melhor forma de manter a autenticidade dos valores locais, envolvendo a população local/residente nas atividades a promover após a finalização da intervenção. Com o fomento de um projeto cultural, canalizam-se os esforços para impulsionar a reabilitação do centro histórico ao mesmo tempo que é dado a conhecer. Estimulando um turismo de forma controlada, permite-se orientar os ganhos daí provenientes para a população e economia locais e conseqüentemente para o centro histórico.

- O respeito por quem virá - Tendo consciência de que o património não é apenas nosso, mas que pertence a todos, e a todos deve ser garantido o direito de usufruto, em especial às gerações futuras. De igual modo podemos olhar para a gestão de recursos, pois as decisões que nós hoje tomamos comprometem a evolução dos próximos séculos. A chave para a sustentabilidade passa pela *“capacidade de suprir nossas necessidades atuais sem comprometer as do futuro”*⁶⁰, e com isso, vem a responsabilidade de optarmos por soluções de intervenção menos intrusivas (diminuindo a produção de resíduos e o uso de materiais novos e, conseqüentemente, de recursos ambientais), mais *“amigas”* do ambiente (ao reduzir consumo de energia, por exemplo) e mais saudáveis⁶¹.

4.2.2 - Programas compatíveis com o planeamento estratégico local

Em fase posterior ao levantamento de todas as características do edifício, iniciou-se uma pesqui-

⁵⁹ - É importante para a intervenção perceber o grau de compatibilidade entre os materiais a adicionar durante a obra e os já existentes e de que forma se refletirão no comportamento do edifício.

⁶⁰ - MOXON, Siân. *Sustentabilidade no Design de Interiores*, p. 14

⁶¹ - Tudo o que nos envolve contribui para a nossa saúde, incluindo os materiais utilizados na construção. A composição dos mesmos deve ser tida em conta, onde muitas vezes, compostos orgânicos voláteis marcam presença.

sa por usos compatíveis, na qual os planeamentos estratégicos já realizados, sobre a cidade de Castelo Branco e centro histórico em específico, desempenharam um papel fulcral.

No plano estratégico intitulado “Castelo Branco 2020”, produzido anos atrás, definiram-se as metas a atingir até ao ano de 2020, passando numa fase inicial pelo levantamento e caracterização da estrutura da cidade à data, necessários para a definição de um programa de intervenção, abordando-se temáticas como economia local, demografia, quotidiano da cidade, equipamentos existentes e paisagem urbana. Foi reforçado, ainda nesta primeira parte do planeamento, que o mesmo só seria eficaz se originasse “*um ambiente urbano agradável*”⁶², baseado no sucesso de intervenções em vários planos. Identificamos a ideologia base destes programas assente numa filosofia de reabilitação integrada, já abordada no segundo capítulo (página 12), potenciadora da “*regeneração da cidade*”, tornando-a mais forte e competitiva, funcional e apelativa à fixação e vivência da população. Podemos hoje observar o resultado de algumas dessas ações e as consequências geradas na vida quotidiana da cidade, podendo afirmar com convicção de que se trata de um impacto favorável.

São de referir alguns dos pontos explorados na investigação através de inquérito à população e seus respetivos resultados, em fase antecedente ao planeamento, caracterizadores da vida quotidiana dos habitantes desta cidade. Na sexta página do plano é exposto o que já se havia identificado anteriormente, a perda de residentes do centro da cidade em detrimento da periferia, como se vê, resultando na degradação de muitos edifícios em especial do centro histórico.

Em busca de mais informações, os censos de 2011 revelaram-nos que Castelo Branco (cidade) possui uma oferta reduzida de alojamentos com área até aos 50m² (apêndice 2), colocando-se assim a hipótese de adaptar a casa da Rua de Santa Maria a dois espaços habitacionais independentes;

Esta hipótese também pode ser justificada pela simples razão de que, também nesta cidade, mais de metade das famílias clássicas possuem apenas entre um a dois elementos;

Poderá haver a possibilidade de, e indo a favor das preferências de grande parte das famílias portuguesas, a casa ser destinada para compra (e não aluguer), para usufruto do seu proprietário e, se optar por utilizar apenas uma fração da casa para si, arrendar ou iniciar atividade na fração restante⁶³. Sendo assim, o espaço destinado a arrendamento adquire a necessidade de ser facilmente adaptável pelos e aos seus inquilinos, prevendo-se a sua rotação em períodos de tempo não alargados.

É importante, e tendo em conta que uma fatia considerável da população albacastrense (freguesia) tem 65 anos ou mais, sendo que estes na sua maioria vivem com pessoas da mesma idade ou sozinhos, evitar a todo o custo essa situação. Muitos encontram-se isolados, sem qualquer tipo de ajuda imediata em caso de pequenos (ou grandes) acidentes domésticos. Além dos inconvenientes que acarreta a situação de morar sozinho ou com pessoa da mesma idade, em muitos casos a sua relação com o espaço habitacional é desajustada, pois os espaços não possuem as características necessárias para uma vivência diária segura, cómoda e ajustada às capacidades de locomoção dos seus utentes.

A maioria dos centros urbanos foram levados ao abandono, como é o caso de Castelo Branco. Maioritariamente, a população residentes nestes locais é de poucos recursos e/ou envelhecida, sem possibilidade de melhoria das suas condições habitacionais, notoriamente identificável ao deambular pelas ruas deste local. É importante inverter esta situação, contrariar a tendência e criar condições para que novos residentes se fixem. Viver no centro histórico deveria ser considerado um luxo, com todas as suas rega-

62 - 1º ponto do capítulo “Relatório” do Planeamento estratégico >> Castelo Branco 2020, disponível em: http://www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=cb2020_menu

63 - A preferência da compra sobre o aluguer pode ser confirmada pelos dados dos censos, onde se vê que grande parte das famílias possui casa própria.

lias associadas (proximidade de postos de trabalho, serviços e comércio, sem necessidade de utilização de veículos de transporte), e não o contrário.

Torna-se crucial permitir a entrada de novas famílias, muitas delas ainda apenas com um ou dois elementos, ainda no início da sua vida. Família que dispensa do seu carro, ou raramente o usa (e porque não precisa, afinal, morando num ponto central, pode diariamente deslocar-se a pé para o seu trabalho, pequenas compras e lazer).

O plano estratégico Castelo Branco 2020 aborda, no seu capítulo entitulado “Um Programa de Ações Mobilizadoras - Valorizar a memória”, as principais metas para a intervenção no centro histórico de Castelo Branco das quais destacamos os de maior relevância para o projeto:

- “- Trazer novos grupos sociais e mais jovens para esta colina”.*
- “- Introduzir novos usos nos espaços públicos e privados.*
- Equipar esta área com equipamentos culturais diversificados.*
- Reabilitar as estruturas construídas com interesse.*
- Apoiar os grupos sociais menos favorecidos.*
- Fortalecer a dinâmica económica e social com introdução de medidas diversas quer a nível económico quer turístico.*
- Recriar e fortalecer os percursos turísticos internos (...)”*

Refere ainda a criação de residências universitárias, de condições para a melhoria do seu quadro urbano e ambiental, de fixação de populações mais jovens, fomento da atividade turística, atividade comercial e cultural, e alojamento turístico.

Podemos subtrair do exposto anteriormente, numa ótica de reabilitação arquitetónica, a possibilidade de criação de:

- residências universitárias;
- habitação para grupos jovens, jovens casais;
- habitação *low cost* (para famílias que não se podem candidatar a habitação social, mas que não têm rendimentos para outra);
- habitação social;

E no reforço das atividades comercial e turística já existentes a criação de alojamento turístico como:

- pequenos albergues/hostel (a oferta mais semelhante na cidade é a Pousada de Juventude);
- residenciais;
- hotel;
- hospedaria.

Compativelmente surgem opções de programas como:

- habitação e comércio - De acordo com as características presentes em anos anteriores nesta rua, constatou-se tratar de uma rua com elevado valor para o comércio. Permaneciam nela vários casos (e ainda existem noutras ruas) em que o rés do chão dos edifícios abarcava a funcionalidade comercial ou de prestação de serviços, sendo o 1º andar (ou seguintes) destinados a habitação.

- habitação unifamiliar de 2 pisos *low cost* - Uma casa para famílias que sofreram com a crise, viram os seus rendimentos reduzidos, mas o seu valor não deixa de ser demasiado elevado para que se possam candidatar a habitação social.

- Alojamento turístico com número reduzido de dormitórios - Alojamento temporário para quem pretenda conhecer em especial o centro histórico de Castelo Branco.

4.2.3 - Definição e justificação do programa selecionado - hostel

Numa lógica de desenvolvimento, a seleção do programa funcional para o edifício sito na Rua de Santa Maria teve em conta uma sequência de eventos que o mesmo poderá proporcionar ao centro histórico.

Optou-se por integrar uma unidade de alojamento local, com fins turísticos, baseada na filosofia do “hostelling”, como potenciadora do desenvolvimento do seu enquadramento. Consequentemente, espera-se que a integração de um espaço desta categoria fomente o envolvimento da comunidade local, fortaleça a sua relação com o centro histórico, motive a criação de programas turísticos e o zelo pelo património existente (material e imaterial). Aumentando a dinâmica do centro histórico, depreende-se que se torne apetecível a reabilitação do património construído desta zona, para acomodação de programas de cariz semelhante, ou outros, que por sua vez irá aumentar a qualidade de vida neste enquadramento, como objetivado no planeamento estratégico já abordado anteriormente.

Conceito da intervenção

Chegado o momento de adoptar uma linha contínua de desenvolvimento de projeto, com a definição de um programa integrador e consciente da história e desenvolvimento do espaço de intervenção, bem como da sua envolvente, idealizou-se o conceito “Reviver Castelo Branco”. Assente em três pontos, este conceito pretende:

- Evidenciar a evolução do modo de vida no centro histórico (mostrar a evolução doméstica, factos históricos bem como morfológicos que contribuíram para o desenvolvimento do espaço interior - instalação da rede de águas e esgotos, elétrica, etc)

- Evidenciar a atividade artesanal, elementos caracterizadores da cidade, iconografia, personagens ilustres e pontos de interesse.

- Fortalecer a relação da filosofia de “hostelling” com a promoção do centro histórico - troca de experiências entre os utilizadores do espaço, mesmo que distantes a um nível temporal, tornando-os um veículo de promoção da cidade, pela partilha das suas vivências com o mundo exterior.

Materialização do conceito

Estipuladas as linhas orientadoras do conceito, a sua materialização é evidente em algumas opções de projeto como:

- Exposição de técnicas construtivas. Através da exposição da alvenaria de pedra em algumas zonas do edifício, exemplificando o sistema construtivo das paredes estruturais, sistema este presente no centro histórico desde o aparecimento dos primeiros edifícios. Através da exposição da estrutura dos tabiques em local que se torne relevante (por caracterizarem os métodos construtivos e materiais locais).

- Mostra da evolução da vivência no edifício, mantendo alguns elementos que exemplificam a adaptação dos seus habitantes ao surgimento, p. ex., da rede de águas e esgotos (que obrigou a soluções extremamente caricatas e de adaptação do espaço às novas necessidades, como a colocação de retrete em espaços de circulação, mesmo em frente a uma janela). Ao ler Fernando Távora, na sua dissertação “Da Organização do Espaço”, é evidenciado o fator tempo como a quarta dimensão. Este fala da capacidade

de localizar um ponto num plano, ou no espaço, através das coordenadas cartesianas (x;y;z). Define forma e espaço, sendo espaço também forma, composto por matéria. Reforça o valor do tempo, dizendo: *“Na arquitectura (...) o tempo joga como factor fundamental e não apenas como dimensão de observação [comparativamente à escultura] mas como dimensão da própria obra, sabido como é que um edifício tem uma vida - tal como uma pintura ou uma escultura - neste caso mais agitada pois que o cumprimento de determinadas funções concretas e obrigam a uma actualização - ou a um abandono - que o alteram como espaço organizado.”*⁶⁴

- Utilização de símbolos e elementos caracterizadores do ambiente albicastrense, como por exemplo os presentes nos bordados e colchas (ex-libris cultural, recentemente valorizado pela criação da oficina-escola de bordados), de imagens representativas do património construído local ou ainda utilização de textos de autores naturais da cidade;

- Criação de “murais”, onde os visitantes do espaço possam identificar logo à partida os elementos culturais que podem conhecer, bem como partilhar as suas experiências e o seu testemunho sobre o centro histórico.

É importante, e mantendo a visão de reabilitação integrada, ir de encontro aos objetivos já definidos nos programas estratégicos, que foram alvo de profunda reflexão durante a sua execução e sobre os quais se despenderam inúmeras horas.

Tendo em conta o valor dos trabalhos já desenvolvidos e os seus objetivos, e numa perspetiva de contribuir positivamente para os mesmos, depois de lançadas várias hipóteses de intervenção compatíveis com o edifício sito na rua de Santa Maria, selecionou-se por fim o que se verificou mais vantajoso.

O programa idealizado atinge várias vertentes, das quais se destaca, e por estar invariavelmente relacionada com o objeto de estudo deste projeto, a visão de intervenção adoptada para o centro histórico, que dá especial relevância à valorização da memória.

Trazendo à luz alguns dos princípios da Carta Internacional do Turismo Cultural abordada no capítulo 2, a reabilitação do edifício (exemplar do património do centro histórico), contribui para a valorização da memória do povo em que se insere. Ao torná-lo num pólo de partilha cultural, através da criação de um hostel, pretende-se que os seus principais utilizadores, os turistas, contribuam para a divulgação do tecido cultural albicastrense, ao mesmo tempo que criam recursos para a população residente.

Breve história dos “youth hostel”

A história dos albergues juvenis, se assim se pode dizer, iniciou com o romper do século vinte, através da iniciativa de um professor alemão. Richard Schiirmann, o professor, foi a grande mente por detrás do conceito de “youth hostel”, quando quis providenciar novas experiências aos seus alunos, fora da sala de aula e verificou a necessidade da existência de locais para as suas dormidas. A partir daí começou a procurar acomodação para os seus alunos em estalagens, fazendas ou similares.

O primeiro albergue juvenil abriu em Altena, Westphalia (Alemanha), na escola de Schiirmann, passando mais tarde, de forma permanente, para o castelo de Altena, existindo ainda hoje. A ideia expandiu-se rapidamente por toda a Alemanha, dando origem a vários albergues de localização fixa, estabelecidos por comunidades locais, clubes ou indivíduos abastados.

No ano de 1919 Schiirmann funda a Associação Alemã de albergues juvenis, sendo que, à data, o conceito atingiu um crescimento exponencial e abrangente por todo o território europeu e nem só. Foi a

64 - TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 8ª Edição; Porto: Edições FAUP, 2008. Página 16

partida para, no ano de 1932, ser formada a Federação internacional de albergues juvenis (International youth hostel federation), composta por albergues de países como a Suíça, Alemanha, Polónia, Holanda, Noruega, França, Dinamarca, Bélgica, Grã-Bretanha e Irlanda (só a Alemanha, à data, contava já com mais de 2000 albergues juvenis), com o propósito de estipular bases comuns para este tipo de alojamento.

O intuito dos albergues era permitir aos jovens usufruir de locais de dormida a baixo custo, em troca de algum dinheiro e ajuda com as tarefas domésticas. Tornou-se na oportunidade para os jovens entrarem em contato com o modo de vida de outras pessoas, formarem o seu carácter e tornarem-se mais independentes. Os albergues transformaram-se numa nova forma de conhecer e fazer amigos através da partilha de espaços, não existindo separação entre classes sociais.

Com o advento da segunda guerra mundial, viveu-se um período de estagnação, existindo até alguma regressão, tendo sido, em alguns casos, os albergues juvenis ocupados para fins militares. Na época do pós guerra (anos 60/70), o conceito reafirmou-se e desenvolveu-se, reflectindo-se num panorama mundial, ajudado em grande parte pela explosão de viagens de avião a preço reduzido. Vários albergues foram reconstruídos e o seu valor foi apreendido por diversos governos, como um caminho para evitar futuros conflitos e encorajar entendimento. A federação internacional de albergues juvenis cresceu com o restabelecimento do sistema de albergues juvenis na Alemanha e entretanto novas associações de albergues foram criadas em locais como África, Ásia, Austrália e América do Sul.

Na década de noventa do século passado a Federação internacional de albergues juvenis reposicionou-se estrategicamente com foco na implementação na sua rede de “hostels” de critérios de qualidade padronizados. A própria denominação da federação altera-se para “Hostelling International”, como conhecemos hoje, contando a nível mundial no presente, com aproximadamente 4000 hostels associados, distribuídos por mais de 90 países. A cadeia de hostels abre portas assim a todas as faixas etárias e garante um padrão característico nos estabelecimentos da sua rede, oferecendo, a preços comportáveis, um bom nível de qualidade com envolvente convidativa.

Hoje em dia a Hostelling International apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos asente na sua relevante história e filosofia, proporcionando uma verdadeira experiência. Como a presidente da cadeia, Angela Braasch-Eggert, afirma “(...) *os hostels são muito mais do que apenas um lugar para dormir e comer. São o espaço ideal para ficar, conhecer pessoas de todo o mundo e fazer amigos, para divertir ou para conversas profundas, para imergir numa nova cultura (...)*”⁶⁵.

A filosofia da rede “Hostelling International” prende-se, além da oferta de alojamento, com lazer, com a criação de novas amizades e conhecimento de realidades culturais distintas. Pretende proporcionar alojamento em locais diversificados, a baixo custo e com um padrão de qualidade comprovado e ao mesmo tempo seguro, onde se possa ter uma boa noite de sono num ambiente amistoso.

Em Portugal, a rede é atualmente representada pela Movijovem, contando com mais de cinquenta pousadas espalhadas por todo o país (continente e ilhas), agrupadas em Pousadas Histórica Cultural, Pousadas Natureza Aventura, Pousadas Praia e Pousadas Urbanas, de acordo com as atividades e experiências que proporcionam.

À parte da Movijovem, surgem e funcionam, por iniciativa privada, vários hostels em todo o país, acabando por seguir na sua essência princípios idênticos às pousadas da juventude. Distribuem-se por diferentes categorias, ou até níveis de luxo, onde a principal distinção reserva-se à capacidade de lotação dos espaços.

⁶⁵ - T.L. - “Youth hostels are much more than just bed and breakfast. They are the ideal place to stay and enjoy hospitality; to meet people from all over the world and to make friends, to have fun as well as meaningful conversations, to immerse into a new culture (...).” Disponível em: [https://www.hihostels.com/about-hi/what-we-believe]; acedido a [05-05-2014]

“Hostel”, exemplos nacionais e serviços associados

Como ponto de partida, e para melhor apreender as necessidades programáticas de um alojamento do tipo hostel, recorreu-se a uma pesquisa sobre vários exemplos, em especial dos que pertencem ao topo das avaliações dos hóspedes, realizadas através das plataformas online disponíveis para efetuar reservas. Dos resultados da investigação⁶⁶, destacamos quatro, por se inserirem em edifícios antigos ou até mesmo classificados.

Gallery Hostel

Rua Miguel Bombarda, nº222, Porto

<http://www.gallery-hostel.com/>

Situado no centro da cidade do Porto, o Gallery Hostel posiciona-se no nº 222 da rua das “Galerias de Arte”. O edifício que o alberga é do início do século passado, tendo sido reabilitado para acomodar os hóspedes que por lá passam hoje. Com respeito pela envolvente e pelo ambiente cultural, os espaços deste hostel servem como promoção de artistas portuenses, tornando o edifício numa galeria viva. As instalações contam com quartos para 4 a 6 pessoas ou ainda suites (com 1 wc disponível por quarto), cozinha, salas de convívio, biblioteca, galeria de arte, lounge bar, lavandaria, cofres, cacifos, beliches personalizados com luzes individuais e depósito de bagagens. Alguns serviços inerentes à estadia são compostos por acesso a Internet/Wifi, pequeno almoço gratuito, ar condicionado e aquecimento, receção 24h, visitas guiadas, televisão por cabo, controlo de acesso por cartão e ainda serviço de troca de toalhas e lençóis grátis.



Figura 04.40 - Suite, quarto múltiplo e casa de banho, Gallery hostel, Porto, imagens gentilmente cedidas pela gerência, disponíveis em: [<http://www.gallery-hostel.com/pt/quartos/>], acedidas a [7-05-2014]

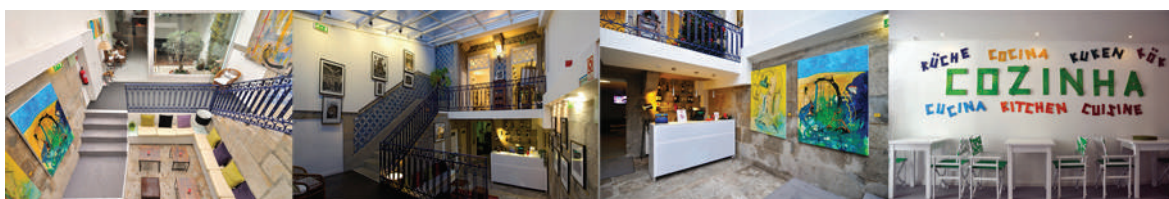


Figura 04.41 - Zonas comuns, Gallery hostel, Porto, imagens gentilmente cedidas pela gerência, disponíveis em: [<http://www.gallery-hostel.com/pt/galeria/>], acedidas a [7-05-2014]

Lisboa Central Hostel

Rua Rodrigues Sampaio nº160, Lisboa

<http://www.lisboacentralhostel.com/>

O Lisboa Central Hostel está instalado num edifício classificado, em localização central perto da famosa Avenida da Liberdade. O hostel conta com quartos de 2, 4,6 e 10 pessoas com casa de banho, salas

⁶⁶ - Ver apêndice 2: “Definição do programa e pesquisas - Pesquisa Hostels nacionais, Instalações e serviços”.

de convívio, cozinha equipada e ainda um terraço. Os pequenos almoços são incluídos e a cozinha é disponibilizada aos seus visitantes, para que possam cozinhar as suas próprias refeições, sem esquecer a ajuda preciosa das instruções bem visíveis em cada aparelho desta. Todo o espaço é coberto por rede WiFi gratuita, a receção é aberta por 24h e ainda são disponíveis serviços de lavandaria e depósito de bagagens.



Figura 04.42 - Quartos duplos, múltiplos e wc, Lisboa central hostel, imagens gentilmente cedidas pela gerência, disponíveis em: [<http://www.lisboacentralhostel.com/hostelphotos.php>], acedidas a [7-05-2014]

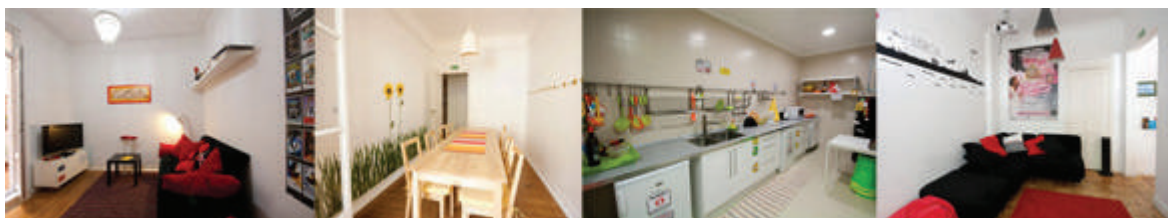


Figura 04.43 - Zonas comuns, Lisboa central hostel, imagens gentilmente cedidas pela gerência, disponíveis em: [<http://www.lisboacentralhostel.com/hostelphotos.php>], acedidas a [7-05-2014]

Shiado Hostel

Rua Anchieta nº 5, 3º andar, Lisboa

<http://www.shiadohostel.com/>

Localizado no Chiado, fica a pouca distância de vários pontos de interesse da cidade. Conta já com seis anos desde a abertura e oferece alojamento em quartos duplos ou múltiplos de 4, 6 ou 8 pessoas, com casas de banho partilhadas. Os pequenos-almoços são fornecidos pelo hostel e é possível aceder a uma cozinha e lavandaria partilhadas. Todo o espaço é coberto por rede WiFi, a receção funciona 24h, existe depósito de bagagem e cofre. Ainda oferece “walking tours” e tours por reserva.

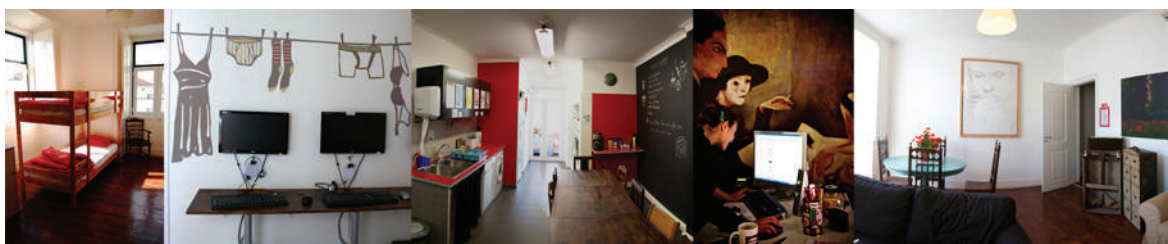


Figura 04.44 - Quartos e zonas comuns, Shiado hostel, imagens gentilmente cedidas pela gerência, disponíveis em: [http://www.shiadohostel.com/foto_en.html], acedidas a [7-05-2014]

Living Lounge Hostel

Rua do Crucifixo nº 116, 2º andar, Lisboa

<http://www.livingloungehostel.com/>

Nomeado pelo The Times como o “world’s best boutique hostel”, o Living Lounge, situado no coração de Lisboa, é abrigado num edifício de traça pombalina. Cada quarto tem um design especial refletindo a

cultura lisboeta. As suas instalações contam com um total de 23 quartos, distribuídos por dormitórios mistos de 4, 6 e 8 camas, quartos duplos e simples. Estão disponíveis 4 casas de banho em cada andar, cozinha totalmente equipada, depósito de bagagem e salas de convívio. Os serviços disponibilizados incluem receção 24h, WiFi e Internet grátis, roupa de cama lavada, toalhas, bar, telefone público, serviço de cozinha aberta, lavandaria, segurança por cartão pessoal com acesso a cofre, aluguer de bicicletas, oferta de guias da cidade, café, chá e pequeno almoço incluído.

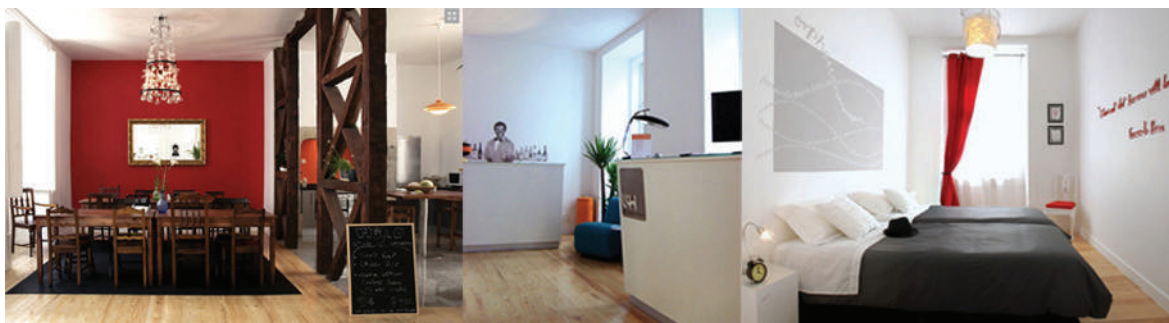


Figura 04.45 - Sala de refeições, receção e quarto duplo, Living Lounge hostel, Lisboa. Imagens gentilmente cedidas pela gerência, disponíveis em: [<http://www.livingloungehostel.com/facilities.html>], acedidas a [7-05-2014]

Continuamos a encontrar ao longo de todo o país inúmeros exemplos de hostels, muitos deles instalados em edifícios reabilitados, dando uma nova funcionalidade aos mesmos. A oferta de serviços, na sua generalidade, é idêntica entre eles e vai de encontro à filosofia geral do *hostelling*. Os espaços são aliados à oferta de serviços, tendo grande destaque a parte do alojamento em dormitório múltiplo, com casas de banho partilhadas, e as áreas comuns, com salas de convívio e cozinhas de acesso livre⁶⁷.

De um modo sucinto, podemos definir através do seguinte quadro, os espaços, os serviços e os equipamentos disponíveis na generalidade dos hostels.

Quadro 04.02 - Hostel - principais valências

ESPAÇOS	EQUIPAMENTO	SERVIÇOS
<ul style="list-style-type: none"> - quartos múltiplos (de 4 a 12 pessoas, mistos ou por género); - quartos duplos, de casal ou simples (menor frequência, mais caros); - casas de banho partilhadas (separadas por género ou com cabines de banho individuais); - cozinha (livre ou apenas para empregados); - lavandaria (livre ou apenas para empregados); - salas de refeições e/ou convívio/lazer; - receção; - Biblioteca. 	<ul style="list-style-type: none"> - beliches , triliches; (com luz de leitura); - cacifos individuais; - camas simples/ casal; - secador de cabelo; - máquinas de roupa (lavar/secar); - Televisão, computadores e acessórios; - máquinas de venda automática. 	<ul style="list-style-type: none"> - roupa de cama lavada; - toalhas de banho; - depósito pessoal seguro; - depósito de bagagem; - acesso a WiFi/Internet; - usufruto da cozinha; - pequenos almoços (gratuitos); - divulgação turística; - bookcrossing; - receção 24h.

⁶⁷ - CABRAL, Catarina. Hostels: o luxo low-cost. Novembro de 2010. [Disponível em: http://www.mariajoaodealmeida.com/artigos.php?ID=115&ID_ORG]; acedido a [07-05-2014]

Programa funcional

Os primeiros passos na definição do programa funcional foram dados através da análise das dependências que compõem outros hostels e o espaço útil disponível no edifício a intervir (tendo em conta os elementos constituintes). Como complemento, definiram-se os objetivos a atingir com a criação do espaço, representados resumidamente no esquema abaixo.



Figura 04.46 - Objetivos do sistema de Hostelling.

Além disso, mesmo após abordada legislação relacionada com as intervenções no edifício em questão, foi necessário investigar as restrições específicas para esta categoria de alojamento. O primeiro documento legislativo consultado foi o **RJET** (Regime Jurídico de Empreendimentos turísticos - decreto-lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro).

O regime jurídico, que estipula as normas para empreendimentos turísticos, adiciona a noção de alojamento local⁶⁸, enquadrando estas unidades de alojamento temporário com fins lucrativos como instalações que “*não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos*”. O alojamento local está sujeito a registo na câmara municipal local, não podendo de alguma forma utilizar a denominação de “turismo” ou “turístico”, nem receber classificação, apesar de poder ser utilizado para fins turísticos⁶⁹.

As normas correspondentes ao alojamento local, anteriormente estipuladas por portaria, foram definidas no passado Agosto de 2014 em diploma próprio (decreto-lei nº 128/2014 de 29 de Agosto). A capacidade máxima para os estabelecimentos de alojamento local é fixada nos 9 quartos ou 30 utentes⁷⁰ (à exceção do hostel que poderá ter maior capacidade de lotação). É aqui que, pela primeira vez, surge a noção de “hostel”, indicando que esta denominação só pode ser utilizada se o dormitório estiver em maior presença no espaço⁷¹. O uso do nome hostel implica que os dormitórios tenham no mínimo 4 ca-

⁶⁸ - “*Consideram-se estabelecimentos de alojamento local as moradias, apartamentos e estabelecimentos de hospedagem que, dispor de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos*”. (artigo 3º, secção I, capítulo II do anexo ao D.L. nº 15/2014 de 23 de Janeiro)

⁶⁹ - Artigo 3º, secção I, capítulo II, d.l. nº 15/2014 de 23 de Janeiro.

⁷⁰ - Artigo 11º, capítulo III, d.l. nº 128/2014 de 29 de Agosto.

⁷¹ - Artigo 14º, capítulo III, d.l. nº 128/2014 de 29 de Agosto.

mas, ou 2 beliches. Já as restantes especificidades relacionadas com este tipo de alojamento denominado “hostel” ainda esperam por publicação em portaria.

O programa para o edifício foi pensado de forma a encaixar os espaços mais importantes para o correto funcionamento de um hostel, tendo em conta a área disponível e o perfil de utilizador. O utilizador principal desta tipologia de alojamento enquadra hóspedes de diferentes faixas etárias, turistas nacionais ou de outros países, com motivação para conhecer novos lugares e fazer novas amizades, com especial apetência para o convívio. Sendo assim, o programa funcional conta com:

- Dormitório misto para 9 pessoas (com 4 beliches e uma cama individual);
- Casa de banho feminina; Casa de banho masculina;
- Depósito de bagagem;
- Cozinha partilhada; Sala de estar/Jantar/Lazer;
- Receção;
- Lavandaria;
- Instalação sanitária de serviço.

Para a correta exploração do espaço depreende-se a oferta de uma gama de serviços base, entre os quais os já mencionados no quadro 04.02 da página 73, adicionando o acesso livre à lavandaria e a participação em roteiros turísticos.

4.3 - Desenvolvimento do projeto

Após estudo do espaço e seu enquadramento, determinado o programa e análise de todas as exigências, surgem as primeiras opções de desenvolvimento das áreas, com base na filosofia e conceito definidos anteriormente.

Uma primeira abordagem ao espaço, justificada pelos princípios já descritos, consistiu em tentar manter ao máximo as preexistências, até ao ponto em que estas não impedissem a melhoria das condições de salubridade do edifício e a segurança dos seus utilizadores.

Sendo o edifício composto por três pisos, a distribuição da área disponível ficou dependente das necessidades de cada espaço a integrar e do acesso entre eles. Com o auxílio de um esquema, sabendo quais as relações que teriam de ser estabelecidas entre as diferentes dependências, testaram-se várias possibilidades de organização, aproveitando a separação física entre os dois principais pisos para alocar zonas de serviços gerais e convívio no rés do chão e as zonas de dormir e de banho nos andares seguintes.

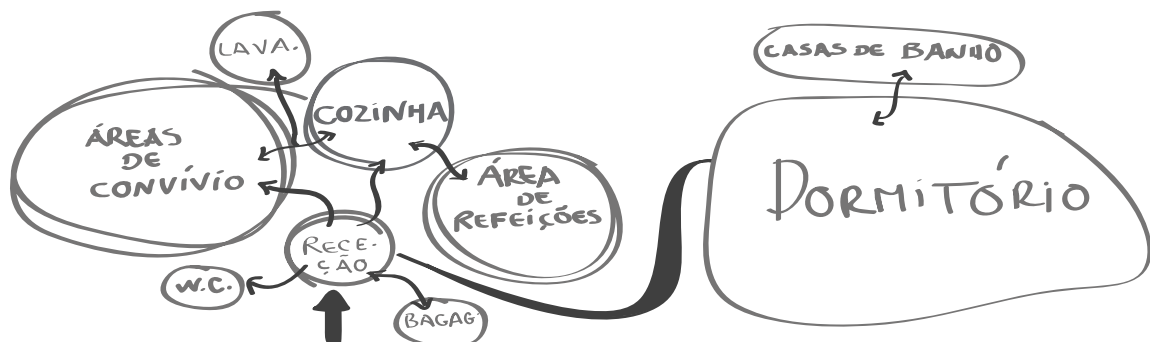


Figura 04.47 - Esquema de relações entre áreas.

Para facilitar a apreensão do espaço executou-se uma maquete de estudo, com os principais espaços disponíveis, já com algumas alterações à configuração inicial, com abertura de vãos de passagem entre áreas ou ainda nivelamento do pavimento à mesma cota.



Figura 04.48 - Maquete de estudo

Um dos pontos que afetou a distribuição das áreas e a comunicação entre elas foi a localização do lanço de escadas para o 1º andar, uma vez que os existentes não cumpriam os requisitos de segurança e conforto, obrigando forçosamente à sua substituição por um novo. Trabalhou-se em planta e em corte, com opções mais ou menos intrusivas às preexistências, mais ou menos seguras e/ou funcionais, acabando por se levar em conta esses mesmos critérios para seleção da solução mais eficiente.

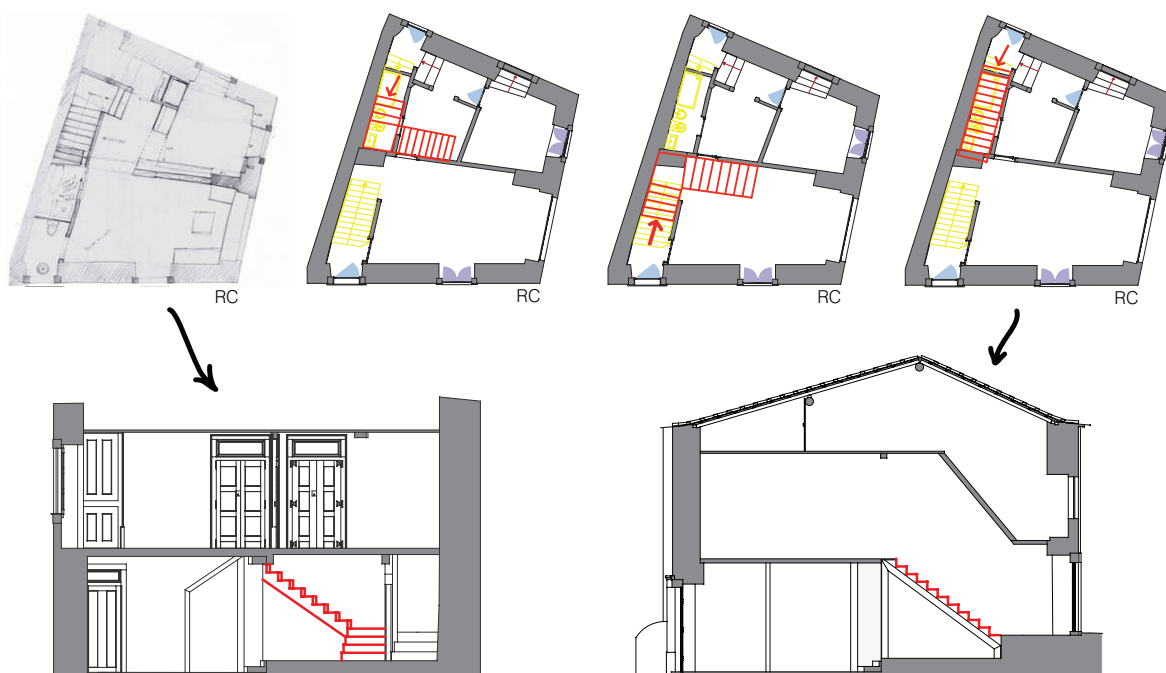


Figura 04.49 - Exemplos dos estudos de localização das escadas (sem escala).

A opção mais viável para localizar as escadas acabou por enquadrar a situação da última planta e corte. Aproveitando o vão de escadas já aberto, apenas se alterou a estrutura de assentamento dos degraus, possibilitando a sua adaptação às condições de conforto e segurança exigidas.

As primeiras ideias ainda com um programa funcional incoerente, envolviam a possibilidade irrealista de integrar um quarto para mobilidade reduzida no rés do chão, ideia essa colocada de parte por: 1- as áreas necessárias para a instalação do quarto e respetiva casa de banho adaptada serem incompatíveis com as áreas disponíveis no edifício; 2 - a tentativa de fornecer acesso aos utentes de mobilidade reduzida ao 1º andar iria comprometer a estrutura de todo o edifício, pela introdução de escadas de uma

maior dimensão para instalação de plataforma elevatória ou, então, de um elevador; 3 - ao restringir o acesso ao rés do chão, estar-se-ia a praticar um design exclusivo e não inclusivo, por não permitir ao utente ter as mesmas possibilidades dos restantes utilizadores do espaço, contrariando o intuito de tornar o Hostel um local de partilha e convívio.

Descartada a introdução de uma área destinada a mobilidade reduzida, e com um programa bem definido, estudaram-se várias hipóteses de distribuição das zonas. A fim de melhorar a fluidez do espaço, e como a área disponível era reduzida, optou-se por uma distribuição centralizada, aglomerando espaços de funções sociais e de maior atividade ao centro, tornando-os multifuncionais e sem barreiras físicas evidentes, a partir dos quais se teria acesso às restantes zonas de atividade secundária. Ainda em questões de fluidez na circulação, tornou-se indispensável abrir mais vãos de passagem para o efeito. Com a distribuição centralizada, a entrada principal para o edifício teria de ser alterada. Essa questão levou-nos a utilizar o vão semi cerrado do alçado da Rua de Santa Maria, restituindo-lhe a função de porta que lhe havia sido extorquida e, ao mesmo tempo, aproveitar as suas dimensões mais vantajosas.

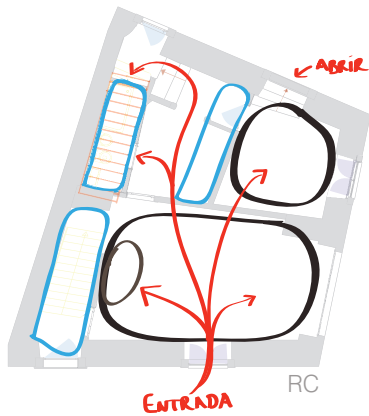


Figura 04.50 - Distribuição de zonas.



Figura 04.51 - Distribuição primária de serviços

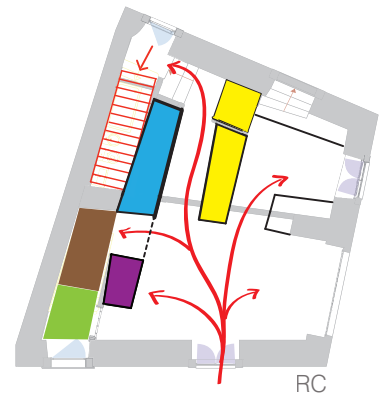


Figura 04.52 - Reformulação da distribuição.

O rés do chão, como já referido, foi a primeira opção para abarcar os principais serviços e as zonas de convívio. A divisão que anteriormente correspondia à garagem, por ocupar maior área e ter acesso direto pelo exterior, foi destinada à instalação da receção e enquadrar ao mesmo tempo o espaço social, de convívio. Trata-se da área de maior impacto em todo o edifício, por ser a primeira abordagem ao hostel em si. A fim de evitar barreiras desnecessárias e, ao mesmo tempo, rentabilizar espaço, foi através da zona de convívio que se idealizou a comunicação com a cozinha e as restantes áreas secundárias, como uma instalação sanitária, lavandaria, depósito de bagagem ou arrumos (figura 04.50).

Ainda numa fase primária de rentabilização do espaço, pensou-se deixar a área mais distante da entrada principal (área azul, figura 04.51) para localizar algumas instalações técnicas e/ou arrumos, aproveitando a separação física proporcionada pela estrutura de betão existente no local (um dos pontos que identifica a anterior adulteração do edifício). A receção em destaque (a violeta) tornava-se mais distante da entrada do que por exemplo a lavandaria (a castanho), ou a instalação sanitária (a verde).

Tal solução viu-se pouco eficaz para reforçar a fluidez de circulação no espaço e aproveitamento, por exemplo, do desvão da escadas para arrumação. A reorganização resultou numa solução já mais próxima da final, como representado na figura 04.52, em que finalmente a receção ocupava um lugar mais próximo da entrada, sem afetar a circulação, ao mesmo tempo que libertou área para arrumação.

A hipótese representada nas figuras 04.52, 04.54 e 04.55 idealizavam um “bloco” feito em ripado de madeira (à semelhança dos taipais existentes no sótão), que aglomerava não só a receção (a abrir ape-

nas quando fosse precisa), como o depósito de bagagens e a entrada para uma área técnica a instalar no desvão das escadas. A entrada para a lavandaria ficava assim disfarçada neste “mega volume” de grande impacto no restante espaço. Em frente ao bloco, após abertura dos vãos de passagem no tabique existente, um módulo de separação entre a zona de circulação e a cozinha serviria de estante e suporte de informação (no lado aberto para o corredor) e ao mesmo tempo de armário de apoio à cozinha.

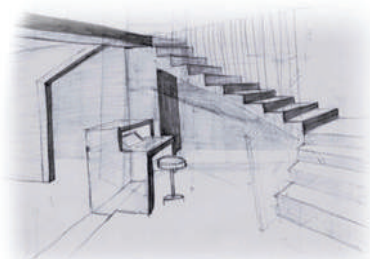


Figura 04.53 - Localização inicial da receção.

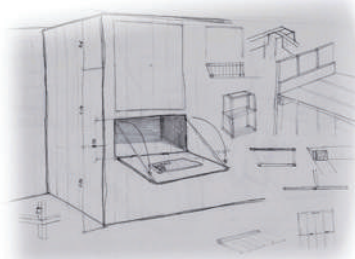


Figura 04.54 - Relocalização da receção.



Figura 04.55 - Corredor.

No final, e como veremos mais à frente, a opção mais viável e que melhor correspondia aos princípios estipulados inicialmente, não sendo muito distinta dos esboços anteriores, reteve mais informação do espaço inicial. Um dos problemas existentes no rés do chão era a grande variação de cotas, e como o teto se encontrava praticamente todo ao mesmo nível, o pé-direito disponível diminuía em algumas áreas, como é possível ver nos cortes da figura 04.49. O pé direito mínimo recomendável pelo RGEU, para uma habitação, é de 2,80m, sendo que este pode ser reduzido até um mínimo de 2,60m em edifícios de menos de 3 pisos⁷². No espaço, o pé direito máximo que conseguimos encontrar corresponde ao mínimo dos mínimos recomendado (à exceção de compartimentos não habitáveis), baixando em algumas áreas para 2.38/2.40m. Algumas hipóteses surgiram para mudar esta situação, uma consistia em subir o teto, forçando a demolição da estrutura do pavimento existente no andar superior; o que entrava em conflito com a manutenção e reabilitação ao máximo das preexistências, além de prejudicar a segurança e visibilidade das janelas do 1º andar. Outra hipótese, a eleita para seguimento do projeto, consistia no nivelamento do chão à mesma cota, pelo menos nas zonas de maior permanência (cozinha e corredor com painel informativo). Recorrer a escavações em edifícios antigos torna-se arriscado, por um lado porque habitualmente estes não têm fundações, ou desconhecemos o seu estado, e por outro porque remete para trabalhos suplementares, quando necessário fazer prospeções arqueológicas, já que se trata de um edifício inserido em zona histórica. De forma a atenuar o impacto das escavações na construção, estas foram evitadas na proximidade das paredes estruturais e em algumas áreas destinadas a arrumação.

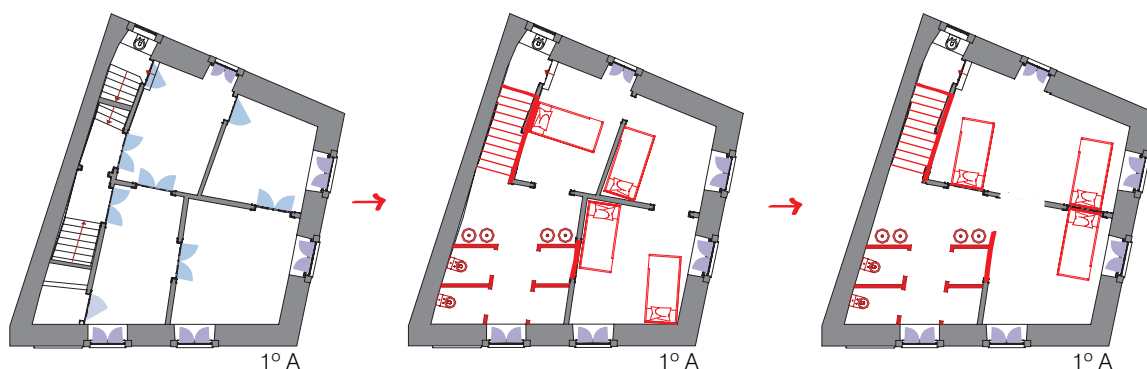


Figura 04.56 - Primeiras tentativas de organização do dormitório (sem escala)

72 - Artigo 65º, capítulo III, Título III do Regulamento geral das edificações urbanas

No 1º andar, destinado aos dormitórios e às casas de banho, a organização tornou-se mais complexa. Alguns fatores dificultaram o desenvolvimento do espaço, como a falta de esquadria das paredes e as inúmeras aberturas de vãos existentes, impossibilitando, por exemplo, a aplicação de mobiliário junto às paredes.

A visão filosófica idealizada, ainda antes de começar a projetar o espaço, fez repensar várias vezes o tipo de abordagem ao mesmo. A atitude inicial de querer manter o máximo do existente chocou contra as necessidades programáticas do hostel e, tendo o edifício divisões com áreas diminutas, seria imperativo recorrer a demolições para libertar espaço e facilitar uma circulação mais fluida. Neste caso, estamos a falar de demolições de alguns tabiques interiores de fraca qualidade construtiva e em mau estado de conservação que, a manter, teriam de ser fortemente consolidados.

Retirando os tabiques do 1º andar, e conseqüentemente a laje de esteira, o projeto ganhou outro percurso. O duplo pé direito deu um novo fôlego ao dormitório e a sua configuração tornou-se mais simples. A reorganização da área disponível passou pela distribuição dos beliches em “bloco”, em alternativa ao seu encosto às paredes mestras (difícil, como já dito, devido à esquadria e às janelas). A reorganização do 1º andar, a enquadrar o dormitório e a casa de banho tomou algumas vertentes, entre as quais se aproveitou a estrutura das paredes a construir e o duplo pé direito para instalar um mezanino com camas. A casa de banho, inicialmente mista e com cabines de duche individuais, acabou por ser a última alteração à organização do espaço, separando-se por género e rentabilizando melhor o espaço disponível.

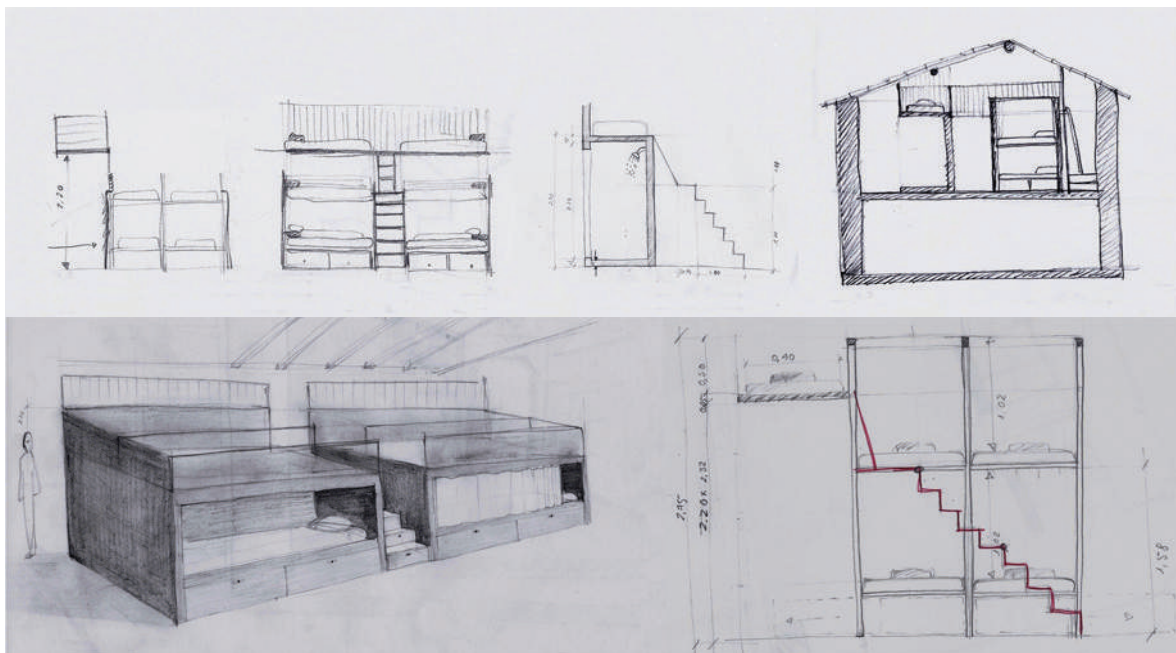


Figura 04.57 - Estudos de organização do dormitório após remoção dos tabiques e teto

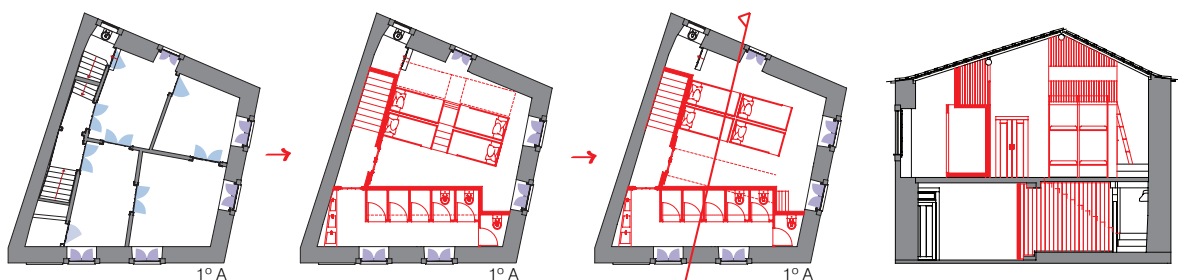


Figura 04.58 - Estudos de organização do dormitório e casa de banho, com mezanino (sem escala)

O número imprescindível de cabines para a casa de banho mista estava a forçar o desenvolvimento de um espaço mais confinado, adotando-se a separação por géneros para resolver a situação.

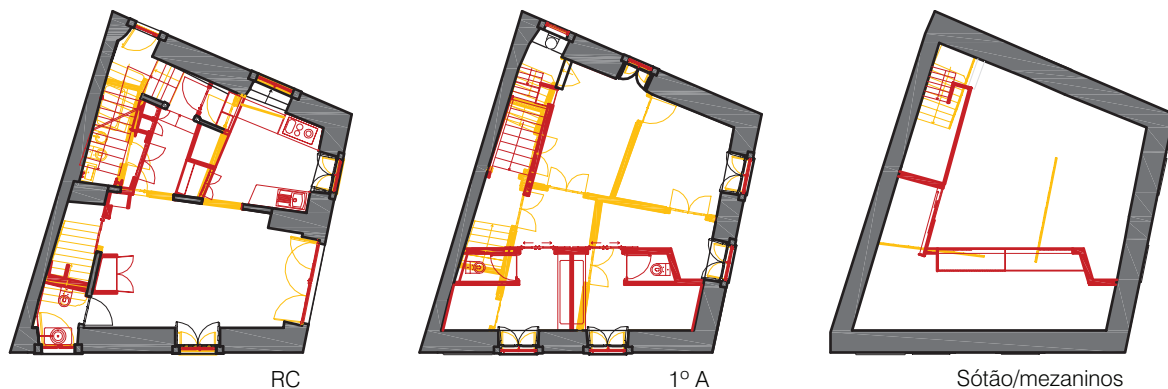


Figura 04.59 - Plantas de alterações - demolições a amarelo, construções a vermelho (sem escala)

Opções de projeto após organização do espaço

Alguns espaços foram planeados a pensar nos projetos de especialidades, destinando-se áreas específicas por exemplo para instalações técnicas (aquecimento de águas e ar), rede de águas, esgotos, ventilação e outros componentes.

No rés do chão, para dar acesso ao primeiro andar, a rede de águas e esgotos, bem como para passagem de tubo de ventilação, instalou-se uma parede de gesso cartonado para efetuar a separação entre a lavandaria e a instalação sanitária, com largura dimensionada em função do diâmetro máximo de tubagem necessário para escoamento dos esgotos⁷³. A pensar na instalação de ar condicionado, com foco numa solução não intrusiva para a construção (uma vez que é expressamente proibida a colocação das unidades exteriores nas fachadas ou à vista da rua), idealizou-se uma solução de aproveitamento do vão anteriormente cerrado para instalação da unidade de ar condicionado, com grelha de ventilação e proteção orientada para o exterior do edifício.

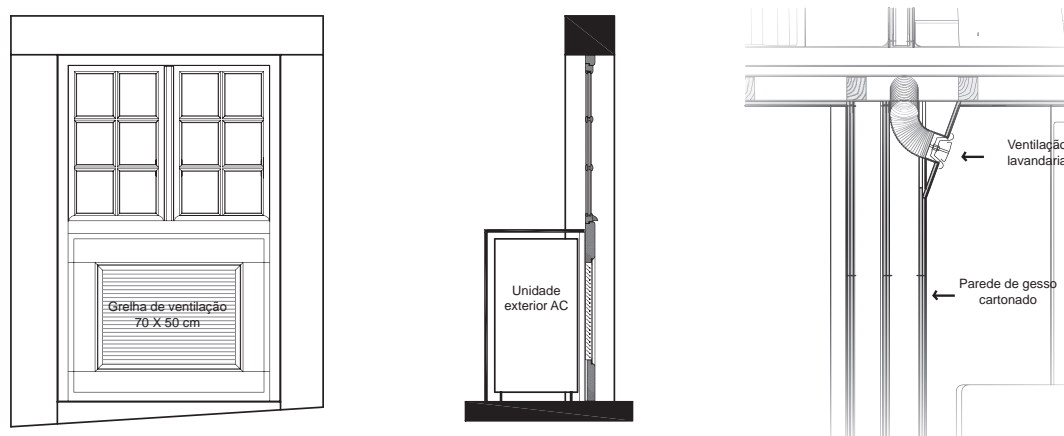


Figura 04.60 - Vista exterior e corte do vão com AC (à esquerda) e corte da parede de gesso cartonado com ventilação da lavandaria (à direita)

Mesmo sendo uma solução viável, acabou-se por criar uma área técnica apenas para a instalação dos aparelhos de AC e AQS (águas quentes sanitárias). As exíguas dimensões do desvão das escadas, onde

⁷³ - O diâmetro da tubagem foi calculado em função do valor aproximado a um caudal máximo de escoamento em relação ao número de utilizadores do espaço, algo a retificar pelo técnico especialista da área de rede de águas e esgotos.

inicialmente se tinha idealizado colocar um sistema de aquecimento de água com termoacumulador, obrigaram a repensar noutra hipótese, tendo-se chegado a estudar a ideia da instalação de esquentadores de água instantâneos junto a cada ponto de água. Pela sua reduzida dimensão e facilidade de instalação, essa seria a solução ideal, não fosse o consumo excessivo de energia, pela necessidade de emprego de vários aparelhos. No final, para resolver todas estas questões, implantou-se uma área técnica no mezanino criado para o efeito, acima das casas de banho, libertando assim o vão da cozinha para a aplicação de uma janela de maior dimensão e o desvão das escadas para arrumos e bagagens.

Ainda nas soluções secundárias, temos os exemplos da configuração dos degraus das escadas de acesso ao primeiro andar e das áreas de duche das casas de banho. No caso dos duches, para facilitar a passagem das canalizações e o escoamento de águas, passou pela mesa a hipótese de aumentar a cota de pavimento na área dos banhos⁷⁴. No entanto, chegou-se à conclusão que tal ação iria obrigar à execução de mais uma estrutura para elevar o pavimento, aumentando a carga sobre o mesmo e, ainda, originar arestas que poderiam afetar as condições de segurança do espaço. Passando às escadas, optou-se pela execução de uma estrutura composta por vigas de aço, não se sabendo ainda ao certo qual a sua dimensão. As opções para aplicação de degraus em estruturas desta categoria são infinitas e o revestimento dos degraus não lhe fica atrás. Em primeiro lugar pensou-se usar revestimento em granito, assente em cantoneiras de metal, mas como cada degrau teria de ser adaptado ao suporte na obra (a irregularidade da parede originou cobertores de diferentes comprimentos), a sua execução em madeira tornaria esta tarefa mais fácil. Mesmo após optar pelos cobertores em madeira, ainda se estudou a hipótese de executar os espelhos com uma chapa quinada, a soldar à estrutura de assentamento, servindo ao mesmo tempo de suporte para fixação do espelho em madeira, como podemos ver no esboço da direita (figura 04.62). A solução final, como veremos mais à frente, acabou por ser a mais semelhante às escadas a demolir, já existentes no edifício.

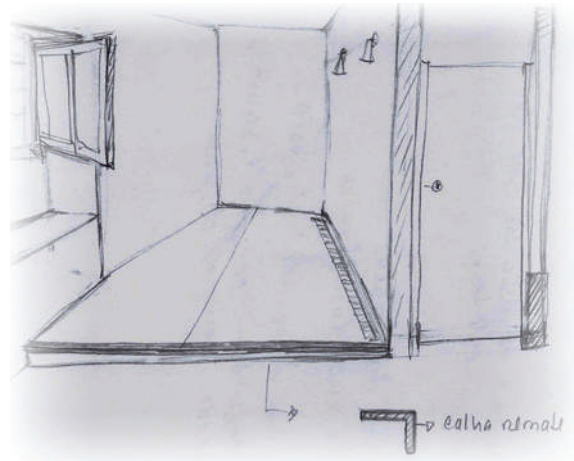


Figura 04.61 - Esboço do pavimento elevado na área do duche

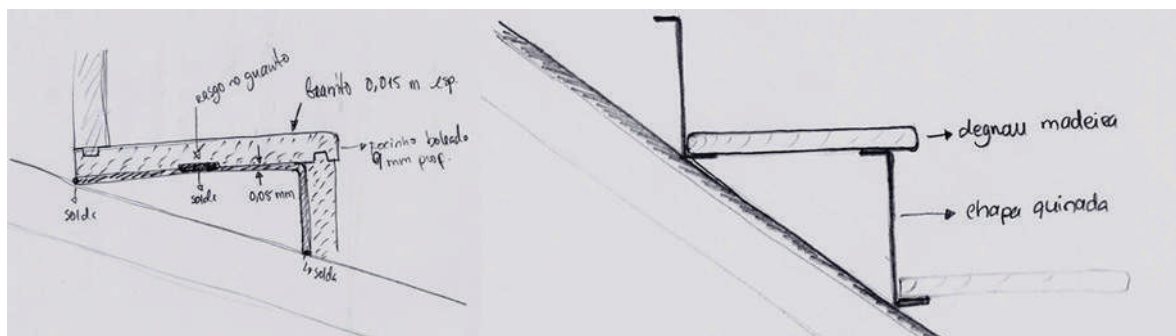


Figura 04.62 - Esboço de soluções para os degraus

No que toca ao princípio estipulado de conservação do existente, a sua prática funcionou melhor aplicada à manutenção das portadas interiores (todas a restaurar e mantidas na mesma localização) e ao reaproveitamento das folhas e ferragens dos vãos existentes para execução de novos. Algumas folhas fo-

74 - Solução ideal no caso das cabines individuais de duche, idealizadas em passo anterior.

ram adaptadas para portas de correr, outras para portas de abrir e outras ainda para portas de armários. Das suas ferragens algumas dobradiças foram reutilizadas e os espelhos da fechadura reconvertidos em puxadores seguros para os seus utilizadores.

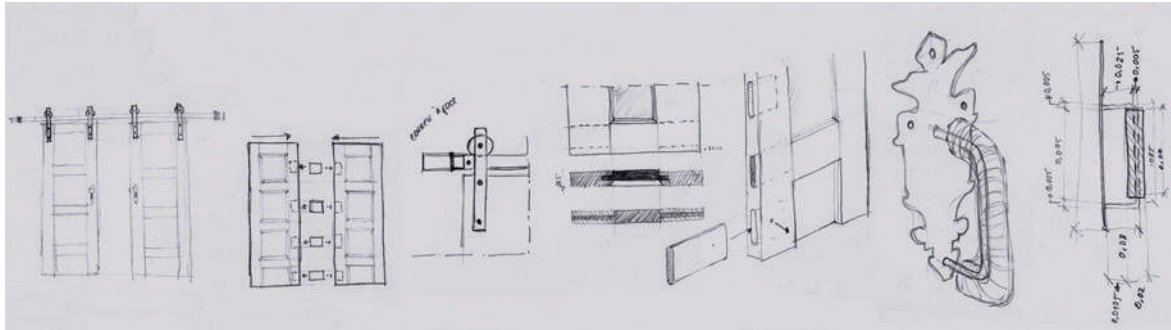


Figura 04.63 - Esboços da adaptação das folhas e ferragens

Para finalizar, antes de passar à proposta final, temos de reforçar a preocupação na projeção do mobiliário/equipamento em função do utilizador, recorrendo para isso ao auxílio de guias antropométricos, por exemplo, para consulta das alturas recomendadas para os beliches, com base no percentil 95.

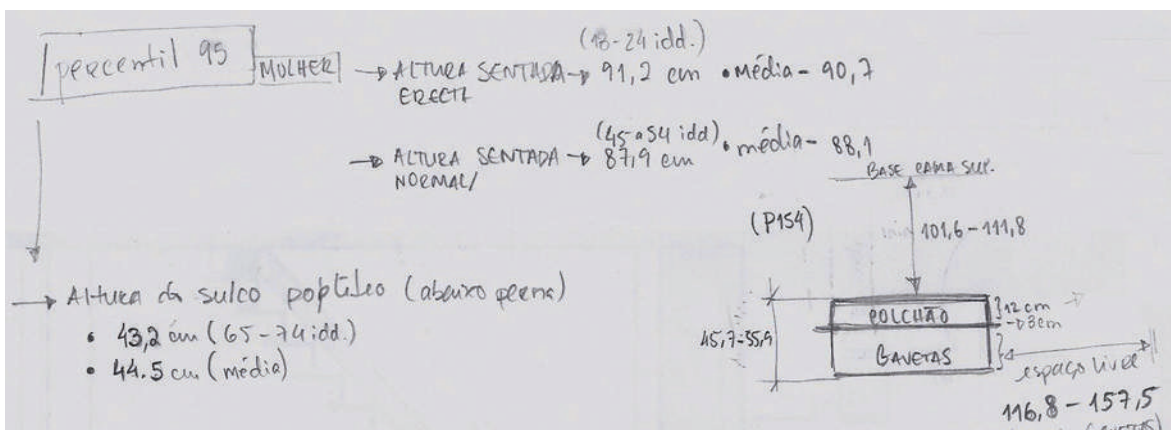
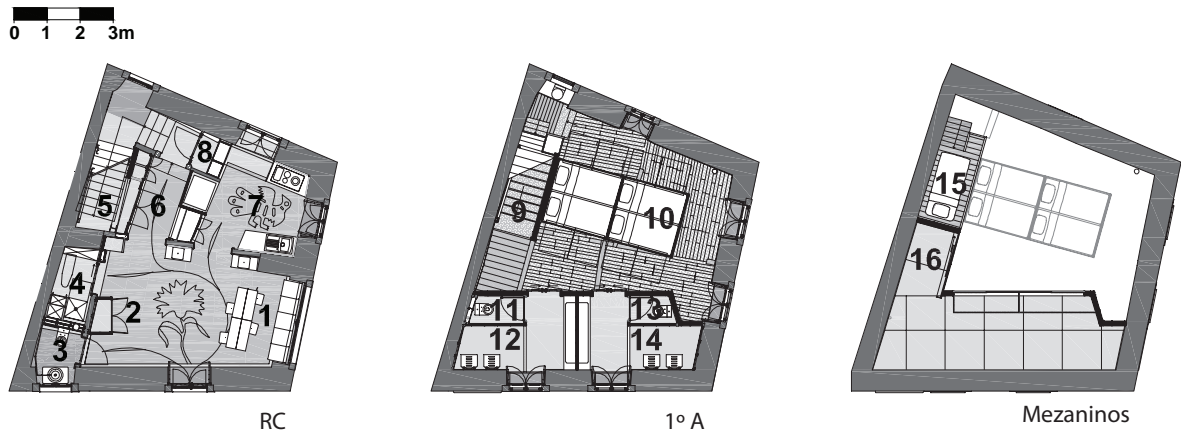


Figura 04.64 - Apontamentos para dimensionamento dos beliches

4.4 - Proposta final

O projeto apresentado para o hostel é constituído por uma proposta de configuração espacial distribuída essencialmente em dois pisos, com adição de dois mezaninos (um para instalações técnicas, outro para uma cama). Como identificado nas plantas gerais da figura 04.65, no rés do chão enquadra-se a receção (2), zona de estar e refeições na mesma área (1), aproveitando a amplitude do espaço para o tornar multifuncional sem adicionar barreiras físicas. Esta divisão é a primeira impressão que temos do espaço ao entrar pela porta principal, orientada para a Rua de Sta M^a. Servindo para acolhimento e convívio, nesta área também se podem desenvolver várias atividades como aceder à internet (a partir dos terminais de acesso ou por wireless), tomar refeições, partilhar momentos de lazer ou dedicar algum tempo à leitura dos livros disponibilizados pelo hostel. É a partir da área de convívio que se dá o acesso aos restantes espaços do edifício, desde uma instalação sanitária de serviço (3), a uma lavandaria (4), à cozinha (7) e ao corredor. Através do corredor obtemos informação sobre o centro histórico, com um mapa de localização dos pontos de interesse, e conseguimos aceder à área dos dormitórios do piso superior.

Chegando ao 1º andar, imergimos na função primária do hostel, o alojamento. Um espaço amplo fornece camas em beliche para 8 hóspedes (10), com acesso direto às casas de banho, uma masculina (11;12) e uma feminina (13;14). Por cima das casas de banho instala-se a zona técnica (16), que nos fornece espaço para um termoacumulador, para os aparelhos de ar condicionado e ainda um armário para guardar as roupas de cama (com acesso pelo dormitório). Junto à janela de guilhotina, onde a antiga sanita permanece agora transformada em assento, encontramos as escadas que nos levam a outra cama, instalada num mezanino (15) de carácter mais reservado, sem perder a sua ligação direta com o resto do dormitório.



LEGENDA: 1- Zona de refeições e de estar; 2 - Zona de receção e administração;
3 - Instalação sanitária de serviço; 4 - Lavandaria; 5 - Arrumos no desvão das escadas;
6 - Corredor de acesso ao piso superior; 7 - Cozinha; 8 - Depósito para bagagens;
9 - Escadas de acesso ao 1º andar; 10 - Dormitório misto; 11 - Retrete masculina;
12 - Casa de banho masculina; 13 - Retrete feminina; 14 - Casa de banho feminina;
15 - Cama individual; 16 - Zona técnica.

Figura 04.65 - Plantas gerais



Figura 04.66 - Cortes gerais

De acordo com o estipulado no início, o hostel tem uma filosofia de funcionamento que nos leva à partilha de experiências e ao convívio, ao mesmo tempo que pretende ser um dos veículos de promoção do centro histórico e cultura albicastrenses. Como tal, é a partir do ambiente criado que se dá o ponto de partida.

É no rés do chão que iniciamos a jornada, onde o recurso a símbolos estilizados das colchas de Castelo Branco⁷⁵ nos orientam no percurso pelo espaço (figura 06.67). Um pouco adiante, junto à receção, a curiosidade é aguçada pelas palavras de João Roiz⁷⁶, com os primeiros versos de um dos poemas mais

⁷⁵ - No terceiro capítulo do livro “Colchas de Castelo Branco - Percursos por Terra e Mar”, atribuem-se os primeiros exemplares das colchas ao início do século XVIII. Os estudiosos desta arte agrupam as peças em duas tipologias, uma com as colchas e bordados de origem popular e outra de origem erudita. Com diferenças significativas entre elas, as de origem popular, normalmente de tamanho mais reduzido, mostram uma execução e composição mais irregular, com recurso a cores mais “ácidas”, mostrando influências das rendas espanholas e dos tapetes persas. Já as de origem erudita primam pela composição complexa, rica e rigorosamente executada, com recurso a tons harmoniosos de cores, com influência nítida de ornamentações de mobiliário e bordados orientais.

⁷⁶ - João Roiz de Castel-Branco, albicastrense dos séculos XV e XVI, foi poeta que viu algumas das suas obras integradas no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, de entre as quais a célebre “Cantiga sua, partindo-se”, utilizada no hostel.

célebres da sua história. A iniciar junto ao lado esquerdo da entrada, a primeira área a que os hóspedes acedem para se dirigirem à receção, o poema percorre o espaço em direção ao 1º andar, terminando no topo das escadas (figuras 04.69 e 04.70).

Cantiga sua, partindo-se

*Senhora, partem tam tristes
meus olhos por vós, meu bem,
que nunca tam tristes vistes
outros nenhus por ninguém.
Tam tristes, tam saudosos,
tam doentes da partida,
tam cansados, tam chorosos,
da morte mais desejosos
cem mil vezes que da vida.
Partem tam tristes os tristes,
tam fora d'esperar bem
que nunca tam tristes vistes
outros nenhus por ninguém.*

João Roiz de Castel-Branco In *Cancioneiro Geral*

A meio caminho ficamos a conhecer os pontos de interesse do centro histórico albicastrense, expostos no mapa do centro histórico fixo na parede do corredor (figura 06.69). Este mapa é protegido com um vidro incolor que permite que os hóspedes escrevam pequenas anotações, conselhos ou sugestões para os futuros visitantes. Seguindo o nosso caminho em direção ao dormitório, somos levados a subir as escadas, as quais nos remetem para os Jardins do Paço Episcopal, como se das suas próprias escadarias se tratasse, uma vez que alguns dos reis e santos, aplicados de forma estilizada na lateral, nos galanteiam com a sua presença (figura 04.70 e 04.71).

Ao chegar ao dormitório, uma grande colcha acompanha-nos no sono e esclarece-nos, através das figuras feminina e masculina, onde



Figura 04.67 - Vista para o módulo de receção fechado, pavimento com figura estilizada do bordado e início da cantiga de João Roiz, paredes com alvenaria de pedra e estrutura de tabique à vista (Rés do chão)

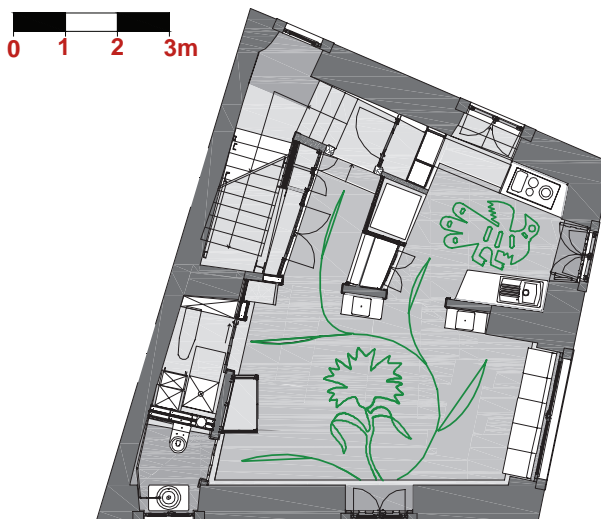


Figura 04.68 - Vista em Planta dos símbolos estilizados das colchas albicastrenses, cravo aberto e na área da sala e pavão na cozinha. As ramagens orientam os percursos no espaço.

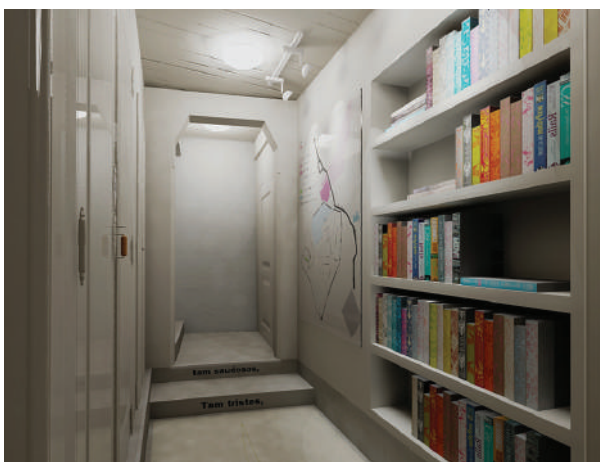


Figura 04.69 - Corredor com mapa da cidade na parede e livros para leitura dos hóspedes, espelhos dos degraus com dois versos do poema de João Roiz "Cantiga sua, partindo-se".



Figura 04.70 - Início do vão de escadas de acesso ao dormitório, continuação da cantiga de João Roiz e representação figurativa das estátuas do Jardim do Paço Episcopal.

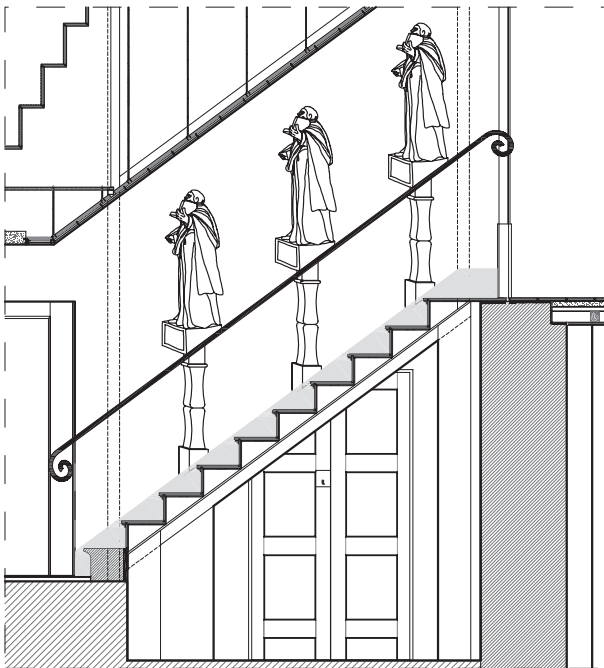


Figura 04.71 - Representação em corte da estilização das estátuas do Jardim do Paço Episcopal.



Figura 04.72 - Representação de símbolos das colchas na parede de separação entre as casas de banho e o quarto, a figura da senhora indica a porta de entrada para a casa de banho feminina e a figura do senhor a entrada para a casa de banho masculina, à sua volta, os floreados terminam a composição.

se situa a entrada para a respetiva casa de banho (figuras 04.72 e 04.73). Noutras zonas do hostel, como é o caso da cozinha, surgem pontualmente mais símbolos albacastrenses, deixando-nos imersos na sua cultura.

Mas não só dos símbolos atrás descritos a cultura albacastrense é feita, e o espaço tem um contributo que nos mostra o progresso do modo de vida na cidade. A evolução do edifício é espelhada na sua adaptação às vivências e nas marcas que o tempo deixou. É por esse mesmo motivo que optámos por deixar a sanita junto à janela de guilhotina (em local caricato como é visto) e a transformámos num comum assento. Esta peça ilustra o desenvolvimento do saneamento no centro histórico, que generalizou a instalação de casas de banho nos edifícios, num qualquer espaço disponível.

O próprio edifício é um exemplar de técnicas e materiais mais comuns da região, os quais damos a conhecer através da sua exposição. Logo ao entrar no rés do chão podemos ver a parede mestra de alvenaria de pedra à vista, ficando-lhe no seu lado oposto o tabique com a sua estrutura mista de madeira e argamassa (figura 04.67).

Não se trata apenas de reviver as memórias do passado, mas também permitir que novas se construam. Para tal, os utilizadores do hostel são a peça essencial, deixando a sua vivência marcada ao longo do edifício, quer em apontamentos no vidro que protege o mapa da cidade, com dicas para os futuros hóspedes, quer no mural exposto nos beliches, um veículo de partilha das suas experiências, ou ainda no recanto do quarto cheio de fotografias de quem por lá passou (figura 04.74).

Os espaços criados

A sala compreende um espaço multifuncional que engloba a receção, área de lazer, refeições e convívio. Sem barreiras físicas aparentes para dividir estas atividades, a configuração altera-se para responder às necessidades do

momento. A receção, onde também se desenvolve a administração do espaço, consiste num módulo acoplado à parede, protegido por fechadura, que se abre nos momentos de *check in/out* e guarda todos os documentos e chaves do hostel (figuras 04.67 e 04.75). Também a zona de refeições e de estar segue a mesma linha de pensamento e, de apenas duas mesas de apoio recolhidas, estende-se uma área de refeições para 10 pessoas, com assentos armazenados sob o banco corrido que ladeia o portão (figura 04.76), aos quais se adicionam duas cadeiras já existentes no espaço, devidamente restauradas. Junto aos tabiques, sem interferir na circulação do espaço, dois terminais de acesso à internet são disponibilizados aos hóspedes (figura 04.75).

Na **cozinha**, de dimensões reduzidas (cerca de 5,4 m² de área de circulação, 11,4 m² totais), é rentabilizado o espaço ao aglomerar a arrumação no bloco que a separa do corredor. Neste bloco permanece a estrutura de betão preexistente, preenchida a tijolo, aproveitada para encaixar o depósito de bagagem nas costas de um dos móveis da cozinha, a bloquear o antigo acesso por aí existente. Para a introdução do bloco de arrumação, apesar de se manter a parede e estrutura de betão, foi necessário abrir o tabique aí existente, preservando a sua estrutura e deixando espaço disponível para o seu eventual reforço. A antiga divisão que deu origem à cozinha apresentava um pé direito por volta dos 2,40 m (muito abaixo do pré-estabelecido pelo RGEU) com pavimento a uma cota superior ao da sala (antiga garagem). Sugeriu-se a sua escavação, de forma a nivelar com a cota da sala e permitir um espaço mais amplo. Um dos problemas que se encontra quando recorremos a escavações neste tipo de construções é, pelo facto de desconhecermos o estado das suas fundações, saber de que forma estas irão afetar a estrutura do edifício. Para minorizar um impacto negativo, e prevenir eventuais problemas optou-se por recorrer à escavação apenas nas zonas de circulação ou permanência de hóspedes, deixando estável e à mesma cota os troços



Figura 04.73 - Vista para as portas de entrada das casas de banho feminina e masculina (quarto - 1º andar)



Figura 04.74 - Vista para o recanto das fotografias.



Figura 04.75 - Área da sala com o módulo da receção aberta, junto às portas de acesso para a instalação sanitária (à esquerda) e lavandaria (à direita). Não muito distante, um terminal de acesso à internet (junto ao tabique de estrutura à vista).

de pavimento junto às paredes mestras, sobre os quais assenta o mobiliário.

Deste modo, ao nivelar quase todo o pavimento à mesma cota, conseguimos aumentar o pé direito para um valor de 2,66 m na zona da cozinha, mantendo os 2,60 m na sala.



Figura 04.76 - Vistas para a área de refeições aberta e fechada e para o banco corrido com arrumo de outros bancos integrado (rés do chão)

À aplicação do mobiliário na cozinha reservou-se especial atenção, evitando ao máximo o seu ancoramento às paredes de alvenaria de pedra, uma vez que isso pressupõe alterações irreversíveis na mesma. Os móveis de cozinha foram projetados para serem autoportantes, constituindo-se, no caso dos de apoio ao lava louça e ao fogão, por módulos inferiores com arrumação, em aglomerado hidrófugo revestido a melamina branca, de baixo teor de COV's (compostos orgânicos voláteis) e formaldeído, cobertos por uma bancada de granito da região. Para proteger as paredes, projetaram-se painéis em vidro laminado temperado para acoplar aos móveis, tornando-se uma alternativa mais viável para substituir a corrente solução de aplicar revestimento cerâmico, evitando assim futuros destacamentos ou incompatibilidades com a base de suporte, comuns neste tipo de construção. Aproveitam-se estes painéis de vidro para mostrar mais alguns símbolos dos bordados e colchas de Castelo Branco de forma dissimulada, através de colagem na face virada para a parede (não dificultando a limpeza do vidro), de vinil translúcido.



Figura 04.77 - Cozinha com bancada de trabalho fechada e aberta; recipientes para separação de resíduos junto à janela (rés do chão).

Já o restante mobiliário, ancorado na separação entre a cozinha e o corredor, compõe-se basicamente de um armário despenseiro, com interior construído em gesso cartonado (incluindo prateleiras) e frente cerrada com portas reutilizadas do antigo armário do 1º andar, seccionadas ao meio para dar origem a duas folhas (figura 04.77). Logo ao lado, disponibiliza-se espaço para integrar um frigorífico de duas portas, com uma prateleira superior para arrumação. Ainda no mesmo bloco, enquadra-se uma estante para as loiças e utensílios de cozinha, onde se encaixa um tampo rebatível que se une à bancada do fogão. Desta forma aumenta-se a superfície de trabalho (algo escassa na cozinha), sem impedir o acesso ao vão aberto para a Travessa dos Chões. Devido à pouca área da cozinha, a arrumação foi projetada para aproveitá-la ao máximo, chegando até teto (no caso do bloco onde se insere o frigorífico). Como é praticamente impossível atingir as prateleiras superiores sem recurso a algum equipamento elevatório (banco ou degraus), e como os móveis se apoiam sobre o pavimento elevado, formou-se um degrau,

rematado com um perfil antiderrapante, e deixou-se as bases do mobiliário abertas (sem qualquer rodapé), possibilitando desta forma que o utente alcance as prateleiras superiores com maior facilidade.

Para a separação de resíduos, disponibiliza-se junto a um dos vãos da cozinha equipamento específico para o efeito, promovendo desta forma um comportamento responsável por parte dos utilizadores do espaço.

Ainda no rés do chão, temos a **lavandaria**. Esta divisão foi projetada para abarcar as atividades de lavar, secar e engomar roupa, constituindo-se essencialmente por máquinas de lavar e secar montadas em coluna através do recurso a um kit específico (que permite rentabilizar espaço e ainda integra uma mesa extraível), por módulos de arrumação fixo e móvel e ainda uma estante com tábua de engomar desdobrável acoplada. Como se trata de um espaço suscetível à acumulação de vapores e/ou humidades criadas pela secagem de roupa, foi essencial integrar ventilação, com descarga direta na zona técnica (uma vez que não podemos instalar aparelhos de ventilação visíveis no exterior). Todo o mobiliário foi projetado à medida, sendo que em torno da estante da tábua de engomar destinaram-se uns centímetros de folga (entre o móvel e a parede, visível na figura 04.78), permitindo uma melhor ventilação da parede.

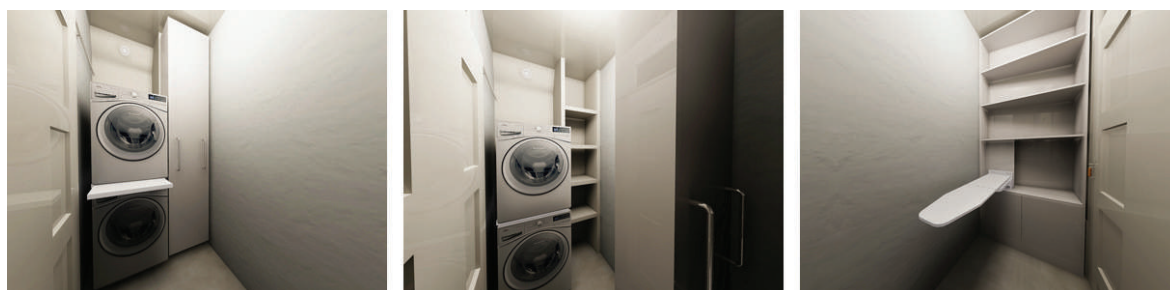


Figura 04.78 - Lavandaria com mesa do kit aberta, módulo de arrumação móvel extraído e tábua de engomar aberta (rés do chão).

A última divisão do rés do chão que nos falta abordar é a **instalação sanitária de serviço**. Localizada no recanto criado pelo antigo acesso à casa, aproveita-se o vão existente para efetuar a ventilação do espaço (com a aplicação de caixilharia em madeira maciça com um postigo de tombar). Para evitar alterações irreversíveis, a canalização é assumidamente à vista e o lavatório é apoiado numa mesa que se pode retirar do local com facilidade. Este espaço é marcado pela reutilização de uma torneira de latão e de um cabide para pendurar a toalha já existentes no edifício e pela reabilitação da porta de acesso pela sala, que já se encontrava no local.

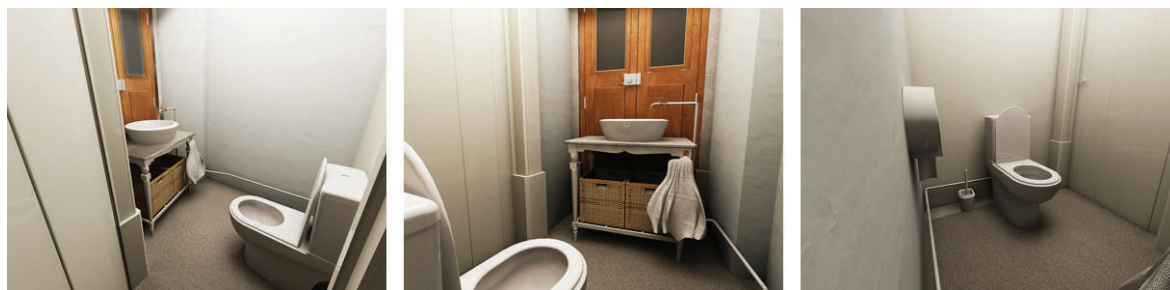


Figura 04.79 - Instalação sanitária de serviço (rés do chão).

Os restantes espaços criados situam-se no 1º andar, ou têm acesso a partir deste. De apoio ao dormitório, e com acesso direto a partir do mesmo, as duas **casas de banho** do hostel desenvolvem-se num toque de simetria, aproveitando escrupulosamente os escassos metros disponíveis. O bloco central, que separa as duas casas de banho, recebe dois lavatórios de granito projetados à medida e o escoamento das

águas faz-se por uma caleira inserida na parede de gesso cartonado (figuras 04.80 e 04.81). Por baixo do lavatório disponibiliza-se arrumação para utilitários da casa de banho e atalhados, com acesso controlado por fechadura. Ainda no mesmo bloco, são disponibilizados secadores de cabelo aos hóspedes (num rácio de 1 para 4), pontos de água para cada um e uma saboneteira para cada dois hóspedes.

Mesmo com um espaço de circulação reduzido, a zona dos chuveiros consegue oferecer lugar para quatro banhos em simultâneo (dois em cada casa de banho). A solução encontrada para minimizar a área ocupada por cada unidade de duche passou pela adoção de cortinas de banho e a utilização de um pequeno resguardo em vidro fosco laminado para separação, em vez das cabines usualmente encontradas neste tipo de estabelecimentos. Para auxílio aos utentes no ato de vestir, instalaram-se bancos no espaço, com cabide incorporado. Estes bancos, encontrando-se facilmente no mercado, pressupõem a fixação diretamente à parede, o que se pretendeu evitar neste caso. Deste modo, foram transformados em autoportantes, sem perder a sua capacidade de rebater e melhorar a transição dos hóspedes no curto espaço dos chuveiros.

Sem base de duche convencional instalada, é o próprio pavimento, revestido a vinílico, que faz o direcionamento das águas para os sifões instalados no local. A impedir que as águas atinjam as áreas que se pretendem secas, foram introduzidos perfis de transição, habitualmente aplicados nestas situações. Também a parede, imposta pela legislação com a obrigatoriedade de ser impermeabilizada, foi revestida a vinílico. Para este revestimento ser aplicado no espaço, e por ser incompatível com a alvenaria de pedra, foi criado um painel de proteção em gesso cartonado, deixando uma caixa de ar com abertura entre 1 a 2 cm para a zona técnica.



Figura 04.80 - Casa de banho masculina (1º andar).

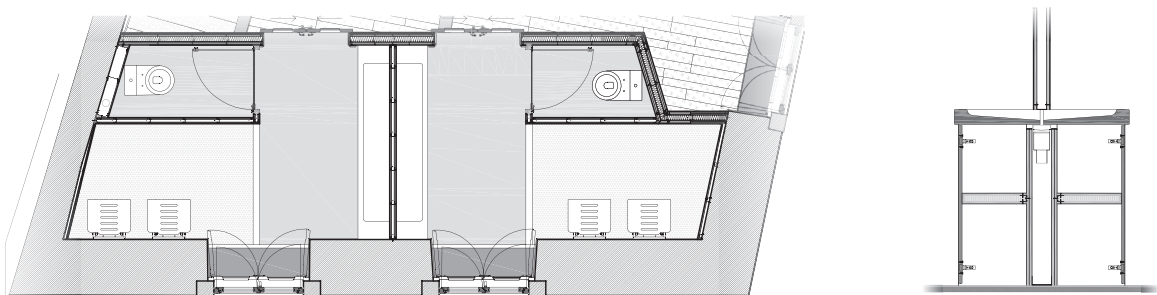


Figura 04.81 - Planta das casas de banho (com distribuição quase simétrica) e secção do bloco dos lavatórios, com caleira central (sem escala).

O **dormitório** afirma-se como o espaço de maior relevo em todo o edifício e aquele em que a distribuição foi mais complexa. A solução final consiste num bloco de 8 camas, centralizado no quarto, pois a sua localização junto à paredes foi descartada quer pela falta de esquadria, quer pelas aberturas de vãos. O beliche possui uma estrutura em tubos de aço pré soldados a formar um módulo principal, repetido

e unido entre si através de travessas também em tubo, a aparafusar na altura da montagem. Na base do beliche, para cada um dos hóspedes é disponibilizada uma gaveta com fechadura, para guardarem os seus pertences (perfazendo um total de oito). Cada espaço individual dentro do beliche possui iluminação e ficha elétrica próprias, além de um tampo rebatível, ótimo para colocar um computador portátil ou escrever. As camas, sem separação fixa, permitem o convívio entre os seus utilizadores ao mesmo tempo que lhes oferece a oportunidade de as tornar mais privadas, pelo simples ato de correr a cortina.

Apesar do quarto ser pequeno, foi possível integrar pequenos recantos para atividades mais recatadas (ler, escrever) ou simplesmente conversar, para além de se estimular a interação dos hóspedes com o espaço, ao regalá-los com superfícies onde possam expressar os seus pensamentos diários. Nas aberturas dos vãos, de maiores dimensões, instalaram-se bancos com arrumação para livros, onde os visitantes podem aprofundar os seus momentos de leitura.



Figura 04.82 - Vistas do dormitório a partir da entrada, para a entrada e para a janela de guilhotina (1º andar).

Dando a volta ao beliche, acedemos ao trono do quarto, a antiga sanita do espaço instalada à frente da janela de guilhotina, mais um recanto para desfrutar de uns momentos de leitura. A partir do mesmo sítio chegamos à última cama disponível no quarto, instalada num mezanino sobre as escadas de acesso ao espaço. De estrutura muito simples, o guarda corpos espelha a execução do antigo forro de teto “camisa e saia”, antes presente no espaço.



Figura 04.83 - Vistas para o mezanino e a partir deste.

Materiais e acabamentos

Cobertura

Para a cobertura, inicialmente em telha vã, por ser imprescindível melhorar o seu comportamento térmico, foi-lhe projetada a aplicação de um painel *sandwich* pelo interior (fixo diretamente às vigas de madeira), sem deste modo alterar as cotas dos beirados e cumeeira já existente. O painel *sandwich*, com-

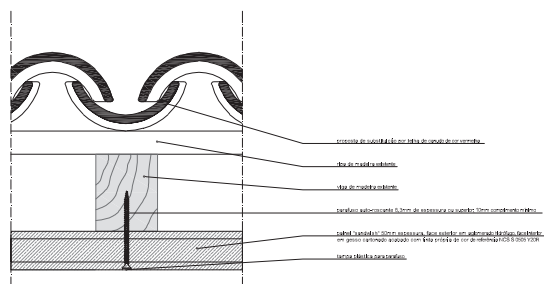


Figura 04.84 - Fixação do painel *sandwich* pelo interior (s/ escala)

posto por aglomerado hidrófugo, poliestireno extrudido e gesso cartonado, permite um acabamento homogêneo e semelhante aos novos revestimentos de tetos introduzidos no espaço (criando uma distinção entre estes e os já existentes). O painel é apenas aplicado nas áreas de duplo pé direito, correspondentes ao quarto, sendo que a restante cobertura, por se enquadrar na zona técnica, não necessita e permanece em telha vã, facilitando a sua ventilação.

Paramentos

O tratamento às paredes do edifício é feito de dois modos distintos. O primeiro, para as paredes exteriores em alvenaria de pedra e os tabiques que permaneceram no espaço, consiste na picagem do revestimento e no posterior reboco, utilizando argamassas compatíveis com a base (argamassas à base de cal), evitando quebrar o comportamento da parede (como explicado na página 53 deste capítulo). Estas paredes, em especial as exteriores, apresentam uma superfície irregular característica que se quer manter como identidade do espaço, logo não se pretende que a nova camada de reboco seja feita uniforme como nas novas construções. Em oposição, todas as novas paredes inseridas no edifício, à base de sistemas de gesso cartonado, permitem um acabamento de superfície uniforme e são de carácter reversível (privilegiado pelas recomendações internacionais nas intervenções em património).

Para reforçar o contraste entre as paredes existentes e as construídas, mas de forma dissimulada, a sua pintura é feita com dois tons de branco mate, as primeiras com um branco de referência NCS S 0500N, mais frio, aproximado ao tom da cal, e as últimas com um branco de referência NCS S G80Y, um tom ligeiramente mais quente⁷⁷. Especial atenção também foi dada à escolha da tinta aplicar, uma vez que para as paredes com argamassa bastarda é essencial ter em conta a compatibilidade e, entre tintas de cal ou tintas com base em silicatos de potássio, optou-se pelas últimas (que requerem menor manutenção). Para as paredes de gesso cartonado, uma vez que se lhes adapta uma maior gama de tintas, optou-se por tintas plásticas acrílicas, mais económicas que as de base de silicatos e mais adequadas a ambientes húmidos (como as casas de banho e lavandaria).

Tetos

Tendo em conta a visão estipulada inicialmente para a intervenção, em tentar aproveitar ao máximo as pré-existências do edifício, o revestimento em forro de madeira dos tetos do rés do chão foi mantido por se encontrar em boas condições (na sala) ou razoáveis (na cozinha e corredor). Nos restantes espaços onde foi imprescindível alterar o teto ou instalar um novo, como nas casas de banho, aplicaram-se placas de gesso cartonado, hidrófugo ou normal, de acordo com os espaços a instalar. A pintura dos tetos pressupõe o uso de tintas aquosas próprias para cada base de suporte (gesso ou madeira), todas no mesmo tom branco mate já aplicado às paredes de gesso cartonado, de referência NCS S 0505 G80Y. A opção pela coloração clara dos tetos é justificada por evitar o confinamento do espaço, já de baixo pé direito. Por sua vez, no teto do dormitório com duplo pé direito, também revestido a gesso cartonado, a pintura é de um tom mais escuro de referência NCS S 0505 Y20R, pois não compromete de forma negativa a leitura do espaço.

Pavimentos

O revestimento do pavimento projetado para o edifício apresenta três soluções distintas, adequadas

⁷⁷ - A escolha das referências de cor é feita com base nas cores mais comuns do centro histórico, alvo de recolha pelo GRCHCB (ver página 39 do 2º capítulo).

à respetiva base de suporte. No rés do chão, além da prevista limpeza e manutenção do lajedo de granito já existente nos locais indicados em projeto, foi proposta a aplicação de revestimento vinílico nos espaços de maior permanência e microcimento nas áreas suscetíveis a humidades ascensionais, como junto às paredes exteriores. O pavimento vinílico, em especial da marca aconselhada para aplicação no edifício, é um material que incorpora uma percentagem de produto reciclado e é 100% reciclável. Além disso, contribui para a melhor qualidade do ar interior, pela sua tecnologia livre de ftalatos (compostos químicos prejudiciais à saúde) e baixa emissividade de compostos orgânicos voláteis, em valores muito inferiores aos impostos pelas normas europeias. Em adição a todos estes fatores relacionados com o impacto ambiental e com a saúde, vem o conforto que este tipo de pavimento proporciona a quem frequenta o espaço. Nas casas de banho do 1º andar, viu-se como solução ideal pois, além de servir como impermeabilizante e poder ser utilizado nas áreas de duche sem haver risco de originar acidentes (por ser antiderrapante), é um material muito mais leve (refletindo-se na carga sobre a estrutura do pavimento já existente), de melhor comportamento térmico e acústico e de fácil limpeza. Apenas é necessário um especial cuidado na sua aplicação em áreas húmidas, sendo que esta tem de ser feita com um cordão de soldadura a quente e com um adesivo de dois componentes, mais resistente.

O microcimento, por sua vez, foi o ideal para as restantes áreas do rés do chão, onde seria imprudente colocar o vinílico (uma vez que a humidade altera as características da cola e pode originar descolamentos). Fácil de aplicar e de limpar, este revestimento permitiu um acabamento mais homogéneo do que no caso do cerâmico, que sofreria vários cortes para se adaptar aos espaços sem esquadria. Foi ainda a solução ideal por permitir preencher as folgas entre o revestimento vinílico e as paredes com maiores problemas de humidades (difíceis de resolver por não se conseguir isolar as suas fundações).

No 1º andar, além do já falado vinílico aplicado nas casas de banho, temos o soalho, por ser uma solução já existente no local e compatível com a base de suporte (estrutura de madeira). Apesar de forçosamente ter de se substituir o soalho existente devido ao seu mau estado de conservação, o novo manteve uma configuração idêntica, como uma “manta de retalhos”, no qual se demarcou a presença dos tabiques demolidos como mostra da evolução do espaço, pela aplicação de tábuas de coloração mais clara no local antes ocupado pelas paredes.

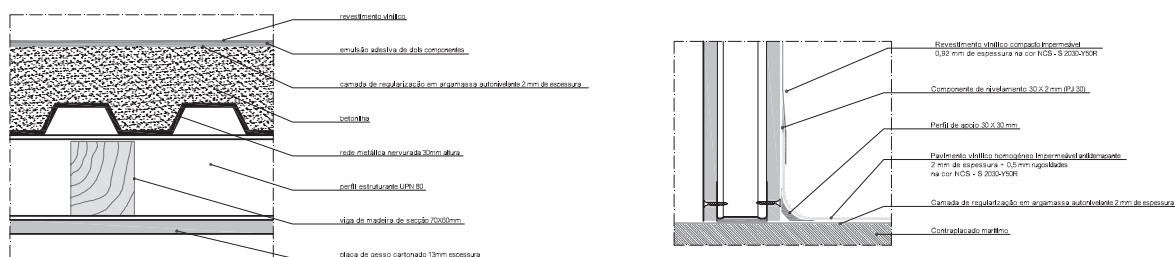


Figura 04.85 - Pormenores de aplicação do vinílico na casa de banho, sobre a laje a construir e a laje existente (consultar apêndice 3).

Caixilharias exteriores

Para a execução de novas caixilharias teve-se o cuidado de analisar outras já existentes no centro histórico⁷⁸, identificando as mais comuns. Todas em madeira, maciça (portas) ou lamelada colada (janelas), as novas caixilharias mantiveram o desenho das existentes, à exceção das portas e do portão (por se tratarem de soluções recentes sem desenho relevante)⁷⁹. As portas da instalação sanitária e da Travessa dos Chões, bem como o portão, foram aplicadas numa perpetiva de utilização futura, a permitir

78 - Consultar a página 182 do apêndice 2

79 - O material a usar nas caixilharias, a madeira, é o único permitido pelo Plano Pormenor do Centro Histórico e da Devesa de Castelo Branco, no qual se inclui o seu acabamento.

a sua abertura, se necessário, apesar de no caso de funcionamento do hostel não servirem como portas de entrada no edifício. Em todas as portas, para facilitar a ventilação do espaço sem interferir no espaço, foram inseridos postigos de tombar com limitador de abertura, e todas as janelas (à exceção da de guilhotina) são oscilobatentes, exatamente pela mesma razão. Todos os caixilhos são compostos por vidro duplo com caixa de ar interior, para facilitar a melhoria do comportamento térmico do edifício, sendo este translúcido na maioria dos casos e fosco na instalação sanitária do rés do chão. Como complemento às caixilharias que não possuíam portadas interiores (já existentes no local e mantidas), instalaram-se estores de rolo com tela translúcida (na cozinha) ou opaca (no dormitório).

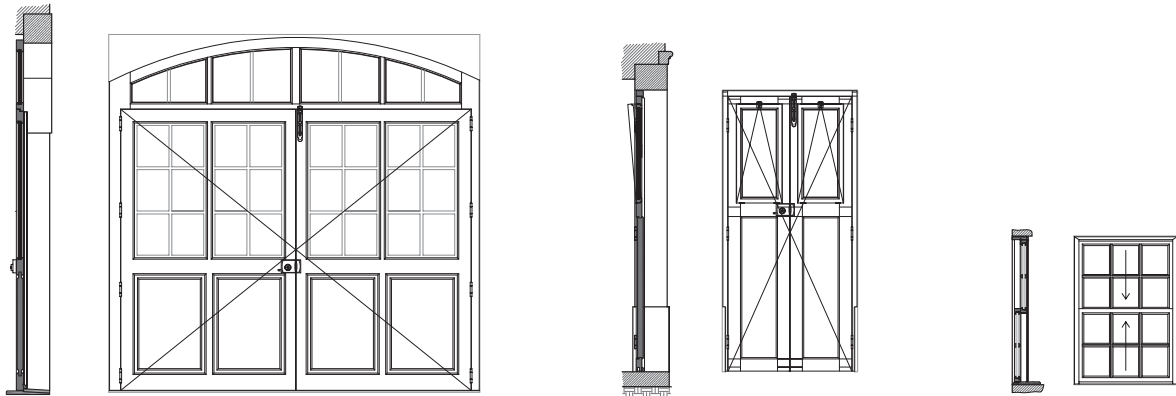


Figura 04.86 - Desenho de caixilharias exteriores, portão, porta da instalação sanitária e janela de guilhotina (sem escala - ver apêndice 3).

Caixilharias interiores

Grande parte das caixilharias interiores foram desenvolvidas com base na reutilização de folhas das portas já existentes no espaço. Os guarnecimentos dos vãos (quer com porta ou sem), seguiram uma imagem idêntica às preexistências, com aro de aduela em madeira e soco trabalhado. A sua pintura prevê a utilização de tintas de base aquosa, em cor de referência NCS S 0505 G80Y, no mesmo tom das paredes de gesso cartonado, com uma distinção dissimulada pelo acabamento satinado (em vez de mate). As portadas interiores já existentes no espaço, mantidas no seu local original, pressupõem um tratamento igual às restantes caixilharias (reparação, decapagem e repintura), com acabamento da mesma cor, à exceção das do rés do chão, que já inicialmente tinham uma coloração mais escura, a qual se identificou como sendo aproximada à cor de referência NCS S 5040 R, cor que pertence à gama de cores do centro histórico⁸⁰.

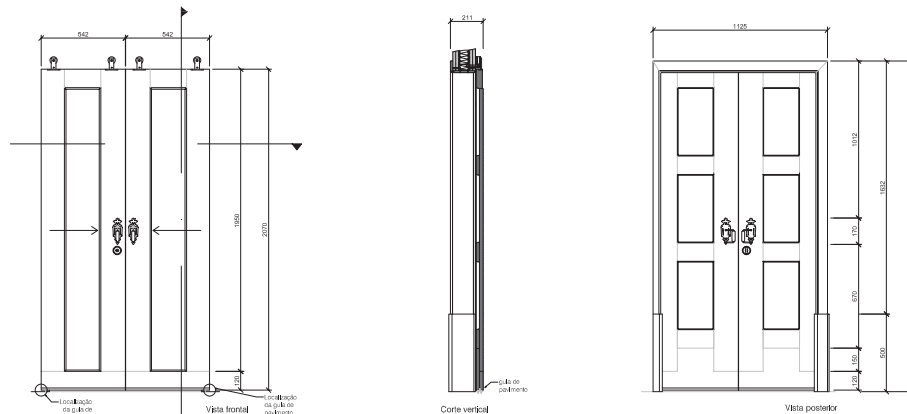


Figura 04.87 - Porta de correr interior constituída por duas folhas reutilizadas e adaptadas ao sistema de correr(sem escala).

80 - Alvo de recolha por parte do GRCHCB, como já referenciado.

Iluminação

No que toca à iluminação do espaço, as principais escolhas recaíram sobre a tecnologia LED, de menor consumo energético, ideal para estabelecimentos onde se torna imprescindível uma utilização reforçada de luz artificial.

Os pontos de luz foram distribuídos pelas principais áreas do hostel, dividindo-se entre iluminação geral e iluminação pontual e, uma vez que se trata de um local com vários utilizadores, optou-se por integrar luminárias com sensor de movimento nas zonas de circulação ou de menor permanência, solução ótima para evitar que as luminárias fiquem demasiado tempo ligadas.

Nas áreas previstas para a execução de tarefas de várias categorias (como no quarto ou na sala), adicionaram-se lâmpadas compatíveis com variação de intensidade, permitindo deste modo controlar o fluxo lumínico e conseqüentemente o valor de lux no espaço⁸¹.

É ainda indicada para cada lâmpada a temperatura de cor, referenciada em Kelvins, unidade de medida que expressa a aparência da cor da luz aos nossos olhos, variando entre tonalidades quentes a frias (do alaranjado ao azulado), permitindo controlar as sensações e o conforto dos utilizadores do espaço em que se enquadra a iluminação.

Mobiliário e equipamento

A maioria do mobiliário integrado no espaço foi projetado à medida, uma vez que as soluções do mercado dificilmente se enquadram nesta categoria de edifícios com dimensões tão específicas. Na sua essência, a madeira maciça e os seus derivados foram os materiais eleitos, o primeiro por se adaptar a funções onde se requer maior resistência ou de torneamento, e o segundo por se revelar uma solução económica e compatível com o equipamento projetado.

Já a proposta de equipamento eletrónico, como máquina de lavar e secar roupa, frigorífico e outros, orientou para a aquisição de exemplares de menor consumo energético, preferencialmente de classe A ou superior, a pensar no seu impacte ambiental.

Estimativa orçamental

A estimativa orçamental do projeto representa um valor para a execução dos trabalhos relacionados com o Design de Interiores, totalizando uma soma aproximada aos 73 000€ (sem iva). Mostrando-se como um valor dentro dos parâmetros atuais para uma obra deste calibre, é importante referir o que no próprio orçamento é explícito, a necessidade da realização de outros trabalhos não incluídos no valor acima apresentado. Esses trabalhos correspondem a outras especialidades de projeto, como é o caso de estruturas, instalações elétricas, redes de águas e esgotos, águas quentes sanitárias ou ar condicionado.

A imprevisibilidade no decurso da obra pode revelar a necessidade de se demolir mais que o previsto, e desta forma agravar o custo de final de obra. Também durante as demolições, uma vez que estamos a falar de uma intervenção no centro histórico, pode obrigar à realização de trabalhos arqueológicos, crescendo o valor final da obra.

Analisando por alto a estimativa orçamental, contemplada para este projeto, podemos ver que as carpintarias representam o maior peso no orçamento, atingindo praticamente um quarto do valor total e, juntamente com os revestimentos, quase metade de todos os custos.

No final, com todos os trabalhos contemplados, espera-se não ultrapassar significativamente o valor dos 100 000,00€, um valor perfeitamente aceitável para uma obra de reabilitação do edifício em questão.

⁸¹ - O fluxo lumínico, ou luminoso, é a quantidade total de luz emitida por determinada fonte e é quantificada em Lúmens. Já LUX, é o valor de iluminância ou nível de iluminação de uma área, unidade de medida que nos surge na norma DIN 5035, com valores de referência para nível de iluminação necessário em cada espaço afeto a determinada atividade.

Conclusões

Chegado o momento de reflexão sobre todo o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses, pode dizer-se que na sua generalidade o mesmo teve uma evolução positiva.

Os objetivos inicialmente definidos foram na sua maioria cumpridos, após ligeiras adaptações que se viram necessárias no desenrolar do estágio e projeto.

Ciente de que não iria ser fácil, e não o foi, a mestranda viu que um projeto de interiores para um edifício antigo pode tomar um percurso bastante complexo, especialmente por integrar o património de um local, obrigando a tomar decisões conscientes para não constranger os seus valores patrimoniais.

Foi também evidente que a atitude tomada, em tentar reabilitar o máximo e adaptar ao espaço um programa distinto do inicial tomou contornos difíceis, mas cuja conclusão foi gratificante pelo resultado dentro dos tramites esperados. Se tomarmos uma visão detalhista, acabamos com um projeto sem fim à vista, pelo que é importante conseguir determinar com cuidado o que é essencial para o seu término. No entanto há sempre algo inevitável, e neste caso em concreto, por se tratar de um edifício sem planta regular, tivemos trabalho reforçado para a aplicação de mobiliário no espaço, sendo fulcral criar grande parte à medida, obrigando ao seu desenho detalhado.

Executar um projeto para um edifício antigo acaba por nos trazer uma série de tarefas complexas, para as quais é essencial a colaboração de outros especialistas, ou corremos o risco de elaborar um projeto em vão. Numa primeira fase é logo identificada essa necessidade, pelo simples facto de que para definir uma intervenção num edifício antigo é fundamental conhecer o seu estado de conservação, muitas vezes apenas desvendado por inspeções adequadas. Tudo isto faz parte dos estudos iniciais, que se mostram uma componente essencial de todo o projeto e tornam-se numa chave para abrir os caminhos de uma correta intervenção e adequação das soluções propostas. Além disso, ao conhecer a fundo o espaço, mais facilmente se consegue definir uma linha de intervenção e justificar as opções tomadas ao longo do projeto.

Um dos pontos importantes para um projeto de reabilitação, e talvez um dos mais difíceis de executar, é a estimativa orçamental associada à intervenção. As tabelas de preços, rendimentos de mão de obra e outras questões relacionadas com custos de obras estão vocacionadas especialmente para novas construções, o que nos dificulta a estimar valores para reabilitação ou conservação de construções antigas. Também no que se refere à execução de trabalhos com materiais tradicionais, ou técnicas mais adequadas a este tipo de edifícios, além de ser árdua tarefa estimar valor, ainda mais será encontrar mão de obra especializada. A imprevisibilidade associada ao decorrer das demolições, ou ao possível surgimento de vestígios arqueológicos, são elementos que podem disparar o custo final de obra e os quais ainda menos conseguimos estimar. No final, a nossa postura de intervenção também é um dos pontos que se reflete no custo da obra, sendo que uma atitude de rentabilização de recursos existentes dificilmente se manifestará de forma negativa no orçamento final.

Em tons de conclusão, foi impossível não perceber que a trajetória realizada durante o estágio e a execução do projeto de reabilitação, resultaram num programa intensivo de aprendizagem, do qual a mestranda nem sequer imaginava os contornos quando se decidiu a enveredar por este percurso. O conhecimento adquirido e o respeito que desenvolveu pelo património fizeram-na crescer como profissional, e pensar que é exatamente por este caminho que vai lutar no futuro.

Recomendações para futuras investigações

A elaboração deste projeto de Design de Interiores, integrado numa perspetiva de reabilitação de património construído, veio mostrar a complexidade inerente neste tipo de intervenções. Vários percursos para novas investigações ou projetos podem iniciar-se através da linha de pensamento aplicada a este projeto.

Tornar-se-ia extremamente interessante explorar a fundo as capacidades de adaptação dos edifícios antigos com valor patrimonial às novas funcionalidades, numa perspetiva do Design de Interiores, com soluções compatíveis e totalmente reversíveis. Aqui poderiam surgir ideias em torno de equipamentos multifuncionais, modulares, soluções alternativas aos sistemas convencionais de divisórias ou soluções que permitam aos diferentes utilizadores dos espaços a sua rápida transformação.

Num caminho mais dissertativo, também será interessante que futuras investigações integradas no Design de Interiores se direcionem para o papel do próprio Designer. Neste aspeto podemos enquadrar o modo de definição de uma linha de intervenção adequada a reabilitações de edifícios antigos e os critérios para definição dos programas de intervenção, desenvolvimento de projeto ou escolha de materiais e técnicas.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, José; CABRITA, A.M.; APPLETON, João. **Guião de Apoio à reabilitação de Edifícios habitacionais - Vols. I.** 5ª Edição; Lisboa: LNEC, 2005a. 208 páginas. ISBN: 972 49 1726 6
- AGUIAR, José; CABRITA, A.M.; APPLETON, João. **Guião de Apoio à reabilitação de Edifícios habitacionais - Vols. II.** 5ª Edição; Lisboa: LNEC, 2005b. 259 páginas. ISBN: 972 49 1726 6
- AGUIAR, José. **Cor e cidade histórica.** 1ª Edição; Porto: FAUP Edições, 2002. 649 páginas. ISBN: 972 9483 47 7
- APPLETON, João. **Reabilitação de Edifícios Antigos.** 1ª Edição; Amadora: Edições Orion, 2003. 454 páginas. ISBN: 972 8620 03 9
- CARDOSO, J. Ribeiro. **Castelo Branco e o seu Alfoz . Achegas para uma monografia regional.** Edição do autor; Castelo Branco: Livrarias Semedo e Feijão (depositárias), 1953. 234 páginas. Edição fac-similada
- CORREIA, Miguel; LOPES, Flávio. **Património arquitectónico e arqueológico - cartas, recomendações e convenções internacionais.** Lisboa: Livros horizonte, 2004. 351 páginas. ISBN: 972 24 1307 4
- HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III - I Tomo.** 8ª Edição; Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1875a. Páginas 29-30.
- _____. **História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III - III Tomo.** 8ª Edição; Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1875b. Páginas 237-263.
- LEITE, Ana. **Castelo Branco.** 1ª Edição; Lisboa: Editorial Presença, 1991. 82 páginas. ISBN: 972 23 1412 2
- MARTINS, Manuel. **Castelo Branco 1830-1930 – Um século na Vida da Cidade - Volume I.** 1ª edição; Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 2004a. 443 páginas. ISBN: 972 9139 09 1
- _____. **Castelo Branco 1830-1930 – Um século na Vida da Cidade - Volume II.** 1ª edição; Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 2004b. 381 páginas. ISBN: 978 972 9139 12 3
- MATOS, José. **Esquema para uma biografia da cidade de Castelo Branco.** Castelo Branco: Edição do autor, 1972. 146 páginas.
- MOURA, Ana luísa; MOURA, Carlos; CRUZ, Pedro. **Casas Quinhentistas de Castelo Branco.** 1º Edição; Castelo Branco: Printer Portuguesa, 2009. 159 páginas. ISBN: 978 972 9139 11 6

- NUNES, António. **CASTELO BRANCO, UMA CIDADE HISTÓRICA. Estrutura da urbe e as linhas do seu desenvolvimento** in **Cadernos de Património Cultural da Beira Baixa**. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 2002. 103 páginas. Depósito legal 188 765/02
- RIEGL, Alois. **Culto moderno dos monumentos**. Reimpressão; Lisboa: Edições 70, 2013. 144 páginas. ISBN: 978 9724 41 7134
- ROXO, António. **Monografia de Castelo Branco**. Coimbra: Editora Alma Azul, 2005. 227 páginas. ISBN: 972 8580 94 0 (Edição original de 1890)
- SANTOS, Manuel. **Castelo Branco na história e na arte**. Castelo Branco: Edição do autor, 1958. 217 páginas.
- SILVEIRA, António; AZEVEDO, Leonel; d'OLIVEIRA, Pedro. **O Programa Polis em Castelo Branco – Álbum Histórico**. 1ª Edição; Coimbra: Gráfica de Coimbra. Sociedade Polis Castelo Branco, 2003. 426 páginas. ISBN: 972 9071 23 3
- TÁVORA, Fernando. **Da Organização do Espaço**. 8ª Edição; Porto: Edições FAUP, 2008. 75 páginas. ISBN: 978 972 9483 22 6

Bibliografia

- BRANCO, Manuel. **Subsídio para o Estudo da Toponímia Albicastrense no século XVI**. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco, 1999. 75 páginas.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA; AMIGOS DE LISBOA. **A cor de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1993. 64 páginas. ISBN: 972 95834 1 2
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Património**. Reimpressão; Lisboa: Edições 70, 2014. 308 páginas. ISBN: 978 9724 41 27 40
- COELHO, Maria. **Património Mundial**. Lisboa: Estar Editora, 1997. 150 páginas. ISBN: 972 8095 25 2
- CÓIAS, Vitor. **Inspecções e ensaios na reabilitação de edifícios**. Lisboa: ISTPRESS, 2006. 437 páginas. ISBN: 972 8469 53 5
- ORMONDE, Helena *et al.* **Colchas de Castelo Branco - Percursos por Terra e Mar**. Castelo Branco: CMCB. 419 páginas. ISBN: 978 989 95138 2 2

- LOBO, Ernesto. **Castelo Branco Antiga: 1800-1950**. Castelo Branco: JPL edições e produções, 1995. 169 páginas.
- LOPES, Flávio. **Património Arquitectónico e Arqueológico - Noções e Normas de Proteção**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. 150 páginas. ISBN: 978 989 658 190 9
- MASBOUNGI, Ariella *et al.* **Nantes La Loire - dessine le projet**. 1ª edição; Paris: Éditions de la Villette, 2003. 191 páginas. ISBN: 2 903539 79 0
- NEUFERT, Peter; NEFF, Ludwig. **Casa-Apartamento-Jardim**. 2ª Edição; Barcelona: Gustavo Gili Editora, 2007. 255 páginas. ISBN: 978 84 252 2094 4
- PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento Humano para Espaços Interiores**. 1ª Edição, 6ª impressão; Barcelona: Gustavo Gili Editora, 2011. 320 páginas. ISBN: 978 84 252 1835 4
- PAPANEK, Victor. **Arquitectura e Design - Ecologia e Ética**. Lisboa: Edições 70, 1995. Tradução portuguesa. 284 páginas. ISBN: 972 44 0968 6
- PERES, Prof. Dr. Damião. **A gloriosa história dos mais belos castelos de Portugal**. Porto: Portucalense Editora, 1969. pp. 243-245.
- PIMENTEL, António; MARTINS, João. **Reabilitação de edifícios tradicionais**. 1ª Edição; 2005. 97 páginas.
- RIBEIRO, Manuel *et al.* **Alfama: Caracterização sociológica da habitação - Cadernos de Reabilitação Urbana**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1991. 75 páginas.
- RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 2ª Edição; São Paulo: Editora Ateliê, 2013. 88 páginas. ISBN: 978 857 4806 33 4
- SILVA, João. **Castelo Branco - a terra e as suas memórias culturais**. Paços de Ferreira: Héstia Editores, 2004. 144 páginas. ISBN: 972 8741 09 X

Publicações periódicas

- APPLETON, João. **Reabilitar a reabilitação**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 20 (2003), p. 18-19.
- BASTOS, Rosa. **A Pesquisa Histórica na Intervenção do Património Edificado**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 20 (2003), p. 29.

- CLARA, Cabral. **A Convenção do Património Cultural Imaterial - Contexto e aplicação na reabilitação do edificado.** Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal.** Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 48 (2010), p. 4-7.
- CÓIAS, Vítor. **É preciso ir mais longe na revisão do enquadramento legislativo da reabilitação.** Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal.** Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 51 (2011), p. 34-35.

- ____ **Reabilitação urbana: o sector da construção não está preparado.** Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal.** Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 43 (2010), p. 2.

- ____ **Salvaguarda do Património e desenvolvimento sustentável.** Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal.** Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 47 (2009), p. 36-39.

- COSTA, F. Pereira. **Escadas de Madeira I. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 3 (1930/39a), p. 2-3; 5; 15.

- ____ **Escadas de Madeira IV. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 6 (1930/39b), p. 15.

- ____ **Obras de Alvenaria I. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 13 (1930/39c), p. 1-3.

- ____ **Obras de Cantaria I. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 16 (1930/39d), p. 1-3.

- ____ **Pavimentos de Madeira. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 7 (1930/39e), p. 2-10; 16.

- ____ **Portas Exteriores. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 21 (1930/39f), p. 3-11.

- ____ **Portas Interiores. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 22 (1930/39g), p. 2-12; 15.

- ____ **Tectos Diversos. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 12 (1930/39h), p. 4-7.

- ____ **Vãos de Janelas I. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 19 (1930/39i), p. 1-16.

- ____ **Vãos de Janelas II. Enciclopédia Prática da Construção Civil.** Lisboa: Edição do autor. Fascículo Nº 20 (1930/39j), p. 4; 6-9.

- FARIA, Paulina. **Argamassas para a reabilitação - Funções, constituintes e características**. Direção de Vítor Cóias. Pedra & Cal. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 35 (2007), p. 4-7.
- FERREIRA, Filipe. **Património e contemporaneidade**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 45 (2010), p. 4-5.
- GECORPA. **1ª Jornada sobre Prática da conservação e restauro do património arquitectónico**. [s.l.] Gráfica Maxpress, 1999. Depósito legal nº 136677/99
- GONÇALVES, João. **Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa**. Direção de Abel Monteiro. **Correio de Nisa**. Nisa: António Carmona Ribeiro. 2ª série, Ano I, nº 21, (1965) p.1. Disponível em: [http://www.cm-nisa.pt/site_biblioteca/jornaislocais/correionisa/ano1_2serie/n21.pdf]; acedido em: [4-12-2013]
- GONÇALVES, João. **Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa (continuação)**. Direção de Abel Monteiro. **Correio de Nisa**. Nisa: António Carmona Ribeiro. 2ª série, Ano I, nº 22, (1965) p.1; 4. Disponível em: [http://www.cm-nisa.pt/site_biblioteca/jornaislocais/correionisa/ano1_2serie/n22.pdf]; acedido em: [4-12-2013]
- HENRIQUES, José. **Reabilitação de Edifícios Antigos - A definição do sistema construtivo e do quadro patológico como primeira fase de um processo de reabilitação**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 31 (2006), p. 30-31.
- LIMA, Luís. **Requalificar o património construído é um imperativo ético**. Direção de Isabel Fonseca. O Instalador. Lisboa: **O Instalador**, Publicações Lda. Nº 200 (2012), p. 42.
- LOPES, Filipe. **Reabilitação Urbana - Potencialidades e limites**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 20 (2003), p. 14-17.
- MENDONÇA, Alexandra. **Sistemas de Incentivo ao Investimento**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 51 (2011), p. 38-39.
- MESQUITA, Carlos. **Métodos de inspeção e observação como suporte da reabilitação do património construído**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 23 (2004), p. 32-33.
- NORONHA, Bartolomeu. **Que futuro para um passado esquecido**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 50 (2011), p. 28-30.
- PARAFITA, Alexandre. **Património Imaterial - Onde mora a alma de um povo**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 48 (2010), p. 12-13.
- SANTO, Fernando. **A Prevenção das Patologias Construtivas dos Edifícios**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 20 (2003), p. 12-13.

- SILVA, José. **Conservação e Restauro: Uma receita para a crise!?**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 51 (2011), p. 40-43.
- SILVA, Raquel. **Velhos e novos**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 20 (2003), p. 4-5.
- TSATSANIFOS, Christos. **O Princípio Geral da Autenticidade e as fundações dos Monumentos**. Direção de Vítor Cóias. **Pedra & Cal**. Lisboa: GECORPA. ISSN: 1645-4863. Nº 31 (2006), p. 20-23.

Webgrafia

- **104 anos de hostelling international**. Disponível em: [<http://bonitohostel.com.br/index.php?idcanal=243>]; acedido a [7-05-2014]
- **1878 hostel**. Disponível em: [<http://1878hostel.com/>]; acedido a [9-08-2014]
- **A Brief History of Hostelling International**. Disponível em: [<http://blog.hihostels.com/2011/05/brief-history-of-hostelling/>]; acedido a [7-05-2014]
- **A brief history of youth hostels**. Disponível em: [<http://www.graciacityhostel.com/barcelona-hostel/the-brief-history-of-youth-hostels/>]; acedido a [7-05-2014]
- AGUIAR, José. **A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares**. Disponível em: [http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/837/470419.pdf]; acedido a [30-06-2014]
- AGUIAR, José. **Como nasce uma cultura de (ou da) conservação?**. FAUTL. Disponível em: [<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/mestradofautljaguiar1.pdf>]; acedido a [23-07-2014]
- **A casa da rua nova**. Disponível em: [<http://noema.pt/casaruanova.html>]; acedido a [30-06-2014]
- **Alojamento Local**. Disponível em: [<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentovalorizacaooferta/empreendimentosseactividades/empreendimentos/Pages/AlojamentoLocal.aspx>]; acedido a [9-05-2014]
- **Casa da rua nova**. Disponível em: [http://www.guimaraesturismo.com/pages/153?geo_article_id=104]; acedido a [30-06-2014]
- **Burra Charter 2012**. ICOMOS Austrália. Disponível em: [<http://australia.icomos.org/publications/charters/>]; acedido a [27-01-2014]

- **Camp de Castel Branco ocupé par monsieur le Marquis de Crillon commandant un corps sous les ordres de monsieur le Comte. d'Aranda.** Real academia de la historia. Disponível em: [http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?texto_busqueda=&path=1009178&interno=S&presentacion=pagina&posicion=1]; acedido a [15-12-2013]
- **Carta de Atenas.** Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações. Disponível em: [<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Carta de Cracóvia.** Conferência Internacional sobre Conservação. Disponível em: [<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada.** 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa. Disponível em: [<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Carta de Washington sobre a conservação das cidades históricas e das áreas urbanas históricas.** ICOMOS. Disponível em: [<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESISTORICAS.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Carta de Veneza sobre conservação e restauro de monumentos e sítios.** II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Disponível em: [<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Carta do Restauro.** Ministério da Instrução Pública de Itália. Disponível em: [<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguar/cartadorestauro1972.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Carta Europeia do Património Arquitectónico.** Conselho da Europa. Disponível em: [<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Carta Internacional do Turismo Cultural.** Icomos. Disponível em: [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf]; acedido a [27-01-2014]
- CABRAL, Catarina. **Hostels: o luxo low-cost. Novembro de 2010.** [Disponível em: http://www.mariajoaodealmeida.com/artigos.php?ID=115&ID_ORG]; acedido a [07-05-2014]
- **Centro histórico de Guimarães.** Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Hist%C3%B3rico_de_Guimar%C3%A3es]; acedido a [30-06-2014]
- **Centro histórico de Guimarães - o antes e o depois.** Disponível em: [http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_aip_pt/documentos/homepage/informacao/CM%20Guimaraes.pdf]; acedido a [30-06-2014]
- **Classificação Portuguesa das Profissões.** Instituto nacional de estatística. Edição de 2011. Lisboa, 2010. Páginas 138-140. Disponível em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2]; acedido a [25-06-2014]

- **Como abrir um hostel.** Disponível em: [<http://www.zonempresas.pt/criar-uma-empresa/guias-praticos/Pages/como-abrir-um-hostel.aspx>]; acedido a [07-05-2014]
- **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.** Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Disponível em: [<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/Convencao-para-a-Protecao-do-Patrimonio-Mundial-Cultural-e-Natural.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- D'ARMAS, Duarte. **Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela.** Disponível em: [<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3909707>]; acedido a [4-12-2013] (páginas 52; 53 e 136; ficheiros "PT-TT-CF-159_m0067.tif"; "PT-TT-CF-159_m0068" e "PT-TT-CF-159_m0148" respetivamente)
- **Diagnóstico para a sustentabilidade - Castelo Branco Agenda XXI.** CMCB. Disponível em: [<http://www.cm-castelobranco.pt/pdf/agendaxxi/agendaxxi.pdf>]; acedido a [3-02-2014]
- **Documento de Nara sobre Autenticidade.** ICOMOS. Disponível em: [<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>]; acedido a [27-01-2014]
- **Escavações no castelo de Castelo Branco.** Disponível em: [<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=123676&vp=172339>]; acedido a [29-11-2013]
- **Ficheiro síntese de Castelo Branco - Censos 2011.** Instituto nacional de estatística. Disponível em: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese]; acedido a [10-02-2014]
- FRAZÃO, Miguel. **O GTL e o planeamento urbanístico do concelho.** Disponível em: [http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/852/470423.pdf]; acedido a [30-06-2014]
- **Gallery Hostel.** Disponível em: [<http://www.gallery-hostel.com/>]; acedido a [07-05-2014]
- **Gentrificação.** Disponível em: [<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gentrifica%C3%A7%C3%A3o>]; acedido a [30-06-2014]
- GESTA, Alexandra. **Reabilitação em Guimarães.** Disponível em: [http://www.parqueexpo.pt/cache/binlماغens/06_Qualification_of_public_space_A_Gesta-5391.pdf]; acedido a [30-06-2014]
- **Hi hostels.** Disponível em: [<https://groups.hihostels.com/explore>]; acedido a [7-05-2014]
- **Historic cities in development: keys for understanding and action.** Rapport: Organization of World Heritage Cities (OWHC), 2012. Disponível em: [<http://whc.unesco.org/en/activities/634/>]; acedido a [24-01-2014]
- **História da comissão nacional portuguesa.** Disponível em: [<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/historia%20icomos%20portugal.pdf>]; acedido a [24-01-2014]

- **History of hostelling.** Disponível em: [<http://www.hiusa.org/about-us/history-of-hostelling>]; acedido a [7-05-2014]
- **History of hostelling.** Disponível em: [<http://www.uktrail.com/hostelinfo/hosthist.php>]; acedido a [7-05-2014]
- **History of the youth hostels movement.** Disponível em: [<http://www.hostelscentral.com/en/magazine/hostels-information/history-of-the-youth-hostels-movement>]; acedido a [7-05-2014]
- **Hostel.** Disponível em: [<http://en.wikipedia.org/wiki/Hostel>]; acedido a [7-05-2014]
- **Hostelling International.** Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hostelling_International]; acedido a [7-05-2014]
- **Hostelling International.** Disponível em: [<https://www.hihostels.com/about-hi/about-hostelling-international>]; acedido a [7-05-2014]
- Instituto nacional de estatística. **Dados estatísticos - Castelo Branco - Censos 2011.** Disponível em: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese]; acedido a [10-02-2014]
- **Lisboa central hostel.** Disponível em: [<http://www.lisboacentralhostel.com/>]; acedido a [07-05-2014]
- **Living Lounge hostel.** Disponível em: [<http://www.lisboacentralhostel.com/>]; acedido a [07-05-2014]
- **Mapa da Zona Histórica de Castelo Branco com os Portados Quinhentistas mais relevantes.** Rede de Judiarias de Portugal. Disponível em: [<http://www.redejudiariasportugal.com/images/downloads/mapaquinhentista.pdf>]; acedido a [3-02-2014]
- **Novo foral de Castelo Branco.** Disponível em: [<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4223238>]; acedido a [2-12-2013] (página XXIII, ficheiro “PT-T-LN-46_m0060.tif”)
- **Núcleo urbano da cidade de Guimarães.** Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11899]; acedido a [30-06-2013]
- **Plan de Castel Branco ou les troupes ont campé le 21 octobre 1762.** Real academia de la historia. Disponível em: [http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?texto_busqueda=&path=1009179&interno=S&posicion=1&presentacion=pagina]; acedido a [4-12-2013]
- **Planeamento estratégico - Castelo Branco 2020.** Câmara Municipal de Castelo Branco. Disponível em: [http://www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=cb2020_menu]; acedido a [16-11-2013]
- **Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa - relatório.** Câmara Municipal de Castelo Branco. Disponível em: [<http://www.cm-castelobranco.pt/pdf/ppormenor/relatorio.pdf>]; acedido a [16-11-2013]

- **Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa - planta de implantação.** Câmara Municipal de Castelo Branco. Disponível em: [<http://www.cm-castelobranco.pt/pdf/ppormenor/planta.pdf>]; acedido a [16-11-2013]
- **Pousadas de juventude.** Disponível em: [<http://microsites.juventude.gov.pt/Portal/pt/PousadasRegiao/>]; acedido a [7-05-2014]
- **Quem foi Francisco Tavares Proença Júnior.** Disponível em: [http://castelobrancocidade.blogspot.pt/2007/09/toponmia-albicastrense_22.html]; acedido a [29-11-2013]
- **Shiado hostel.** Disponível em: [<http://www.shiadohostel.com/>]; acedido a [07-05-2014]
- **The History of Youth hostels and the coming of age of the Backpacker culture.** Disponível em: [<http://www.hostelsclub.com/article-en-1166.html>]; acedido a [7-05-2014]
- **Traveller's House.** Disponível em: [<http://www.travellershouse.com/th/hostel.html>]; acedido a [9-05-2014]

Legislação

- Decreto-lei nº 38 382 de 7 de Agosto de 1951. **Regulamento Geral da Edificações Urbanas.** Diário da República nº 166/1951 - 1ª Série. Ministério das Obras Públicas. Lisboa. 715-729
- Decreto-Lei nº 80/2006 de 04 de Abril. **Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios - RCCTE.** Diário da República nº67/2006 - 1ª Série A. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 2468-2513
- Decreto-lei nº 163/2006 de 8 de Agosto. **Acessibilidades.** Diário da República nº 152/2006 - 1ª Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa. 5670-5689 (disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2006/08/15200/56705689.pdf>, acedido a 15 de Fevereiro de 2014)
- Decreto-Lei nº 220/2008 de 12 de Novembro. **Regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE).** Diário da República nº 220/2008 - 1ª Série. Ministério da Administração Interna. Lisboa. 7903-7922 (disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2008/11/22000/0790307922.pdf>, acedido a 15 de Fevereiro de 2014)
- Decreto-Lei nº 26/2010 de 30 de Março. **Regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE).** Diário da República nº 62/2010- 1ª Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. 985-1025 (disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2010/03/06200/0098501025.pdf>, acedido a 15 de Fevereiro de 2014)
- Decreto-Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro. **Regime jurídico de empreendimentos turísticos (RJET).** Diário da República nº 16/2014- 1ª Série. Ministério da economia. Lisboa. 480 - 505 (disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/01/01600/0048000505.pdf>, acedido a 10 de Maio de 2014)

- Decreto-Lei nº 128/2014 de 29 de Agosto. **Regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local.** Diário da República nº 166/2014- 1ª Série. Ministério da economia. Lisboa. 4570 - 4577 (disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/08/16600/0457004577.pdf>, acessado a 03 de Setembro de 2014)
- Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro. **Lei base do Património.** Diário da República nº 209/2001- 1ª Série-A. Assembleia da República. Lisboa. 5808-5829 (disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>, acessado a 15 de Fevereiro de 2014)
- Portaria nº 1532/2008 de 29 de Dezembro. **Regulamento Técnico de Segurança contra incêndio em edifícios (SCIE).** Diário da República nº 250/2008 - 1ª Série. Ministério da Administração Interna. Lisboa. 9050-9127 (disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/25000/0905009127.pdf>, acessado a 15 de Fevereiro de 2014)
- Portaria nº 517/2008 de 25 de Junho. **Requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local.** Diário da República nº 121/2008 - 1ª Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa. 3815-3817 (disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2008/06/12100/0381503817.pdf>, acessado a 8 de Maio de 2014)

Teses e dissertações

- BANDEIRA, Luis. **Reabilitação de Interiores e Comportamento Térmico.** Castelo Branco: ESART-IPCB/FAUL, 2013. Dissertação de Mestrado.
- BENIS, Khadija. **Vielas de Alfama, entre revitalização e gentrificação - Impactos da “gentrificação” sobre a apropriação do espaço público.** Lisboa: FAUTL, 2011. Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, Iolanda. **Habitação Quinhentista - Design de Interiores no âmbito da recuperação de espaços antigos.** Castelo Branco: ESART-IPCB/FAUL, 2013. Dissertação de Mestrado.
- FLÓRIDO, Flávio. **Tipificação de Soluções de Reabilitação de Paredes de Madeira em Edifícios Antigos.** Porto: FEUP, 2010. Dissertação de Mestrado.
- FRANCISCO, Celina. **Projeto Conservação e Reabilitação - A Casa do Forno de Castelo Branco.** Castelo Branco: ESART-IPCB/FAUL, 2013. Dissertação de Mestrado.
- MARTINS, Daniel. **Renovação e Reabilitação de Interiores de Quarteirão na Baixa Chiado.** Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2008. Dissertação de Mestrado.
- MOREIRA, Marina. **Reabilitação de Estruturas de Madeira em Edifícios Antigos.** Porto: FEUP, 2009. Dissertação de Mestrado.

- OLIVEIRA, Sara. **Reabilitação de uma Habitação Quinhentista na Zona Histórica de Castelo Branco.** Castelo Branco: ESART-IPCB/FAUL, 2013. Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, Sérgio. **Habitação Quinhentista - Design de Interiores inserido na recuperação de espaços antigos.** Castelo Branco: ESART-IPCB/FAUL, 2013. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Cristiana. **Acessibilidades na reabilitação de espaços na Zona Histórica de Castelo Branco.** Castelo Branco: ESART-IPCB/FAUL, 2013. Dissertação de Mestrado.
- TAVARES, João. **As Sociedades de Reabilitação Urbana e as Novas Perspectivas na Requalificação de Centros Históricos.** Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado.



VOLUME II

APÊNDICES & ANEXOS

Apêndice 1 - Levantamento do imóvel
(consultar CD)

Apêndice 2 - Definição do programa/Pesquisas
(consultar CD)

Apêndice 3 - Proposta de projeto

.Imagens virtuais do hostel
(consultar CD)

.Peças desenhadas e mapa de acabamentos
(consultar em seguida)

.Mapa de medições e orçamentos
(consultar CD)

.Fichas técnicas (equipamento, materiais e componentes)
(consultar CD)

PEÇAS DESENHADAS

SÉRIES P e C - Escala 1/50 - Proposta

- Plantas de localização
- Plantas gerais
- Planta da cobertura
- Alçados
- Cortes
- Plantas de alterações
- Plantas base cotadas
- Plantas de pavimentos
- Plantas de equipamento
- Plantas de luminárias

SÉRIES D e Dc - Proposta

- Plantas de detalhe
- Planta de escadas
- Detalhes construtivos

SÉRIES V e Vp - Mapa de vãos - Proposta

- Portas exteriores
- Portão
- Janelas oscilobatentes
- Janela de guilhotina
- Portas interiores
- Armários
- Cacifos
- Pormenores 1/10; 1/5; 1/2; 1/1

SÉRIE E - Equipamento - Proposta

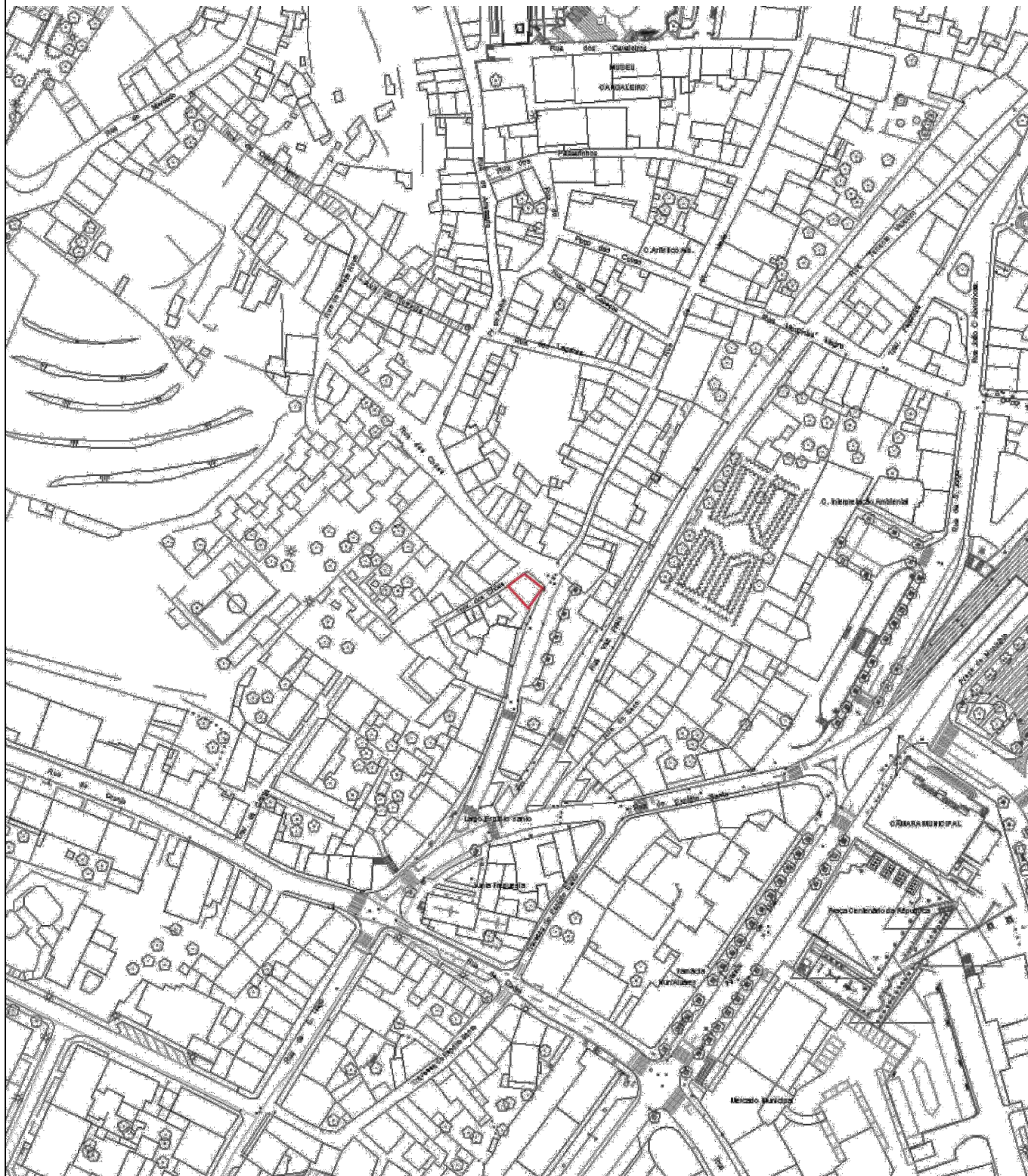
- Bancos
- Mesas
- Móveis de cozinha
- Beliche

Mapa de acabamentos

PEÇAS DESENHADAS

SÉRIES P e C - Escala 1/50

- 00 - Planta de localização
- Pg01 - Planta geral Rés do Chão
- Pg02 - Planta geral 1º andar
- Pg03 - Planta geral mezanino
- Pg04 - Alçado da Rua de Sta Maria
- Pg05 - Alçado da Rua dos Chões
- Pg06 - Alçado da Tr. dos Chões
- C01 - Corte [D;D']
- C02 - Corte [E; E']
- C03 - Corte [F';F]
- C04 - Corte [G;G']
- Pa01 - Pl. alterações Rés do Chão
- Pa02 - Pl. alterações 1º andar
- Pa03 - Pl. alterações mezanino
- Pc01 - Pl. base cotada Rés do Chão
- Pc02 - Pl. base cotada 1º andar
- Pc03 - Pl. base cotada mezanino
- Pp01 - Pl. pavimentos Rés do Chão
- Pp02 - Pl. pavimentos 1º andar
- Pp03 - Pl. pavimentos mezanino
- Pe01 - Pl. equipamento Rés do Chão
- Pe02 - Pl. equipamento 1º andar
- Pe03 - Pl. equipamento mezanino
- PI01 - Pl. luminárias Rés do Chão
- PI02 - Pl. luminárias 1º andar
- PI03 - Pl. luminárias mezanino



Nota: edifício a intervir evidenciado a vermelho

TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Planta de Localização

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
 unidades:

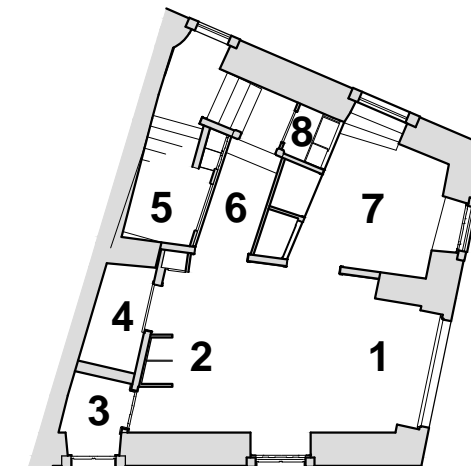
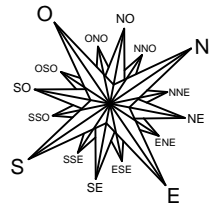
A4 M

Escala:

1/2000

Desenho:

00



- 1 - Zona de refeições e de estar (22.07 m² partilhados com receção)
- 2 - Zona de receção e administração
- 3 - Instalação sanitária de serviço ≈ 2.35 m²
- 4 - Lavandaria ≈ 2.78 m² brutos (1.54m² livres)
- 5 - Arrumos no desvão das escadas ≈ 3.56 m²
- 6 - Corredor de acesso ao piso superior
- 7 - Cozinha ≈ 11.40 brutos (5.40 m² livres)
- 8 - Arrumos para bagagens ≈ 0.54 m²

Área habitável do Rés do Chão ≈ 28.60 m²

- Avenaria de pedra ordinária de junta larga
- Cantaria de granito
- Tabique estrutura e fasquiado de madeira, preenchimento com material misto
- Avenaria de tijolo

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta geral Rés do Chão

Proposta

Requerente:

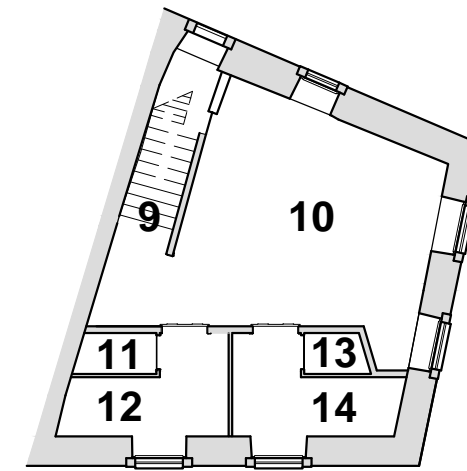
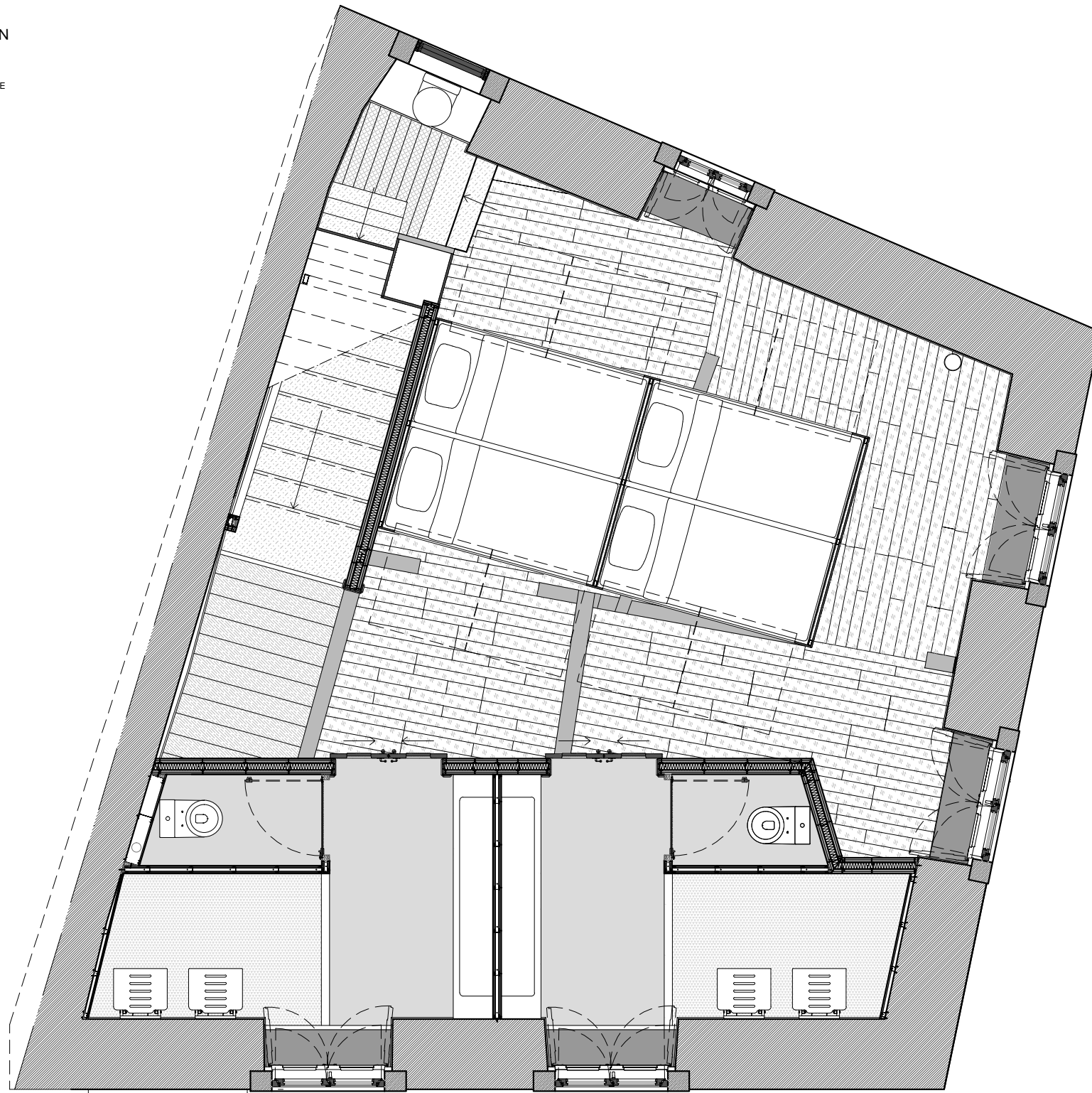
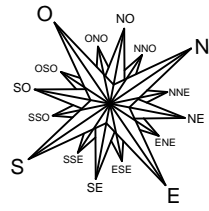
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

Pg01



- 9 - Escadas de acesso ao 1º andar
- 10 - Dormitório misto - 8 (+1) - 26.6 m²
- 11 - Retrete masculina - 1.34 m²
- 12 - Casa de banho masculina - 6.36 m²
área de duche - 2.86 m²
- 13 - Retrete feminina - 1.13 m²
- 14 - Casa de banho feminina - 6.44 m²
área de duche - 2.92 m²

Área útil do 1º andar ≈ 28.86 m²

- Alvenaria de pedra ordinária de junta larga
- Cantaria de granito
- Tabique estrutura e fasquiado de madeira, preenchimento com material misto
- Alvenaria de tijolo

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta geral 1º Andar

Proposta

Requerente:

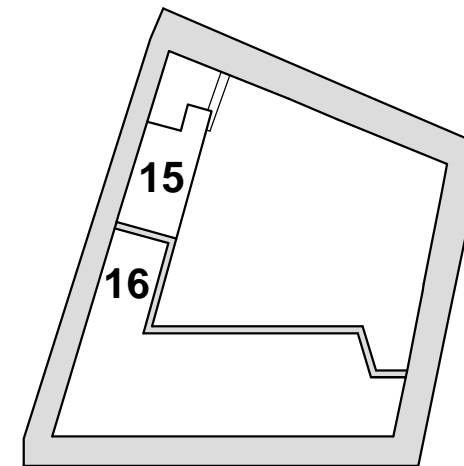
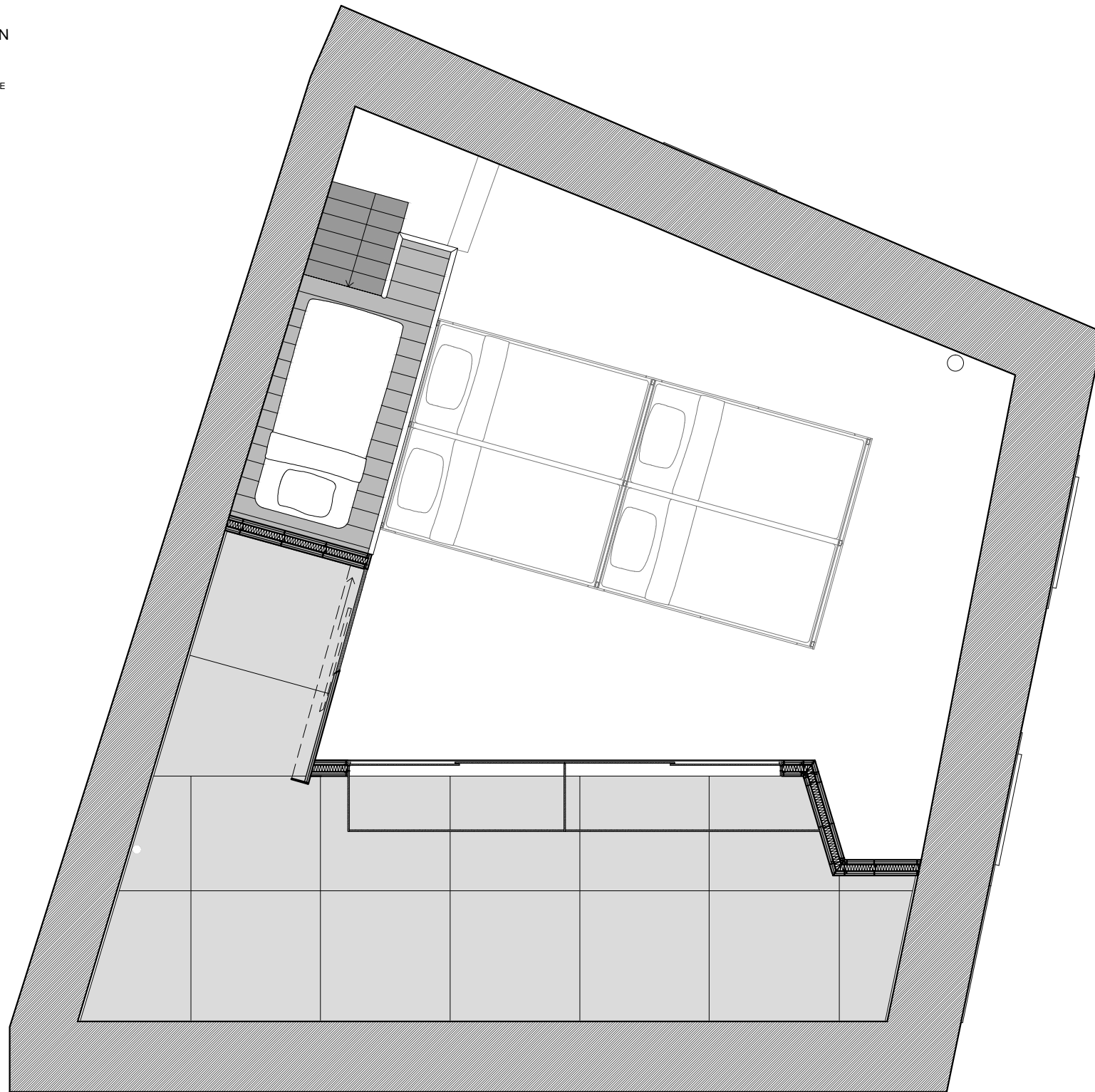
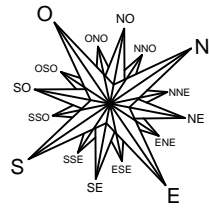
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades: **A3 M**

Escala: **1/50**

Desenho:

Pg02



15 - Cama individual - 3.45 m²
16 - Zona técnica - 18.92 m²

Área habitável do mezanino - 3.45 m²

- Alvenaria de pedra ordinária de junta larga
- Cantaria de granito
- Tabique estrutura e fasquiado de madeira, preenchimento com material misto
- Alvenaria de tijolo

TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta geral Mezanino

Proposta

Requerente:

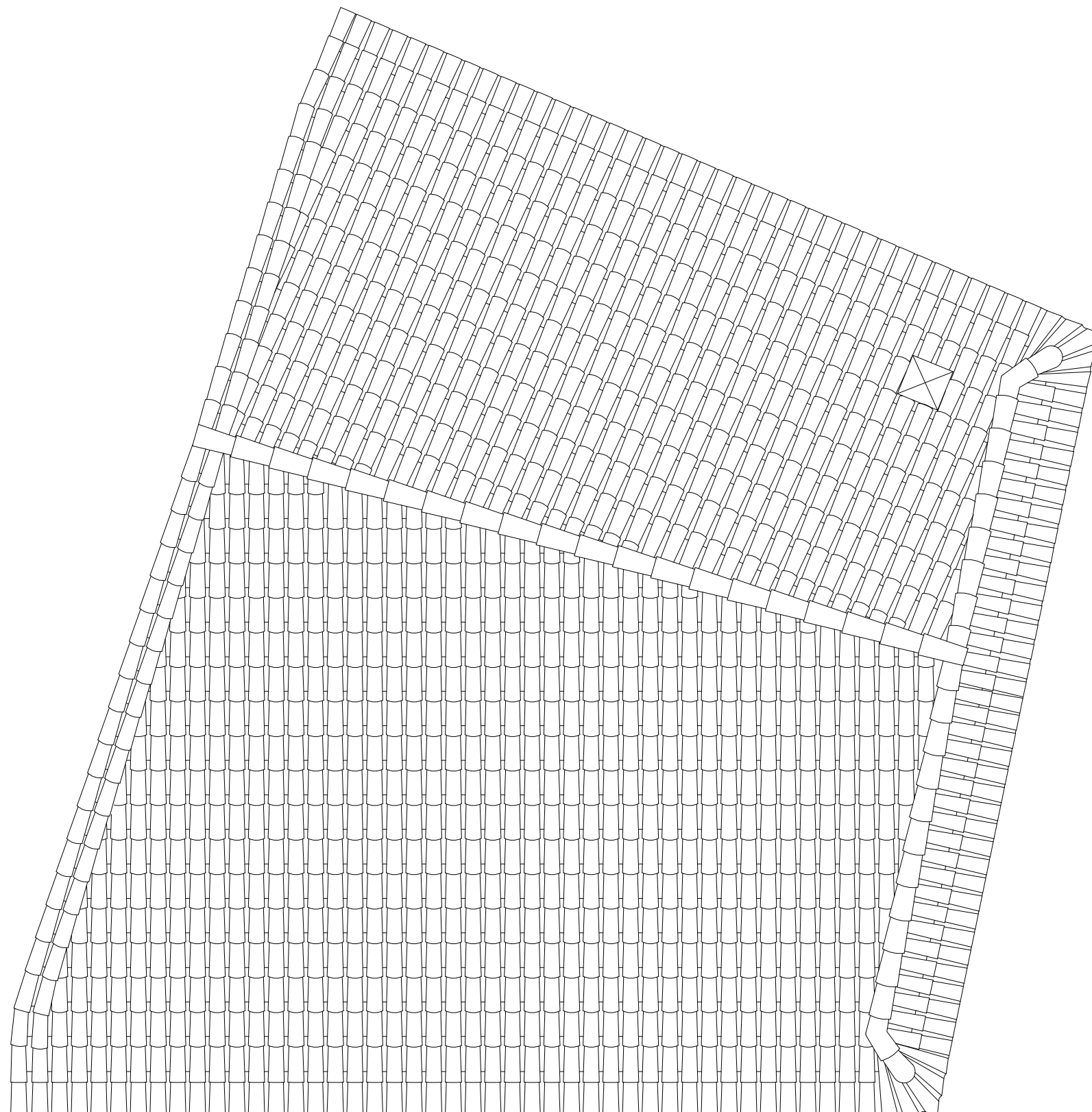
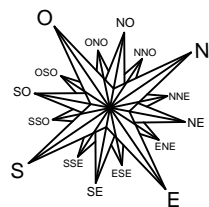
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
 unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

Pg03



Obs: Proposta de substituição da cobertura existente por telha de canudo de cor vermelha, com reparação do beirado duplo e introdução de chaminé para exaustão dos produtos da cozinha

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta da cobertura

Proposta de alterações

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades: **A3 M**

Escala: **1/50**

Desenho:

Pg04



Obs: Proposta de remoção do revestimento exterior existente e execução de novo à base de cal e areia, posteriormente acabado a tinta de silicatos de cor branco mate, referência NCS S 0500 N

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Alçado Frontal - Rua de Sta M^a

Proposta de alterações

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades: **A3 M**

Escala: **1/50**

Desenho:

Pg05



Obs: Proposta de remoção do revestimento exterior existente e execução de novo à base de cal e areia, posteriormente acabado a tinta de silicatos de cor branco mate, referência NCS S 0500 N

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:
Alçado Lateral - Rua dos Chões

Proposta de alterações

Requerente:
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato:
unidades: **A3 M**

Escala: **1/50**

Desenho:

Pg06



Obs: Proposta de remoção do revestimento exterior existente e execução de novo à base de cal e areia, posteriormente acabado a tinta de silicatos de cor branco mate, referência NCS S 0500 N

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Alçado Tardoz - Tr. dos Chões

Proposta de alterações

Requerente:

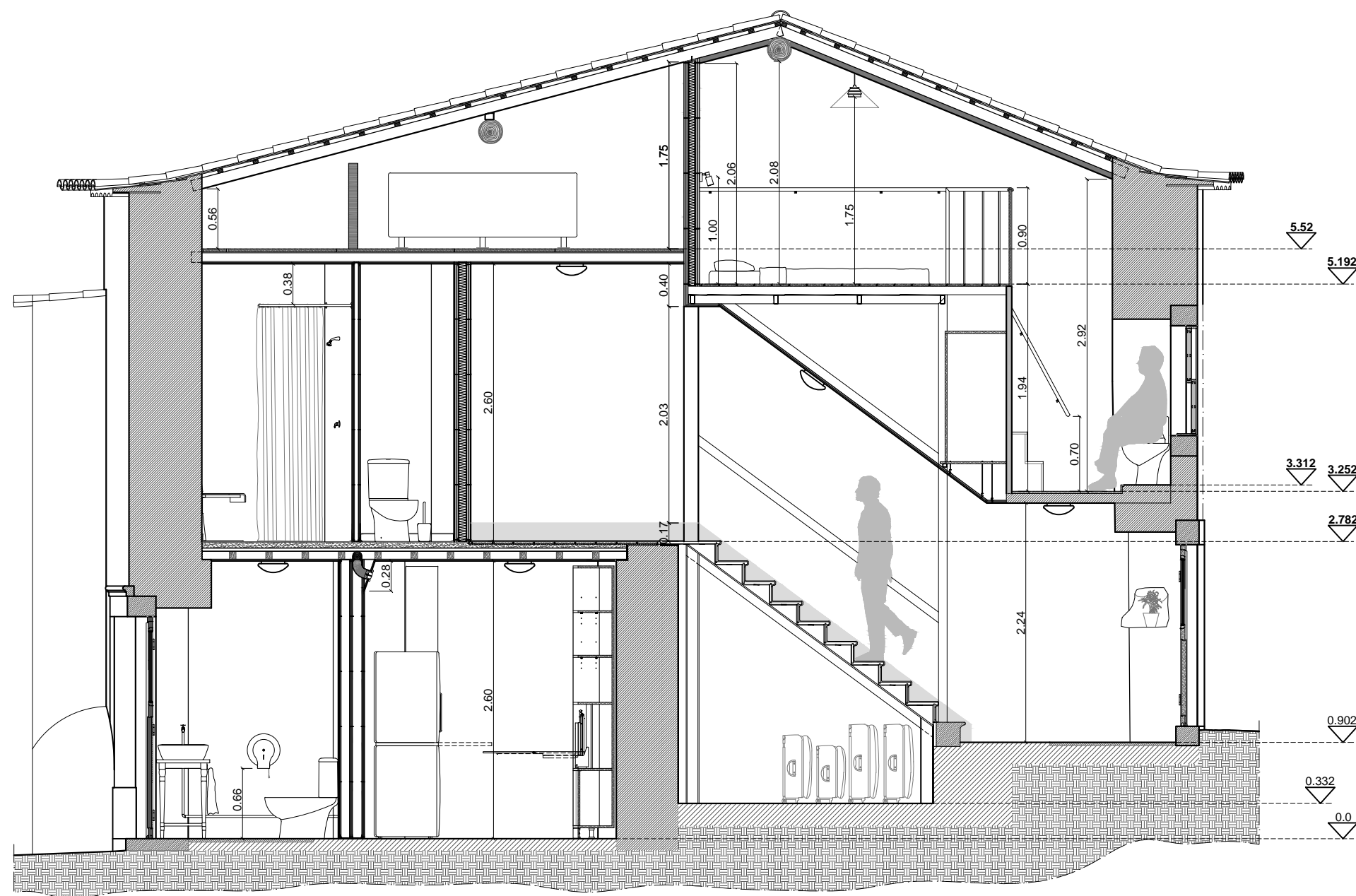
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato:
unidades: **A3 M**





Escala: **1/50**

Desenho:

Pg07



LEGENDA:

-  Alvenaria de pedra ordinária de junta larga
-  Cantaria de granito
-  Tabique estrutura e fasquiado de madeira, preenchimento com material misto
-  Alvenaria de tijolo

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Corte [D;D']

Proposta

Requerente:

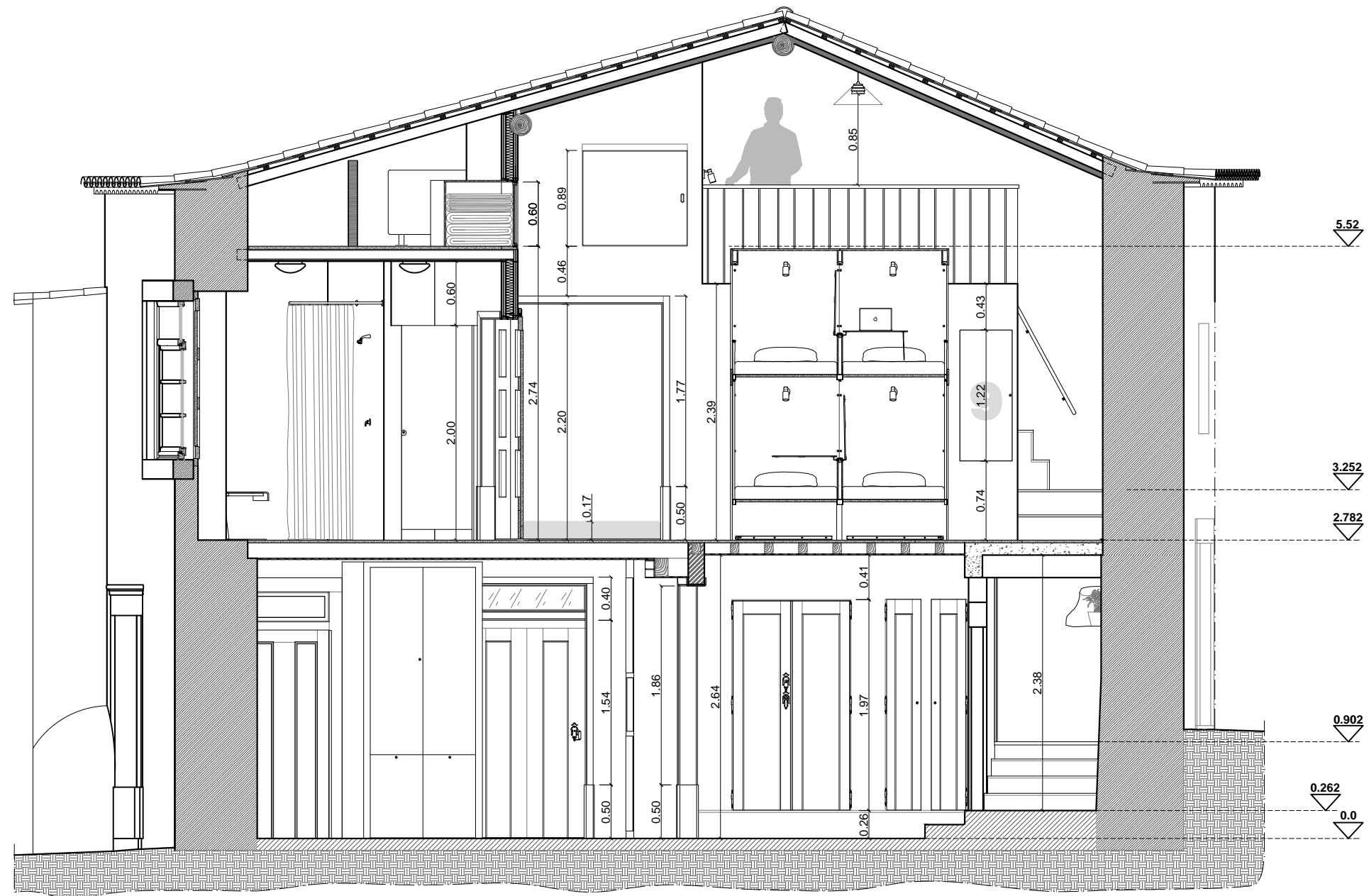
Câmara Municipal de Castelo Branco





Formato,
unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

C01



-  Avenaria de pedra ordinária de junta larga
-  Cantaria de granito
-  Tabique estrutura e fasquiado de madeira, preenchimento com material misto
-  Avenaria de tijolo

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Corte [E;E']
Proposta

Requerente:

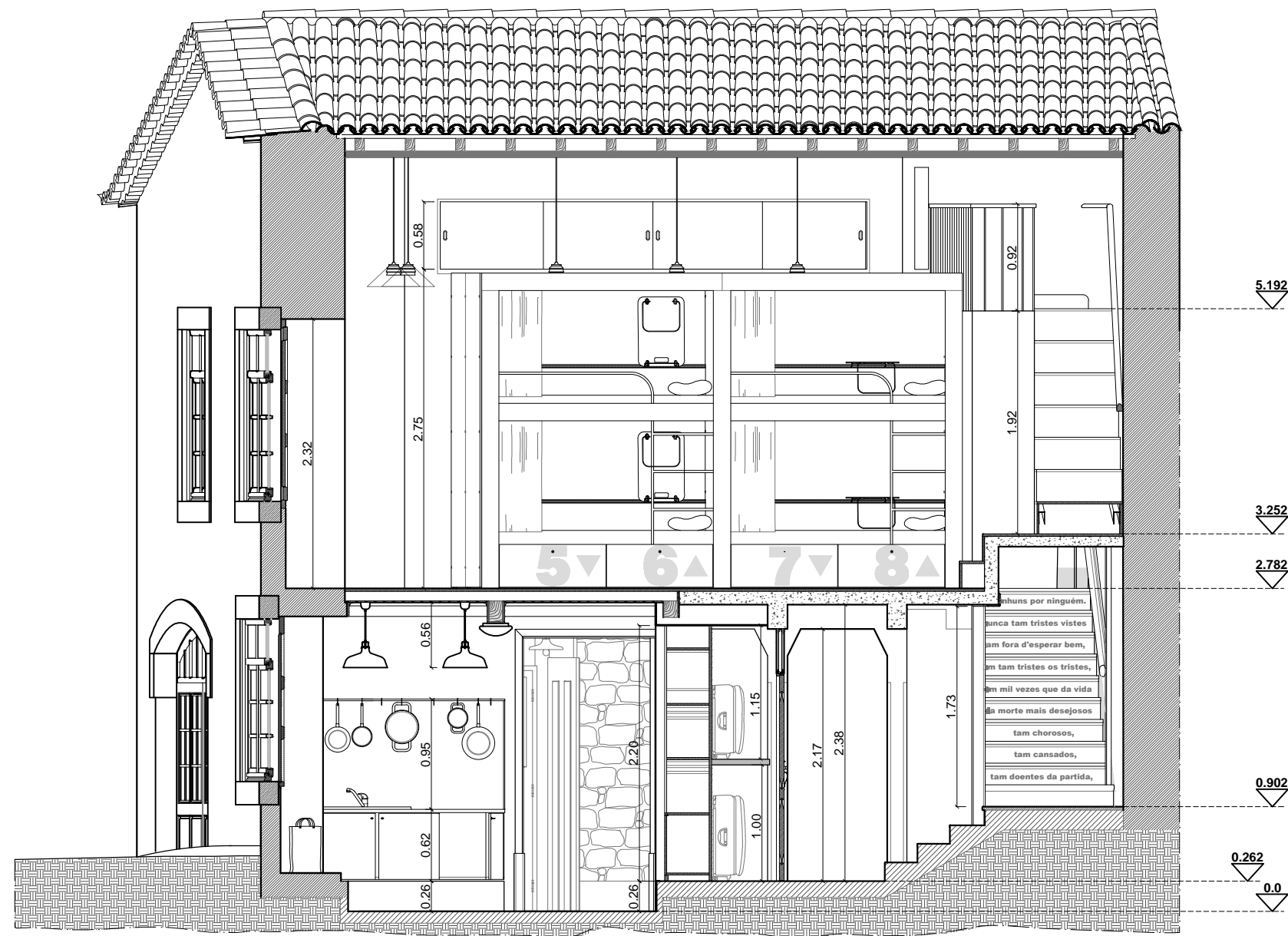
Câmara Municipal de Castelo Branco





Formato,
unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

C02



-  Avenaria de pedra ordinária de junta larga
-  Cantaria de granito
-  Tabique estrutura e fasquiado de madeira, preenchimento com material misto
-  Avenaria de tijolo

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Corte [F';F]
Proposta

Requerente:

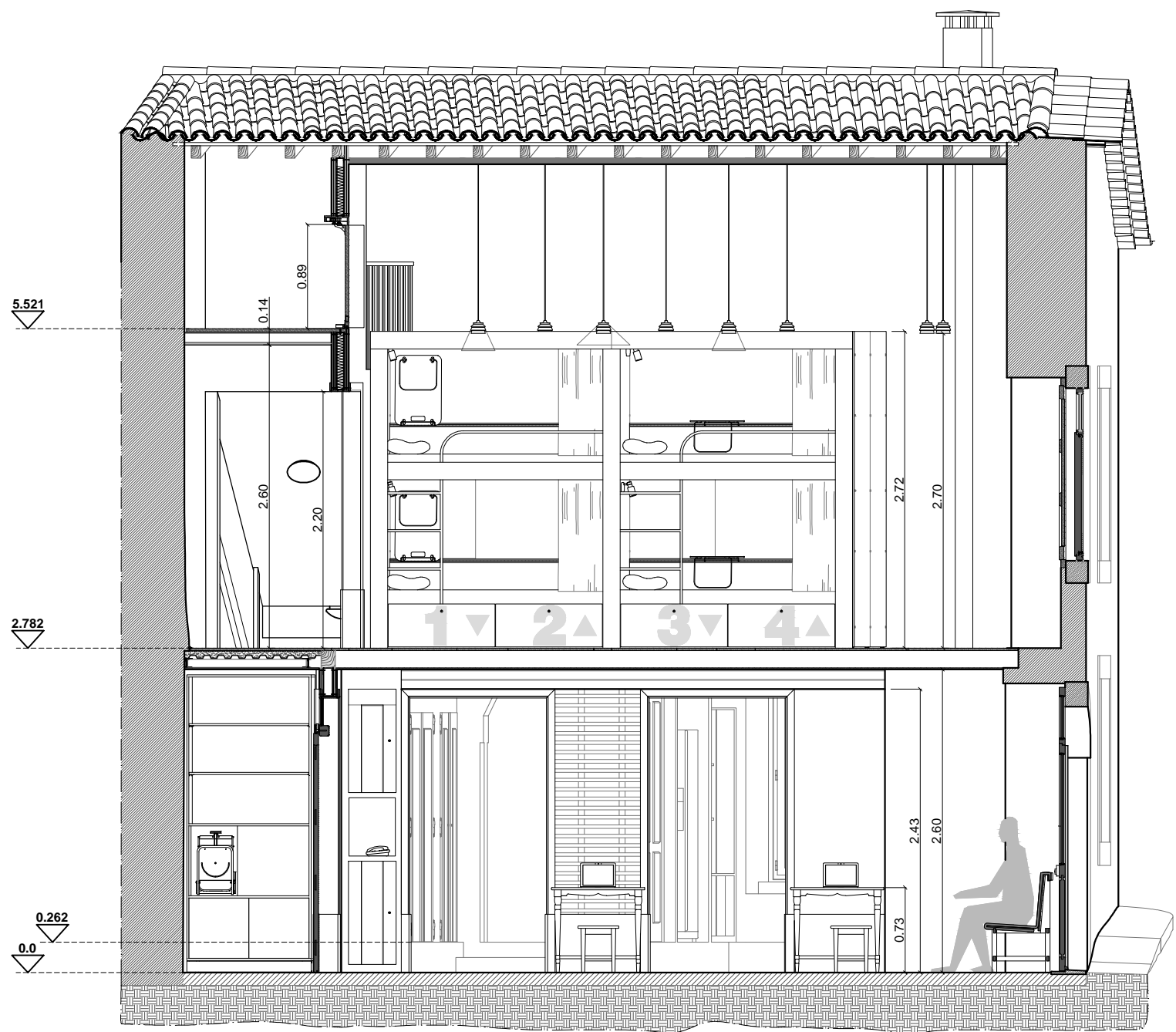
Câmara Municipal de Castelo Branco





Formato,
unidades: **A3 M**

Escala: **1/50**

Desenho:

C03



-  Alvenaria de pedra ordinária de junta larga
-  Cantaria de granito
-  Tabique estrutura e fasquiado de madeira, preenchimento com material misto
-  Alvenaria de tijolo

TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n.º33, Rua dos Chões n.º1, Travessa dos Chões n.º 3

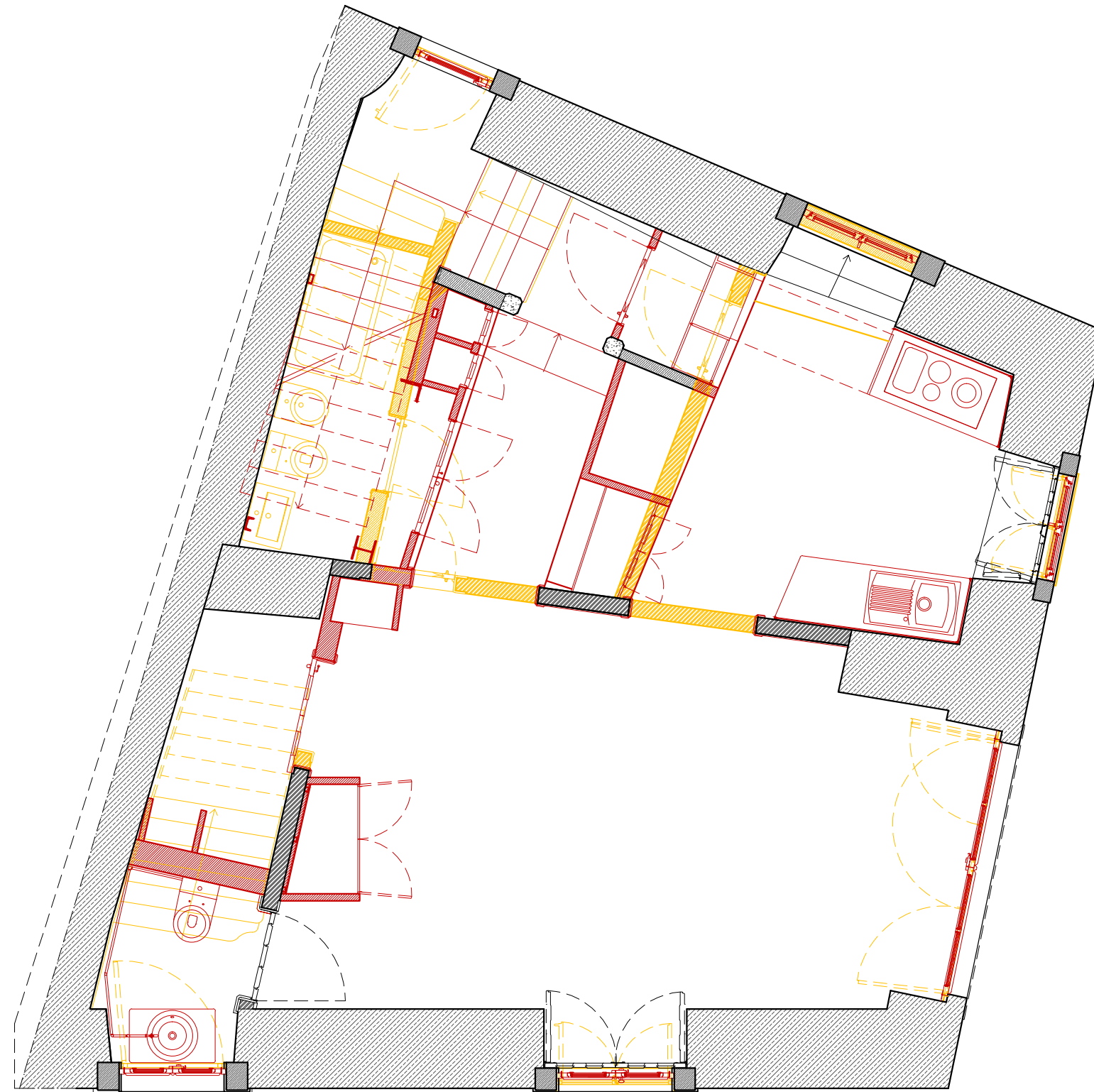
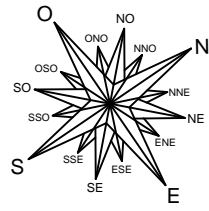
Descrição:
Corte [G;G']
 Proposta




Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:
C04



-  A manter
-  A demolir
-  A construir

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:
Planta Rés do Chão
Alterações

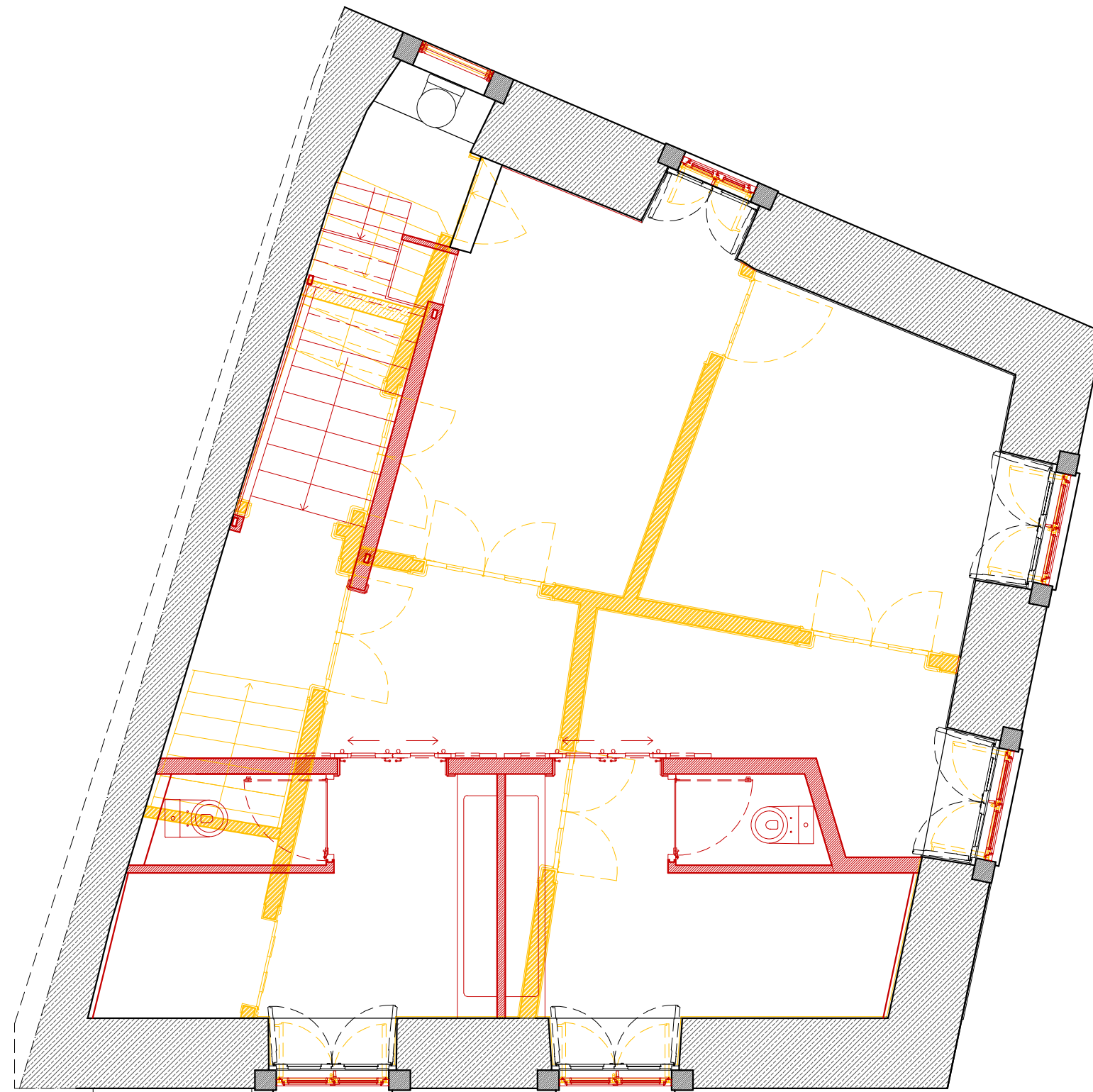
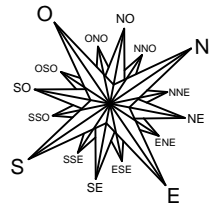
Requerente:
Câmara Municipal de Castelo Branco




Formato,
unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

Pa01



-  A manter
-  A demolir
-  A construir

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:
Planta 1^o Andar
Alterações

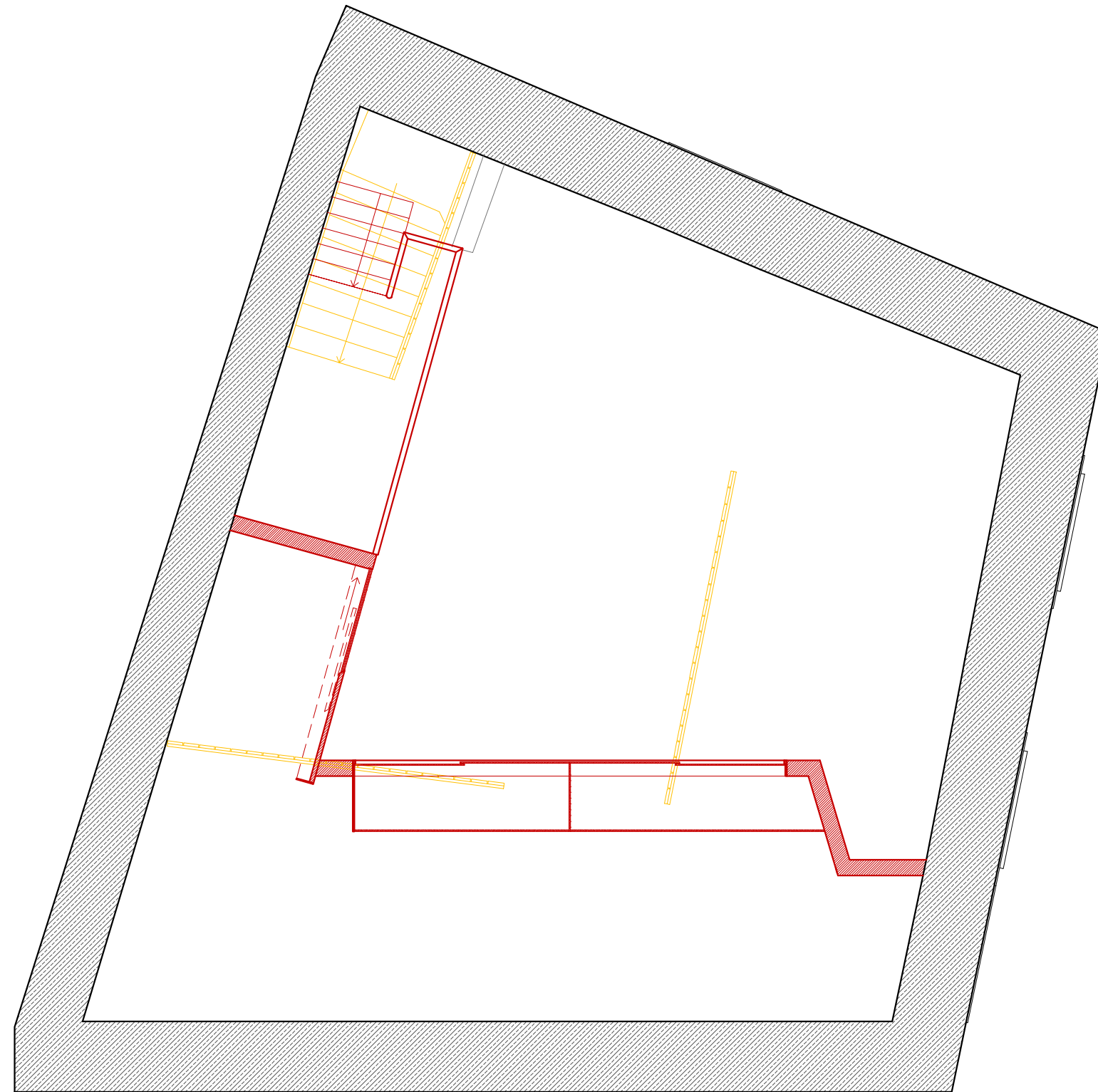
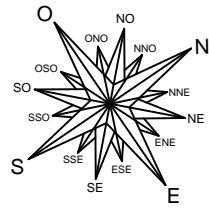
Requerente:
Câmara Municipal de Castelo Branco




Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

Pa02



-  A manter
-  A demolir
-  A construir

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:
Planta Mezanino
Alterações

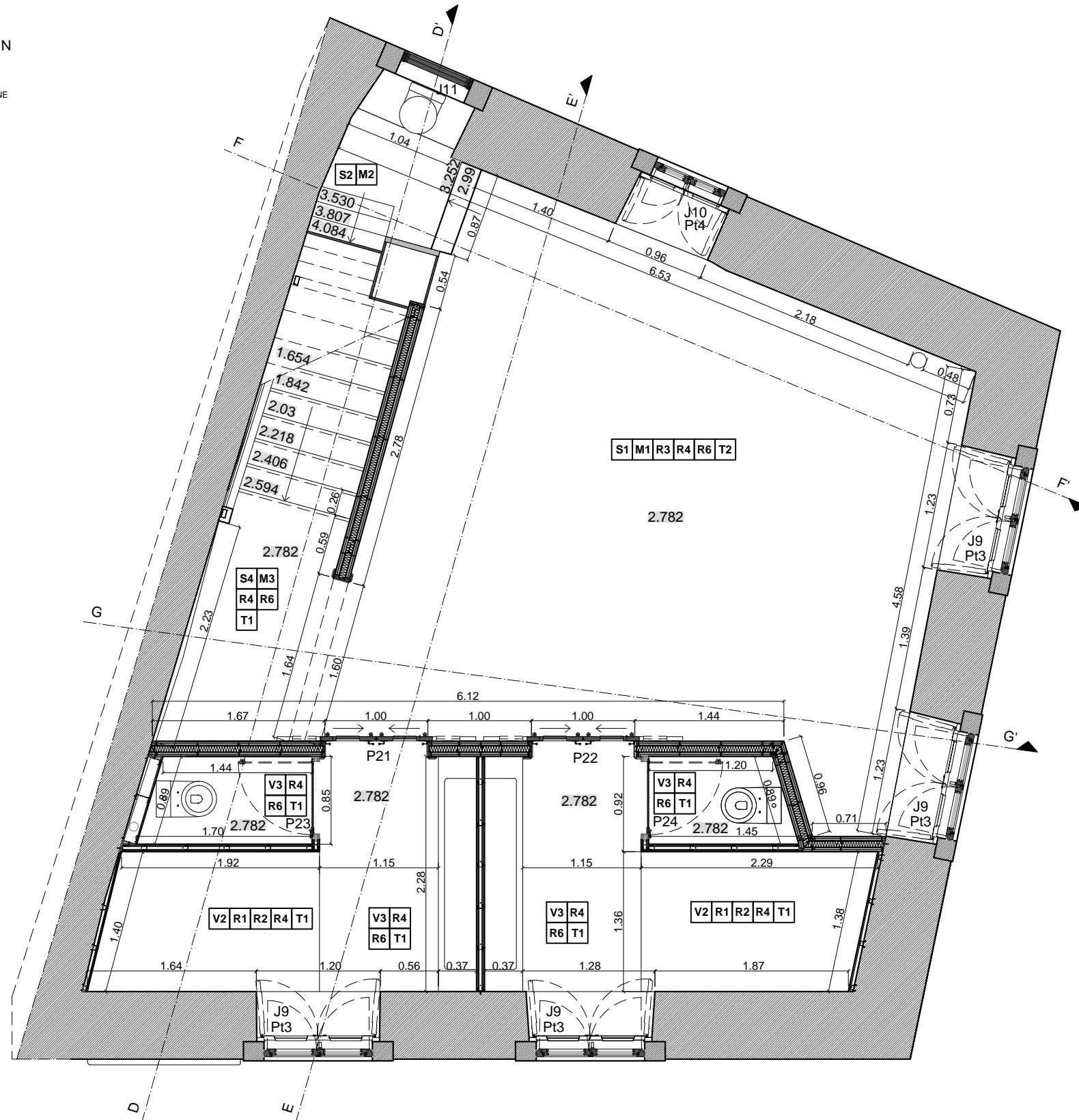
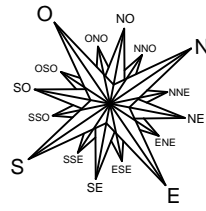
Requerente:
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades: **A3 M**

Escala: **1/50**

Desenho:

Pa03



V2 - Vinílico impermeável homogêneo antiderrapante para aplicação em áreas húmidas "Apricot - Granit Multisafe", referência 3476 334 da Tarkett, na cor de referência NCS - S 2030 Y50R (soldadura a quente na mesma cor), 2,5 mm de espessura total (2 mm de folha e 0,5 mm de rugosidades)

V3 - Vinílico acústico heterogêneo "Kraft - Tapiflex Excellence 65", referência 25014 008 da Tarkett, na cor bege de referência NCS - S 3010 Y (soldadura a quente na mesma cor), 3,05 mm de espessura total (0,65 mm camada de desgaste em PVC)

S1 - Soalho em madeira maciça de Jatobá com encaixe macho fêmea, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões das tábuas (variável): 40% - 190 X 20 mm (comprimento variável entre 500 e 2400mm); 20% - 160 X 20 mm (comprimento variável entre 500 e 2400mm); 20% - 130 X 20 mm (comprimento variável entre 500 e 2400mm); 10% - 100 X 20 mm (comprimento variável entre 500 e 2400mm); 10% - 80 X 20 mm (comprimento variável entre 500 e 2400mm).

S4 - Soalho em madeira maciça de Tauari (Carvalho Brasileiro) com encaixe macho fêmea, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões das tábuas: 190 X 20 mm (comprimento variável de acordo com as especificações do projeto).

M1 - Tábua de madeira maciça de Tauari (Carvalho Brasileiro), com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões das tábuas variável de acordo com as especificações do projeto, espessura de 20 mm.

M3 - Tábua de madeira maciça de Jatobá, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões de acordo com as especificações do projeto, espessura de 20 mm.

M4 - Tábua de madeira maciça de Jatobá, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões das tábuas: 25 mm de espessura, 299 mm de profundidade e comprimento de acordo com as especificações do projeto.

R1 - Revestimento vinílico para aplicação em áreas húmidas "Terracota - Aquarelle Wall HFS", referência 3942 029 da Tarkett, cor NCS - S 2030 Y50R

R2 - Revestimento vinílico para aplicação em áreas húmidas "Light beige - Aquarelle Wall HFS", referência 3942 031 da Tarkett, cor NCS - S 3010 Y

R3 - Revestimento decorativo em vinil aplicado à parede

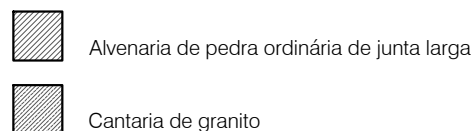
R4 - Pintura a tinta de silicatos branca de textura lisa e mate de referência NCS - S 0500 N

R5 - Pintura a tinta de silicatos de textura lisa e mate de referência NCS S 3560 Y70R (efeito rodapé)

R6 - Pintura a tinta plástica ecológica para gesso cartonado de base aquosa de acabamento branco mate, cor NCS S 0505 G80Y

T1 - Pintura a tinta plástica ecológica de base aquosa para gesso cartonado de acabamento branco mate, cor NCS S 0505 G80Y

T2 - Pintura a tinta plástica ecológica de base aquosa para gesso cartonado de acabamento branco mate, cor NCS S 0505 Y20R



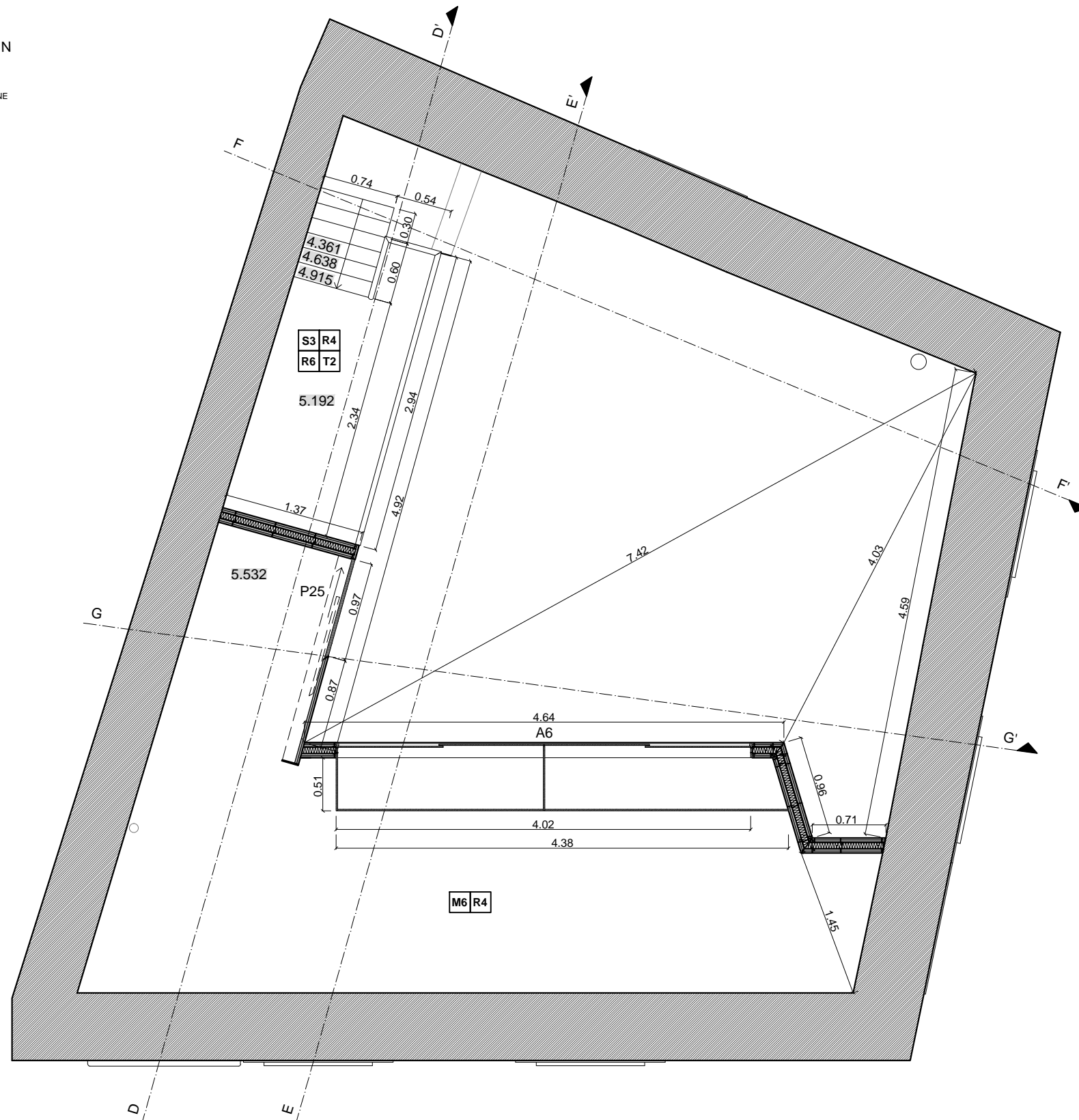
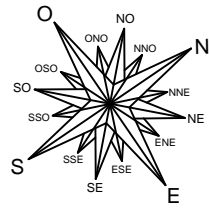
Pt3 - Portada interior - ver folha Lv17
 Pt4 - Portada interior - ver folha Lv18
 J9 - Janela de oscilobatente - ver folha V07
 J10 - Janela de oscilobatente - ver folha V08
 J11 - Janela de guilhotina - ver folha V09

P21 - Porta interior - ver folha V13
 P22 - Porta interior - ver folha V13
 P23 - Porta interior - ver folha V14
 P24 - Porta interior - ver folha V14



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta Mª nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3
 Descrição:
Planta base cotada 1º Andar
 Proposta
 Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M
 Escala:
1/50
 Desenho:
Pc02



S2 - Soalho em madeira maciça de Jatobá com encaixe macho fêmea, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões das tábuas: 100 X 18 mm (comprimento variável de acordo com as especificações do projeto).

S3 - Soalho em madeira maciça de Jatobá com encaixe macho fêmea, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões das tábuas: 160 X 20 mm (comprimento variável de acordo com as especificações do projeto).

M2 - Tábua de madeira maciça de Jatobá, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões de acordo com as especificações do projeto, espessura de 18 mm.


M5 - Tábua de madeira maciça de Jatobá, com aplicação de primário aquoso e posterior acabamento afagado e pintura com verniz aquoso de dois componentes, incolor mate, de elevada resistência ao desgaste e à humidade. Dimensões das tábuas: 20 mm de espessura, 170 mm de profundidade e comprimento de acordo com as especificações do projeto.

M6 - Placa de contraplacado de bétula com tratamento hidrófugo e fungicida. Dimensões das placas: 1200 X 1200 X 30 mm

R4 - Pintura a tinta de silicatos branca de textura lisa e mate de referência NCS - S 0500 N

R6 - Pintura a tinta plástica ecológica para gesso cartonado de base aquosa de acabamento branco mate, cor NCS S 0505 G80Y

T2 - Pintura a tinta plástica ecológica de base aquosa para gesso cartonado de acabamento branco mate, cor NCS S 0505 Y20R

 Alvenaria de pedra ordinária de junta larga

P25 - Porta interior - ver folha V15
A6 - Armário - ver folha V19

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:
Planta base cotada Mezanino
Proposta

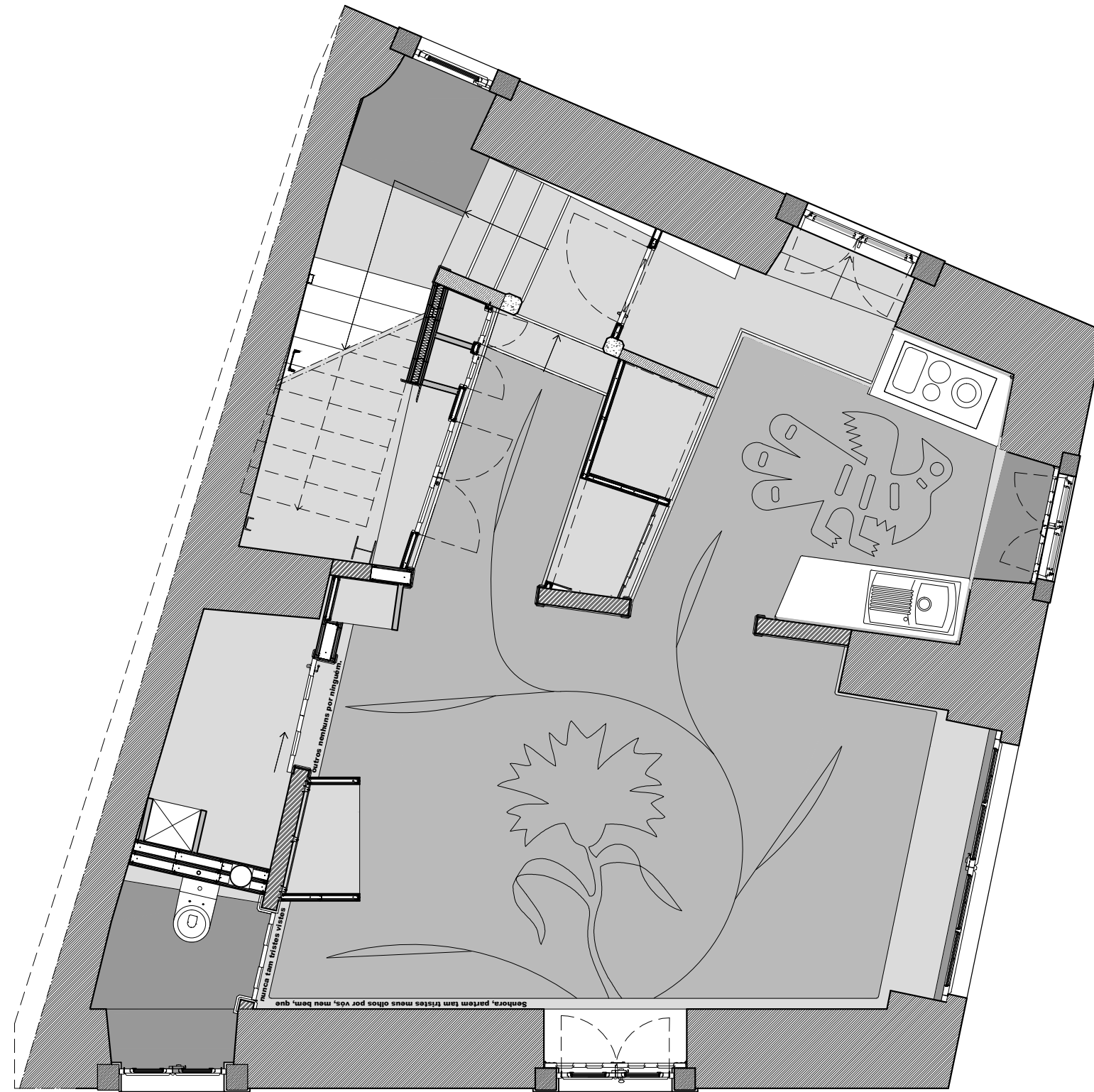
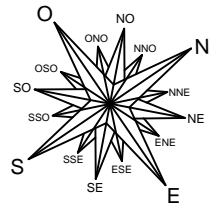
Requerente:
Câmara Municipal de Castelo Branco




Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

Pc03



-  Pavimento autonivelante de base cimentícia com 5 mm de espessura total de acabamento de aspeto "cimento natural"
-  Vinílico homogéneo "Tisse - Tapiflex Essential", referência 25022 013 da Tarkett, na cor de referência NCS - S 0510 G90Y (soldaduras de união entre folhas na mesma cor). 3,3 mm de espessura total (0,5 mm camada de desgaste). Desenhos em cordão de soldadura de 4mm na cor NCS - S3040 G70Y
-  Laje de Granito (pré-existente)

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta Rés do Chão

Pavimentos

Requerente:

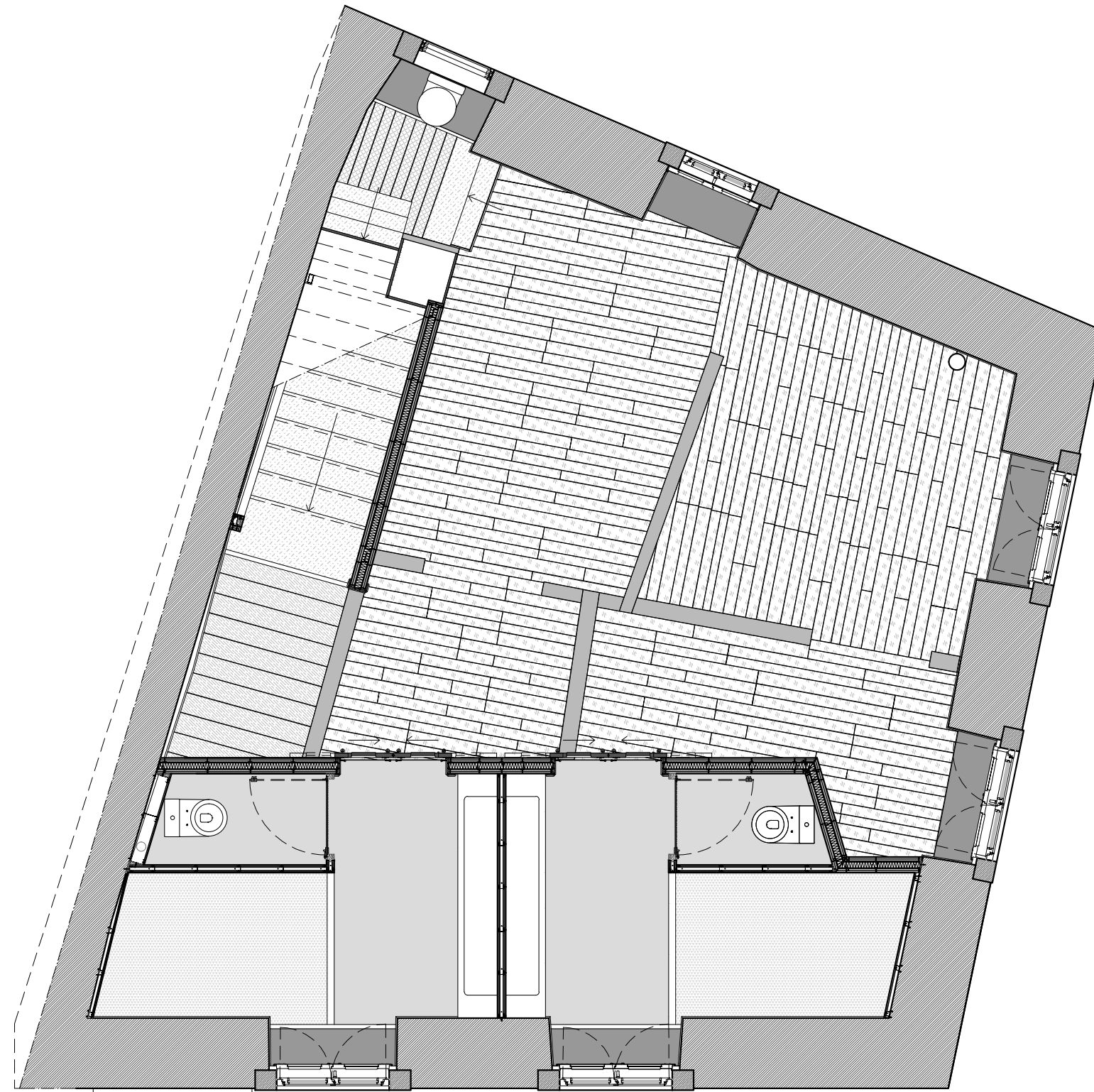
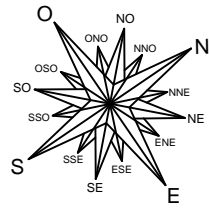
Câmara Municipal de Castelo Branco





Formato,
unidades:
A3 M





Escala:
1/50

Desenho:

Pp01



-  Laje de Granito (pré-existente)
-  Soalho em madeira maciça de Jatobá. 18 mm espessura e 100 mm de largura.
-  Soalho em madeira maciça de Jatobá. 20 mm espessura, largura variável.
-  Soalho em madeira maciça de Tauari (Carvalho Brasileiro). 20 mm espessura e 190 mm de largura.

-  Tábua de madeira maciça de Jatobá.
-  Tábua em madeira maciça de Tauari de 20 mm de espessura, dimensões variáveis
-  Vinílico homogéneo "Tisse - Tapiflex Essencial", ref. 25022 013 da Tarkett, cor ref. NCS - S 0510 G90Y. 3,3 mm de espessura total
-  Vinílico impermeável homogéneo antiderrapante "Apricot - Granit Multisafe", ref. 3476 334 da Tarkett, cor ref. NCS - S 2030 Y50R. 2,5 mm de espessura total

TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

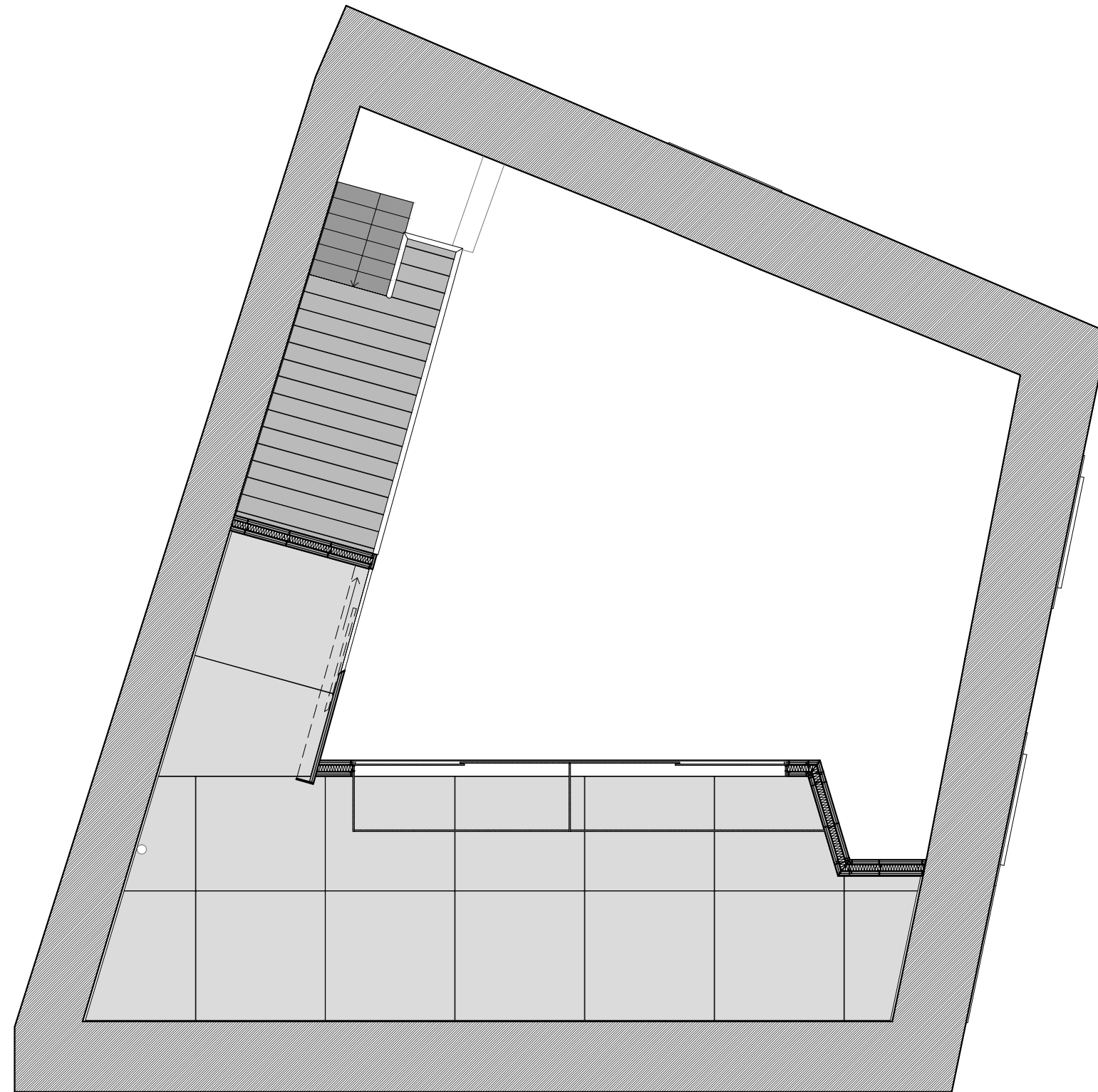
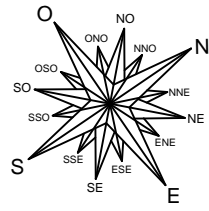
Descrição:
Planta 1^o Andar
 Pavimentos

Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:
Pp02



- Placas de contraplacado de Bétula com tratamento hidrófugo e fungicida de dimensões 1200 X 1200 X 30 mm
- Soalho em madeira maciça de Jatobá de encaixe macho fêmea com 20 mm espessura e 160 mm de largura, comprimento máximo de 1340 mm
- Degraus em madeira maciça de Jatobá com 20 mm espessura

TF
 Teresa Furtado
32006121
 MDI - 2013/2015

Escola Superior de Artes Aplicadas
 Faculdade de Belas-Artes
 Universidade de Lisboa

AMATO LUSTIANO

Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta Mezanino
 Pavimentos

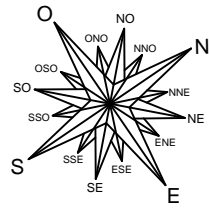
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:
Pp03



- 01 - Torneira de latão (reutilizada da antecâmara)
- 02 - Lavatório de pousar circular Ø 470 mm X 15mm, em porcelana com acabamento vítreo de cor branca "Newday", ref. 113350 da Sanindusa, com válvula tic tac, sifão cilíndrico lacado branco
- 03 - Mesa de apoio ao lavatório, estrutura em madeira maciça, tampo em granito de Alcains (ver folha E04); 800 X 500 X 735 mm
- 04 - Cestos (2) em rota com moldura em pinho "BRANÁS", ref.001.384.32 da IKEA; 320 X 340 X 320 mm
- 05 - Dispensador de papel em aço 8/10 lacado a branco "Delabie", para rolo de 400m; Ø 320 mm X 135 mm;
- 06 - Canalização de águas frias "à vista", em tubagem de cobre Ø 3/4", na sua cor natural
- 07 - Sanita compacta com descarga horizontal "Proget" de acabamento vítreo branco, ref. 114021 da Sanindusa;
- 08 - Módulo de arrumação móvel
- 09 - Módulo de arrumação fixo
- 10 - Máquina de lavar roupa com 12 kg de capacidade, eficiência energética classe A ou superior
- 11 - Máquina de secar roupa de 8 kg de capacidade, eficiência energética classe A ou superior
- 12 - Kit de montagem em coluna com apoio extensível "Scan Parts", ref. 2912439 da Worten
- 13 - Módulo de arrumação com tábua de passar roupa integrada, ver folha E10
- 14 - Módulo de receção com arrumação e mesa extraível integrada
- 15 - Módulo de arrumação (ver folha V18)
- 16 - Mesa de apoio (ver folha E03)
- 17 - Banco de madeira (ver folha E01)
- 18 - Mesa de refeições desdobrável (ver folha E05)
- 19 - Banco corrido (ver folha E06)
- 20 - Móvel de apoio ao lava louça (ver folha E08)
- 21 - Lava-louça cerâmico tipo modelo "Lusitano", ref. 7220, cor branca, da Sanindusa
- 22 - Torneira misturadora de acabamento cromado com bica giratória tipo modelo "Alfa", ref. 5003001, da Sanindusa
- 23 - Ecopontos e lixo comum (ver anexo página 407)
- 24 - Frigorífico tipo americano de classe energética A ou superior
- 25 - Móvel de apoio ao fogão e forno (ver folha E09)
- 26 - Placa vitrocerâmica de indução tipo modelo "IF-ZONE90S" da Fagor
- 27 - Exaustor extraível tipo modelo "3CC-239EX" da Fagor, 900 X 120 X 300mm
- 28 - Módulo de arrumação (ver folha E07)
- 29 - Módulo de arrumação com bancada rebatível integrada (ver folha E07)
- 30 - Estor de rolo tipo modelo "TecnoroI mini", acionado por corrente, com tela translúcida de poliéster com contrapeso oculto tipo modelo "Nilo", ref. NL01 da Controsol. Dimensões: 1230 X 1750mm
- 31 - Estante (ver folha D02)
- 32 - Bloco de cacifos (ver folha V17)
- 44 - Porta piaçaba cerâmico de acabamento vítreo branco do tipo ref. "4009" e piaçaba tipo ref. "4011" da Sanindusa.

Mais informações sobre equipamento e componentes no anexo 4

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta Rés do Chão
Equipamento

Requerente:

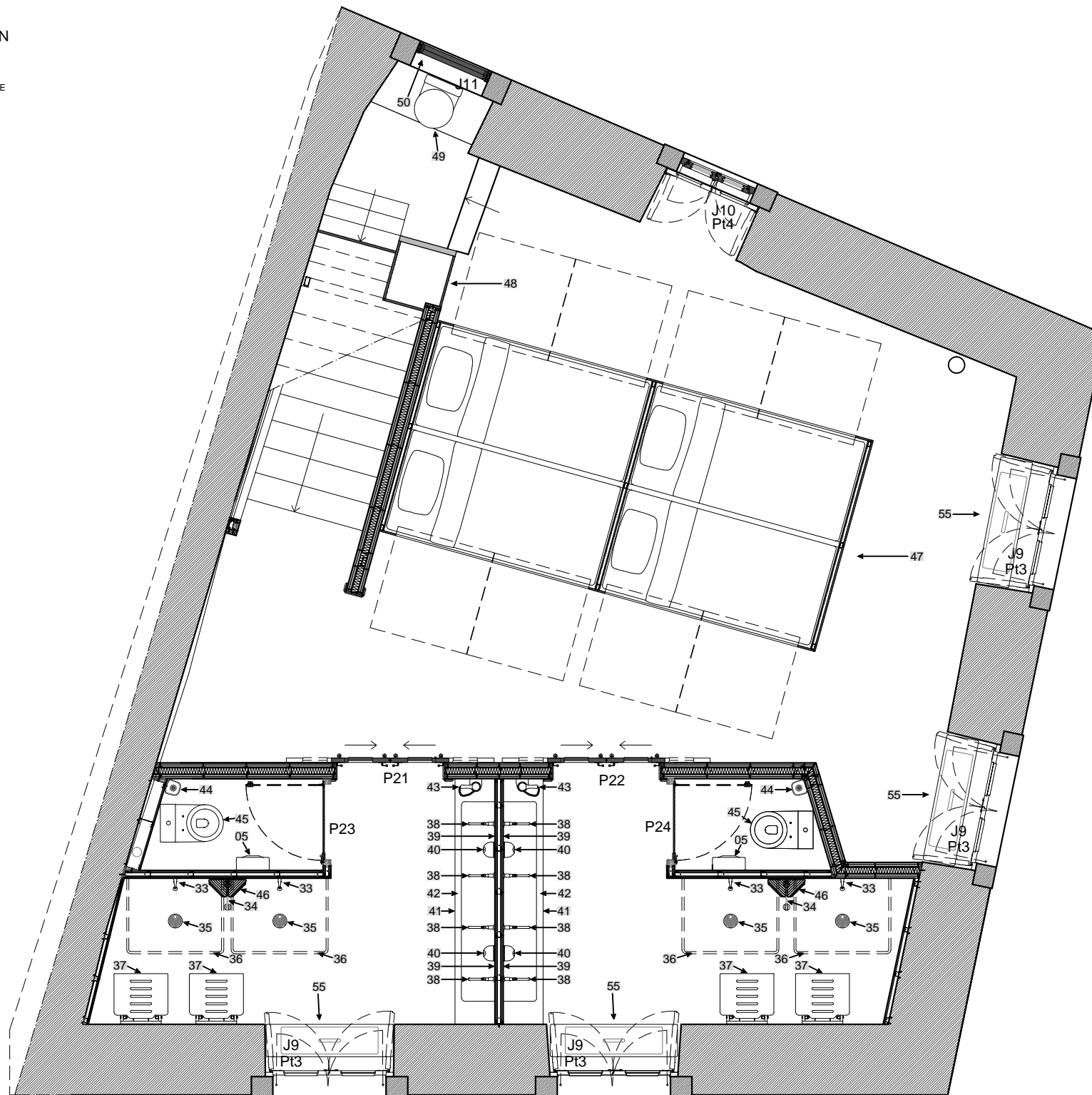
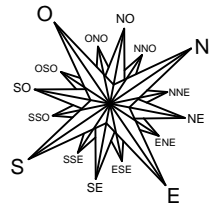
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

Pe01



- 05 - Dispensador de papel em aço 8/10 lacado a branco "Delabie", para rolo de 400m; Ø 320 mm X 135 mm;
- 33 - Misturadora de encastrar "Alfa", ref. 5001701 da Sanindusa;
- 34 - Resguardo em vidro temperado laminado fosco incolor com 10 mm de espessura;
- 35 - Sifão e respetiva grelha do tipo "modelo minimax de referências 1416 002 e 1417 011 da Tarkett"
- 36 - Calha para cortina de banho
- 37 - Banco rebatível do tipo "modelo de referência IN.12.046.B da JNF"
- 38 - Torneira misturadora de parede com bica inferior giratória, acabamento cromado, tipo "modelo de referência 118 42 003, da Bruma"
- 39 - Espelho com aro em alumínio, 450 X 900mm
- 40 - Doseador de sabão de 1L de parede, a infravermelhos com pilha, do tipo "modelo Luxe, ref. 41537 da Sanindusa
- 41 - Móvel de arrumação de suporte ao lavatório (ver folha E12)
- 42 - Lavatório em pedra de granito
- 43 - Secador de cabelo com suporte de parede em ABS do tipo ref. "41536" da Sanindusa
- 44 - Porta piaçaba cerâmico de acabamento vitreo branco do tipo ref. "4009" e piaçaba tipo ref. "4011" da Sanindusa.
- 45 - Sanita compacta com descarga vertical "Proget" de acabamento vitreo branco, ref. 114021 da Sanindusa;
- 46 - Grelha saboneteira de canto em latão cromado tipo modelo "Luxe", ref. 41502 da Sanindusa
- 47 - Bloco de beliches (ver folha E11)
- 48 - Cacifo
- 49 - Banco
- 50 - Estor de rolo tipo modelo "Tecnorol mini", acionado por corrente, com tela "black out" de poliéster com contrapeso oculto tipo modelo "Cairo", ref. CR01 da Controsol. Dimensões: 720 X 1000mm
- 55 - Banco com arrumação em Pinho, do tipo "modelo RYSSY, ref. 602.940.66 da IKEA". Dimensões: 1180 X 300 X 450mm

Mais informações sobre equipamento e componentes no anexo 4

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta 1^o Andar
Equipamento

Requerente:

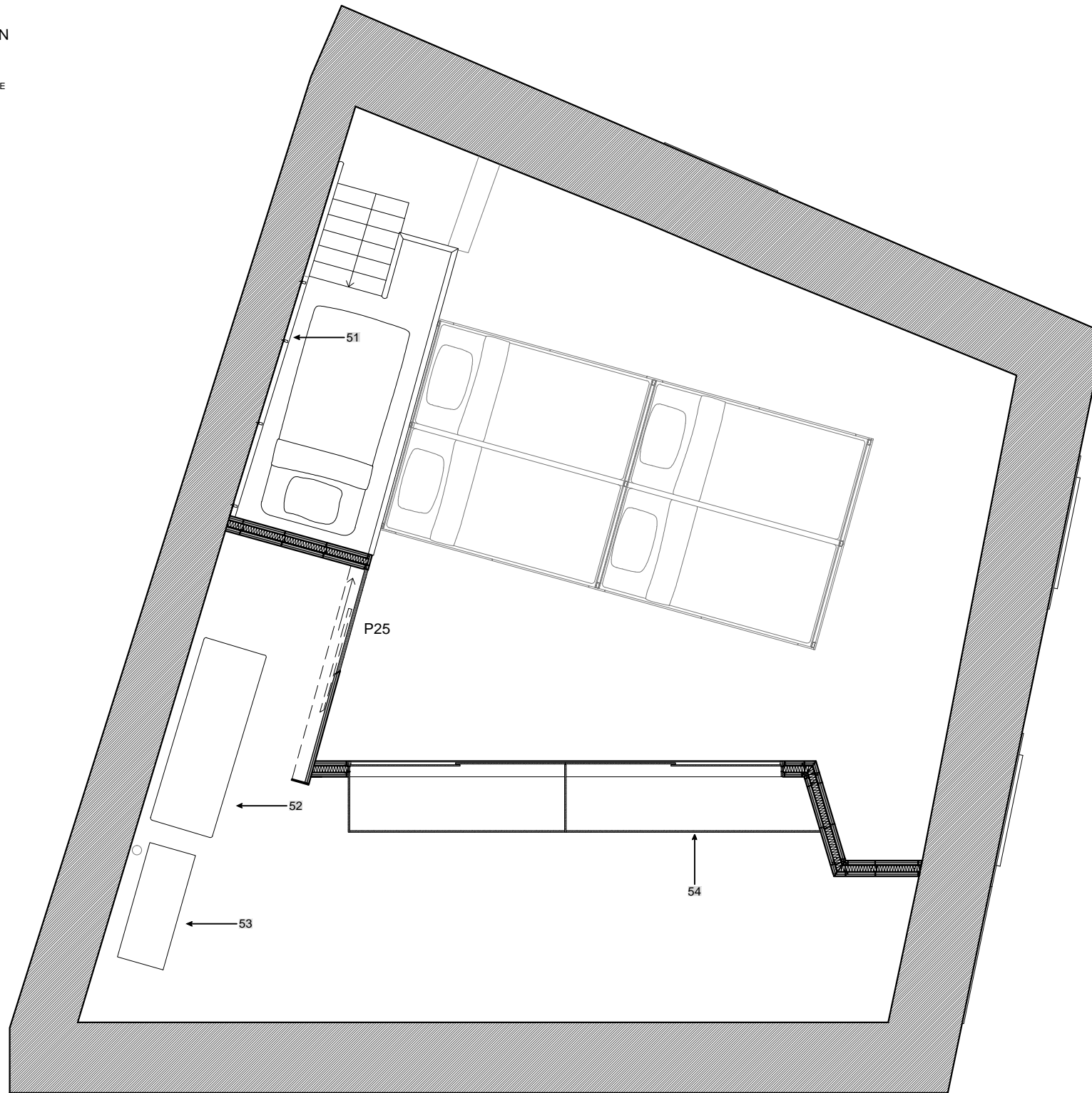
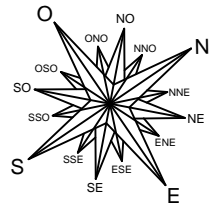
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

Pe02



- 51 - Corrimão, ver folha Dc05
- 52 - Termoacumulador
- 53 - Unidade de ar condicionado
- 54 - Armário de arrumo de roupas de cama (acesso pelo dormitório) ver folha V19

Mais informações sobre equipamento e componentes no anexo 4

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Planta Mezanino

Equipamento

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:
A3 M

Escala:
1/50

Desenho:

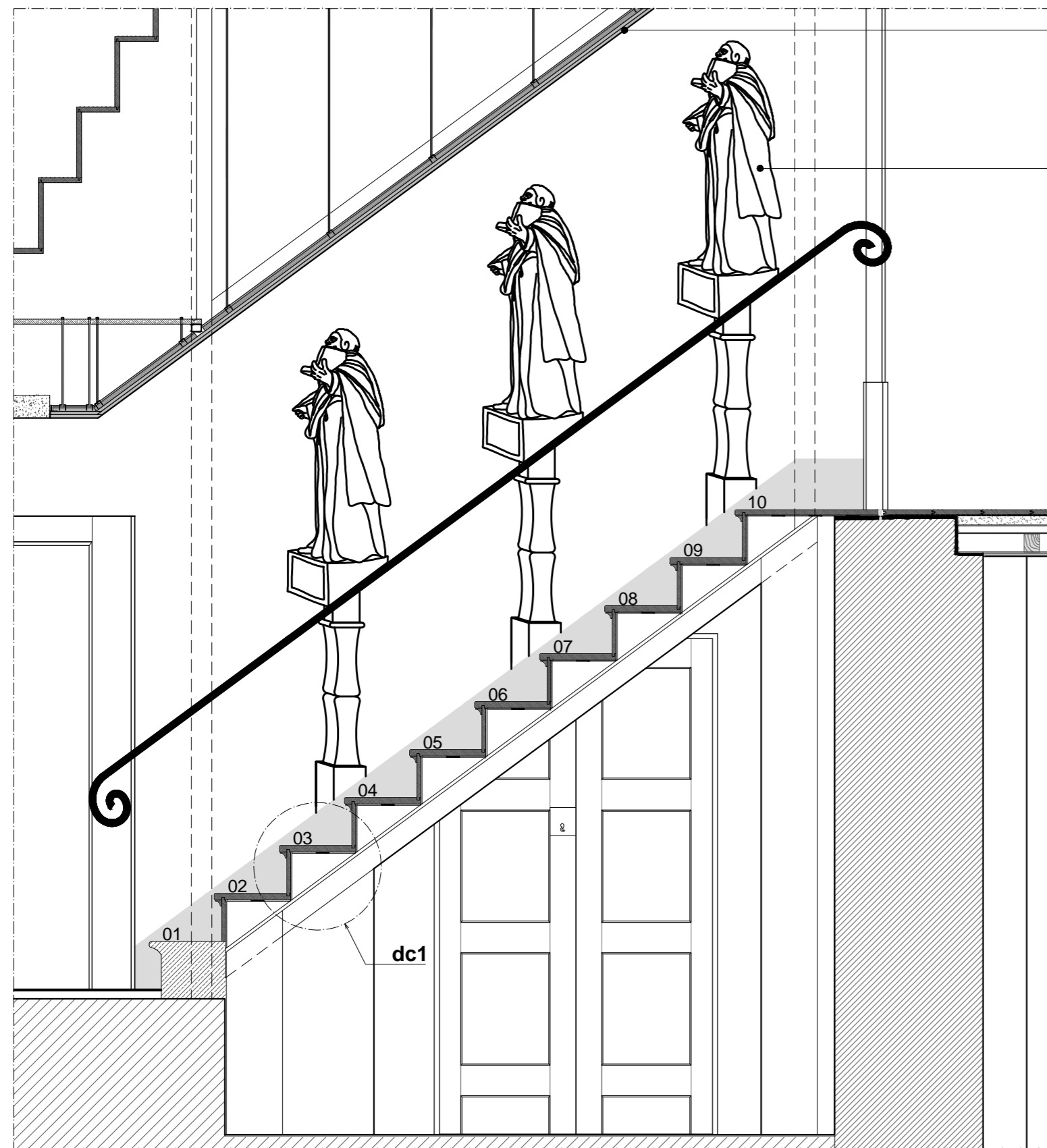
Pe03

PEÇAS DESENHADAS

SÉRIES D e Dc - Proposta

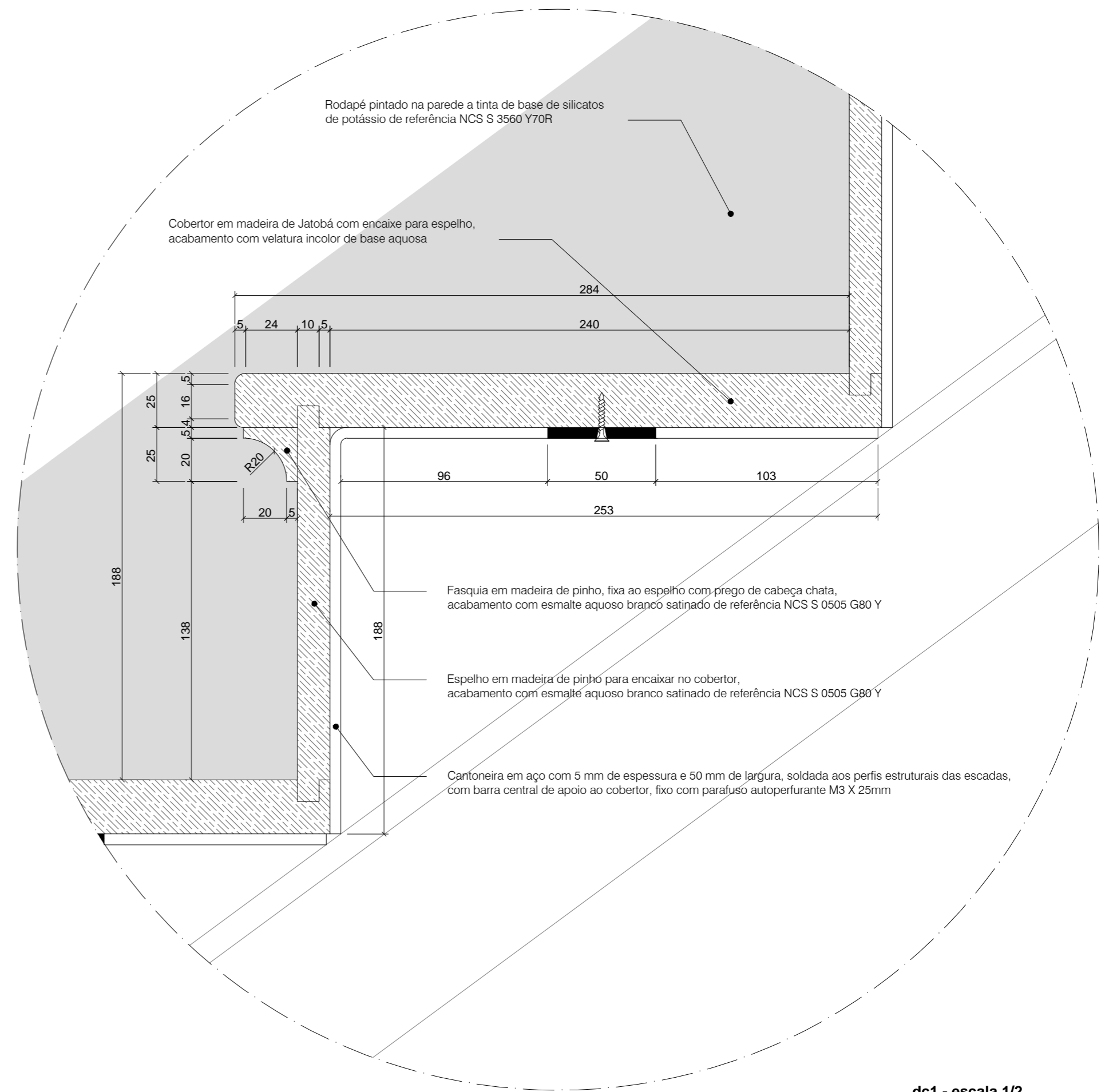
- D01 - Planta de escadas
- D02a - Planta cozinha 1/20 (RC)
- D02b - Corte [a;a'] - cozinha 1/20 (RC)
- D02c - Corte [b';b] - cozinha 1/20 (RC)
- D02d - Corte [c;c'] - cozinha 1/20 (RC)

- Dc01 - Isolamento da cobertura 1/2
- Dc02 - Laje mista revestida a vinílico 1/2 (1ºA)
- Dc03 - Revestimentos da área dos duches 1/2 (1ºA)
- Dc04 - Perfis de transição 1/1 (1ºA)
- Dc05 - Corrimãos (mezanino)

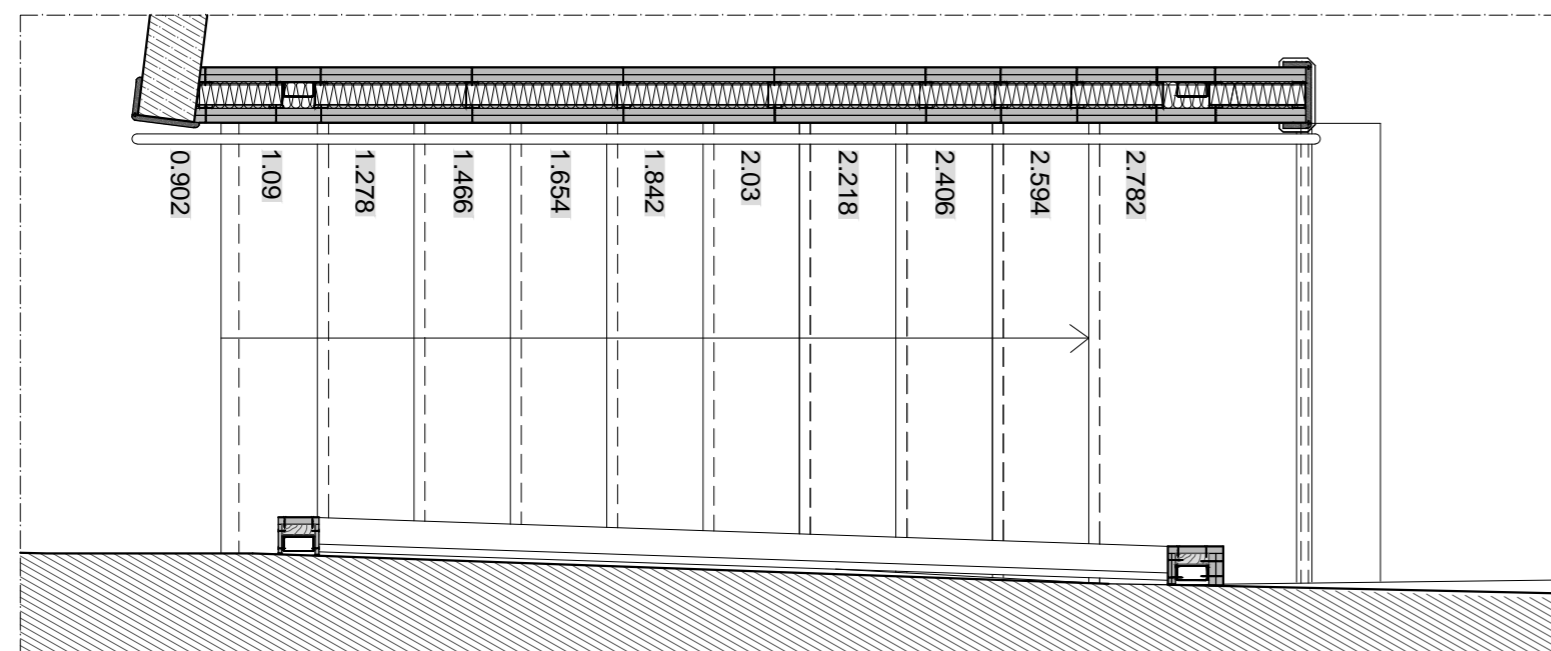


Teto falso em gesso cartonado constituído por duas placas de 13mm

Figuras estilizadas em vinil recortado colado à parede



dc1 - escala 1/2
(detalhe do degrau)



0.902
1.09
1.278
1.466
1.654
1.842
2.03
2.218
2.406
2.594
2.782

TF
Teresa Furtado
33066121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta Mª nº 33, Rua dos Chões nº 1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Planta de escadas

Proposta

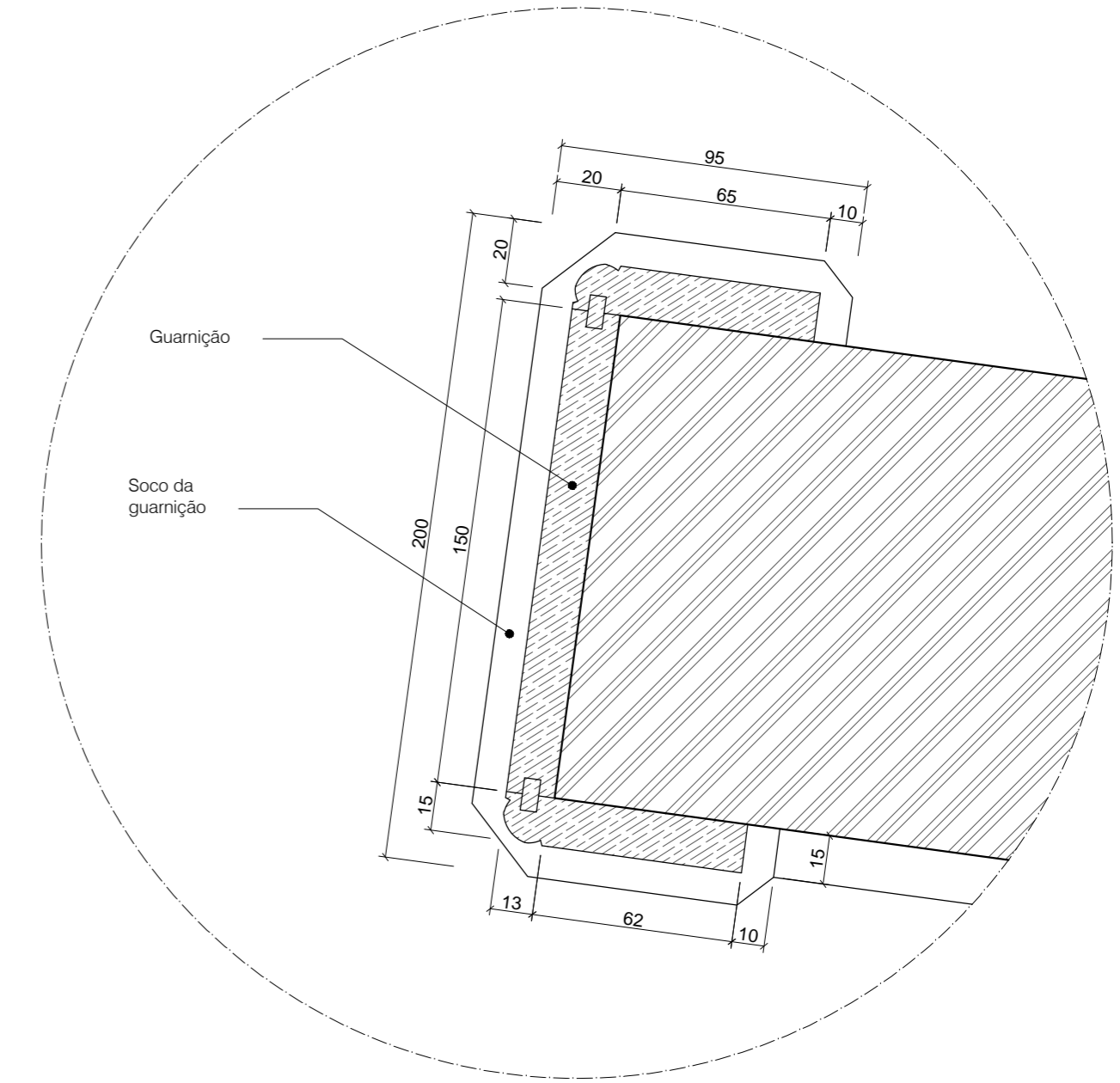
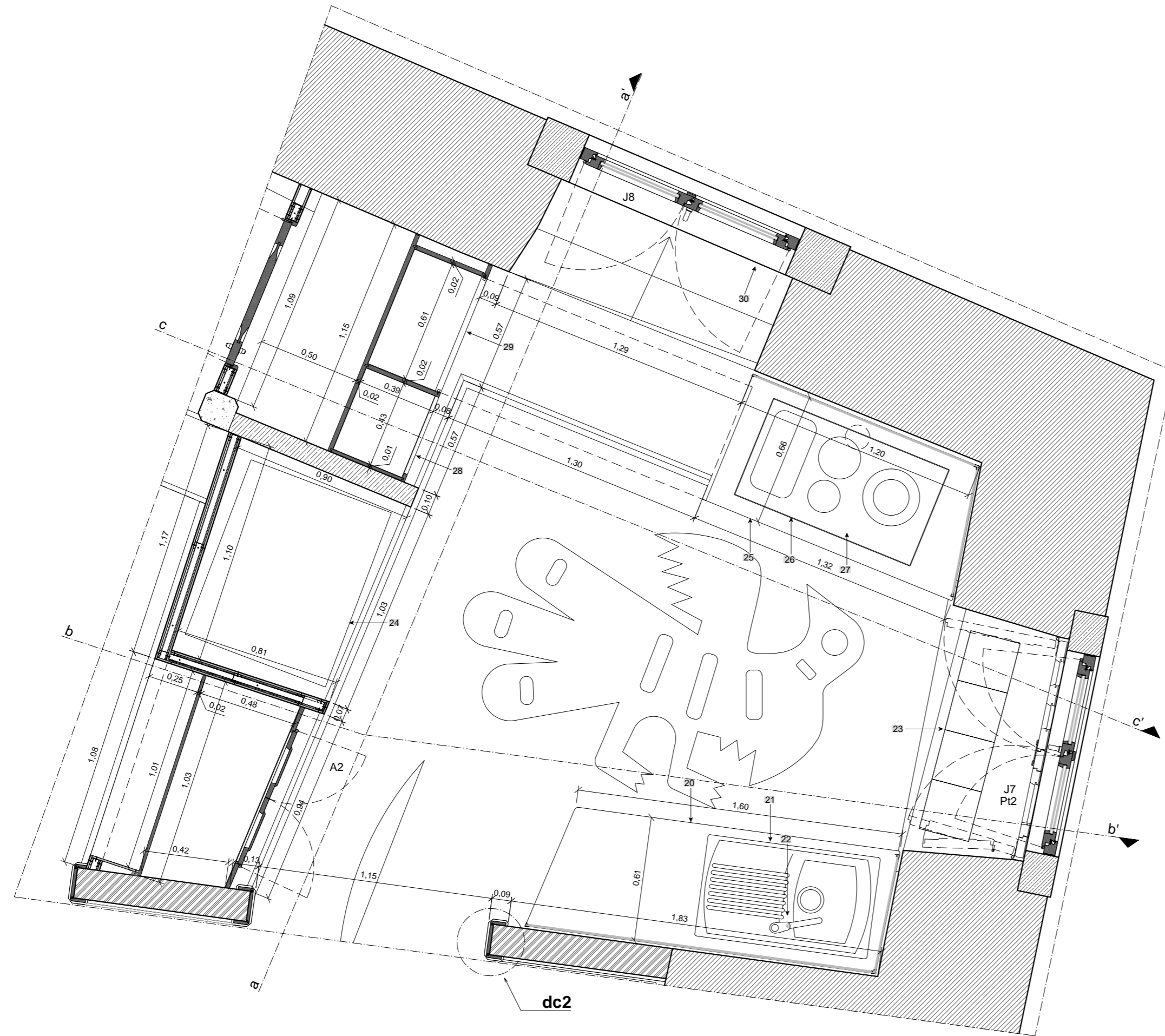
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:
A2 M

Escala:
1/20;1/2

Desenho:
D01



dc2 - escala 1/2
(detalhe da guarnição do vão)

20 - Móvel de apoio ao lava louça (ver folha E08)

21 - Lava-louça cerâmico tipo modelo "Lusitano", ref. 7220, cor branca, da Sanindusa

22 - Torneira misturadora de acabamento cromado com bica giratória tipo modelo "Alfa", ref. 5003001, da Sanindusa

23 - Ecopontos e lixo comum (ver anexo página 407)

24 - Frigorífico tipo americano de classe energética A ou superior, dimensões máximas: 740mm profundidade, 920mm largura e 1900mm altura.

25 - Móvel de apoio ao fogão e forno (ver folha E08)

26 - Placa vitrocerâmica de indução tipo modelo "IF-ZONE90S" da Fagor

27 - Exaustor extraível tipo modelo "3CC-239EX" da Fagor, 900 X 120 X 300mm

28 - Módulo de arrumação (ver folha E07)

29 - Módulo de arrumação com bancada rebatível integrada (ver folha XX)

30 - Estor de rolo tipo modelo "Tecnorol mini", acionado por corrente, com tela translúcida de poliéster com contrapeso oculto tipo modelo "Nilo", ref. NL01 da Controsol. Dimensões: 1230 X 1750mm

OBS: Desenhos no pavimento vinílico elaborados com cordão de soldadura com 4 mm de espessura, na cor de referência NCS S 3040 G70Y

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta Mª nº 33, Rua dos Chões nº 1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Cozinha

Proposta

Requerente:

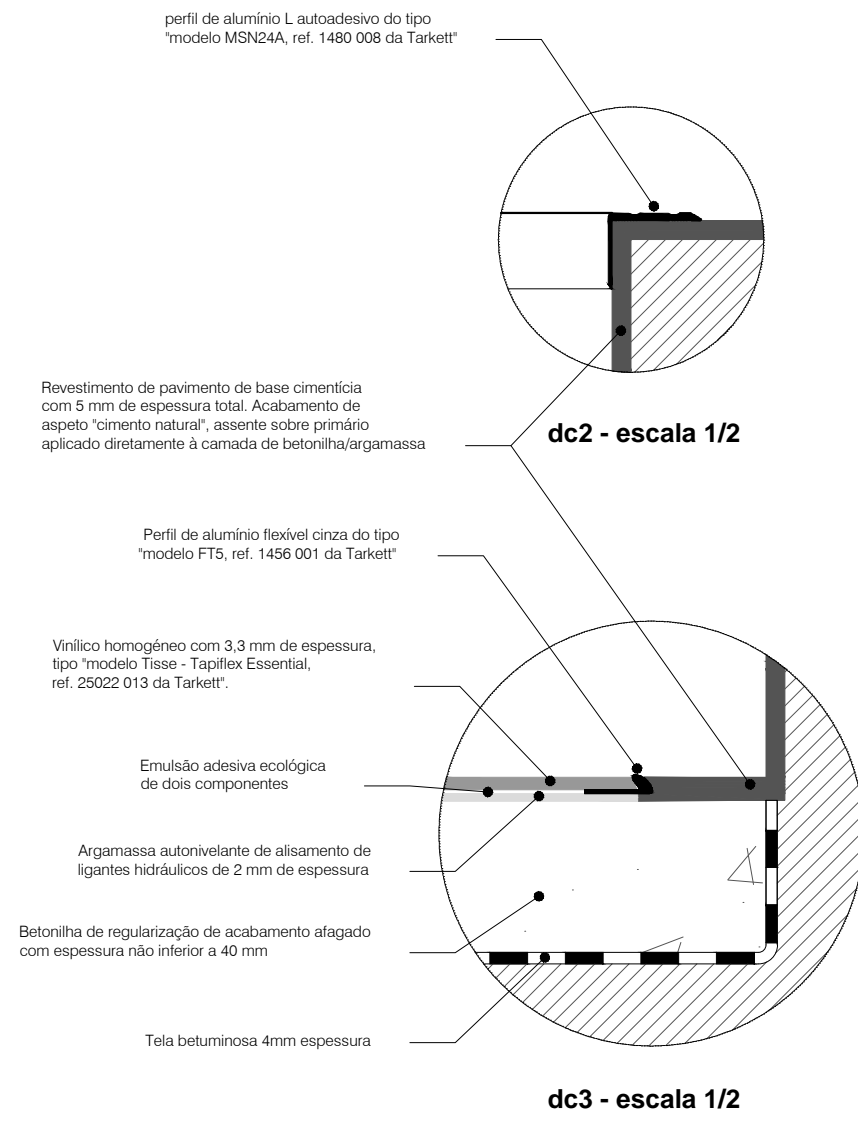
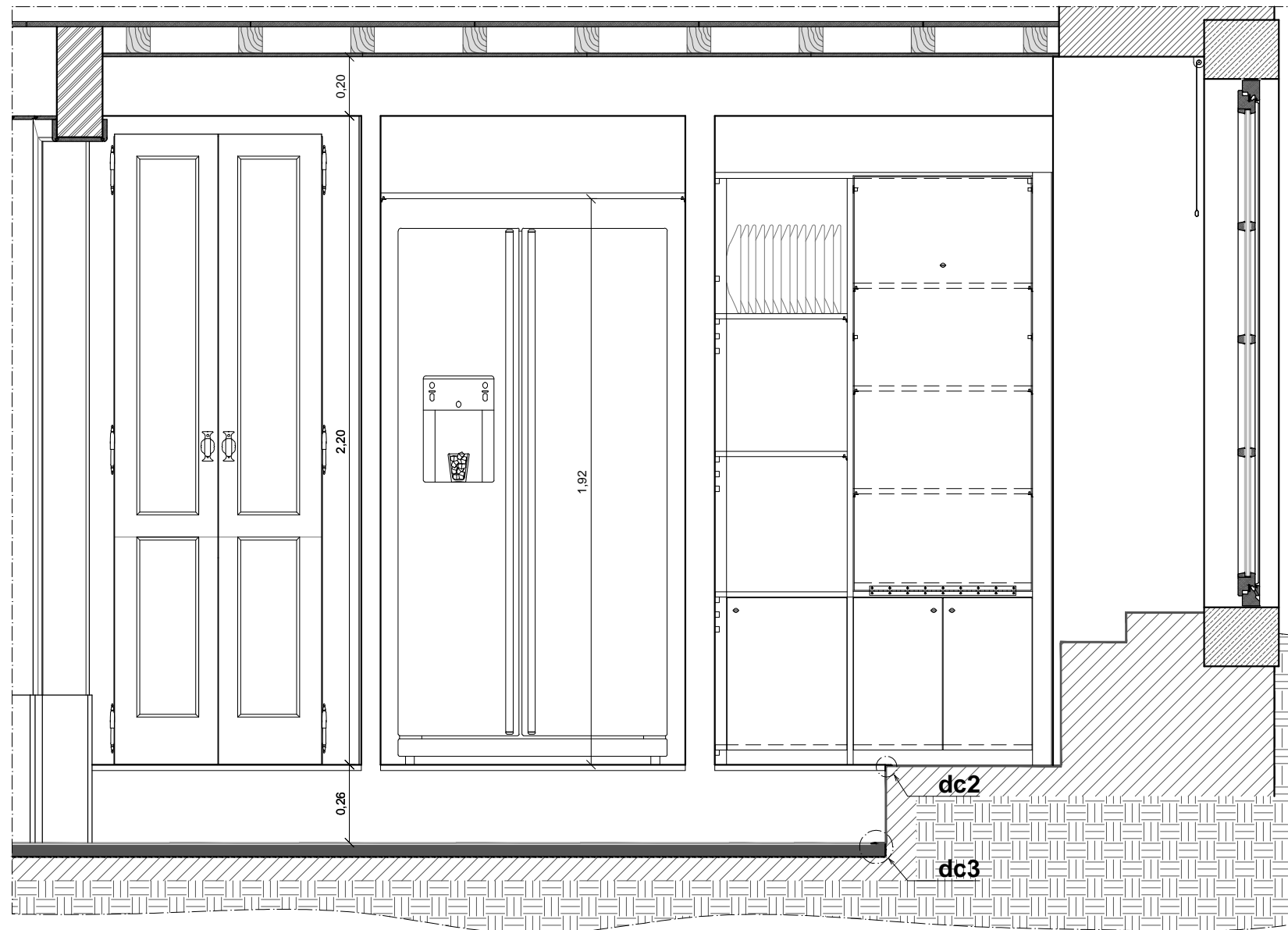
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades: A2 M

Escala:
1/20;1/2

Desenho:

D02a



OBS: a representação da estrutura do pavimento é meramente ilustrativa, desconhecendo-se a sua estrutura real (espessuras de vigas, soalho e forro do teto, bem como o seu o estado de conservação, sendo necessário realizar inspeções apropriadas por técnico habilitado para tal).

TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015

Faculdade de Artes Aplicadas
 Universidade de Castelo Branco

AMATO CASTELHANO

Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

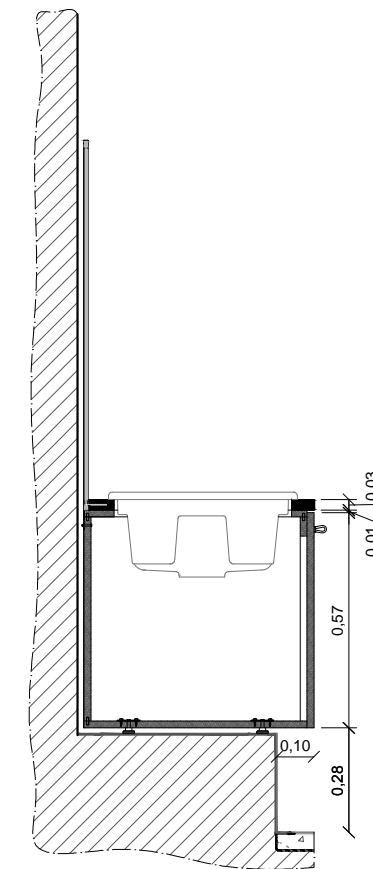
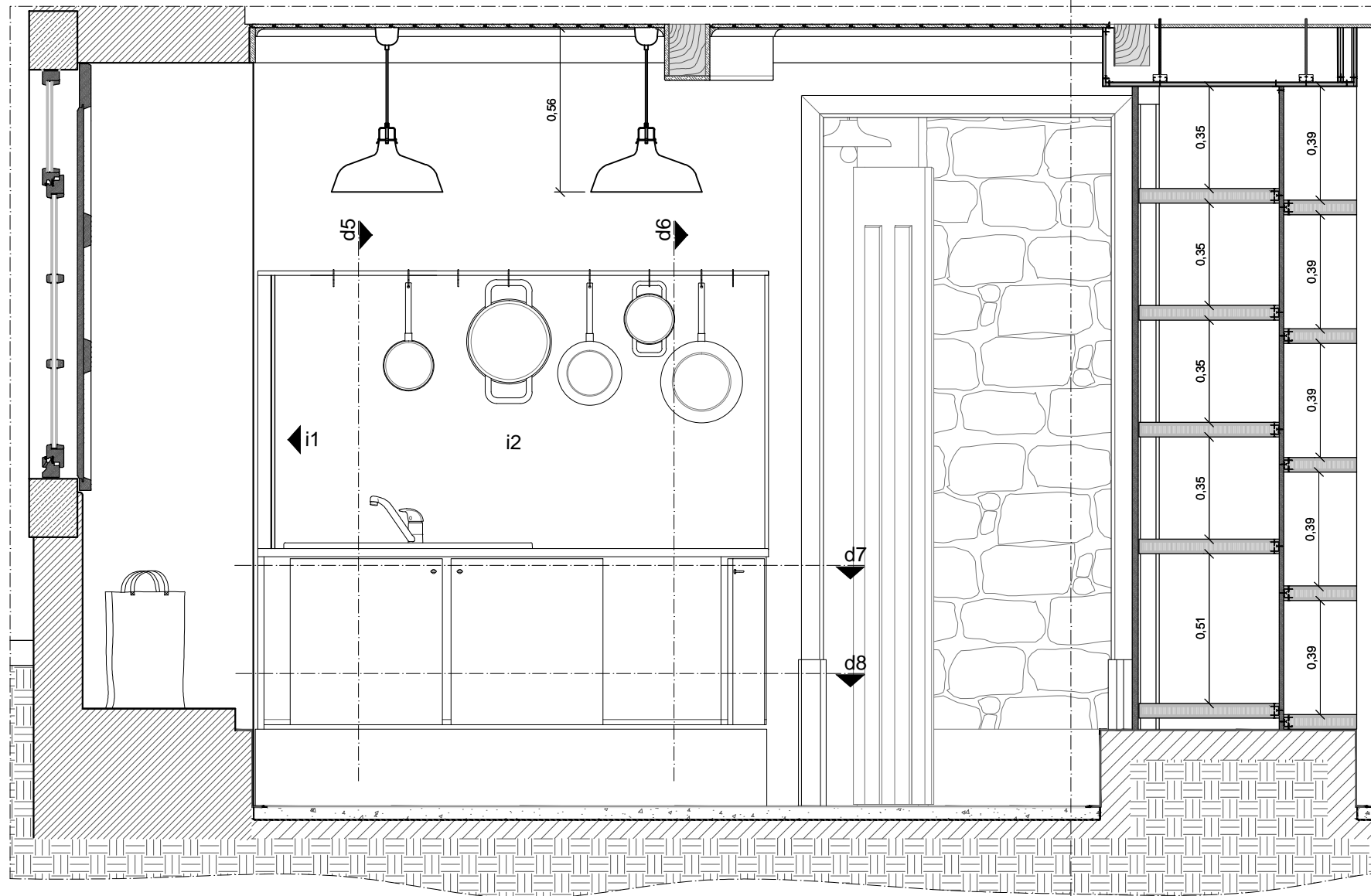
Descrição:
Cozinha - Corte [a;a']
 Proposta

Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

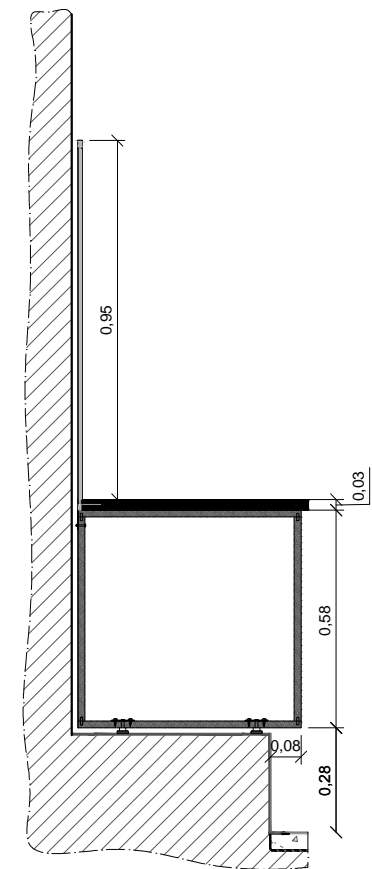
Formato, unidades:
 A3 M

Escala:
 1/20; 1/2

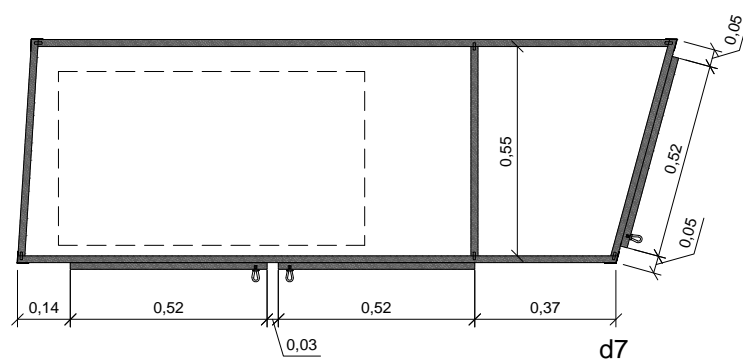
Desenho:
D02b



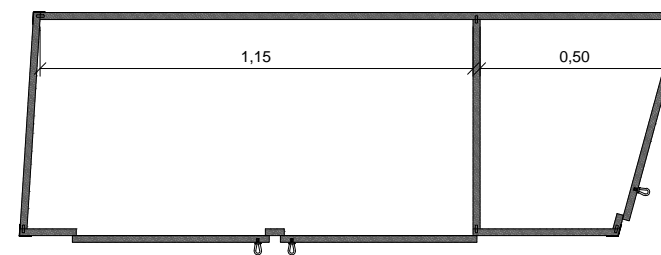
d5



d6



d7



d8

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015

Faculdade de Belas-Artes
Universidade de Aveiro

AMATO LUSITANO

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Cozinha - Corte [b';b]

Proposta

Requerente:

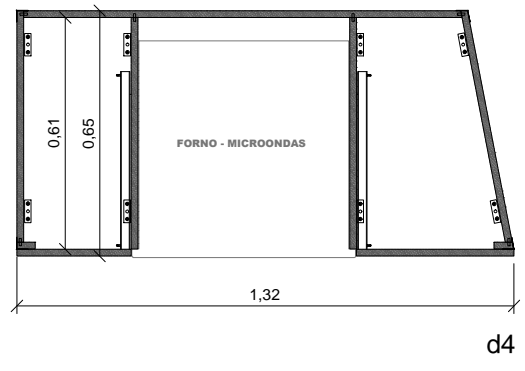
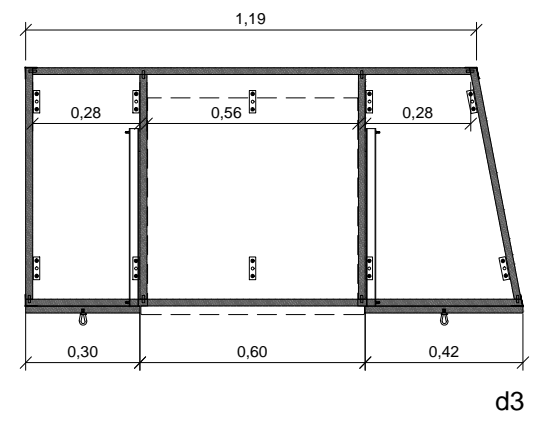
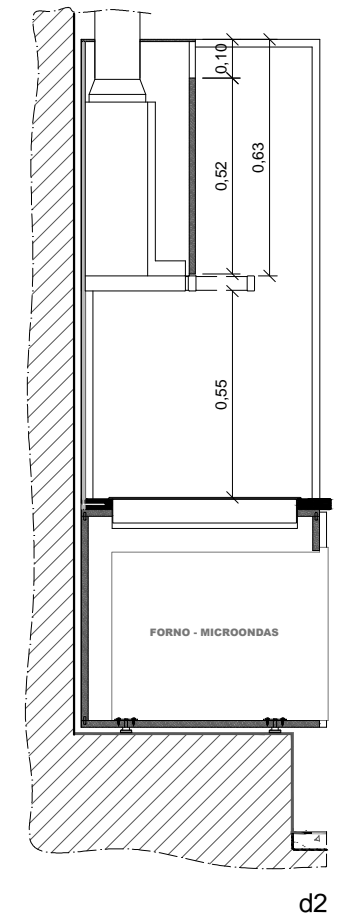
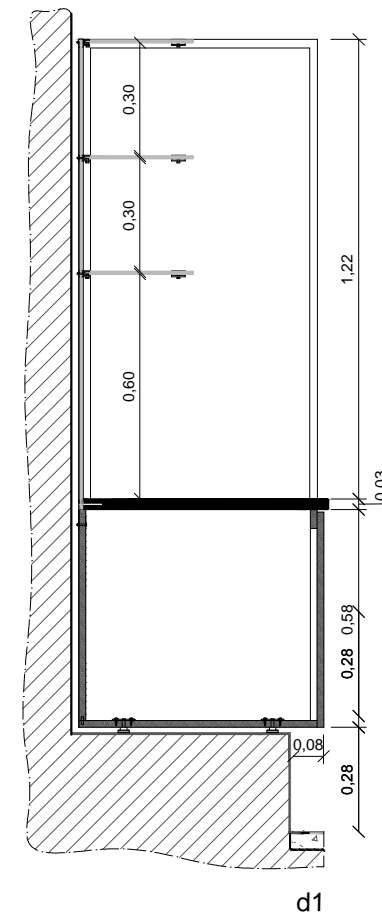
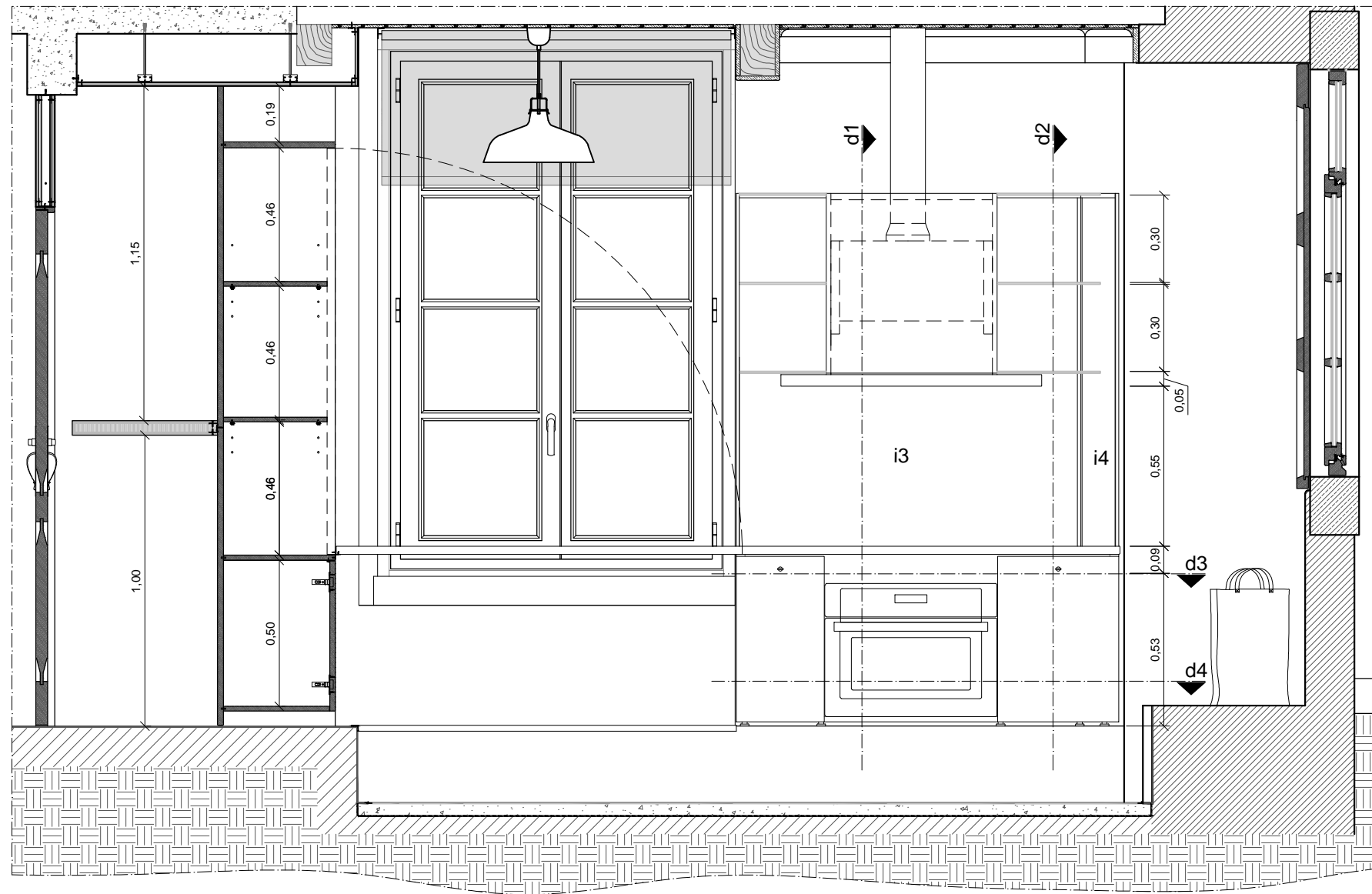
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades: **A3 M**

Escala: **1/20**

Desenho:

D02c



TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015

Faculdade de Belas-Artes
 Universidade de Castelo Branco

Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

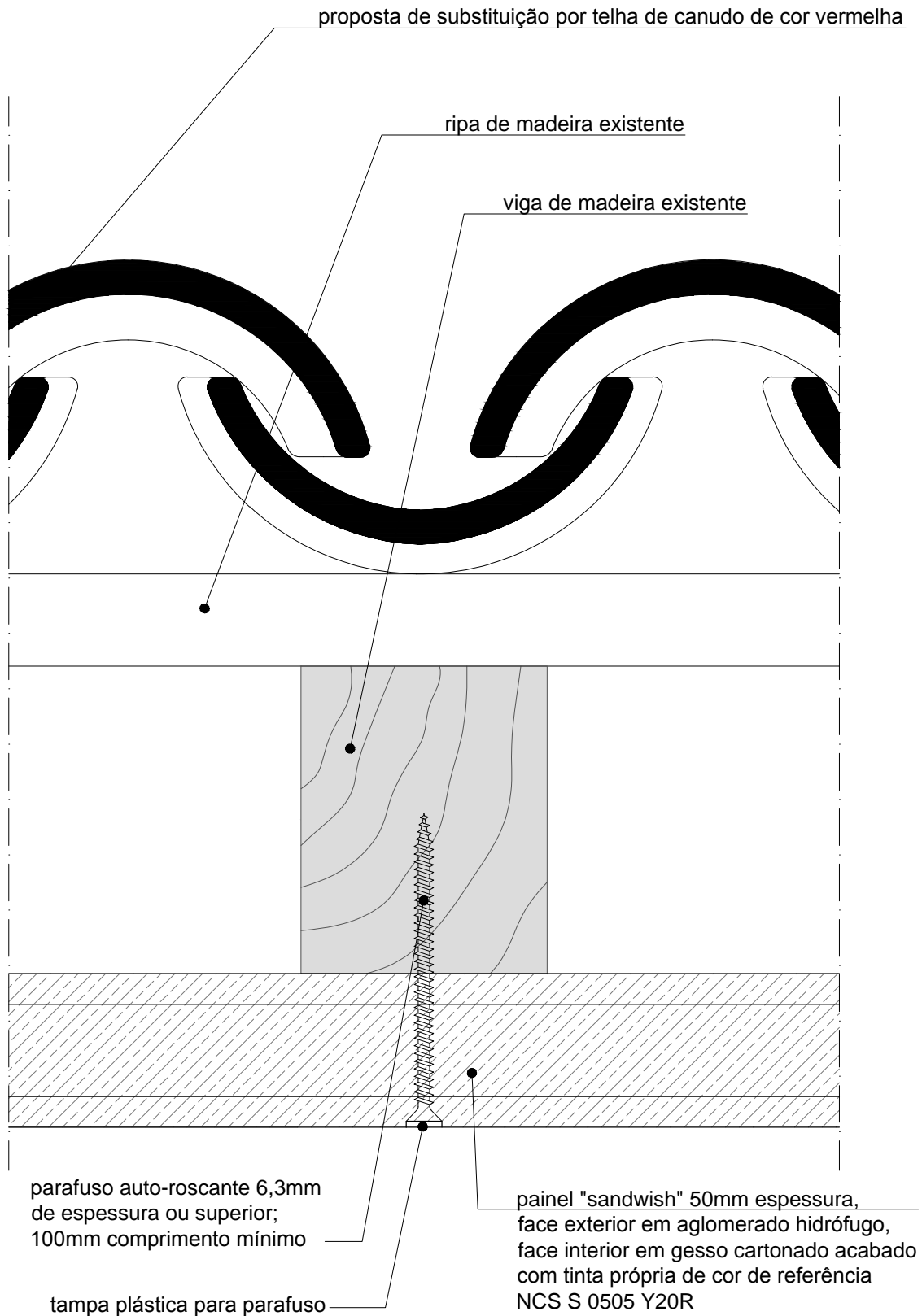
Descrição:
Cozinha - Corte [c;c']
 Proposta

Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:
1/20

Desenho:
D02d



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Isolamento da cobertura

Detalhe construtivo - fixação do painel sandwich

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

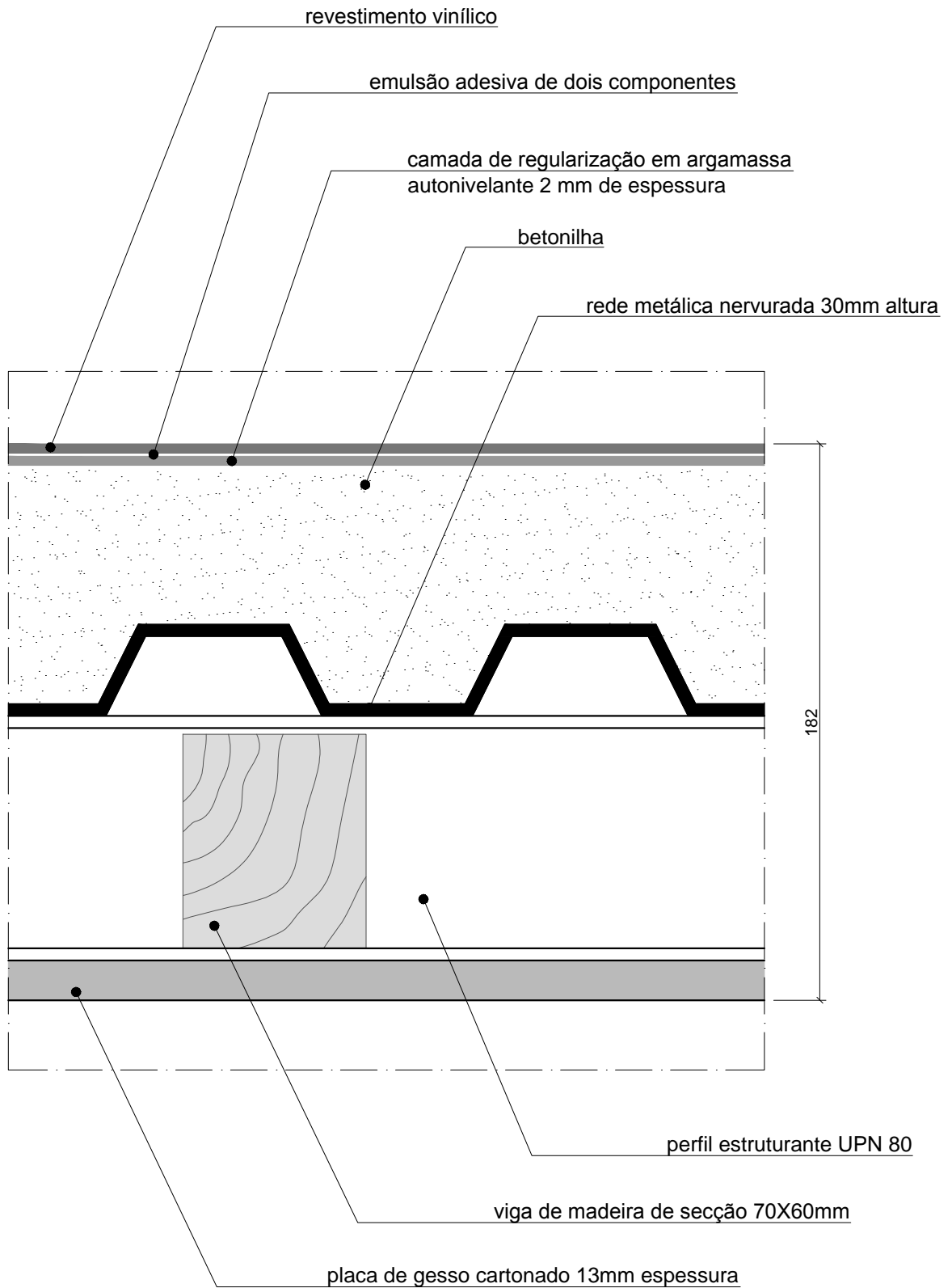
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Dc01



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Laje mista revestida a vinílico

Detalhe construtivo - casa de banho masculina

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

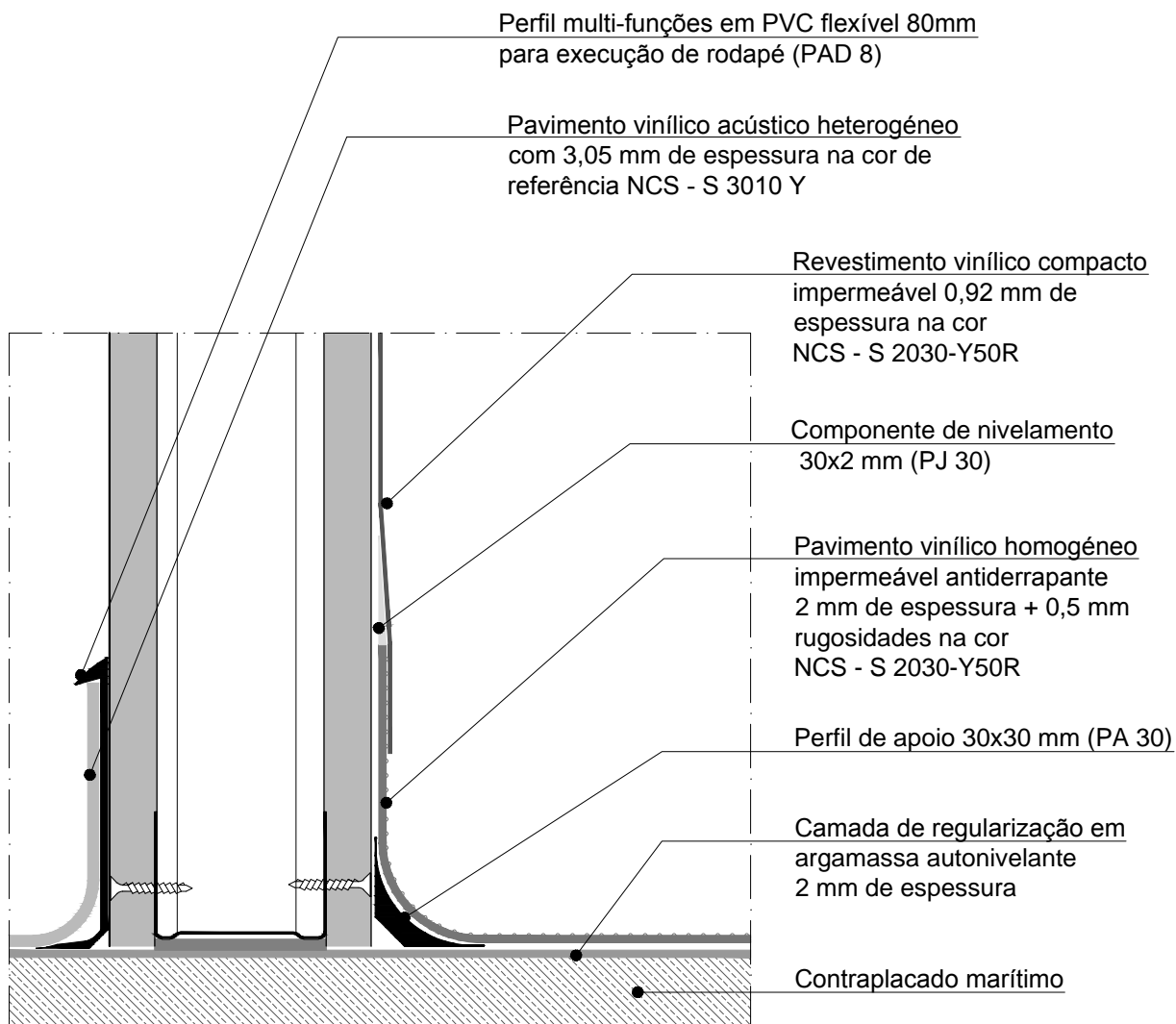
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Dc02



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Revestimentos área dos duches

Detalhe construtivo - remate entre pavimento e paramento

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

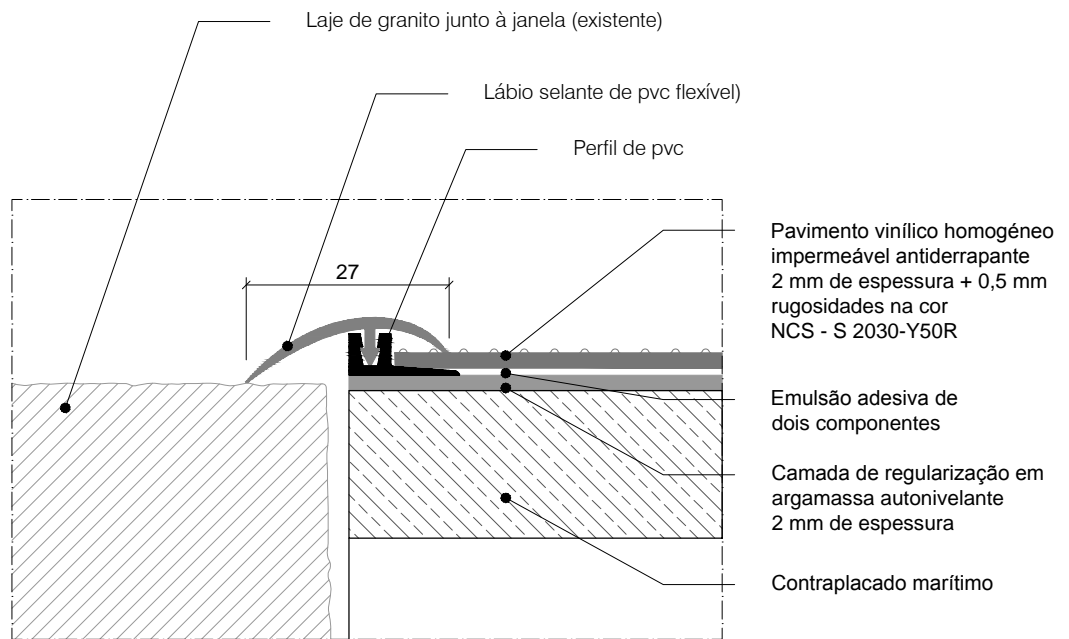
A4 mm

Escala:

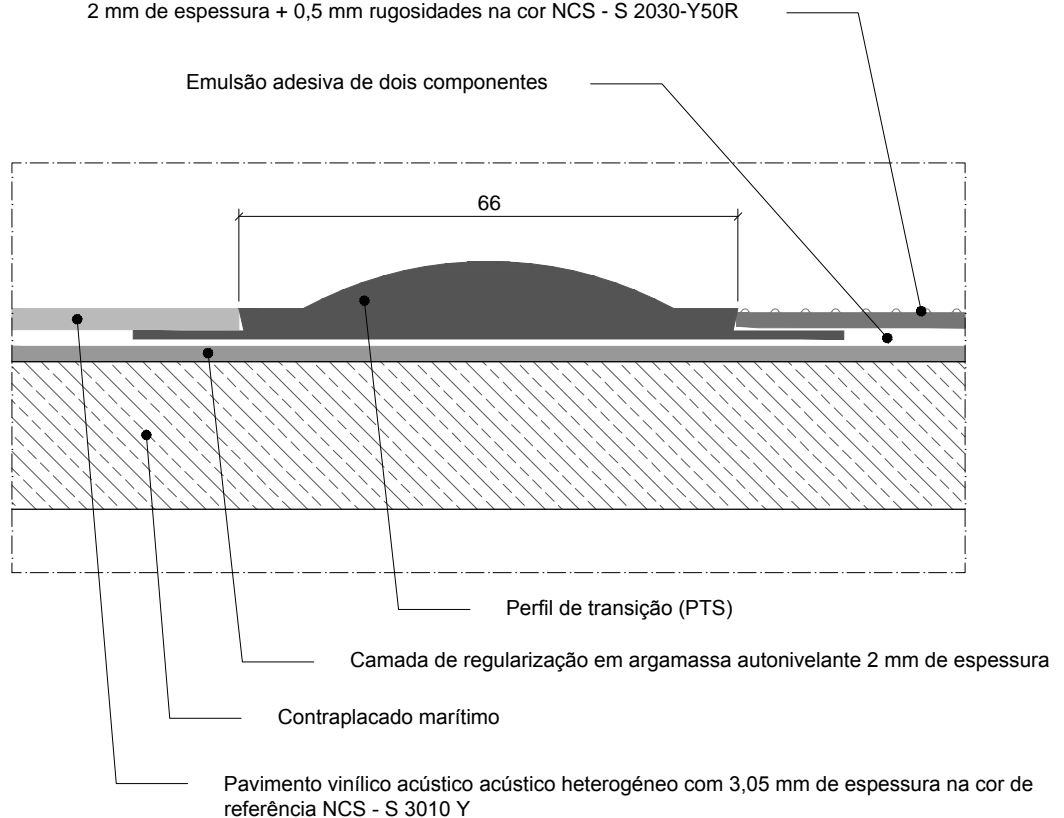
1/2

Desenho:

Dc03



Pavimento vinílico homogéneo impermeável antiderrapante
2 mm de espessura + 0,5 mm rugosidades na cor NCS - S 2030-Y50R



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Perfis de transição

Detalhes construtivos - casas de banho

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

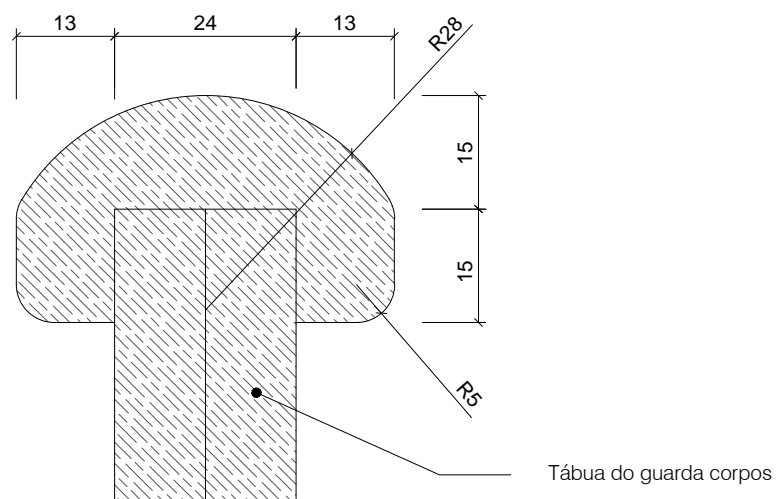
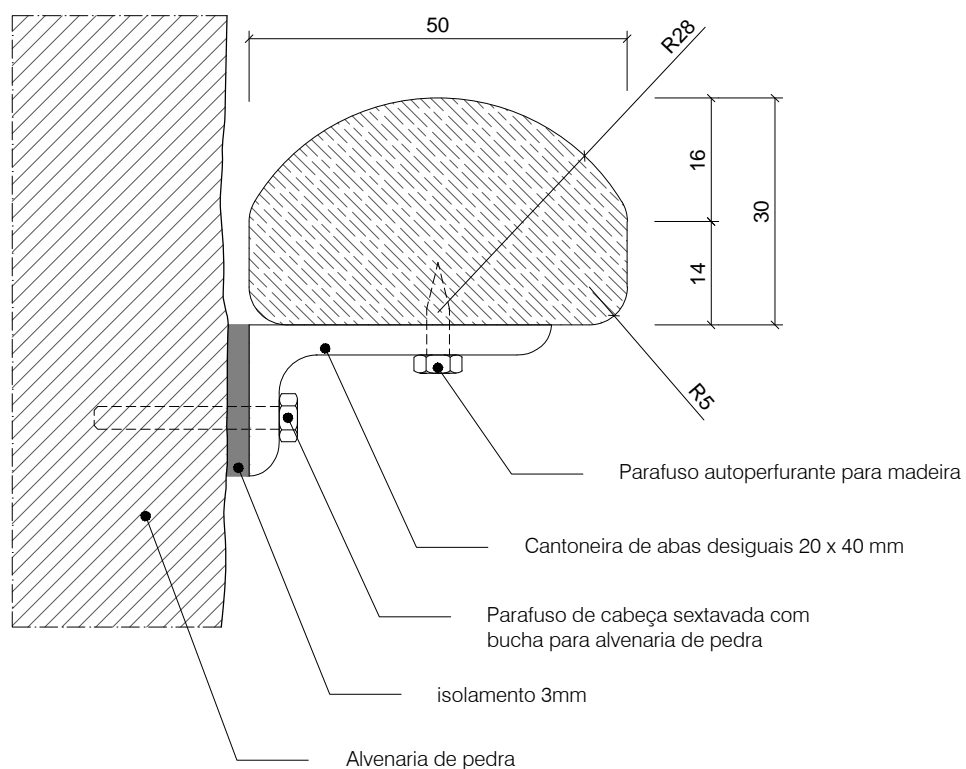
A4 mm

Escala:

1/1

Desenho:

Dc04



Obs: Corrimãos em madeira maciça de pinho, acabamento com velatura incolor ecológica de base aquosa

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Corrimãos do mezanino

Detalhe da secção

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

A4 mm

Escala:

1/1

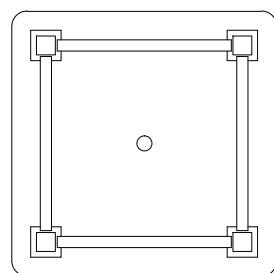
Desenho:

Dc05

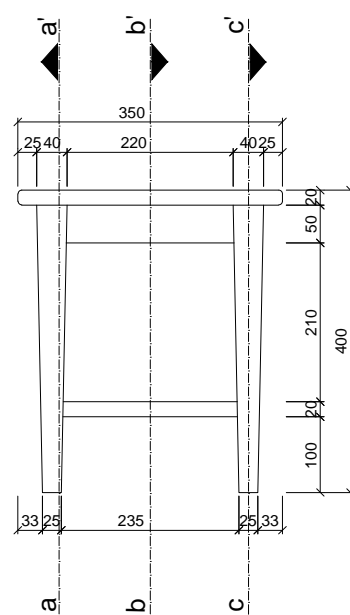
PEÇAS DESENHADAS

SÉRIE E - Equipamento - Proposta

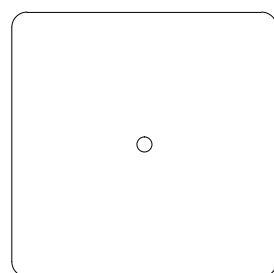
- E01 - Banco simples (RC)
- E02 - Banco com rodízios (RC)
- E03 - Mesa de apoio (RC)
- E04 - Mesa apoio lavatório (RC)
- E05 - Mesa refeições desdobrável (RC)
- E06 - Banco corrido de 5 lugares (RC)
- E07 - Bloco de arrumos - cozinha (RC)
- E08 - Móvel de apoio ao lava louça - cozinha (RC)
- E09 - Móvel de apoio ao fogão e forno - cozinha (RC)
- E10 - Módulo da tábua de engomar - lavanderia (RC)
- E11a - Beliche - vistas frontal e lateral direita (1ºA)
- E11b - Beliche - vistas posterior e lateral esquerda (1ºA)
- E11c - Beliche - cortes horizontal e vertical (1ºA)
- E12 - Lavatórios das casas de banho (1ºA)
- Ei1 - Bordados em vinil - cozinha (RC)
- Ei2 - Bordados em vinil - dormitório (1ºA)



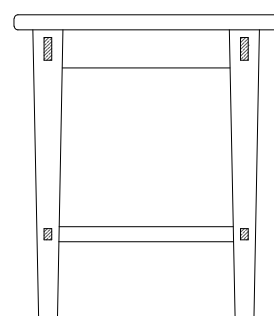
Vista inferior



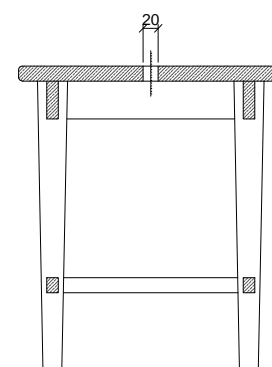
Vista frontal



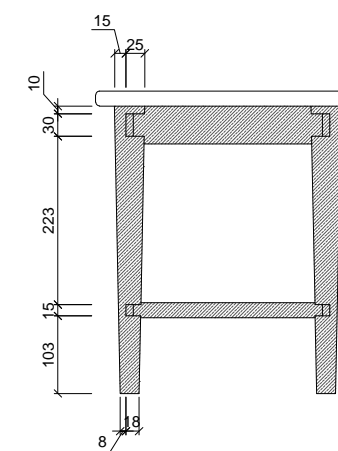
Vista de topo



Corte [a;a']



Corte [b;b']



Corte [c;c']

Material: Pinho maciço

Acabamento: - Assento com velatura incolor de base aquosa; Pernas e travessas pintadas a esmalte de base aquosa na cor branca de referência Ncs S 0505 G80Y

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Banco simples

Proposta de equipamento

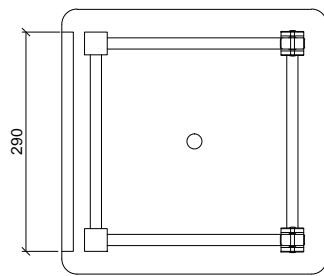
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

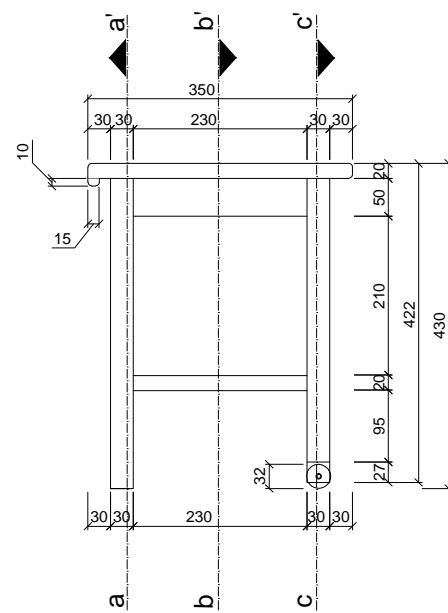
Formato,
unidades:
A3 mm

Escala:
1/10

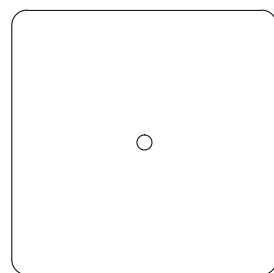
Desenho:
E01



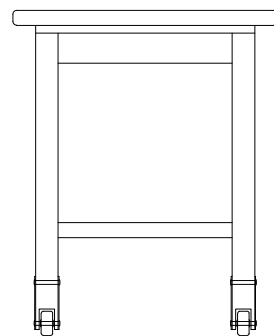
Vista inferior



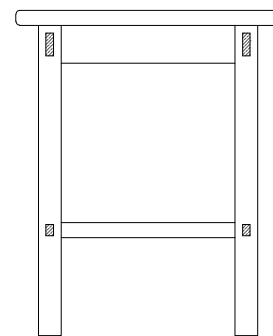
Vista frontal



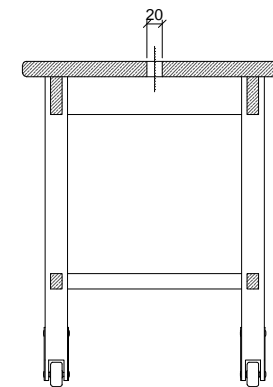
Vista de topo



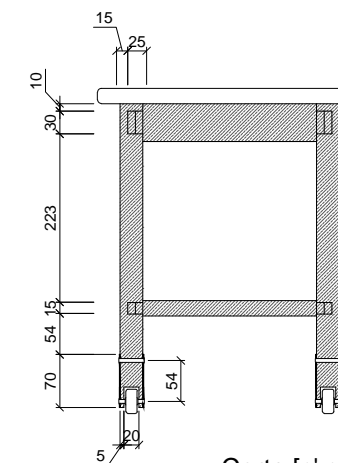
Vista lateral esquerda



Corte [a;a]



Corte [b;b]



Corte [c;c]

Material: Pinho maciço

Acabamento: Assento com velatura incolor de base aquosa; Pernas e travessas pintadas a esmalte de base aquosa na cor branca de referência Ncs S 0505 G80Y

Acessórios: Rodízio de 32mm de diâmetro (ver anexo página 405)



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Banco com rodízios

Proposta de equipamento

Requerente:

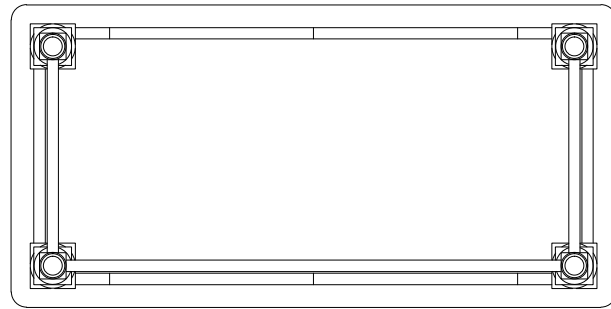
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 mm

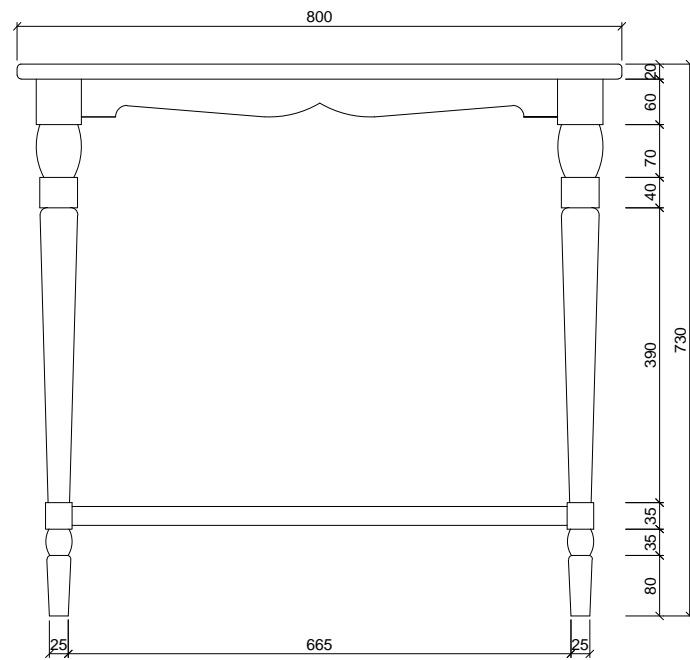
Escala:
1/10

Desenho:

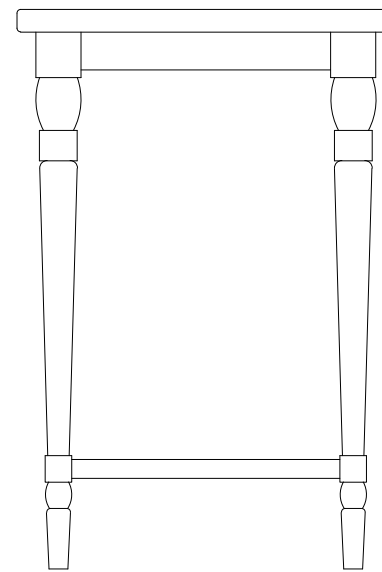
E02



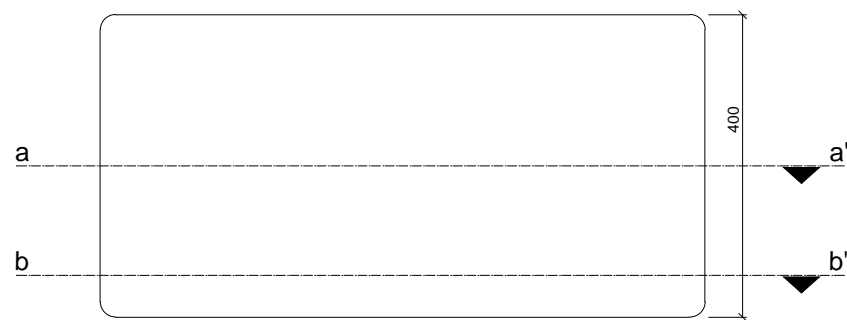
Vista inferior



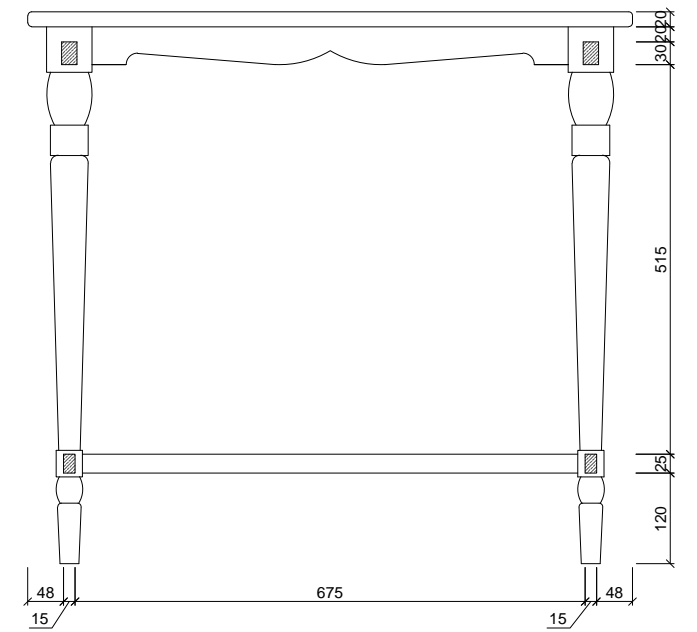
Vista frontal



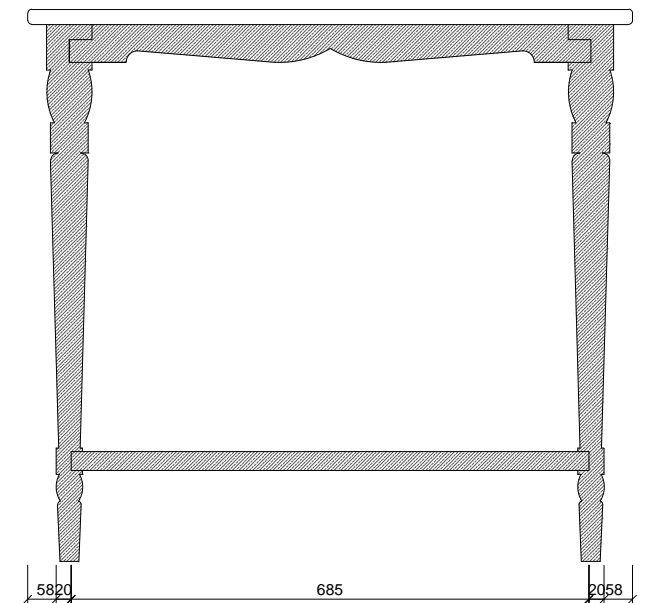
Vista lateral esquerda



Vista de topo



Corte [a';a]



Corte [b';b]

Material: Pinho maciço

Acabamento: Tampo com velatura incolor de base aquosa; Pernas e travessas pintadas a esmalte de base aquosa na cor branca de referência Ncs S 0505 G80Y



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

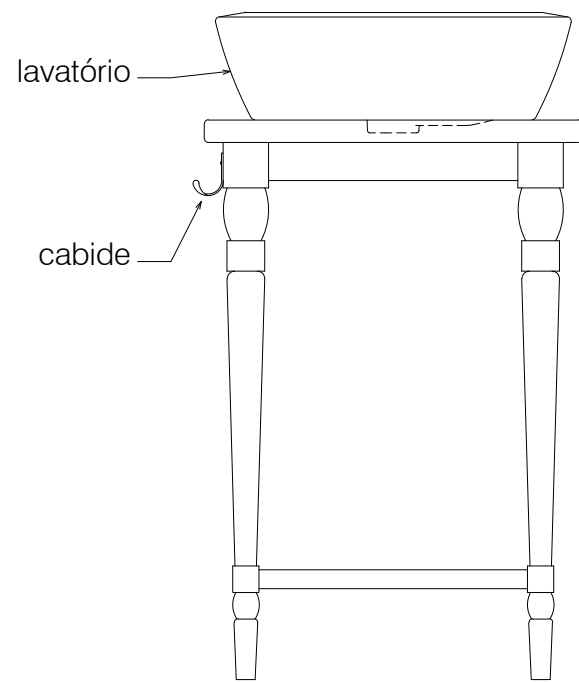
Descrição:
Mesa de apoio
Proposta de equipamento

Requerente:
Câmara Municipal de Castelo Branco

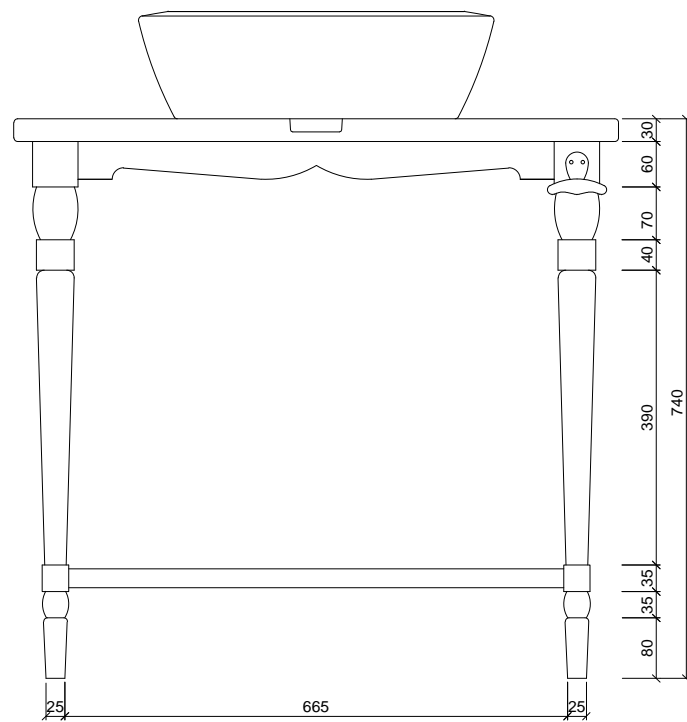
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/10

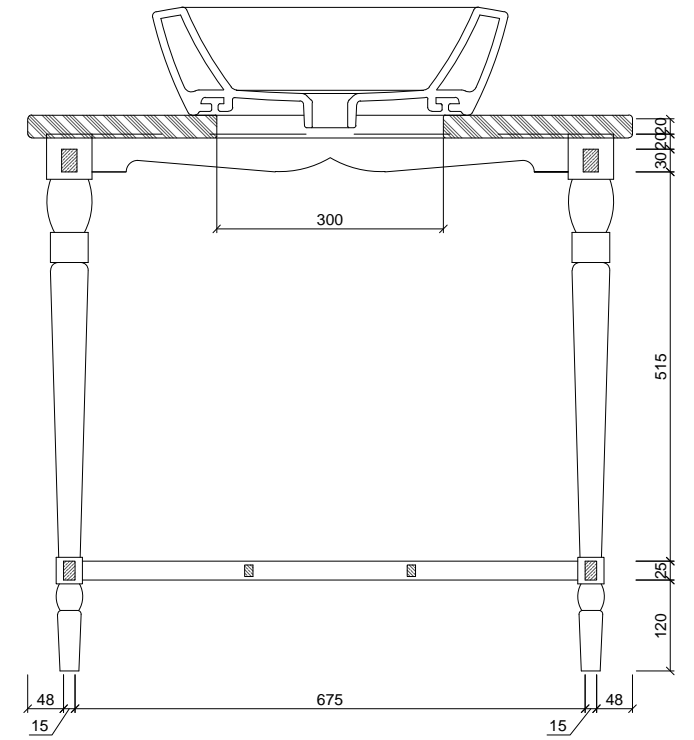
Desenho:
E03



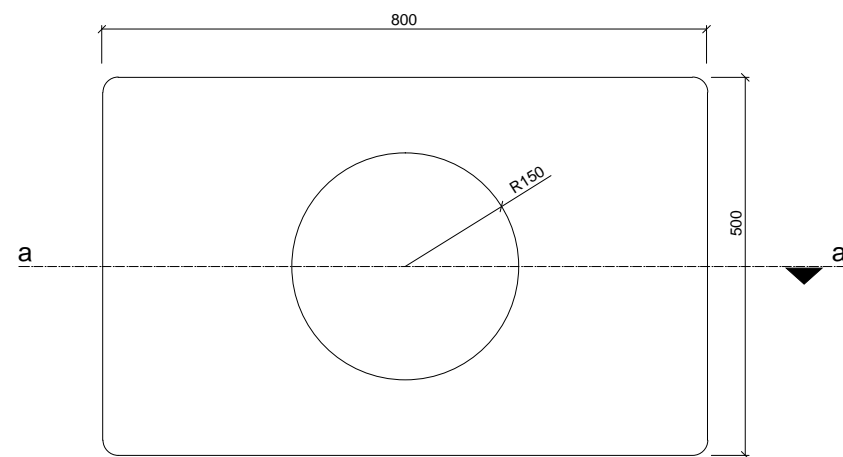
Vista lateral direita



Vista frontal



Corte [a';a]

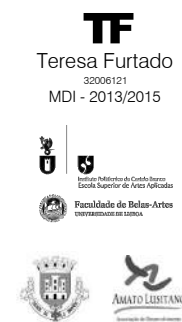


Vista de topo

Material: Base em pinho maciço, tampo em granito de 30mm de espessura com orifício central circular de 30mm de diâmetro

Acabamento: Tampo com arestas boleadas;
Pernas e travessas pintadas a esmalte de base aquosa na cor branca de referência NCS S 0505 G80Y

obs. cabide reutilizado de P8



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Mesa apoio lavatório

Proposta de equipamento

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 mm

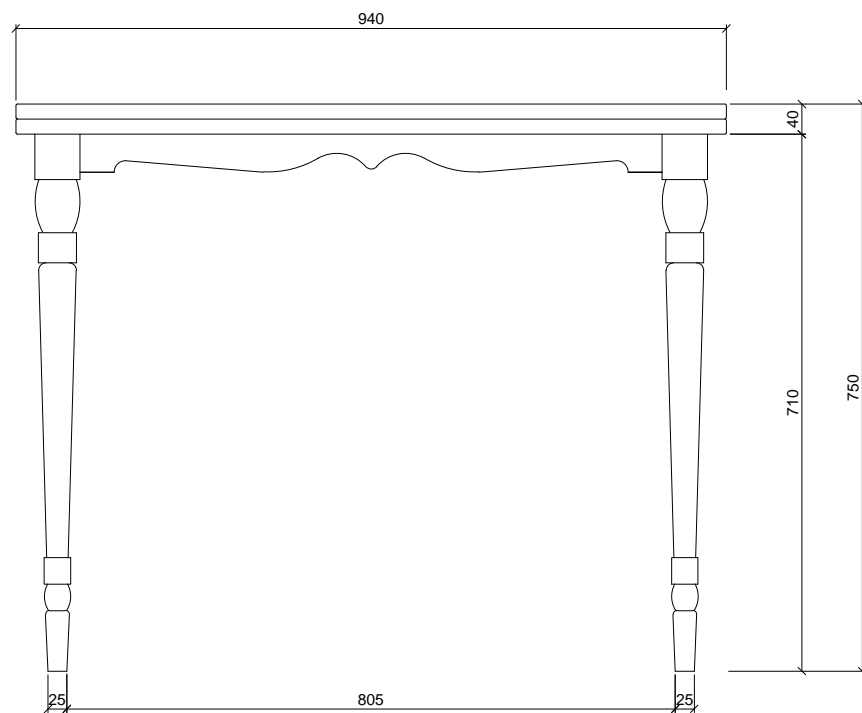
Escala:
1/10

Desenho:

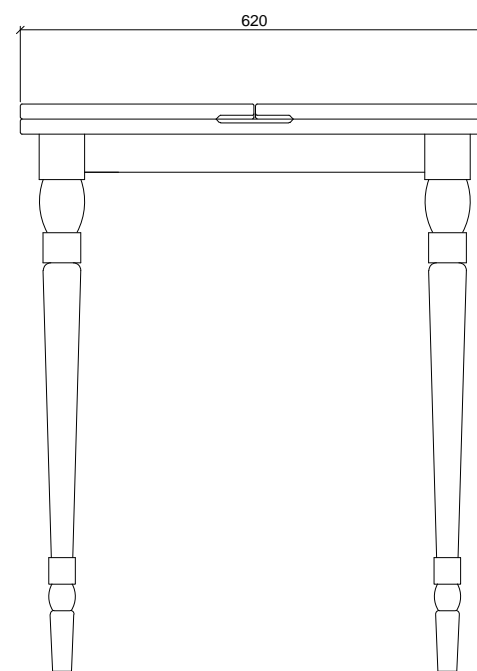
E04



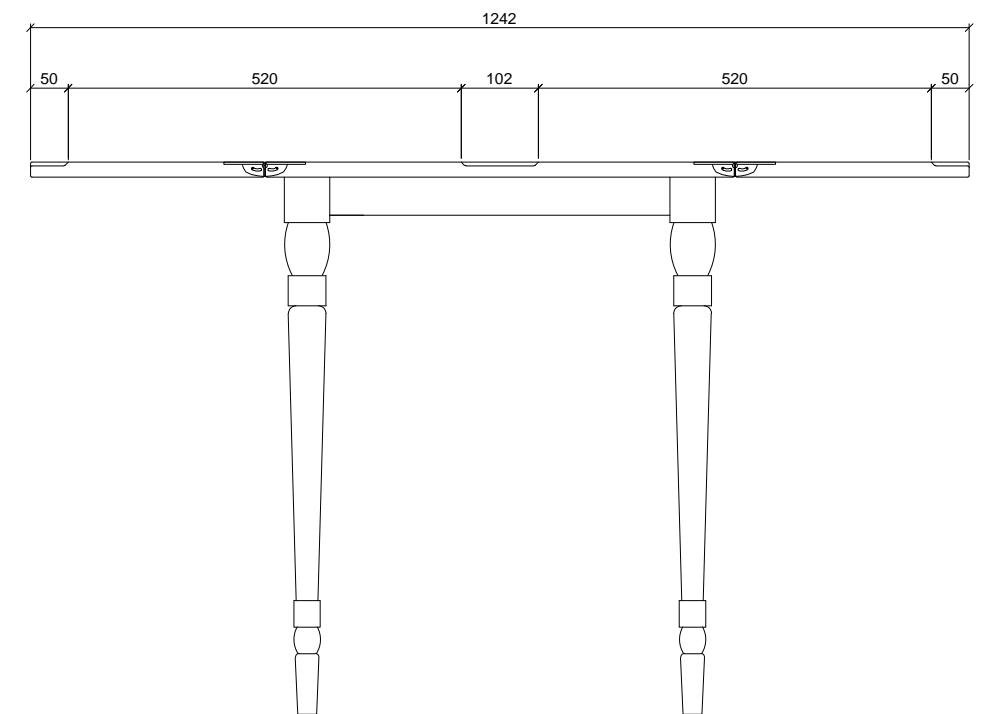
Vista inferior



Vista frontal



Vista lateral esquerda



Vista lateral esquerda com tampo aberto

Material: Pinho maciço

Acabamento: Tampo com velatura incolor de base aquosa; Pernas e travessas pintadas a esmalte de base aquosa na cor branca de referência Ncs S 0505 G80Y

Acessórios: Dobradiça de mesa de livro, para tampo rebatíveis, em latão mate, para embutir e aparafusar, do tipo "ref. 341.32.502 da Hafele"

Obs. dimensões das pernas iguais à mesa da folha E3



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Mesa de refeições desdobrável

Proposta de equipamento

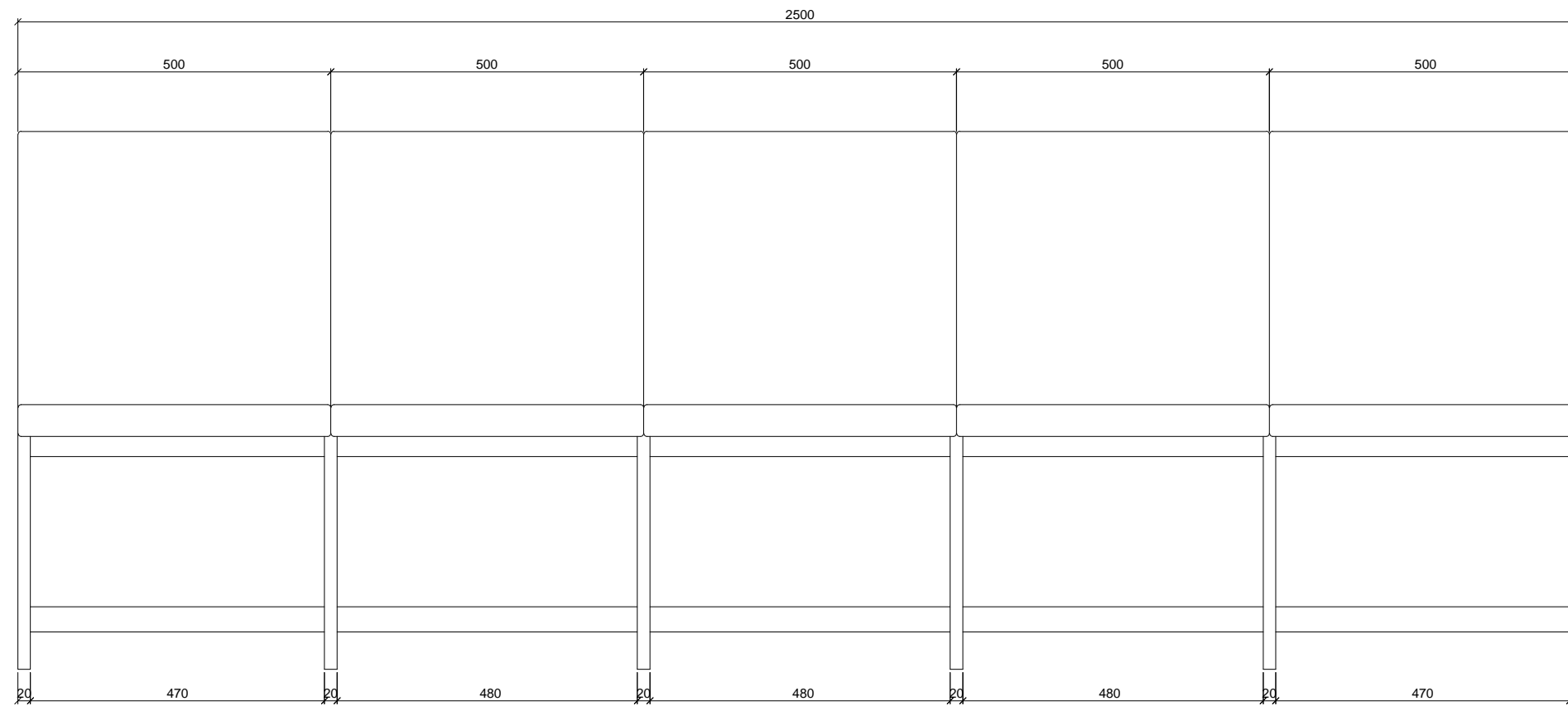
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

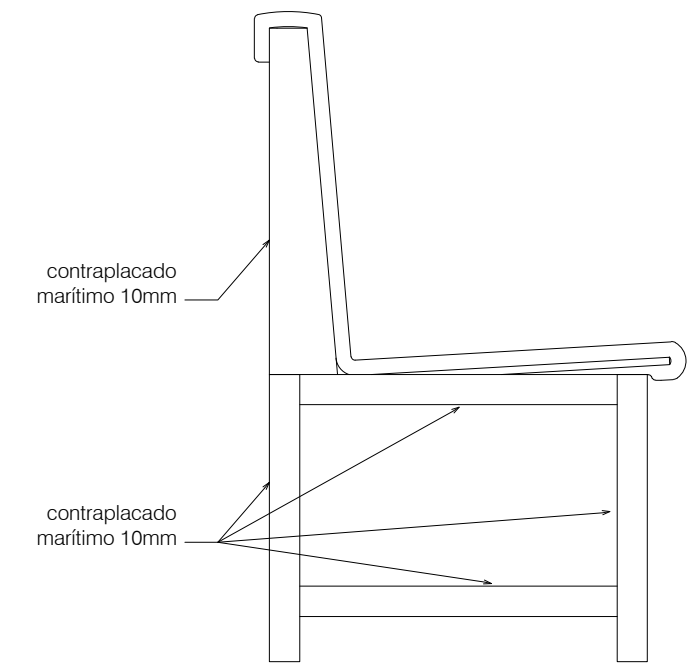
Formato, unidades: A3 mm

Escala: 1/10

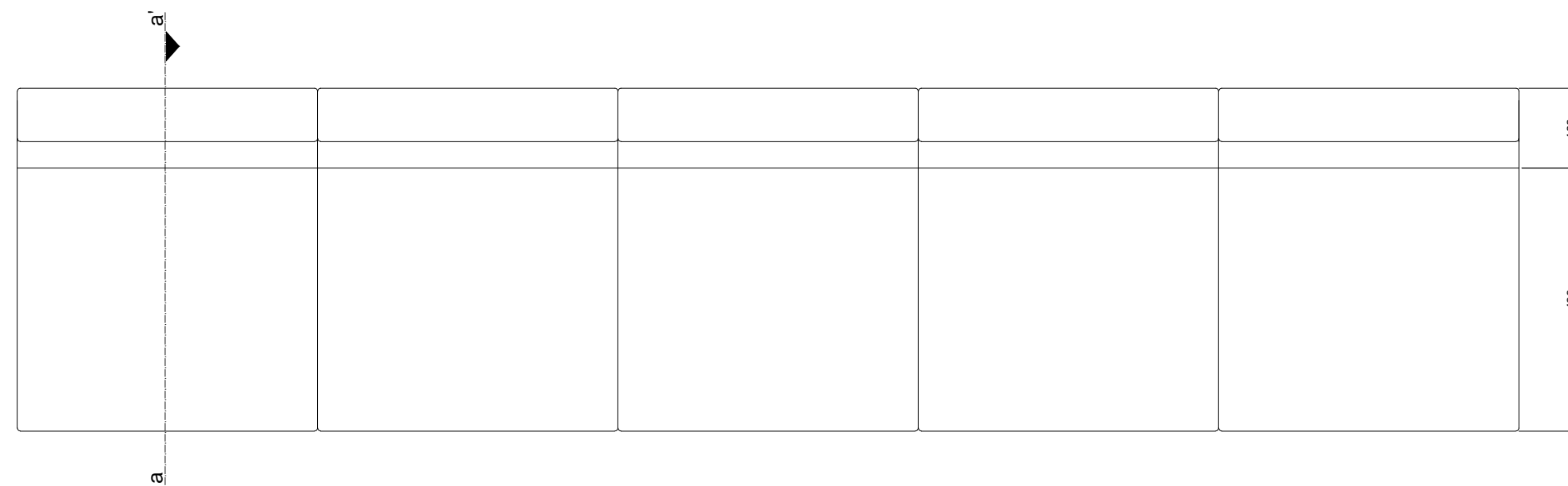
Desenho: E05



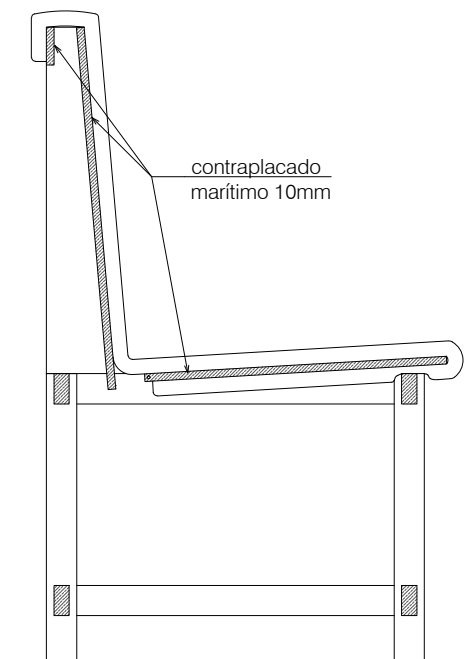
Vista frontal



Vista lateral esquerda



Vista de topo



Corte [a';a]

Material: Pinho maciço, contraplacado marítimo, almofadas.

Acabamento: Pinho com velatura incolor de base aquosa; contraplacado pintado a esmalte de base aquosa na cor branca de referência Ncs S 0505 G80Y



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Banco corrido de 5 lugares

Proposta de equipamento

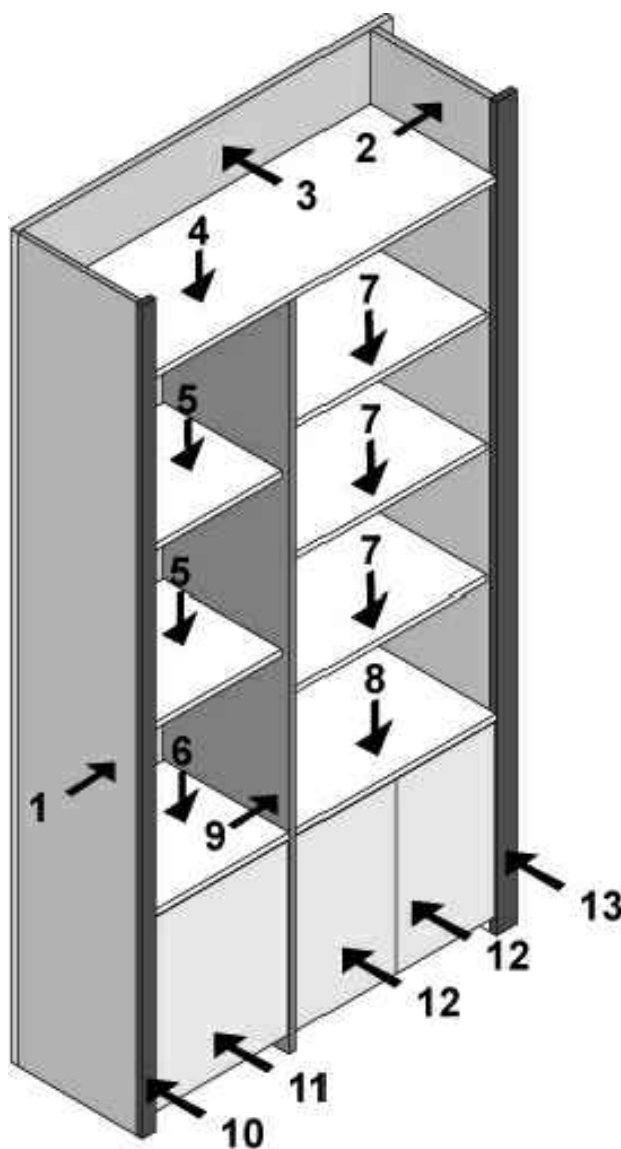
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades: A3 mm

Escala: 1/10

Desenho: E06



Aglomerado revestido a melamina branca
Dimensões das pranchas:

- 1- 2200 X 365 X 15mm
- 2- 2200 X 365 X 19mm
- 3- 2200 X 1140 X 19mm
- 4- 1060 X 385 X 19mm
- 5- 2un x 423 X 363 X 19mm
- 6- 432 X 385 X 19mm
- 7- 3x 608 X 385 X 19mm
- 8- 604 X 355 X 19mm
- 9- 2200 X 385 X 19mm
- 10- 2200 X 40 X 19mm
- 11- 407 X 516 X 19mm
- 12- 2x 302 X 516 X 19mm
- 13- 2200 X 65 X 19mm

Acessórios:

- 3 puxadores
- 40 suportes de prateleira
- 24 dobradiças de embutir

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Bloco de arrumos - cozinha

Proposta de equipamento

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

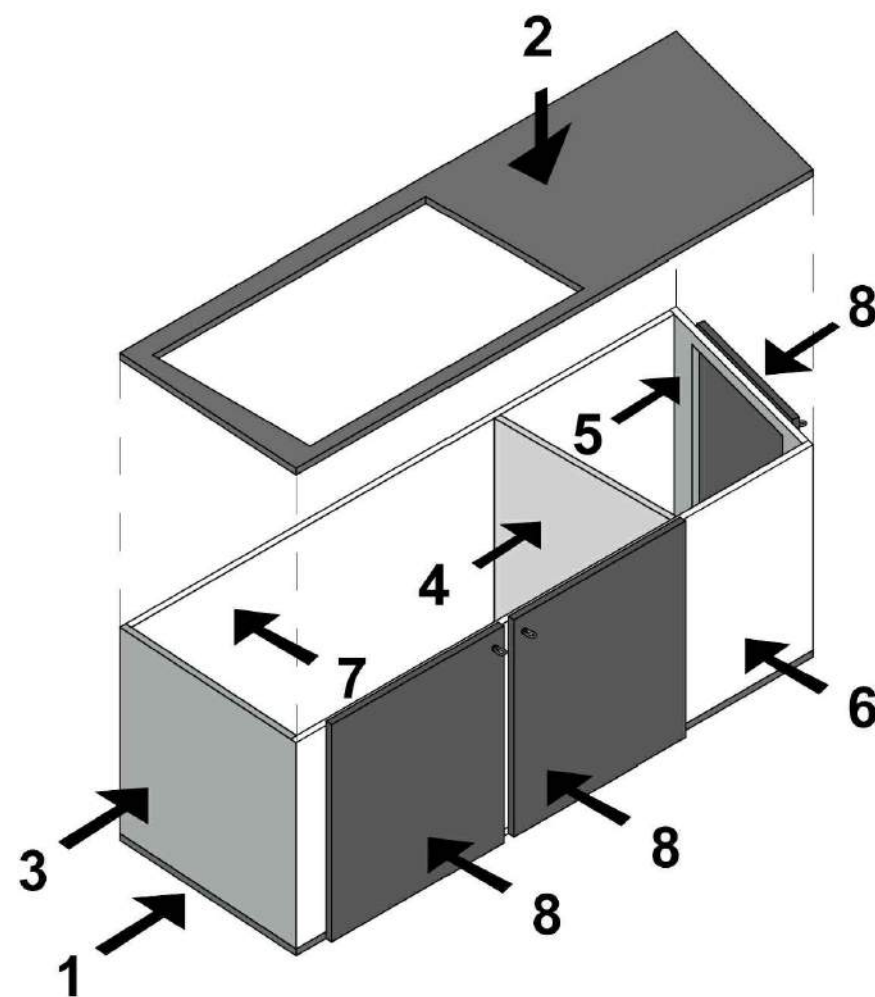
A4 mm

Escala:

-

Desenho:

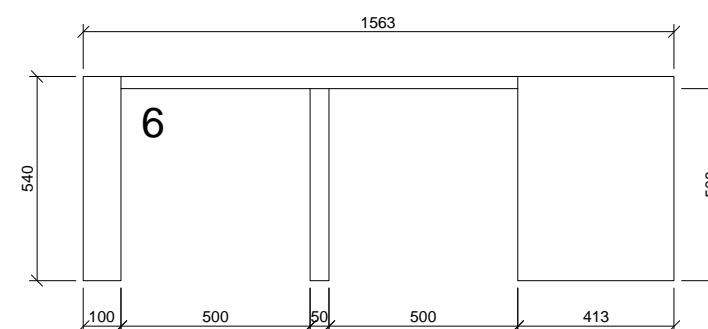
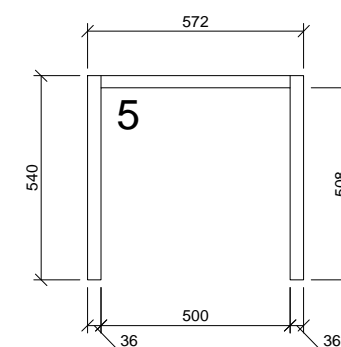
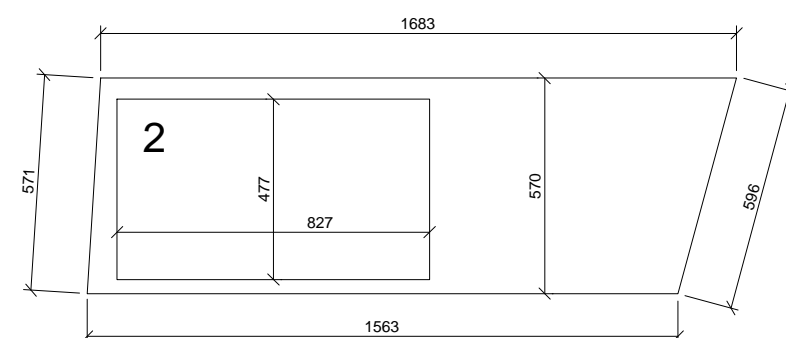
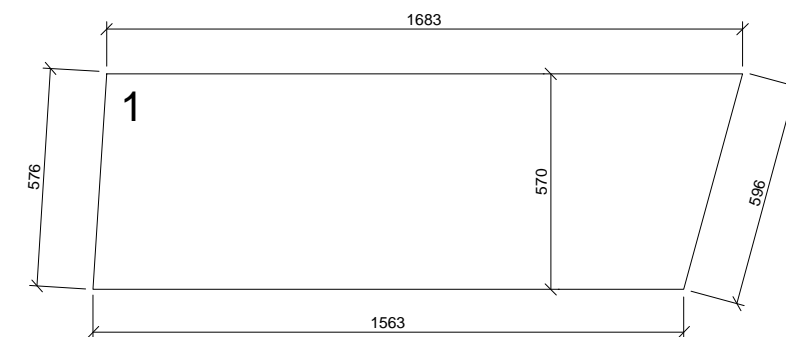
E07



Aglomerado revestido a melamina branca, dimensões das pranchas:

- 1- 1683 X 570 X 19mm
- 2- 1683 X 570 X 19mm (com abertura 477 x 827mm)
- 3- 553 x 540 x 19mm
- 4- 534 X 540 X 19mm
- 5- 3 peças - a - 540 x 36 x 19mm; b - 540 x 36 x 19mm; c - 500 x 32 x 19mm
- 6- 4 peças - a - 540 x 100 x 19mm; b - 508 x 50 x 19mm; c - 540 x 413 x 19mm; d - 1050 x 32 x 19mm
- 7- 1646 x 540 x 19mm
- 8- 3 x 568 X 520 X 19mm

Total = 4,66m2 de aglomerado de 19mm



Acessórios:

- 8 pés de roscar de 14mm
- 3 puxadores
- 6 dobradiças de embutir

(ver anexo)



Projeto de reabilitação de interiores

Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Móvel de apoio ao lava louça

Proposta de equipamento

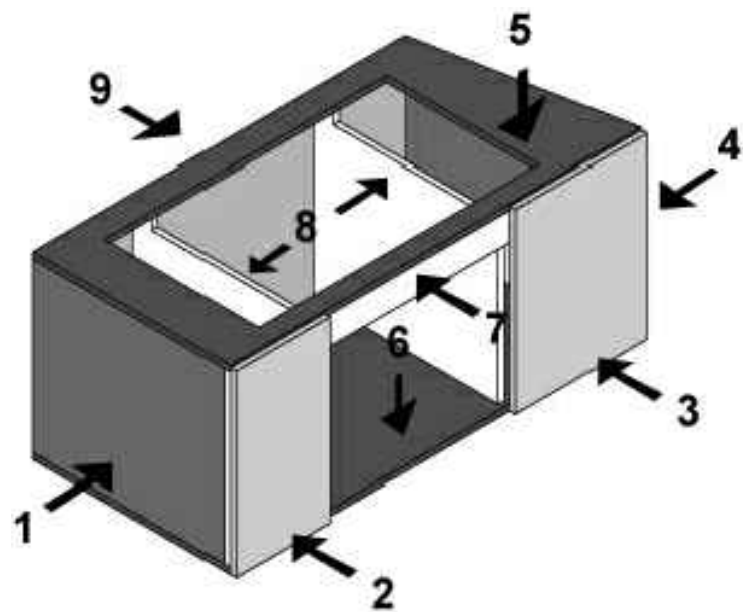
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades: **A3 mm**

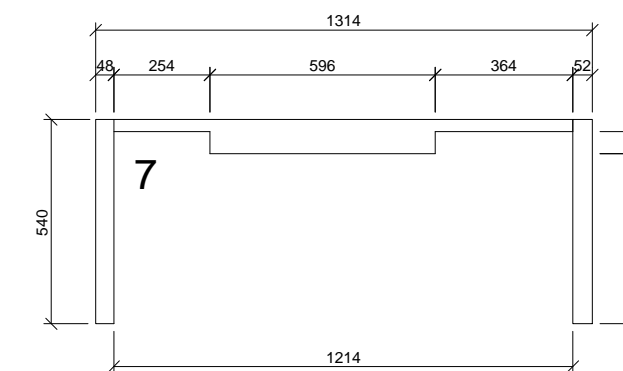
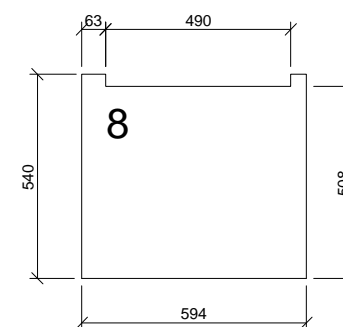
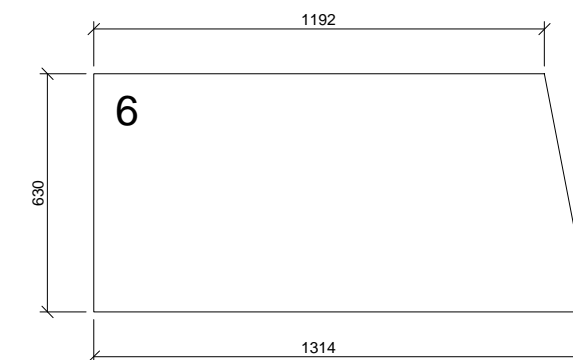
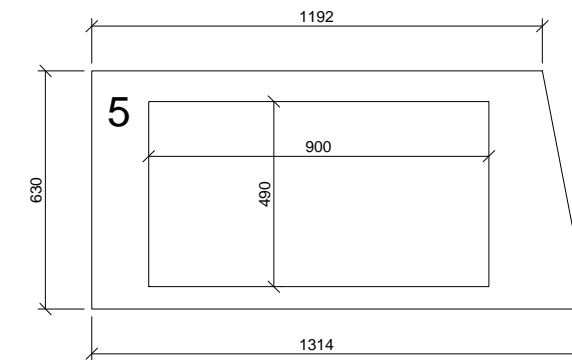
Escala: **1/20**

Desenho: **E08**



Aglomerado revestido a melamina branca, dimensões das pranchas:

- 1- 540 X 612 X 19mm
 - 2- 300 X 569 X 19mm; a- 610 x 275 x 19mm; b- 610 x 150 x 19mm; c- 257 x 150 x 19mm
 - 3- 417 X 569 X 19mm; a- 610 x 385 x 19mm; b- 610 x 150 x 19mm; c- 257 x 150 x 19mm
 - 4- 540 X 642 X 19mm;
 - 5- 630 X 1314 X 19mm;
 - 6- 630 X 1314 X 19mm (com abertura 900 X 490mm)
 - 7- 3 peças - a- 1214 x 90 x 19mm; b- 540 x 48 x 19mm; c- 540 x 52 x 19mm;
 - 8- 540 X 594 X 19mm;
 - 9- 540 X 1192 X 19mm
 - 10- 588 x 618 x 16mm; - 609 x 277 x 16mm (2un); - 588x 277 x 9mm
- Total = 6,03m² de aglomerado de 19mm
 = 0,34m² de aglomerado de 16mm
 = 0,16m² de aglomerado de 9mm



Acessórios:

- 8 pés de roscar de 14mm
- 3 puxadores
- 4 corrediças
- 2 dobradiças de embutir

(ver anexo)



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

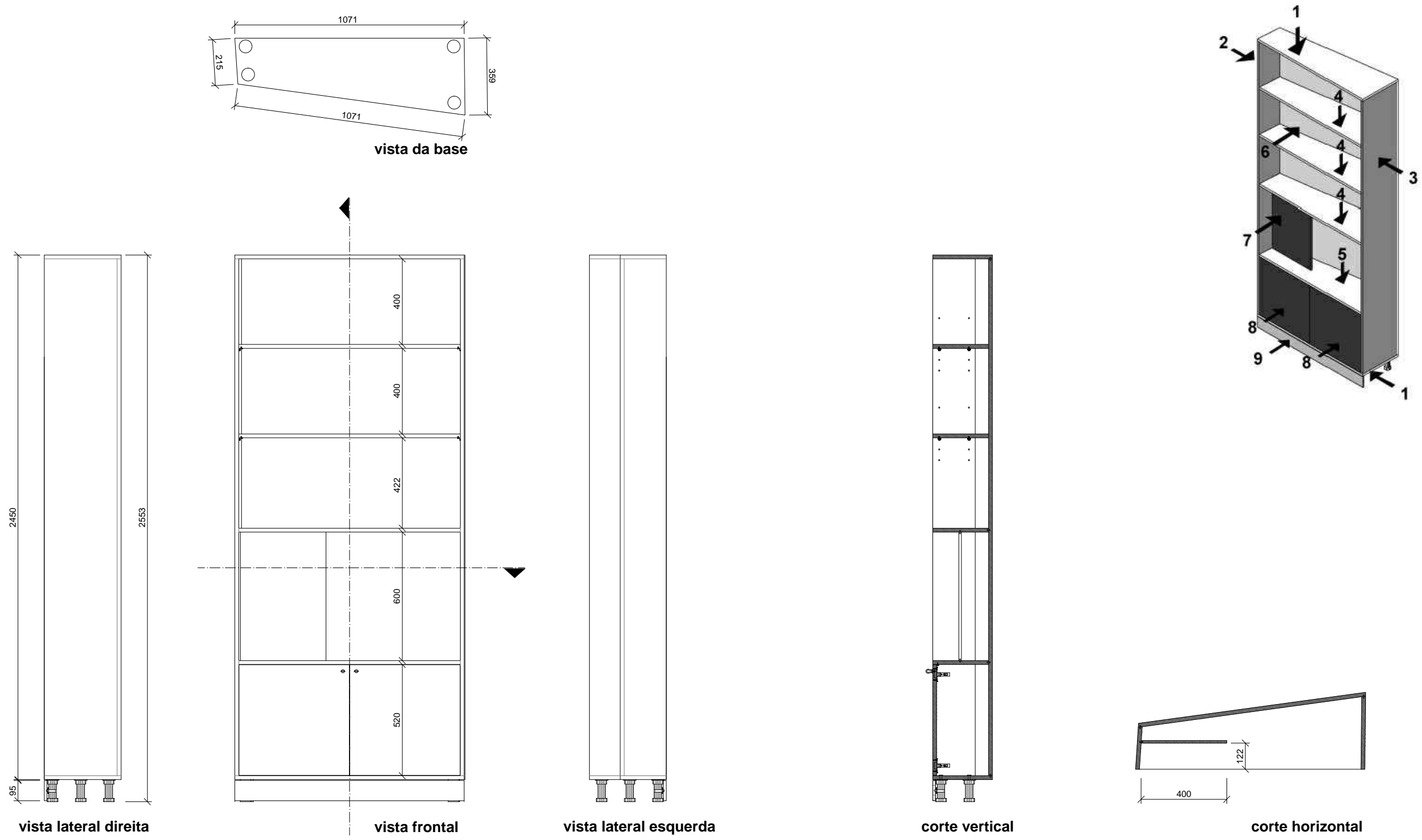
Descrição:
Móvel de apoio ao fogão e forno
 Proposta de equipamento

Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
E09



Acessórios:

- 2 puxadores
- 12 suportes de prateleira
- 4 dobradiças de embutir
- 4 pés de 100mm
- 1 rodapé de encaixar - 1070mm

(ver anexo)

Aglomerado revestido a melamina branca, dimensões das pranchas:

- 1- 2un. x 1071 X 359 X 19mm
- 2- 199 X 2414 X 19mm
- 3- 341 X 2414 X 19mm
- 4- 4un. x 1031 X 336 X 19mm
- 5- 1035 X 339 X 19mm
- 6- 1072 X 2414 X 19mm
- 7- 600 X 400 X 12mm
- 8- 2un. x 516 X 515 X 19mm



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

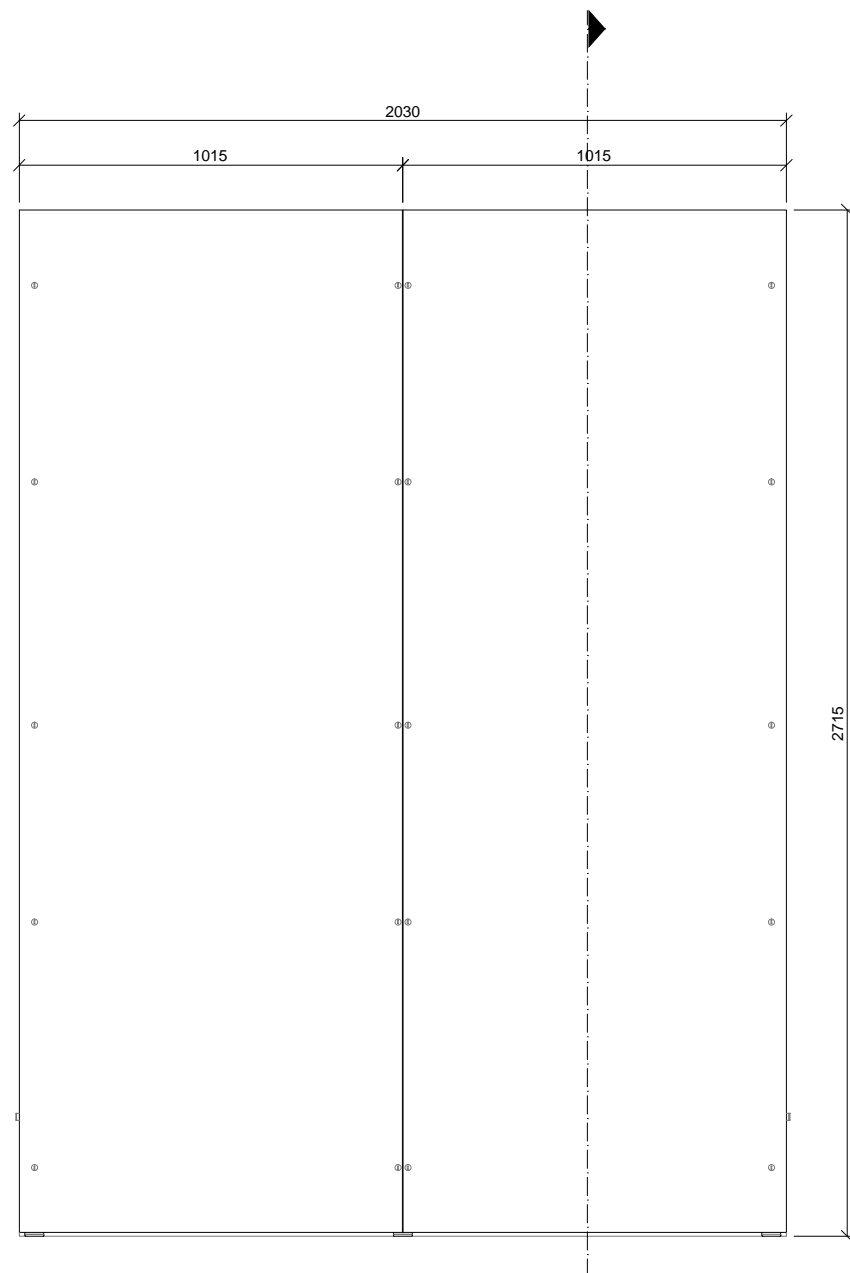
Descrição:
Módulo da tábua de engomar
 Proposta de equipamento

Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

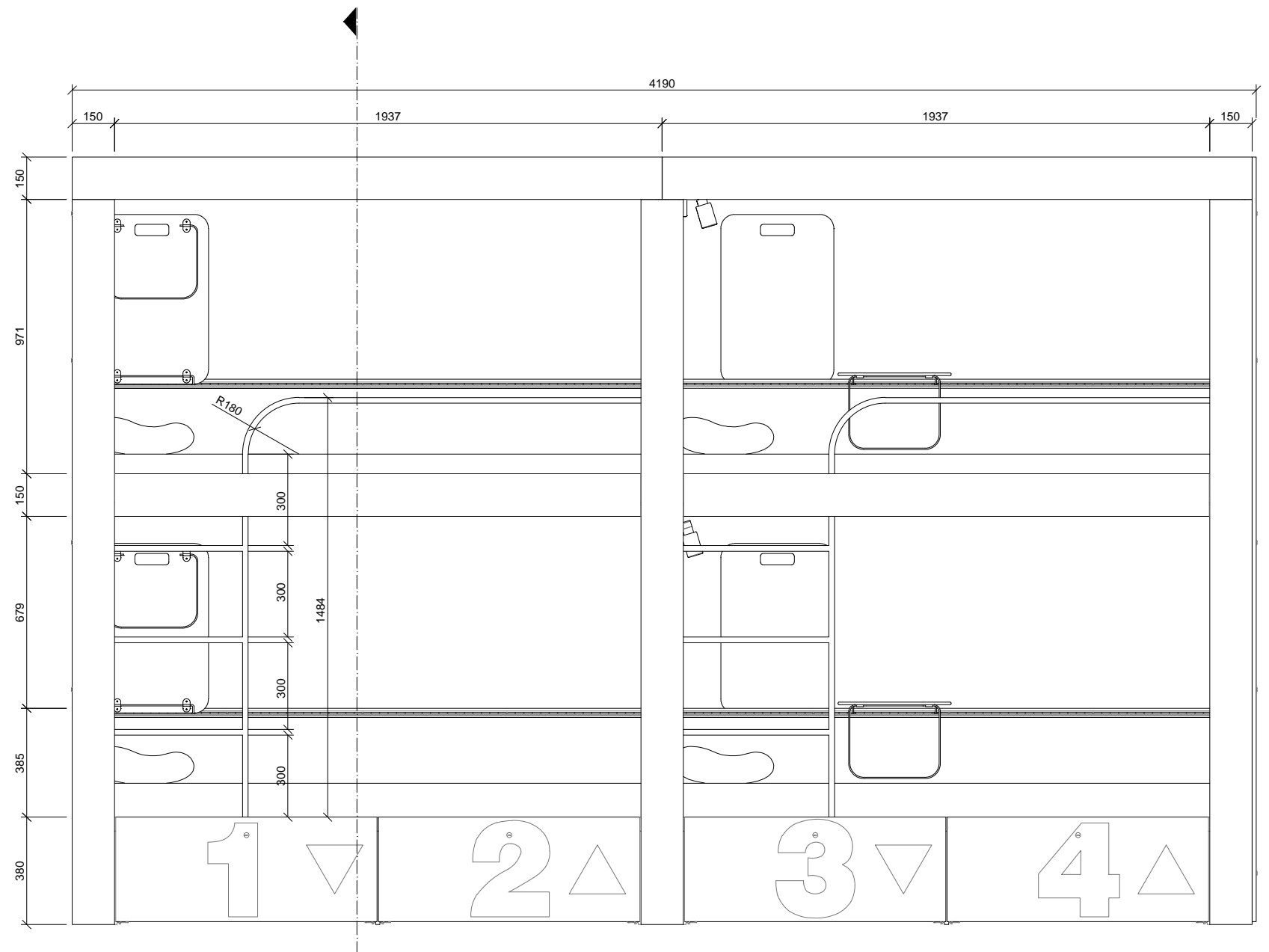
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
E10



vista lateral direita



vista frontal

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Beliche

vistas frontal e lateral direita - Proposta

Requerente:

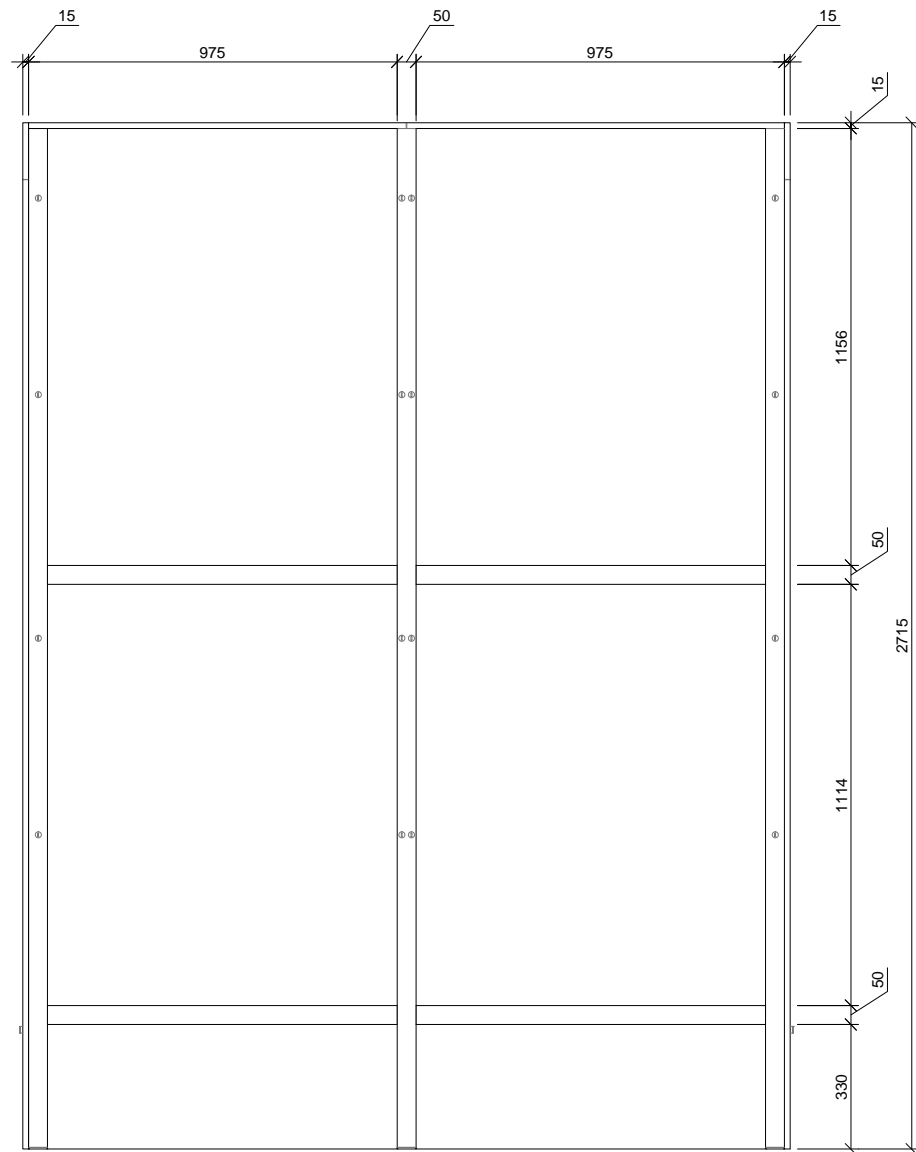
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:
A3 mm

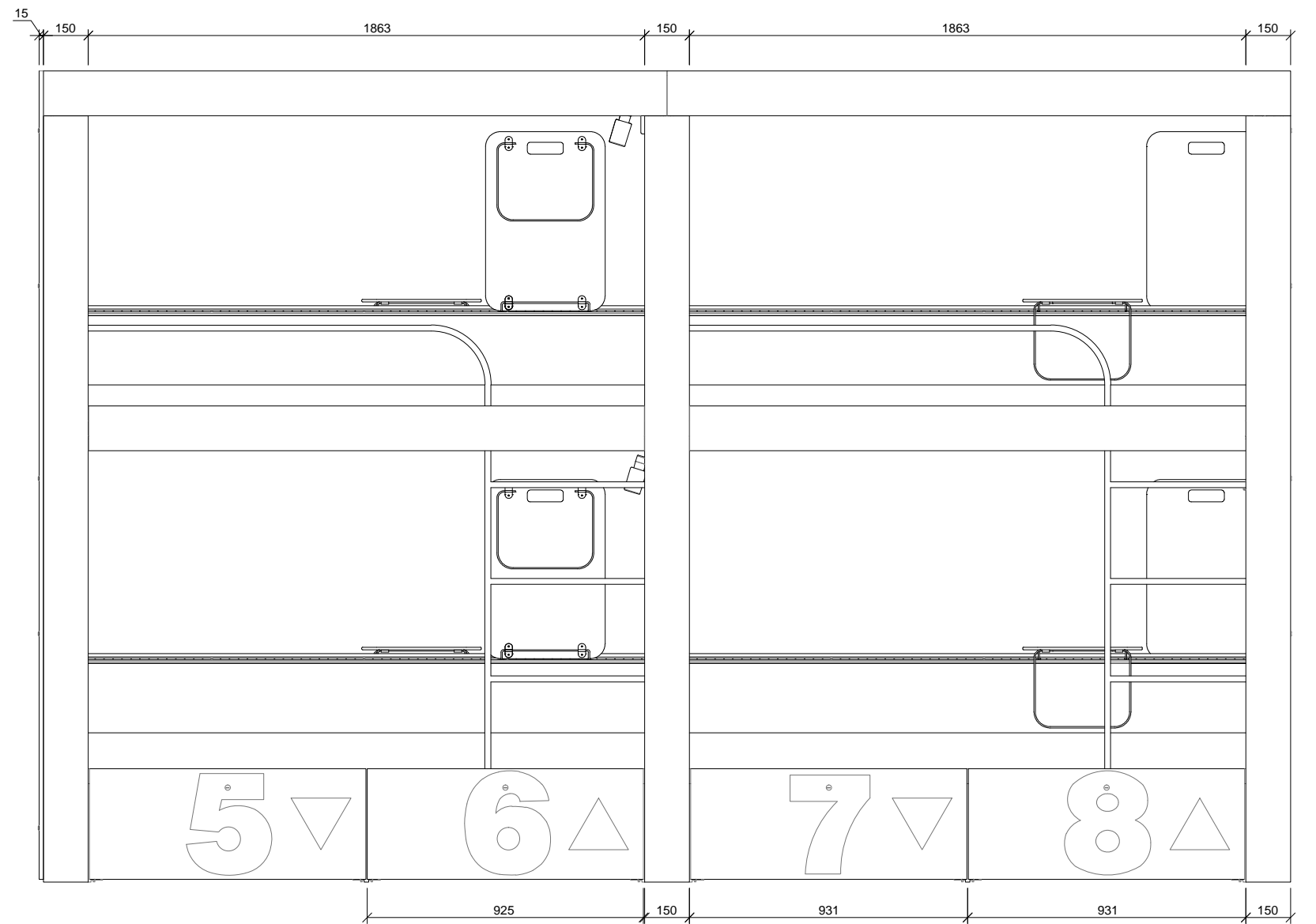
Escala:
1/20

Desenho:

E11a



vista lateral esquerda



vista posterior

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Beliche

vistas posterior e lateral esquerda - Proposta

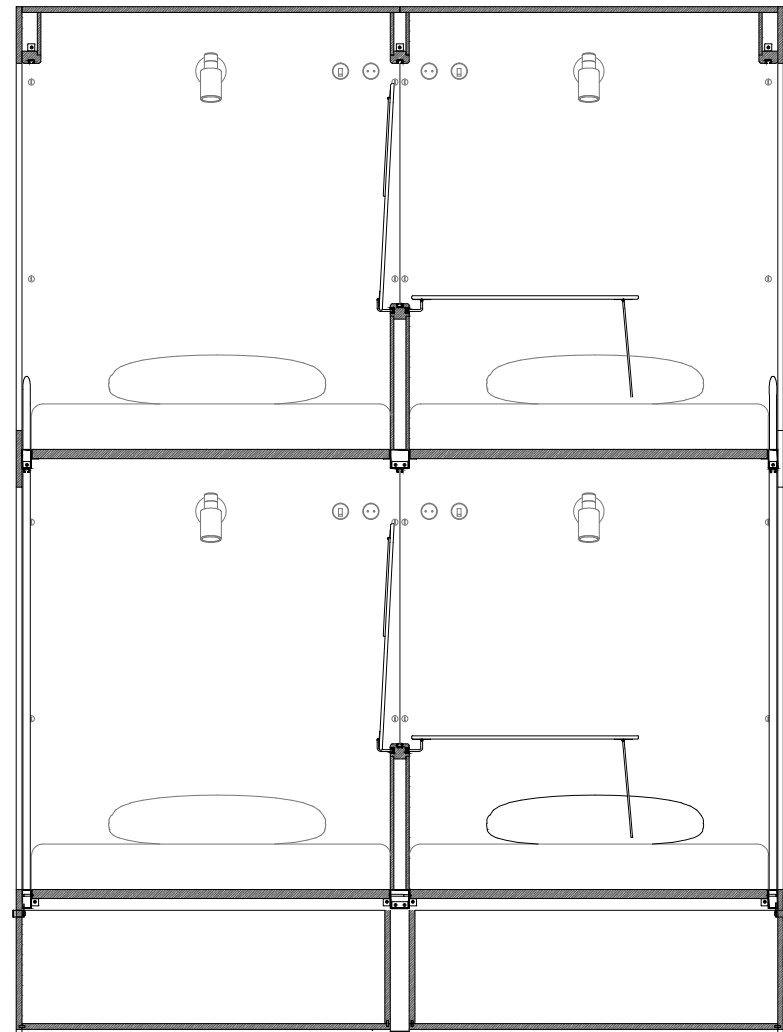
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

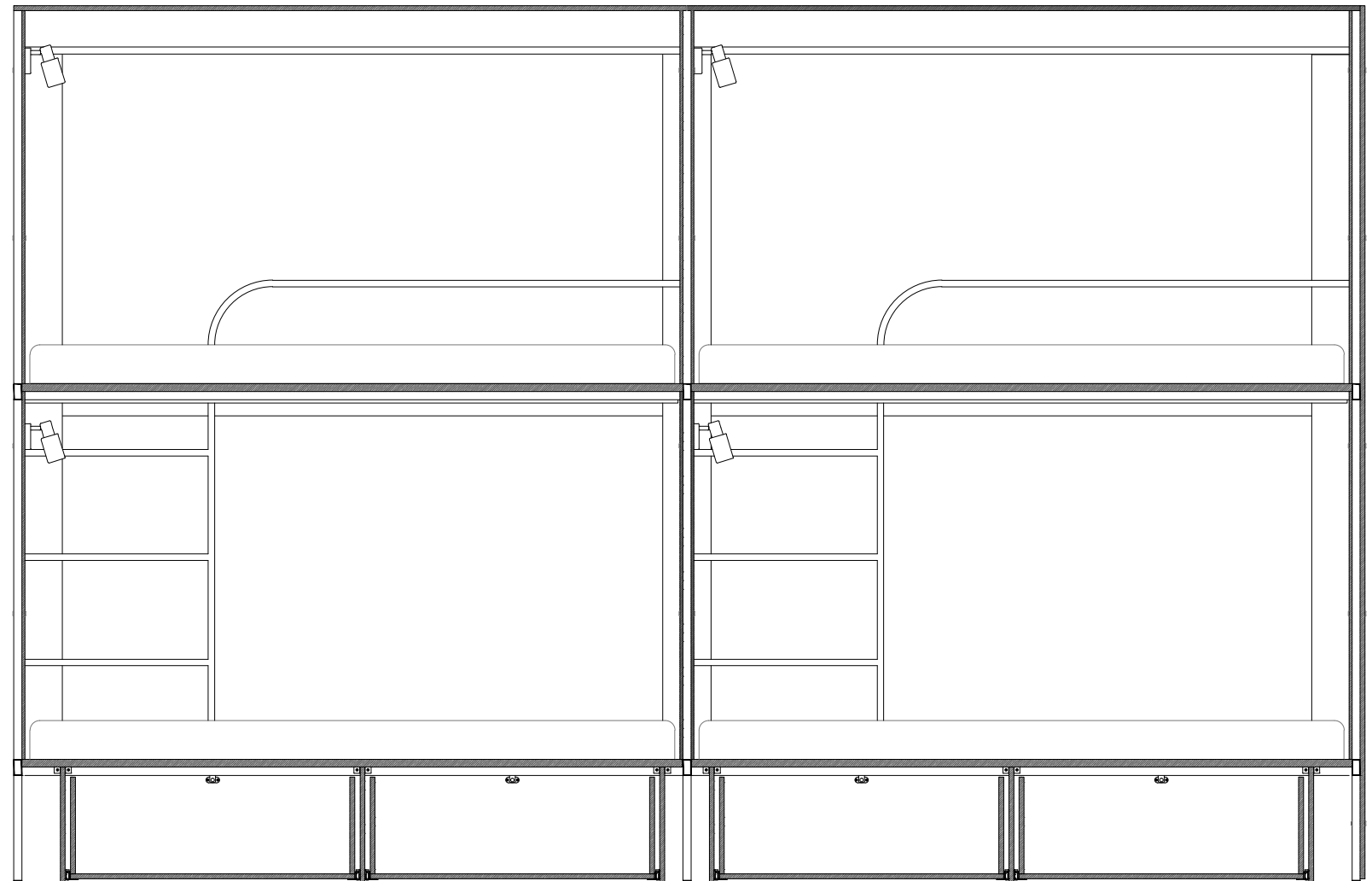
Formato,
unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
E11b



corte transversal



corte longitudinal

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Beliche
cortes horizontal e vertical - Proposta

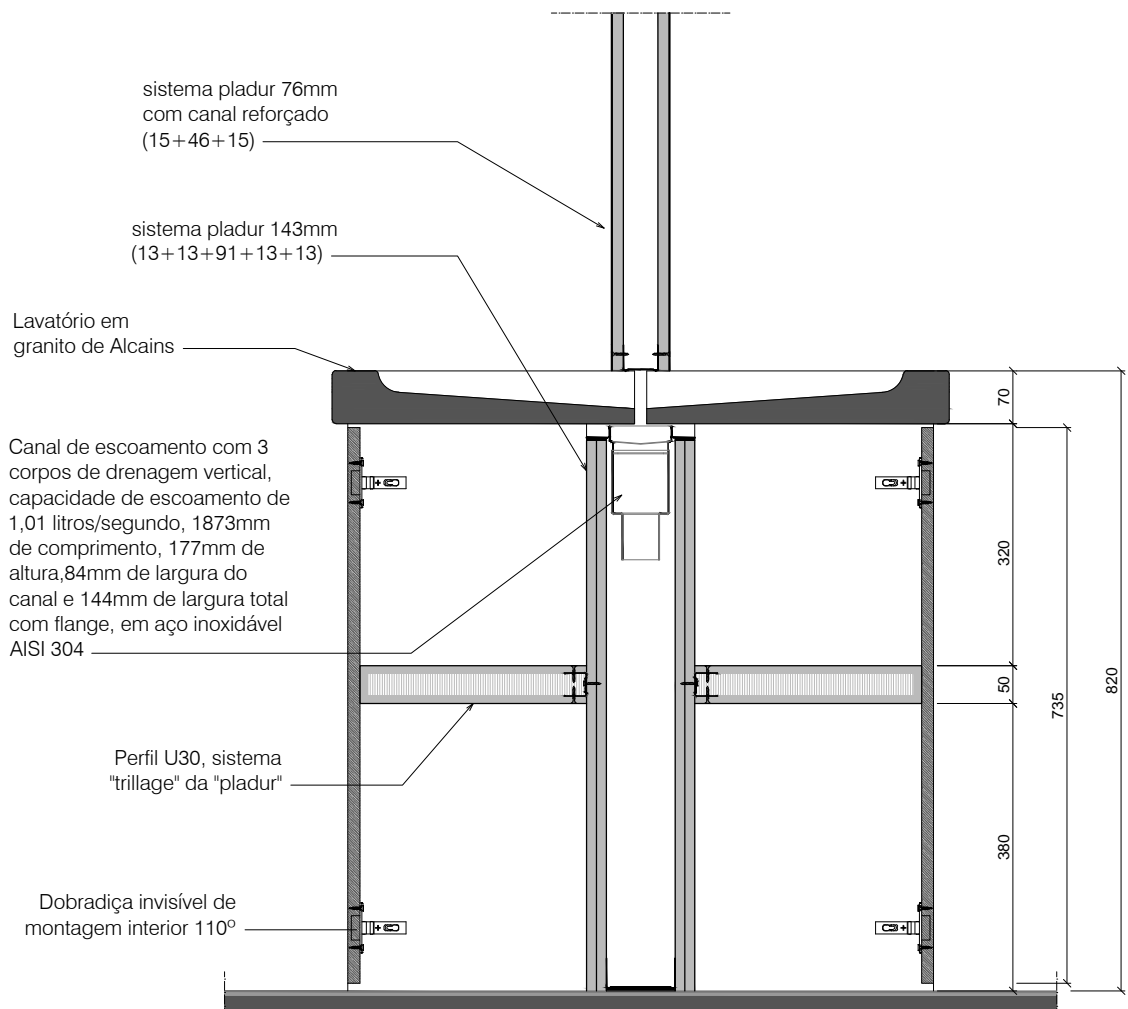
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
E11c



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Lavatórios das casas de banho

Proposta de equipamento

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

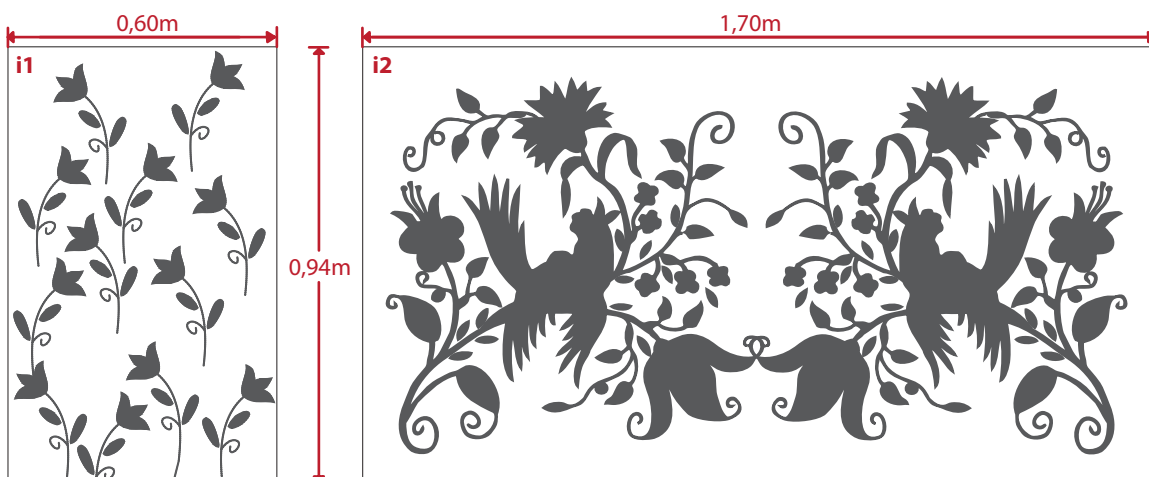
A4 mm

Escala:

1/10

Desenho:

E12



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Bordados em vinil

imagens a aplicar nos vidros da cozinha

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

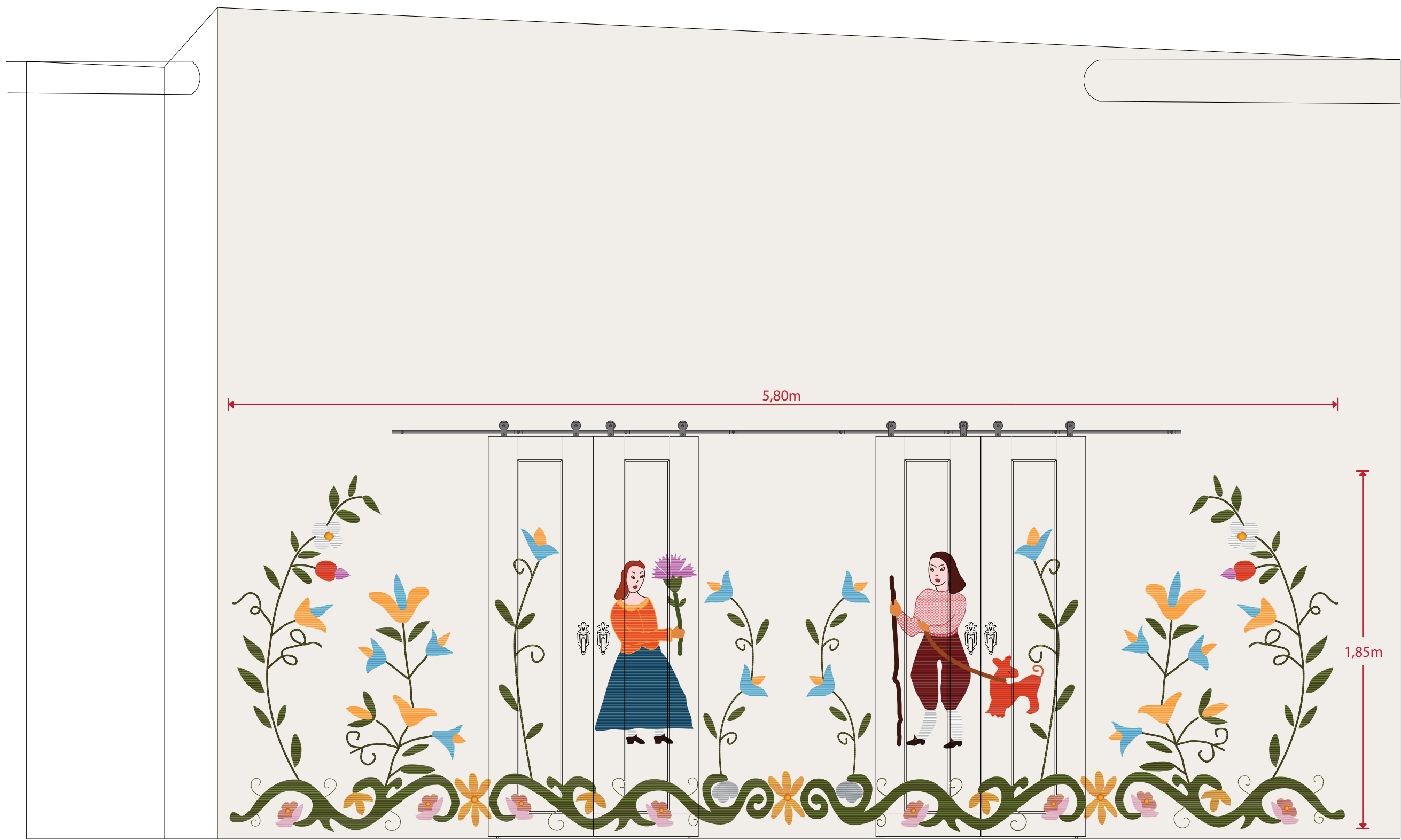
A4 M

Escala:

-

Desenho:

Ei1



TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o 33, Rua dos Chões n^o 1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Bordados em vinil

imagens a aplicar na parede do dormitório

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 M

Escala:

-

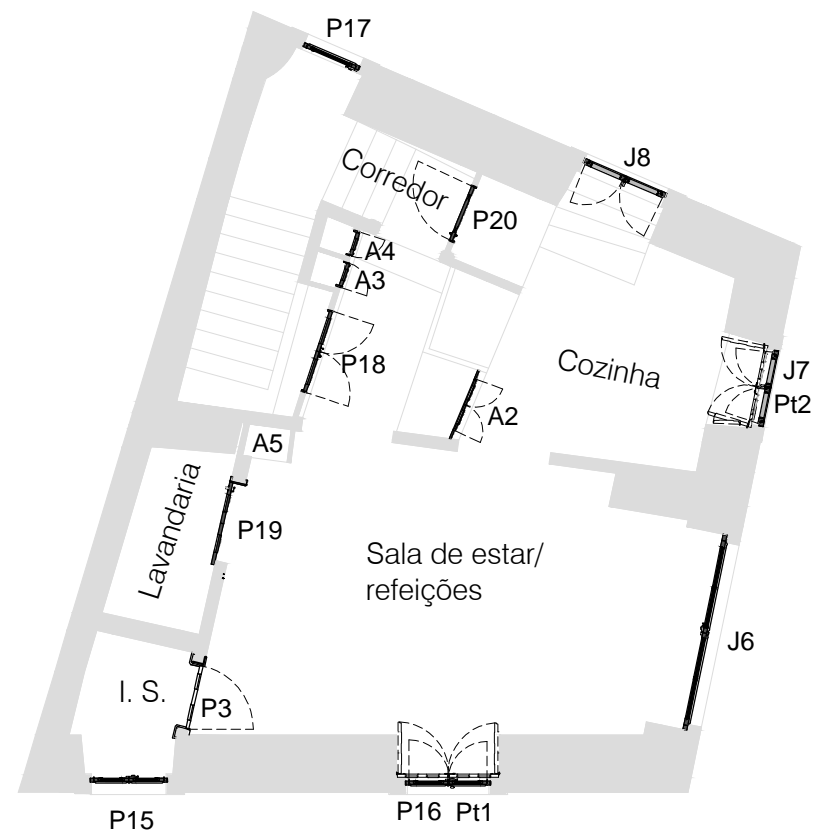
Desenho:

Ei2

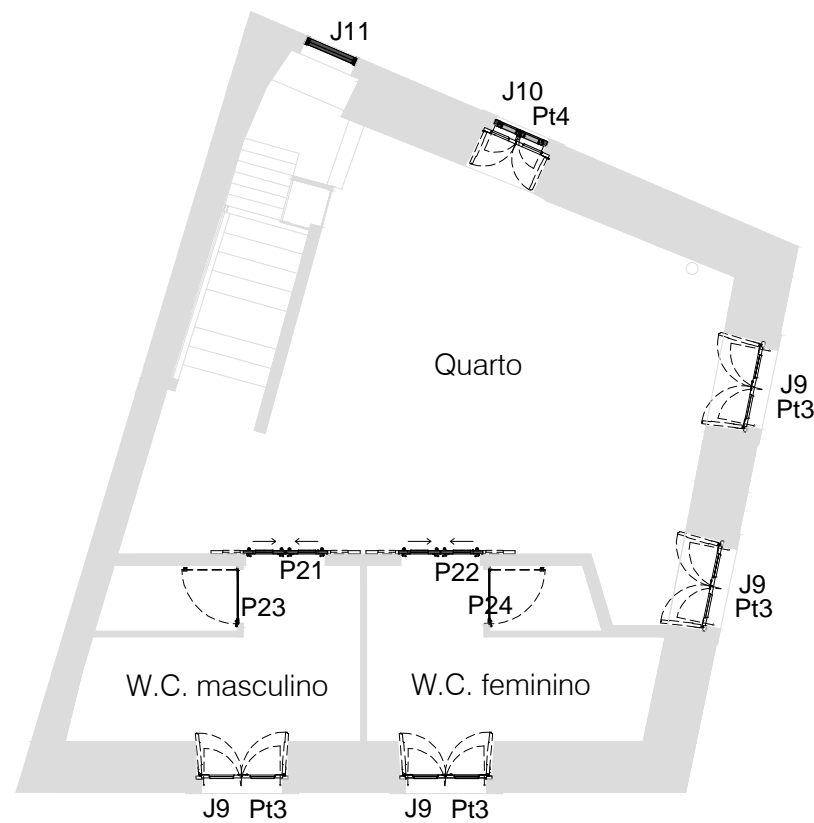
PEÇAS DESENHADAS

SÉRIES V e Vp - Mapa de vãos

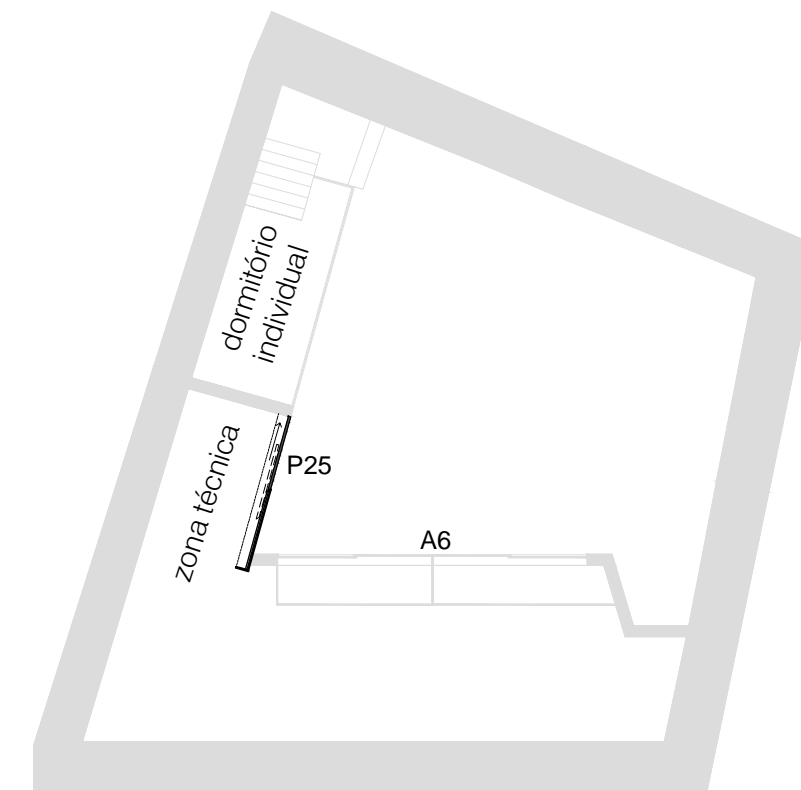
- V00 - Localização dos vãos
- V01 - Porta exterior P15
- V02 - Porta exterior P16
- V03 - Porta exterior P17
- V04 - Janelão de batente J6
- V05 - Janela oscilobatente J7
- V06 - Janela oscilobatente J8
- V07 - Janelas oscilobatentes J9
- V08 - Janela oscilobatente J10
- V09 - Janela de guilhotina J11
- V10 - Porta interior P18
- V11 - Porta interior P19
- V12 - Porta interior P20
- V13 - Portas interiores P21 e P22
- V14 - Portas interiores P23 e P24
- V15 - Porta interior P25
- V16 - Armário A2
- V17 - Cacifos A3; A4
- V18 - Armário A5
- V19 - Armário A6
- Vp01 - Pm1 - pormenor
- Vp02 - Pm2 - pormenor
- Vp03 - Pm3 - pormenor
- Vp04 - Pm4 - pormenor
- Vp05 - Pm5 - pormenor
- Vp06 - Pm6 - pormenor
- Vp07 - Pm7 - pormenor
- Vp08 - Pm8; Pm9; Pm10
- Vp09 - Pm11 - pormenor
- Vp10 - Pm12 - pormenor
- Vp11 - Pm13; Pm14
- Vp12 - Pm15 - pormenor
- Vp13 - Pm16 - pormenor
- Vp14 - Pm17 - pormenor
- Vp15 - Pm18; Pm19; Pm20
- Vp16 - Pm21 - pormenor
- Vp17 - Pm22 - pormenor
- Vp18 - Pm23; Pm24



Rés do Chão



1º Andar



Mezanino

P3 - Acesso da sala à instalação sanitária (ver folha Lv02);
 P15 - Porta exterior encerrada - I. S. Rés do chão;
 P16 - Porta exterior - entrada principal, Pt1 - Portadas da porta principal;
 P17 - Porta exterior encerrada - lado da Travessa dos Chões;
 J6 - Portão encerrado - lado da Rua dos Chões;
 J7 - Janela da cozinha - lado da Rua dos Chões, Pt2 - Portadas da janela J7;
 J8 - Janela da cozinha - lado da Travessa dos Chões;
 P18 - Acesso do corredor ao desvão das escadas;
 P19 - Acesso da sala à lavandaria;
 P20 - Acesso do corredor aos arrumos de bagagem;
 A2 - Portas de armário da cozinha;
 A3; A4 - Cacifos;

A5 - Armário da zona de receção/administração
 J9 - Janelas das casas de banho e quarto, Pt3 - Portadas das janelas J9;
 J10 - Janela do quarto - Lado da Travessa dos Chões, Pt4 - Portadas janela J10;
 J11 - Janela do acesso ao mezanino - Lado da Travessa dos Chões;
 P21 - Acesso do quarto à casa de banho masculina;
 P22 - Acesso do quarto à casa de banho feminina;
 P23 - Acesso da casa de banho masculina à retrete masculina;
 P24 - Acesso da casa de banho feminina à retrete feminina;
 P25 - Acesso do quarto ao mezanino;
 A6 - Armário de roupas de cama - dormitório misto

TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015

Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta Mª nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

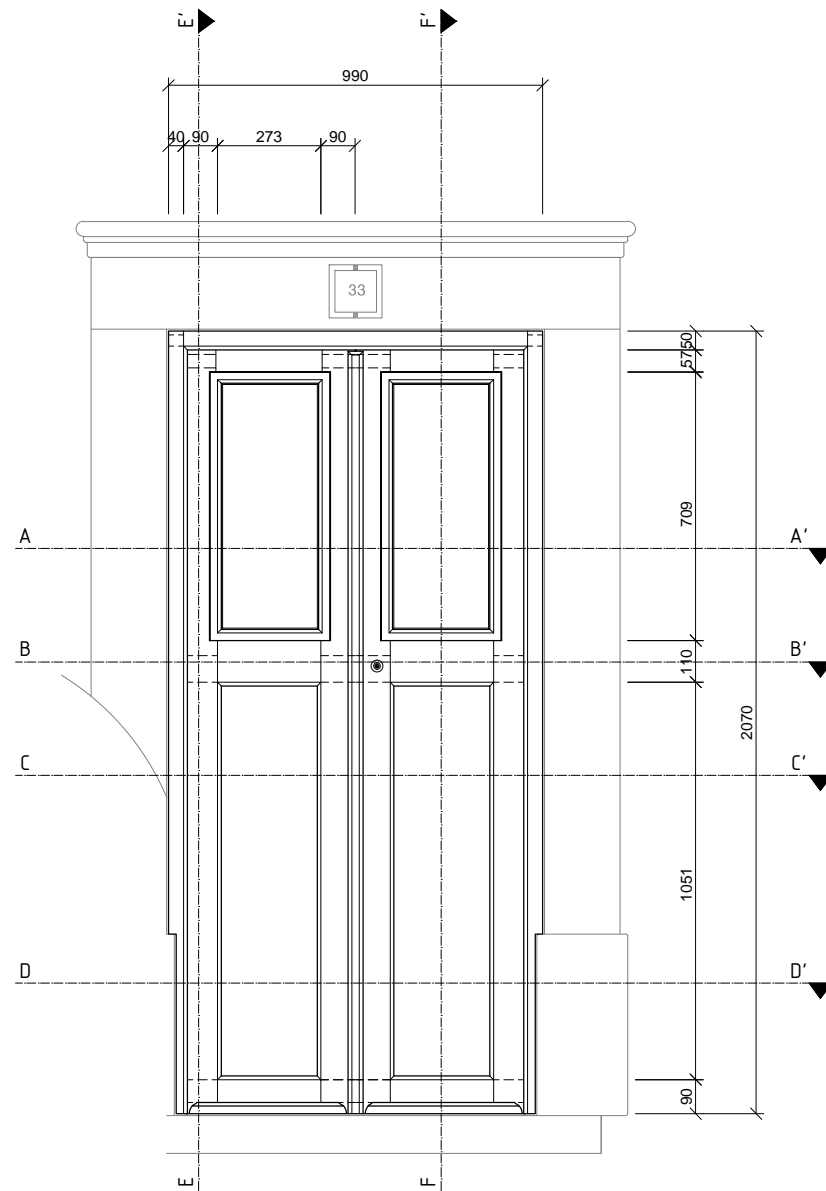
Descrição:
Localização dos vãos
 Proposta

Requerente:
 Câmara Municipal de Castelo Branco

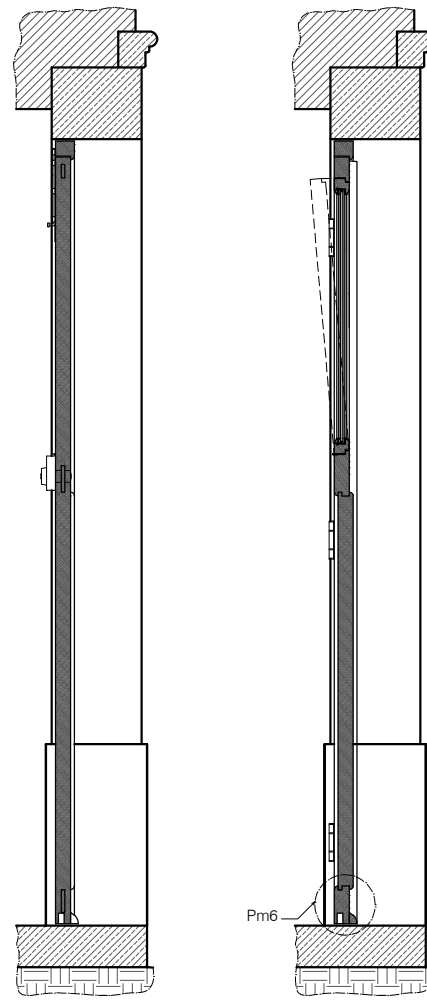
Formato, unidades:
A3 -

Escala:
 -

Desenho:
V00

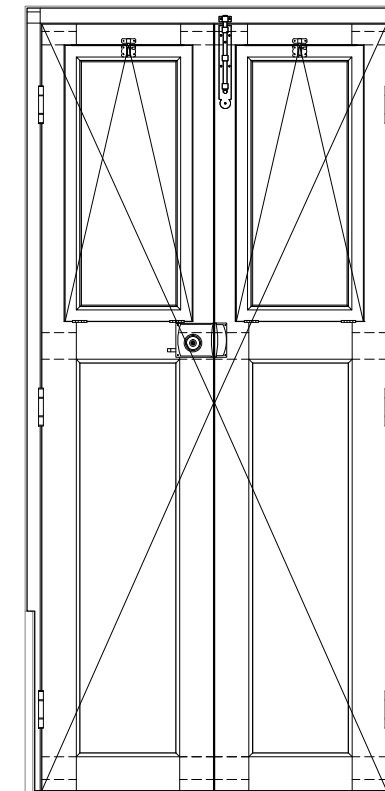


Vista pelo exterior

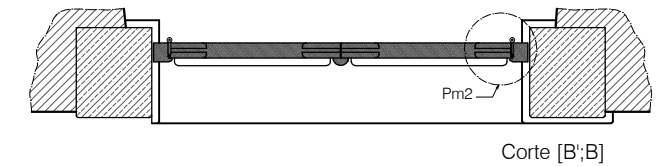


Corte [E':E]

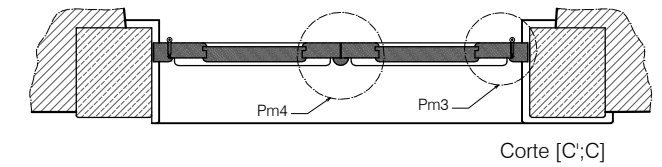
Corte [F':F]



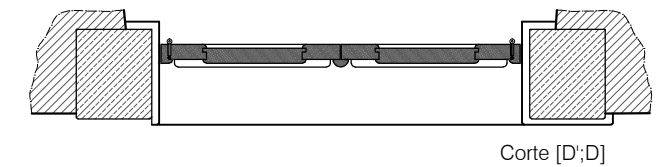
Vista pelo interior



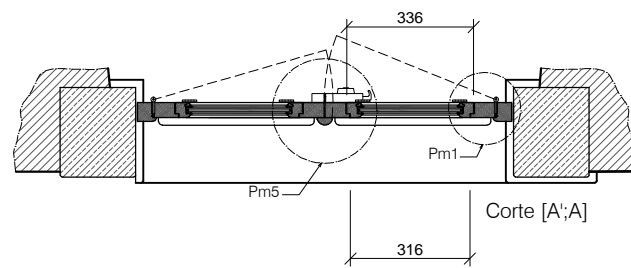
Corte [B':B]



Corte [C':C]



Corte [D':D]



Corte [A':A]

DESIGNAÇÃO: P15 - Porta exterior de segurança de 2 folhas

DESCRIÇÃO: Porta exterior de segurança de 2 folhas com postigo, em madeira maciça de Ipê. Folhas com almofada inferior e postigo de tombar com vidro duplo fosco (5+6+5) e compasso limitador de abertura. Aro fixo à parede através de grampos inseridos nos orifícios pré-existentes das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia. Samblagens dos arosem formato de caixa e espiga. Fechadura esquerda de segurança de sobrepôr com cilindro de 4 entradas. Pingadeira na base das folhas, régua de batente fixa pelo exterior da folha direita.

DIMENSÕES: Totais - 990 X 2070 X 60 mm; cada folha - 393 X 2028 X 40 mm; postigo de tombar - 316 X 710 mm; entrada livre de luz - 250 X 644 mm cada folha.

ACABAMENTO: Velatura incolor mate para exteriores de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Dobradiça de 1/2 balanço, latão bronze 100 X 68 mm (6 un.); dobradiça de fiel fixo, latão bronze 38 X 26 mm (4 un.); fecho barrinha, latão bronze 220 X 32 mm + grampo (1 un.); fecho baioneta para postigo de tombar, latão bronze (2 un.); fechadura esquerda de segurança de sobrepôr com cilindro fixo de 4 entradas 100 X 91 X 24mm (1 un.); veda portas encastrável, 390 X 15 X 28 mm (2 un.); compasso limitador de abertura (2 un.); vedantes e selantes.

LOCALIZAÇÃO: Vão de acesso à Rua de Santa Maria, instalação sanitária do rés do chão.

Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 416 e 417 do anexo Pormenores Pm1 - folha Pv1; Pm2 - folha Pv2; Pm2 - folha Pv3; Pm4 - folha Pv4; Pm5 - folha Pv5; Pm6 - folha Pv6

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

P15

Porta exterior - Instalação sanitária do rés do chão

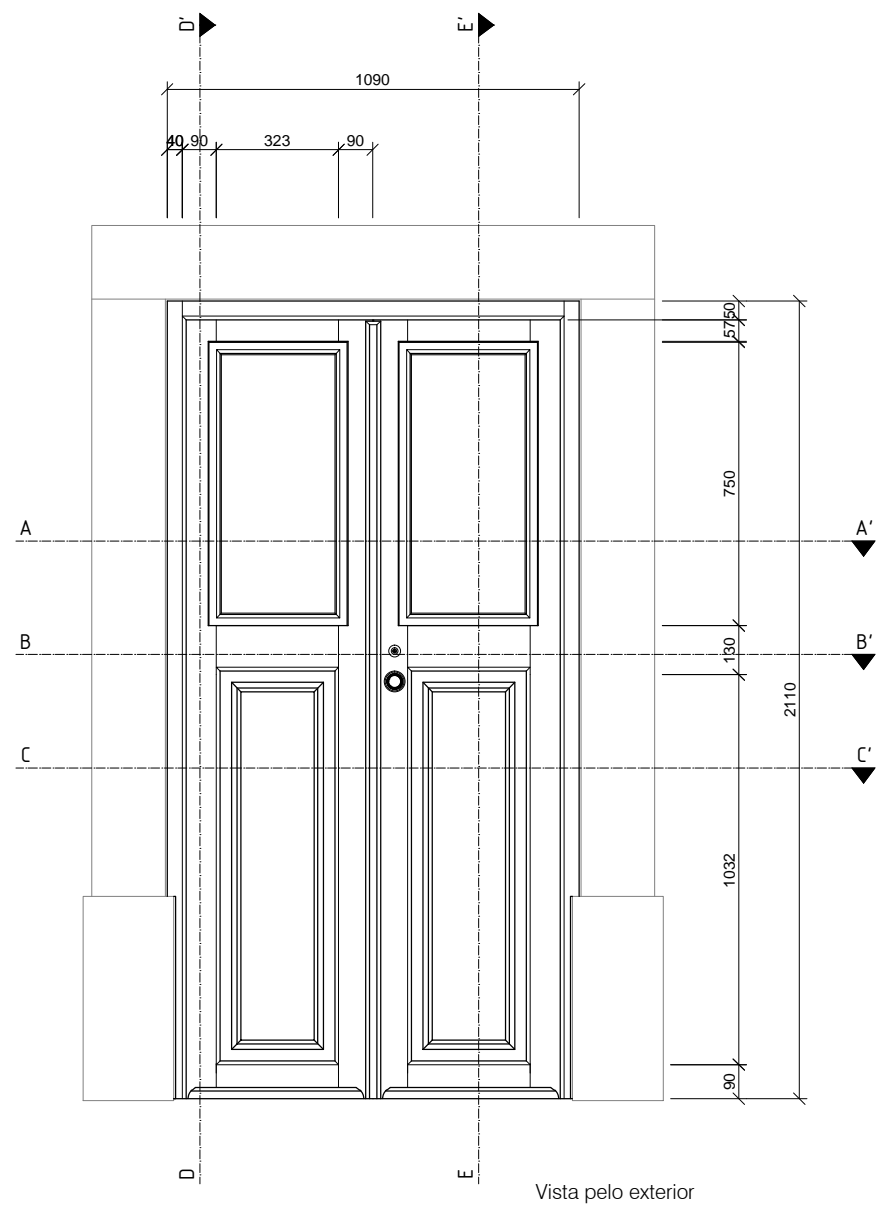
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

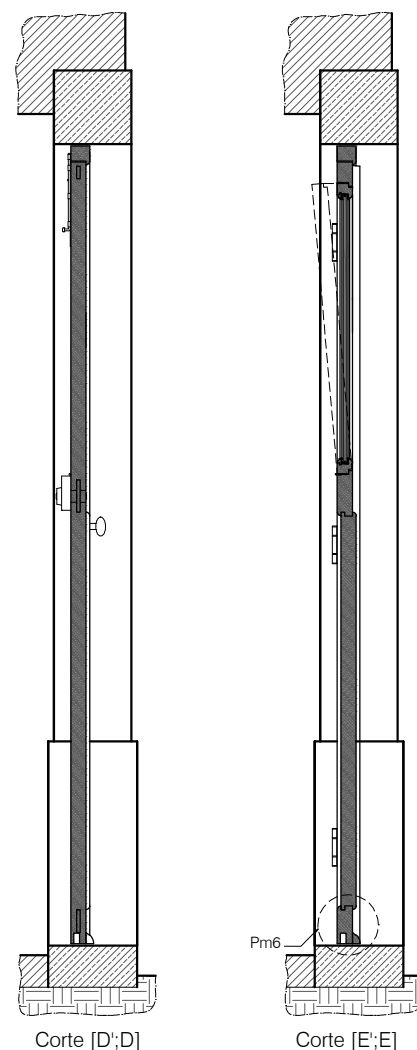
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
V01

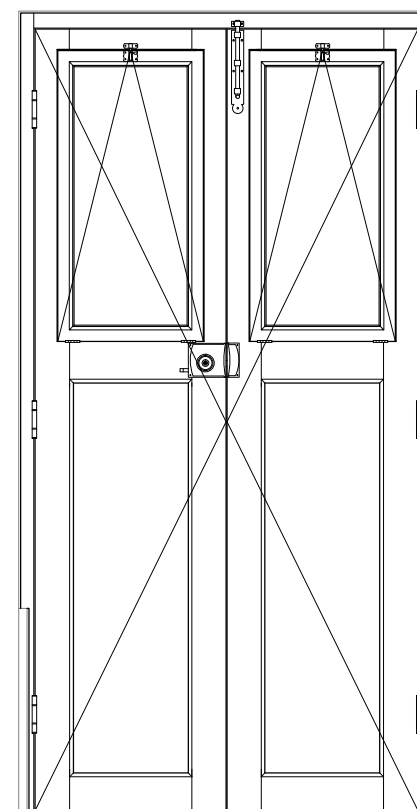


Vista pelo exterior

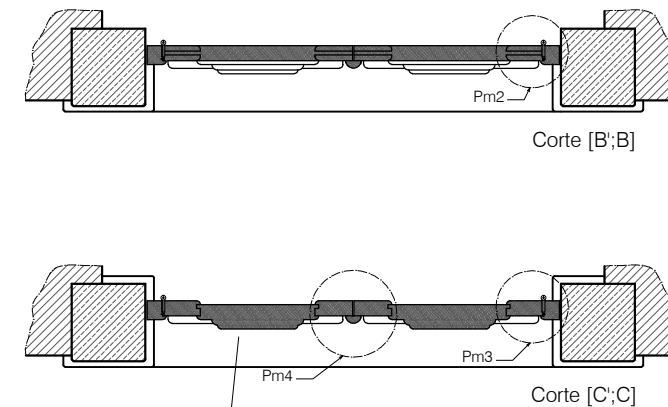


Corte [D':D]

Corte [E':E]



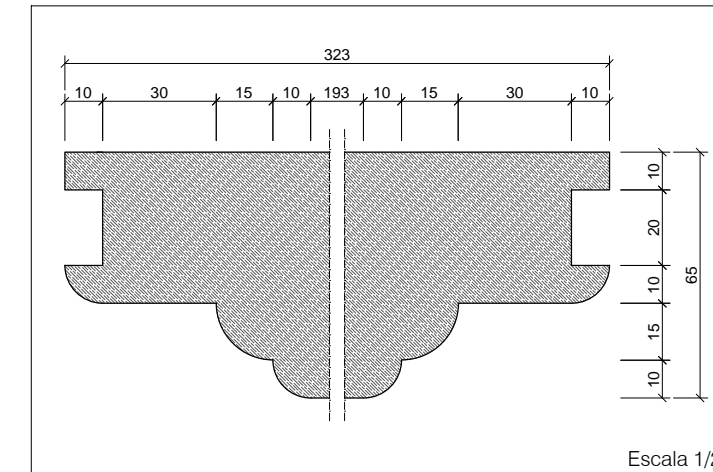
Vista pelo interior



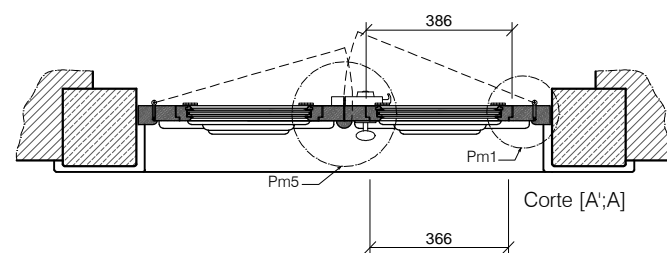
Corte [B':B]

Corte [C':C]

Almofada:



Escala 1/2



Corte [A':A]

DESIGNAÇÃO: P16 - Porta exterior de segurança de 2 folhas

DESCRIÇÃO: Porta exterior de segurança de 2 folhas com postigo, em madeira maciça de Ipê. Folhas com almofada inferior e postigo de tomar com vidro duplo incolor (5+6+5) e compasso limitador de abertura. Aro fixo à parede através de grampos inseridos nos orifícios pré-existent das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia. Samblagens dos aros em formato de caixa e espiga. Fechadura esquerda de segurança de sobrepôr com cilindro de 4 entradas. Pingadeira na base das folhas, régua de batente fixa pelo exterior da folha direita.

DIMENSÕES: Totais - 1090 X 2110 X 60 mm; cada folha - 443 X 2068 X 40 mm; postigo de tomar - 366 X 710 mm; entrada livre de luz - 300 X 684 mm cada folha

ACABAMENTO: Velatura incolor mate para exteriores de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Dobradiça de 1/2 balanço, latão bronze 100 X 68 mm (6 un.); dobradiça de fiel fixo, latão bronze 38 X 26 mm (4 un.); fecho barrinha, latão bronze 220 X 32 mm + grampo (1 un.); fecho baioneta para postigo de tomar, latão bronze (2 un.); fechadura esquerda de segurança de sobrepôr com cilindro fixo de 4 entradas 100 X 91 X 24mm (1 un.); puxador simples fixo, bronze 50 mm diâmetro (1 un.); veda portas encastrável, 440 X 15 X 28 mm (2 un.); compasso limitador de abertura (2 un.); vedantes e selantes; Portadas existentes Pt1 (decapadas e pintadas com primário e esmalte mate de referência NCS - S 5040 Y90R (Natural color System)).

Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 416 e 417 do anexo Pormenores Pm1 - folha Pv1; Pm2 - folha Pv2; Pm2 - folha Pv3; Pm4 - folha Pv4; Pm5 - folha Pv5; Pm6 - folha Pv6. Pt1 ver folha Lv07

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

P16

Porta exterior - Entrada principal

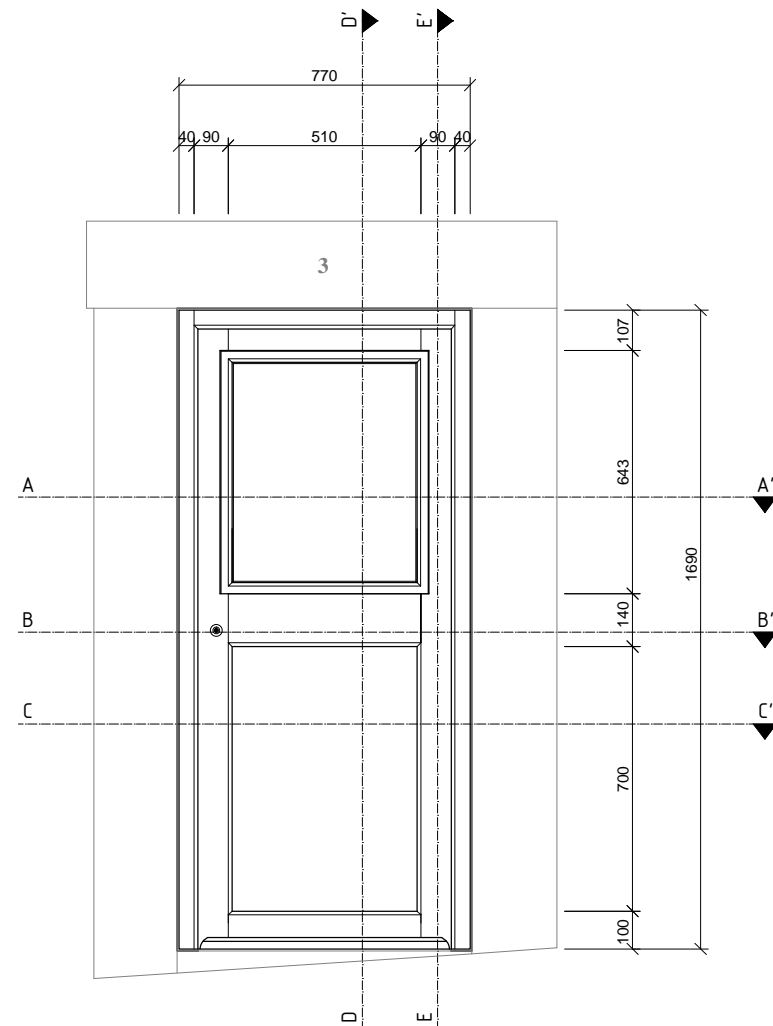
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

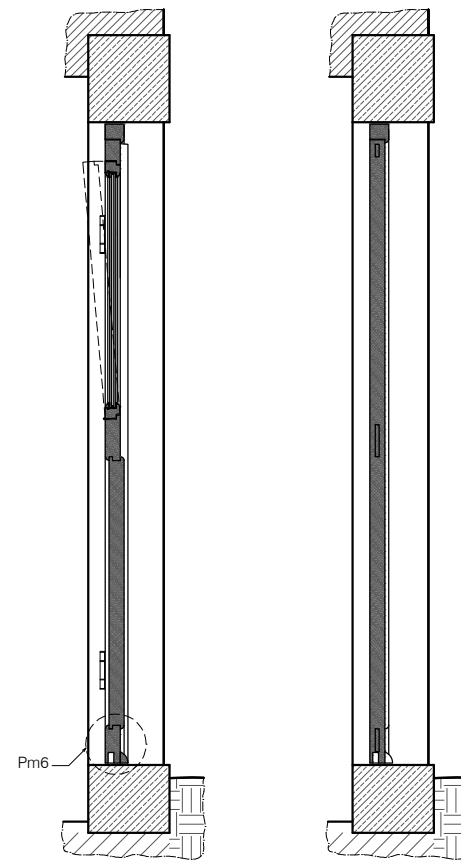
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
V02

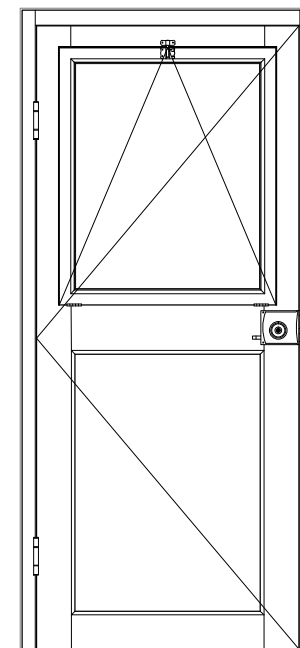


Vista pelo exterior

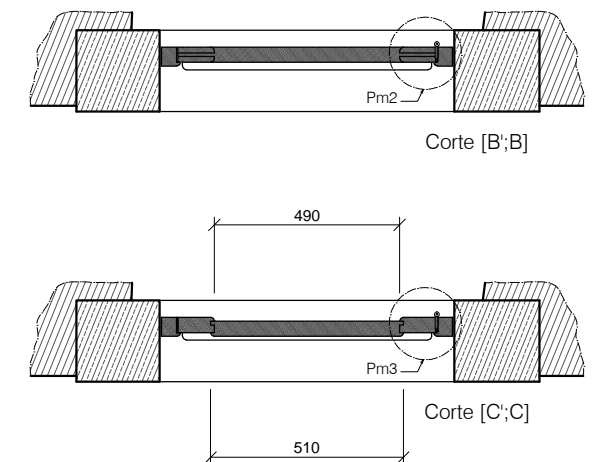


Corte [D:D]

Corte [E:E]

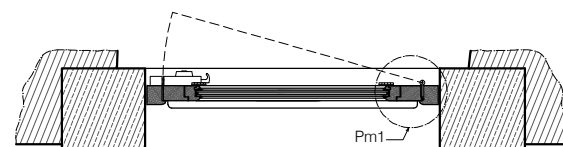


Vista pelo interior



Corte [B:B]

Corte [C:C]



Corte [A:A]

DESIGNAÇÃO: P17 - Porta exterior de segurança de 1 folha

DESCRIÇÃO: Porta exterior de segurança de 1 folha com postigo, em madeira maciça de Ipê. Folha com almofada inferior e postigo de tombar com vidro duplo incolor (5+6+5) e compasso limitador de abertura. Aro fixo à parede através de grampos inseridos nos orifícios pré-existentes das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia. Samblagens dos aros em formato de caixa e espiga. Fechadura esquerda de segurança de sobrepôr com cilindro de 4 entradas. Pingadeira na base da folha.

DIMENSÕES: Totais - 770 X 1690 X 60 mm; folha - 685 X 1648 X 40 mm; postigo de tombar - 570 X 681 mm; entrada livre de luz - 483 X 575 mm

ACABAMENTO: Velatura incolor mate para exteriores de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Dobradiça de 1/2 balanço, latão bronze 100 X 68 mm (4 un.); dobradiça de fiel fixo, latão bronze 38 X 26 mm (2 un.); trinco basculante (1 un.); fechadura esquerda de segurança de sobrepôr com cilindro fixo de 4 entradas 100 X 91 X 24mm (1 un.); veda portas encastrável, 570 X 15 X 28 mm (1 un.); compasso limitador de abertura (1 un.); vedantes e selantes

LOCALIZAÇÃO: Vão de acesso à Travessa dos Chões, início da caixa de escadas.

Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 416 e 417 do anexo Pormenores Pm1 - folha Pv1; Pm2 - folha Pv2; Pm2 - folha Pv3; Pm4 - folha Pv4; Pm5 - folha Pv5; Pm6 - folha Pv6

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

P17

Porta exterior - Travessa dos Chões

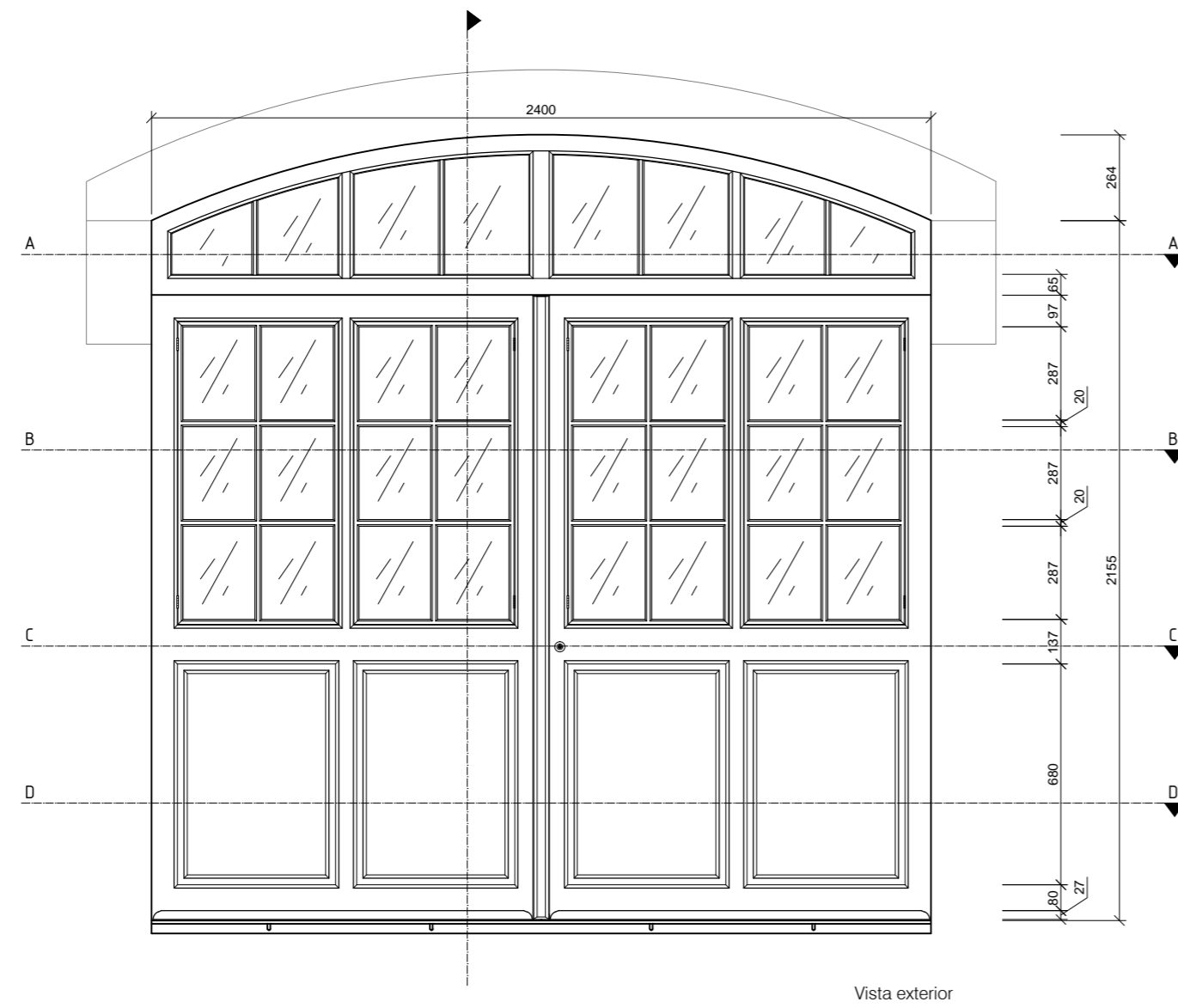
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

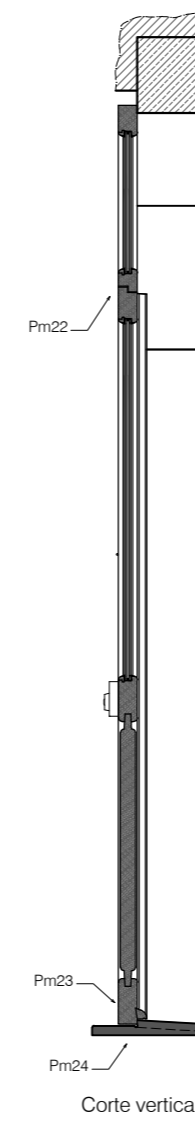
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

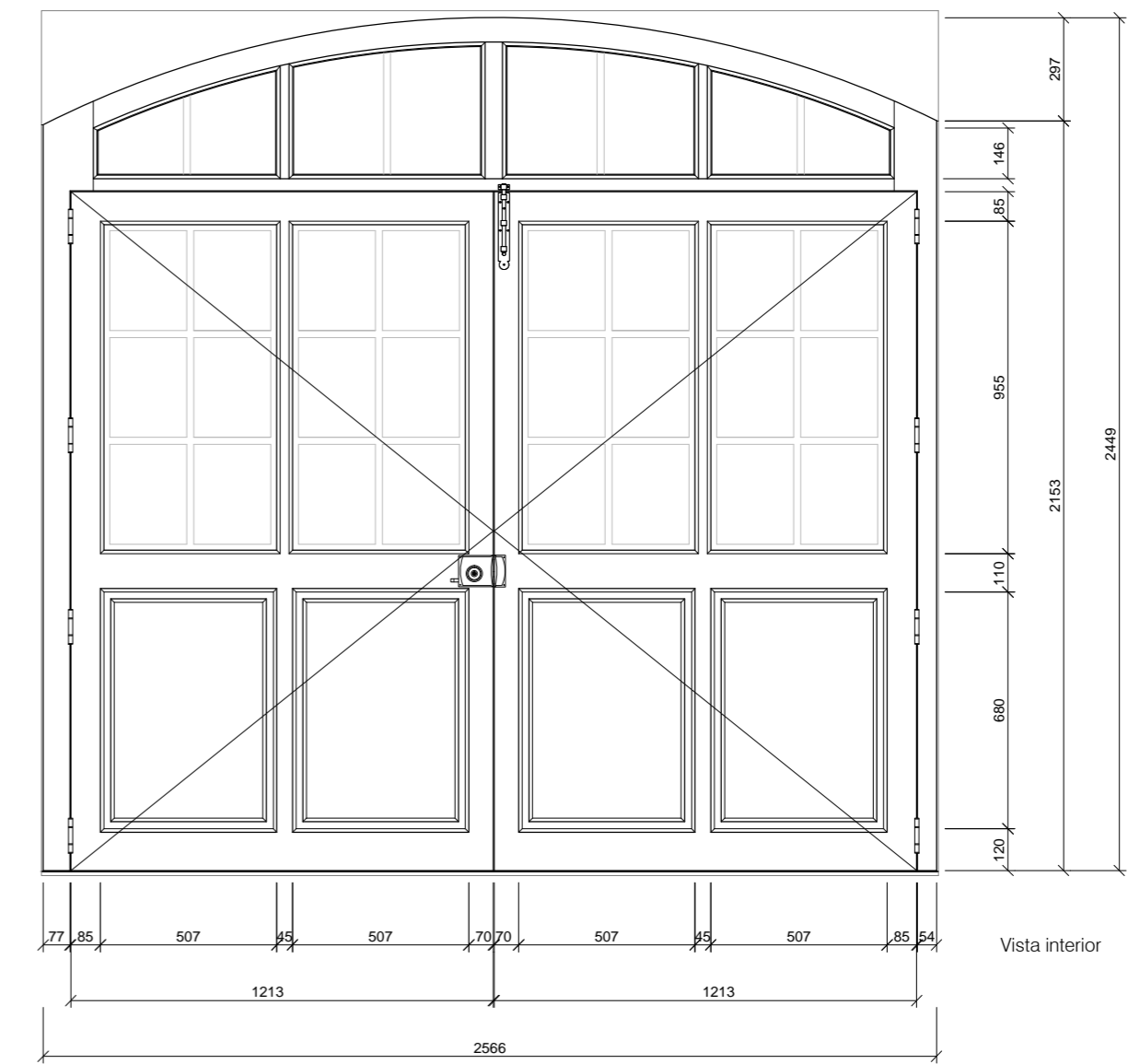
Desenho:
V03



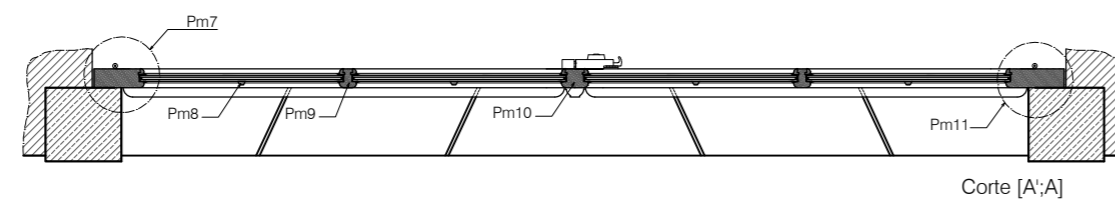
Vista exterior



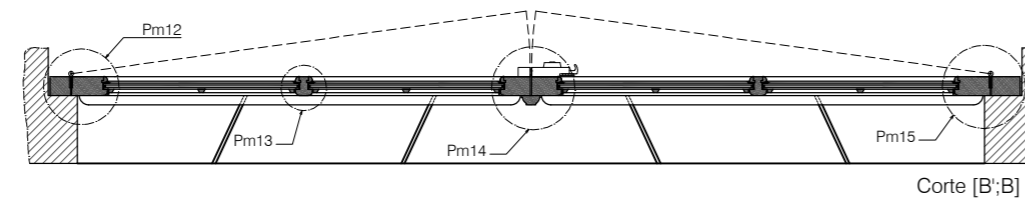
Corte vertical



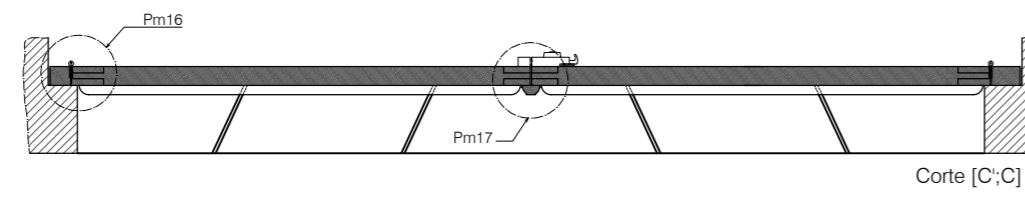
Vista interior



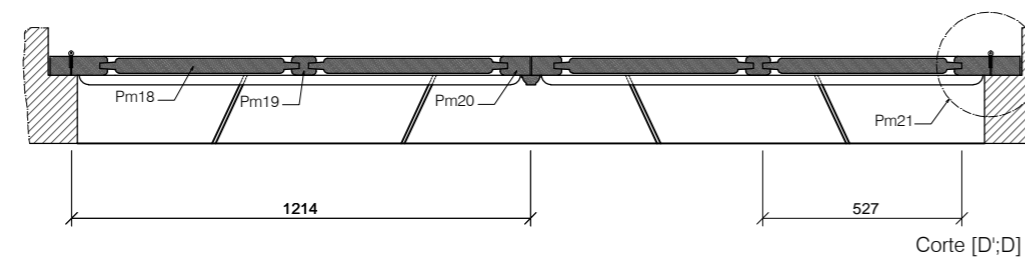
Corte [A:A]



Corte [B:B]



Corte [C:C]



Corte [D:D]

DESIGNAÇÃO: J6 - Portão

DESCRIÇÃO: Portão com duas folhas de abrir e bandeira superior. Em madeira maciça de Ipê. Vidro duplo incolor (5+10+5). Aro fixo à parede através de grampos inseridos nas cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia. Folhas com grelha de pinázios de abrir. Bandeira com pinázios colados ao vidro.

DIMENSÕES: Totais - 2566 X 2449 X 75 mm; cada folha - 1210 X 1950 X 50 mm

ACABAMENTO: Velatura incolor mate para exteriores de base aqueosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Dobradiças 1/2 balanço acabamento latão bronze (8); dobradiças de fiel fixo, latão bronze 38 X 26 mm (para a grelha de pinázios - 8 un.); fechadura esquerda de segurança de sobrepôr com cilindro fixo de 4 entradas 100 X 91 X 24mm (1 un.).

LOCALIZAÇÃO: Zona de estar/refeições - Rés do chão

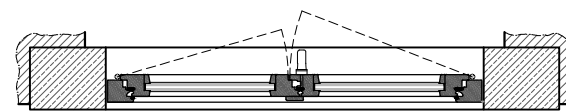
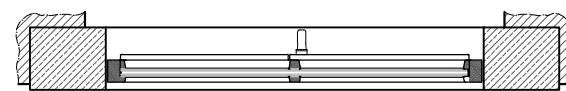
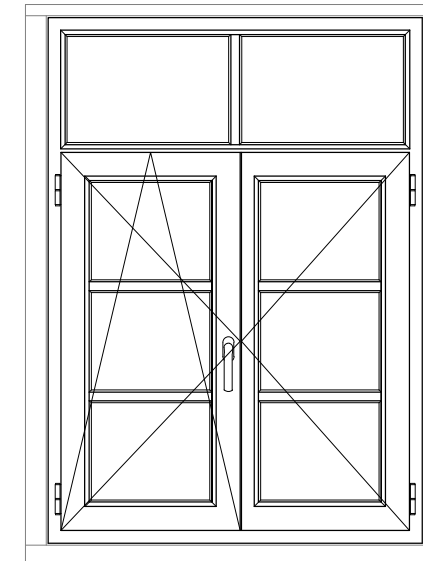
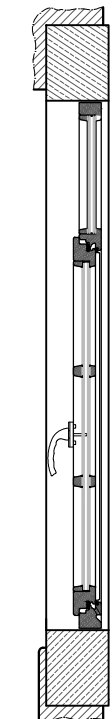
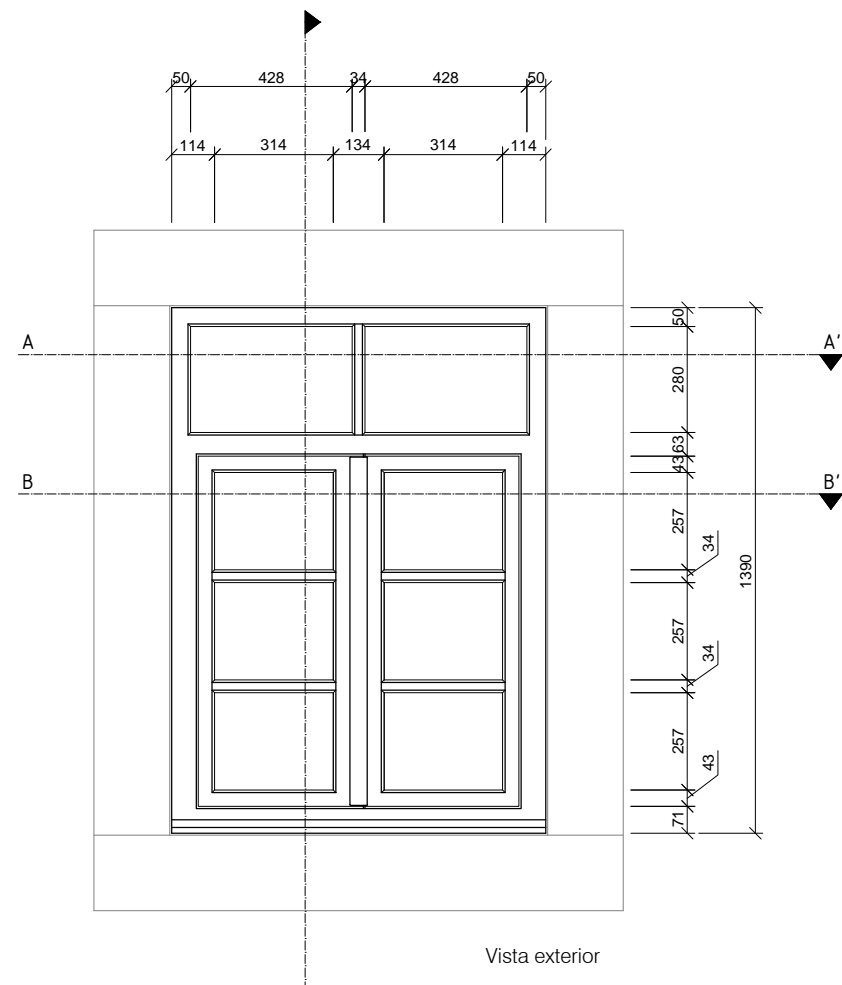
Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 416 e 417 do anexo
 Pormenores Pm7 - aro fixo direito da bandeira (considerar vista pelo interior - ver folha Vp07); Pm8 - pinázio fixo pelo exterior (folha Vp08); Pm9 - montante intermédio da bandeira (folha Vp08); Pm10 - montante central da bandeira (folha Vp08); Pm11 - aro fixo esquerdo da bandeira (folha Vp09) Pv4; Pm12 - aros fixo e móvel direitos (folha Vp10); Pm13 - pormenor de remate da grelha de pinázios com o montante central das folhas (folha Vp11); Pm14 - fecho central das folhas (folha Vp11); Pm15 - aros fixo e móvel esquerdos da zona envidraçada (folha Vp12); Pm16 - encaixe caixa e espiga lateral (folha Vp13); Pm17 - encaixe caixa e espiga central (folha Vp14); Pm18 - almofada (folha Vp15); Pm19 - montante central entre almofadas (folha Vp15); Pm20 - fecho central das folhas da zona almofadada (folha Vp15); Pm21 - aros fixo e móvel esquerdos da zona almofadada (folha Vp16); Pm22 - corte vertical do remate das folhas com a travessa intermédica (folha Vp17); Pm23 - corte vertical do remate das folhas com a soleira (folha Vp18); Pm24 - Soleira (folha Vp18).



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta Mª nº 33, Rua dos Chões nº 1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição: **J6**
 Janelão da Sala de estar/refeições
 Requerente: Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato: **A2**
 unidades: **mm**
 Escala: **1/20**
 Desenho: **V04**



DESIGNAÇÃO: J7 - Janela oscilobatente

DESCRIÇÃO: Janela oscilobatente com duas folhas de abrir (folha esquerda oscilobatente) e bandeira superior. Em madeira lamelada colada. Vidro duplo incolor (5+10+5). Aro fixo à parede através de grampas inseridos nos orifícios pré-existentes das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia.

DIMENSÕES: Totais - 990 X 1390 X 73 mm; cada folha - 474 X 1000 X 58 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0500 N (Natural color System) com esmalte para exteriores de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Kit oscilobatente para janela de 2 folhas e folha esquerda oscilobatente; dobradiças (4+1) para oscilobatente de acabamento alumínio anodizado natural; muleta de acabamento alumínio anodizado natural; Portadas existentes Pt2 (decapadas e pintadas com primário e esmalte mate de referência NCS - S 0505 G80Y

LOCALIZAÇÃO: Cozinha - Rés do chão

Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 418 e 419 do anexo; Pt2 ver folha Lv08

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

J7

Janela da cozinha - lado da Rua dos Chões

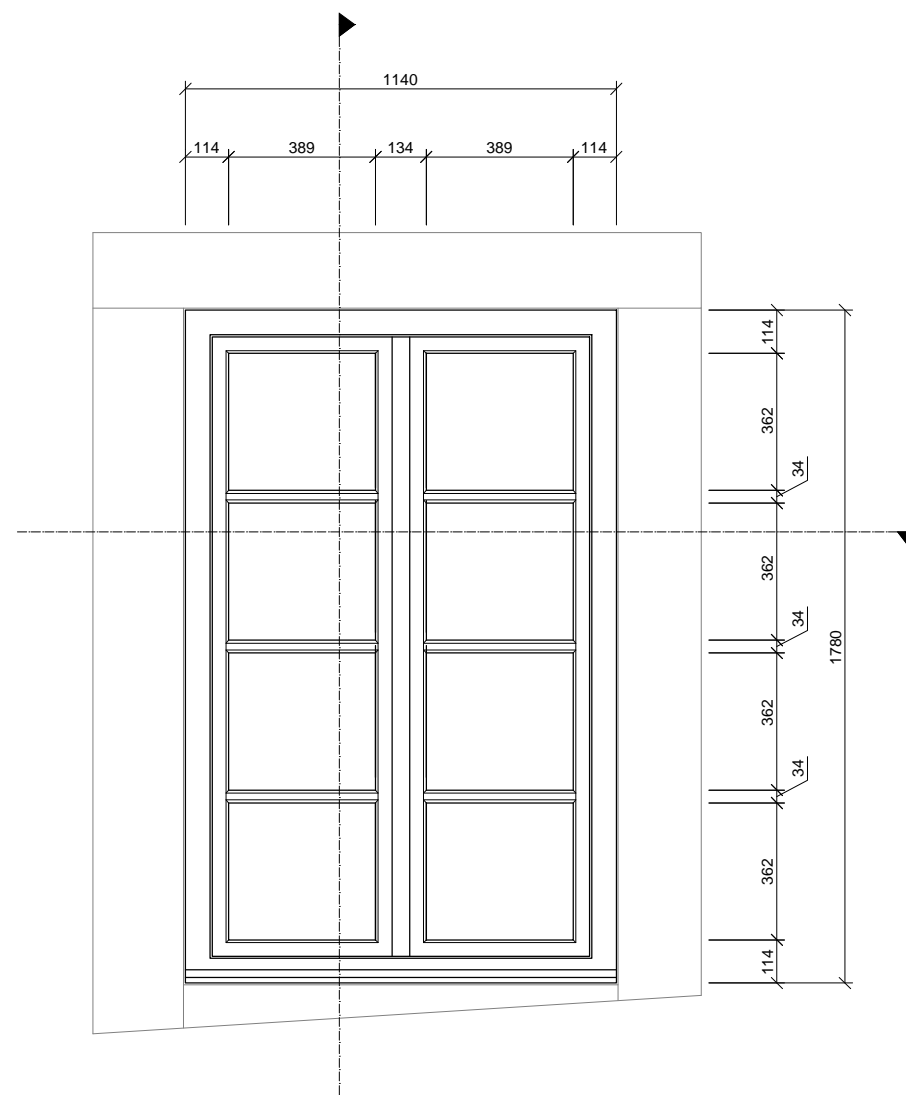
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

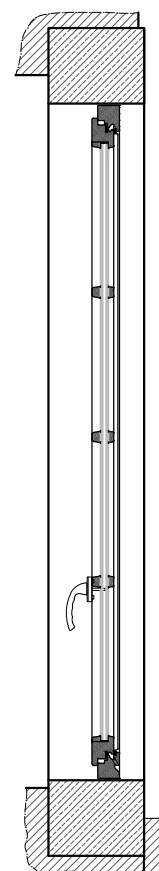
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

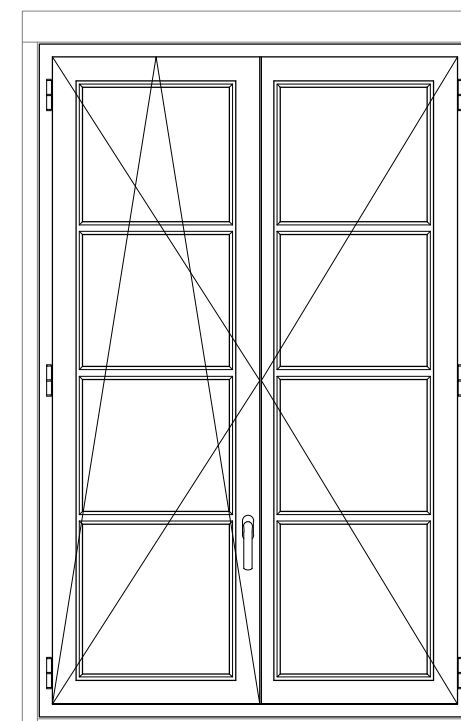
Desenho:
V05



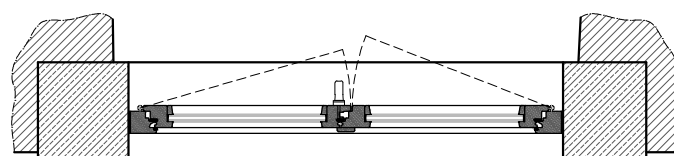
Vista exterior



Corte vertical



Vista interior



Corte horizontal

DESIGNAÇÃO: J8 - Janela oscilobatente

DESCRIÇÃO: Janela oscilobatente com duas folhas de abrir (folha esquerda oscilobatente). Em madeira lamelada colada. Vidro duplo incolor (5+10+5). Aro fixo à parede através de grampas inseridos nos orifícios pré-existentes das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia.

DIMENSÕES: Totais - 1140 X 1780 X 73 mm; cada folha - 550 X 1710 X 58 mm

ACABAMENTO: Velatura incolor mate de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Kit oscilobatente para janela de 2 folhas e folha esquerda oscilobatente; dobradiças (6+1) para oscilobatente de acabamento alumínio anodizado natural; muleta de acabamento alumínio anodizado natural; Estore de rolo com acionamento por corrente com enrolamento invertido, tela translúcida de poliéster (ref. NL01) com contrapeso oculto.

LOCALIZAÇÃO: Cozinha - Rés do chão

Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 418 e 419 do anexo Instalação em vão anteriormente cerrado (desconhecendo-se configuração das caixilharias anteriores ao seu encerramento).

TF

Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores

Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

J8

Janela de sacada da cozinha - lado da Travessa dos Chões

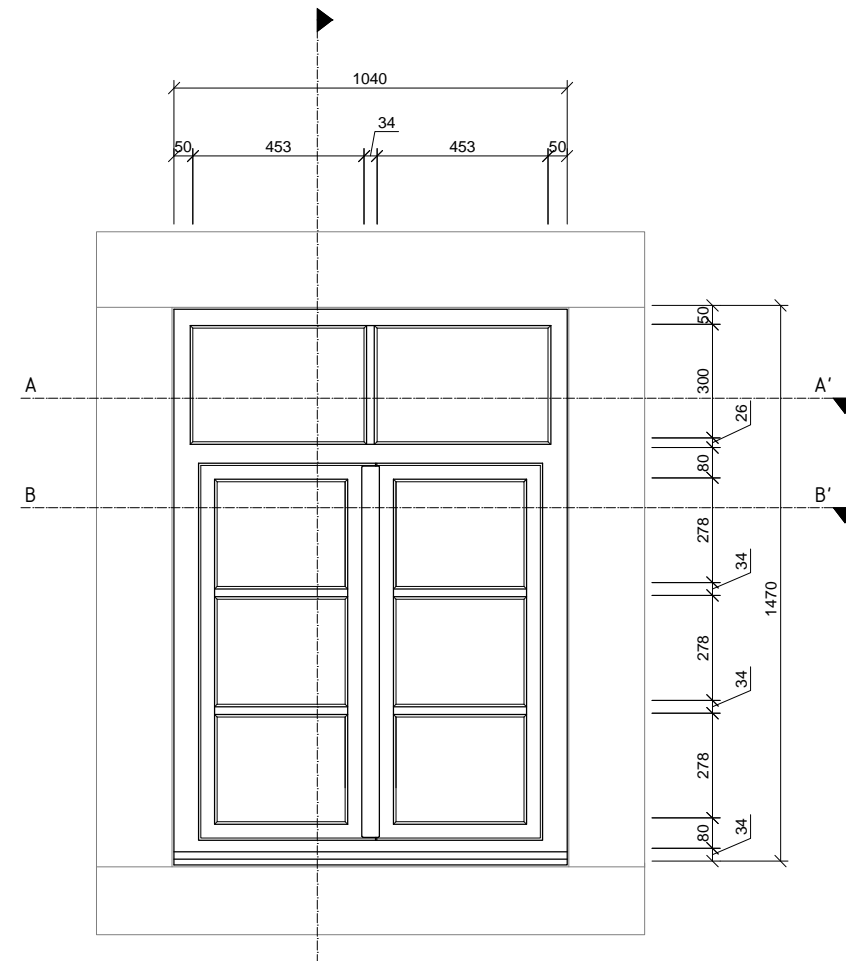
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

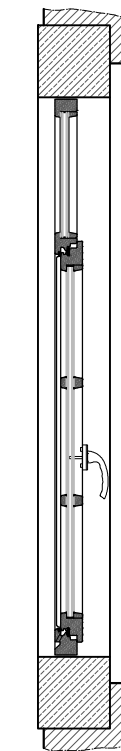
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

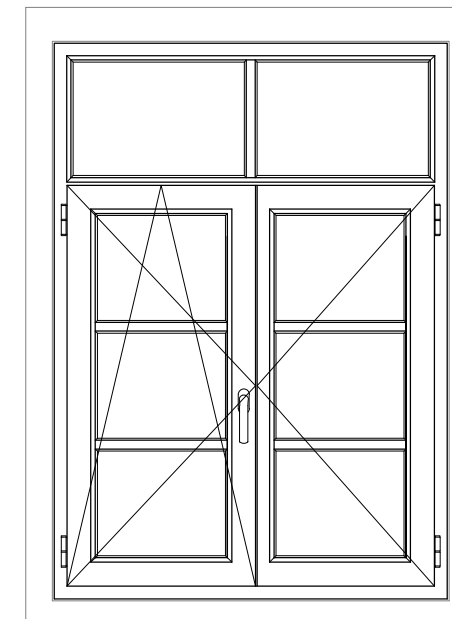
Desenho:
V06



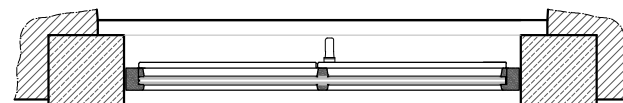
Vista exterior



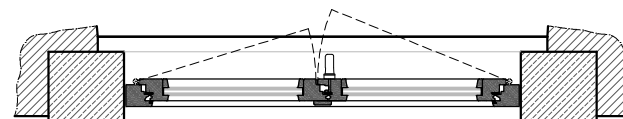
Corte vertical



Vista interior



Corte [A';A]



Corte [B';B]

DESIGNAÇÃO: J9 - Janela oscilobatente

DESCRIÇÃO: Janela oscilobatente com duas folhas de abrir (folha esquerda oscilobatente) e bandeira superior. Em madeira lamelada colada. Vidro duplo incolor (5+10+5). Aro fixo à parede através de grampos inseridos nos orifícios pré-existent das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia.

DIMENSÕES: Totais - 1040 X 1470 X 73 ; cada folha - 469 X 1060 X 58 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0500 N (Natural color System) com tinta de base aquosa.

QUANTIDADE: 4 unidades

ACESSÓRIOS: Kit oscilobatente para janela de 2 folhas e folha esquerda oscilobatente; dobradiças (4+1) para oscilobatente de acabamento alumínio anodizado natural; muleta de acabamento alumínio anodizado natural; Portadas existentes Pt3 (decapadas e pintadas com primário e esmalte mate de referência NCS - S 0505 G80Y (Natural color System)

LOCALIZAÇÃO: Casas de banho e quarto - 1º andar - Alçados orientados para as Ruas de Santa Maria e Chões

Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 418 e 419 do anexo; Pt3 ver folha Lv17

TF

Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores

Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

J9

Janelas das casas de banho e quarto com vista para as Ruas de Santa Maria e Chões

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:

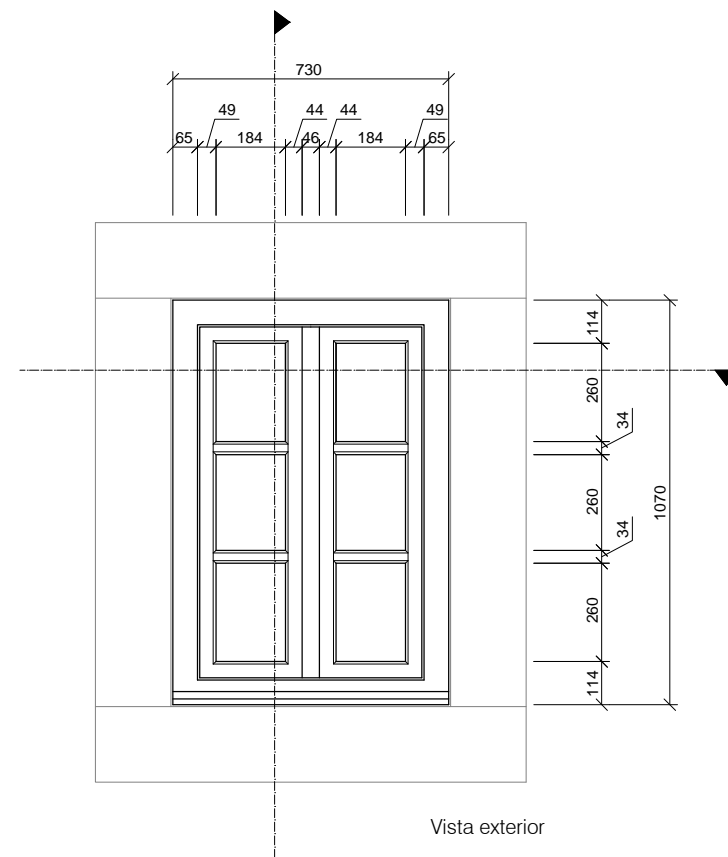
A3 mm

Escala:

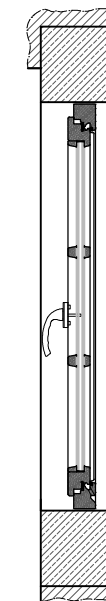
1/20

Desenho:

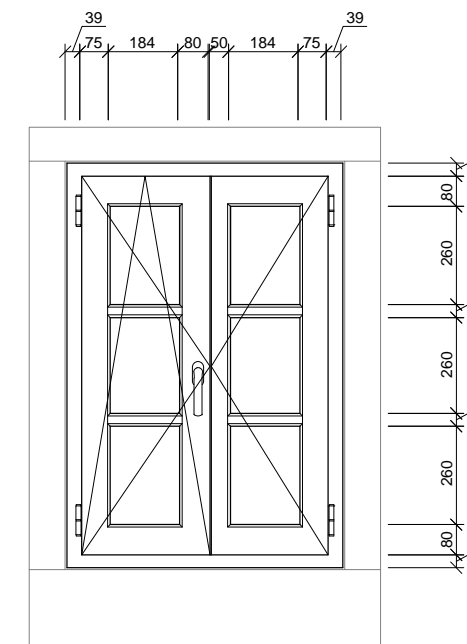
V07



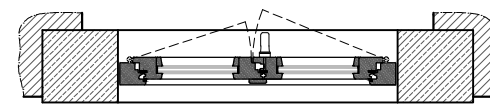
Vista exterior



Corte vertical



Vista interior



Corte horizontal

DESIGNAÇÃO: J10 - Janela oscilobatente

DESCRIÇÃO: Janela oscilobatente com duas folhas de abrir (folha esquerda oscilobatente). Em madeira lamelada colada. Vidro duplo incolor (5+10+5). Aro fixo à parede através de grampos inseridos nos orifícios pré-existentis das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia.

DIMENSÕES: Totais - 730 X 1070 X 73 mm; cada folha - 344 X 997 X 58 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0500 N (Natural color System) com tinta de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Kit oscilobatente para janela de 2 folhas e folha esquerda oscilobatente; dobradiças (4+1) para oscilobatente de acabamento alumínio anodizado natural; muleta de acabamento alumínio anodizado natural; Portadas existentes Pt4 (decapadas e pintadas com primário e esmalte mate de referência NCS - S 0505 G80Y (Natural color System)

LOCALIZAÇÃO: Quarto - 1º andar - alçado orientado para a Travessa dos Chões

Observações: Informações técnicas dos componentes nas páginas 418 e 419 do anexo; Pt4 ver folha Lv18

TF

Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores

Rua de Sta Mª nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

J10

Janelado quarto com vista para a Travessa dos Chões

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:

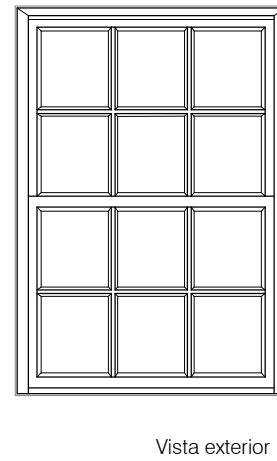
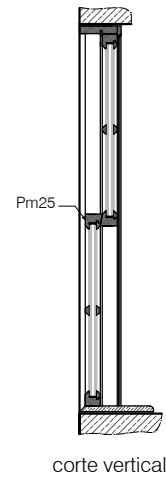
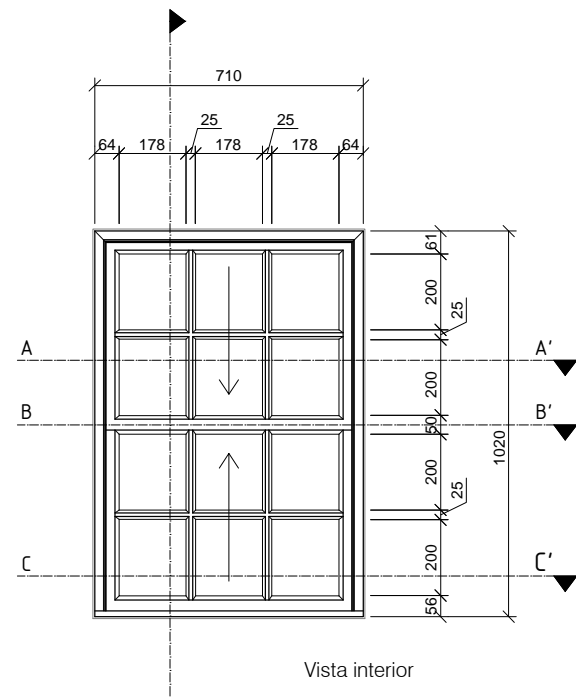
A3 mm

Escala:

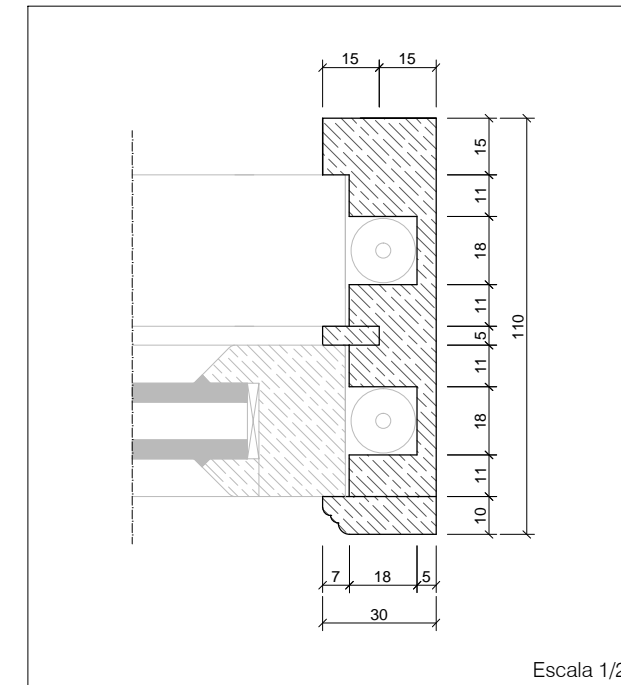
1/20

Desenho:

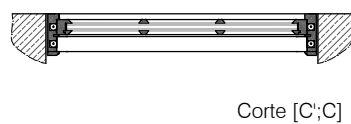
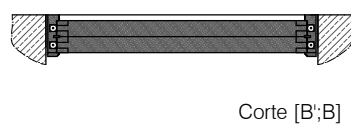
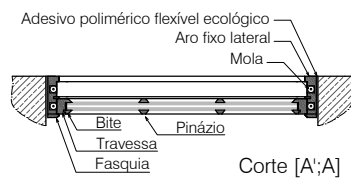
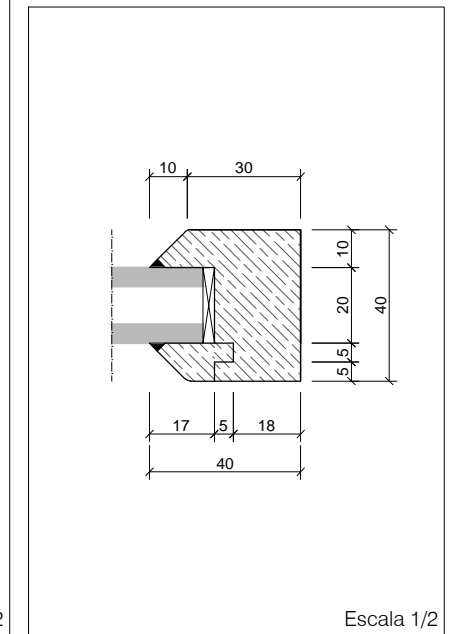
V08



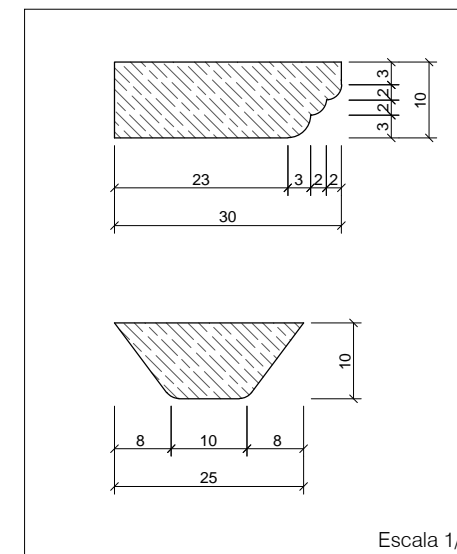
Pm25 - Guarnição (laterais):



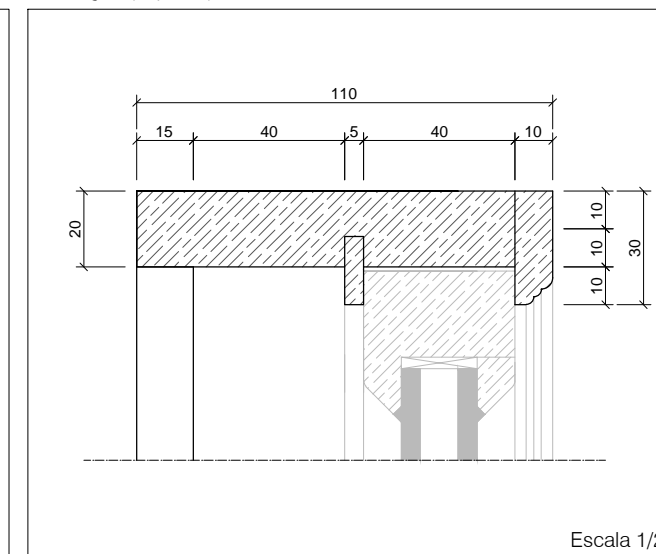
Travessas laterais das folhas, travessa superior da folha superior e travessa inferior da folha inferior:



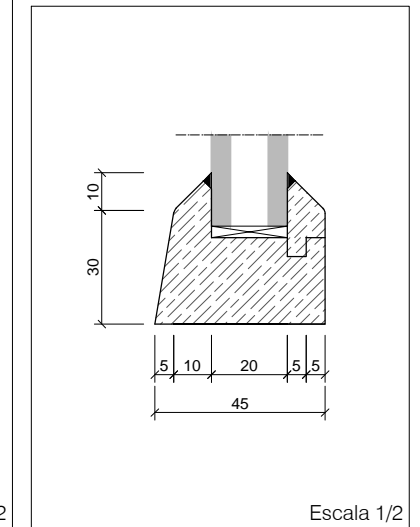
Fasquia da guarnição e pinázio



Guarnição (superior):



Travessa inferior da folha superior e travessa superior da folha inferior:



DESIGNAÇÃO: J11 - Janela de guilhotina

DESCRIÇÃO: Janela de guilhotina com duas folhas de correr. Em madeira lamelada colada. Vidro duplo incolor (5+10+5). Guarnição fixa à parede através de grampos inseridos nos orifícios pré-existentes das cantarias, preenchimento das juntas com adesivo ecológico e selagem com silicone ecológico da cor da caixilharia.

DIMENSÕES: Totais - 710 X 1020 X 85 mm; cada folha - 507 X 662 X 42 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0500 N (Natural color System) com tinta de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Kit de molas para janela de guilhotina de 2 folhas de correr; Estore de rolo com acionamento por corrente com enrolamento invertido, tela "black out" de poliéster (ref. CR01) com contrapeso oculto.

LOCALIZAÇÃO: Acesso ao mezanino - alçado orientado para a Travessa dos Chões

Observações: Informações técnicas dos componentes na página 419 do anexo. Aspeto visual igual à caixilharia pré-existente, desenho divergente apenas pela introdução das ferragens adequadas ao sistema de guilhotina.



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

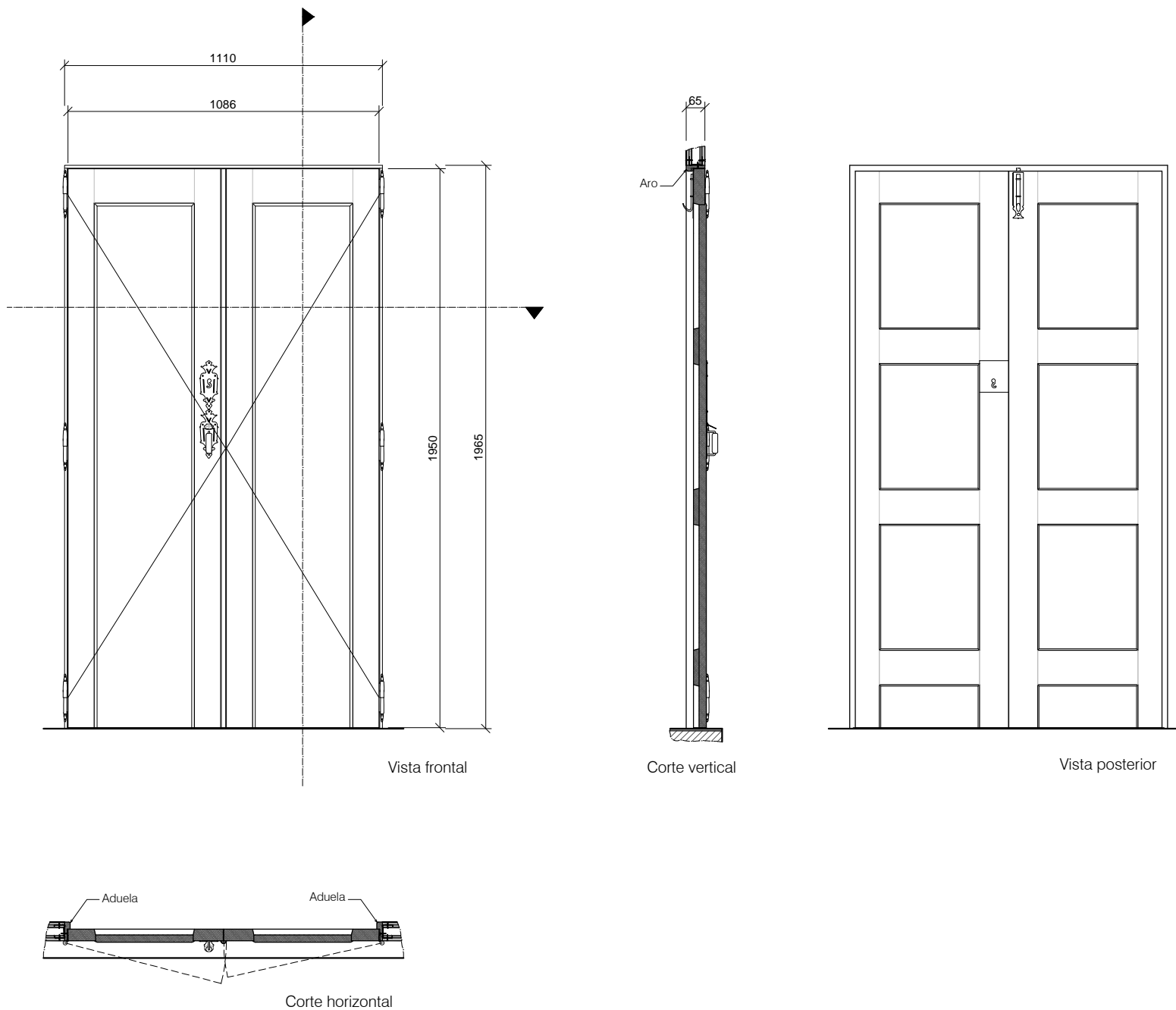
Descrição: **J11**
Janela de guilhotina

Requerente: Câmara Municipal de Castelo Branco

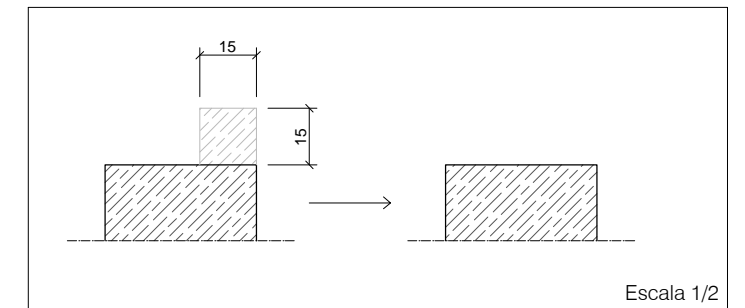
Formato, unidades: **A3 mm**

Escala: **1/20; 1/2; 1/1**

Desenho: **V09**

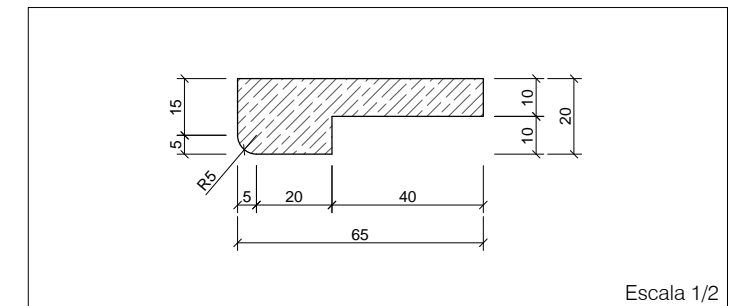


Alterações no topo das folhas reutilizadas:



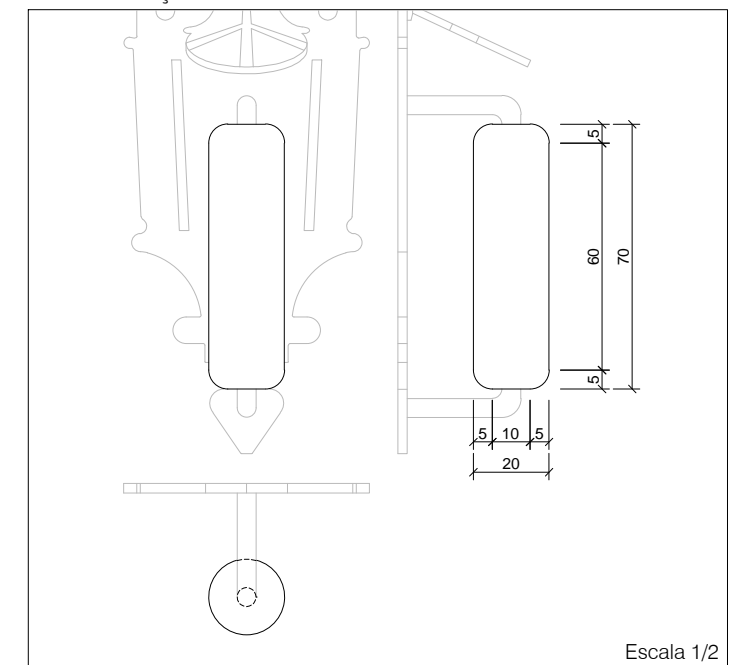
Escala 1/2

Aro:



Escala 1/2

Punho de cortiça:



Escala 1/2

DESIGNAÇÃO: P18 - Porta interior de 2 folhas de abrir

DESCRIÇÃO: Porta interior de 2 folhas de abrir reutilizadas, em madeira maciça. Aduela fixa aos perfis da estrutura da parede de gesso cartonado através de parafuso roscado m3. Fechadura e dobradiças reutilizadas.

DIMENSÕES: Totais - 1110 X 1965 X 65 mm; cada folha - 542 X 1950 X 45 mm

ACABAMENTO: Pintura mate de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N (Natural color System), aplicada após tratamento prévio da superfície (decapagem, aplicação de massa de reparação de fissuras lixagem e aplicação de primário de base aquosa).

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Peças reutilizadas de PB, decapadas e lacadas a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N - dobradiças (6 un.); fechadura de sobrepôr (1 un.); puxador (1 un.); fecho superior. Peças novas - punho em cortiça (1 un.); guarnição em madeira maciça de pinho lacada a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N

LOCALIZAÇÃO: Corredor - acesso ao desvão das escadas.

Observações: O puxador e fechadura permanecem na mesma posição, apenas acrescentando punho em cortiça

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores

Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

P18

Porta interior - acesso ao desvão das escadas

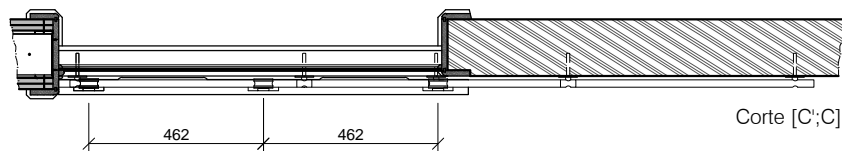
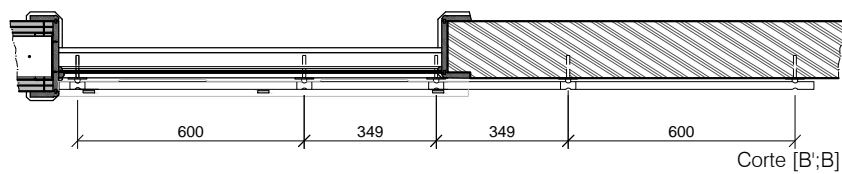
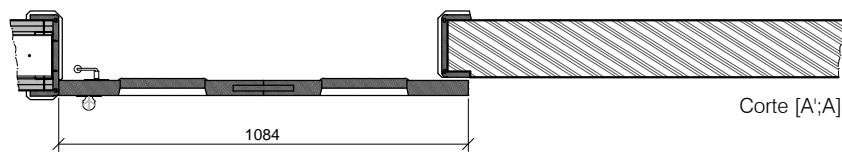
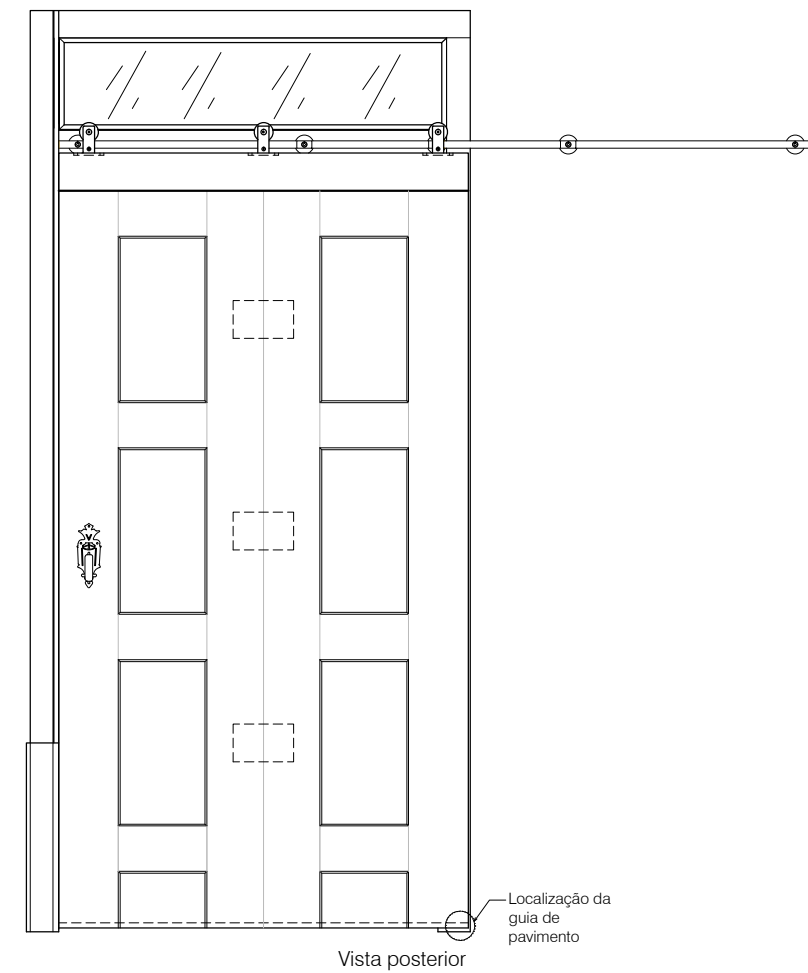
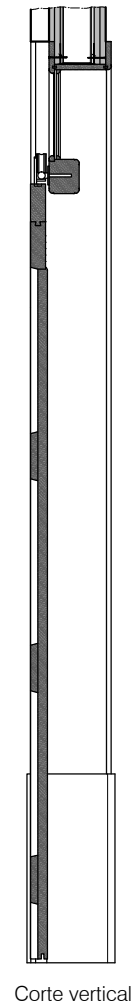
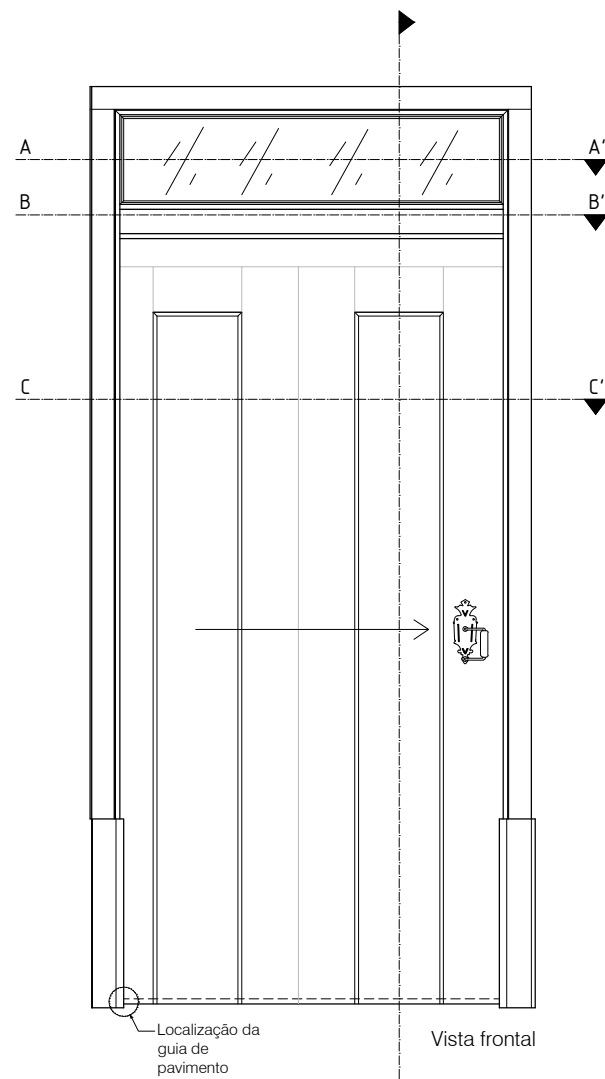
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

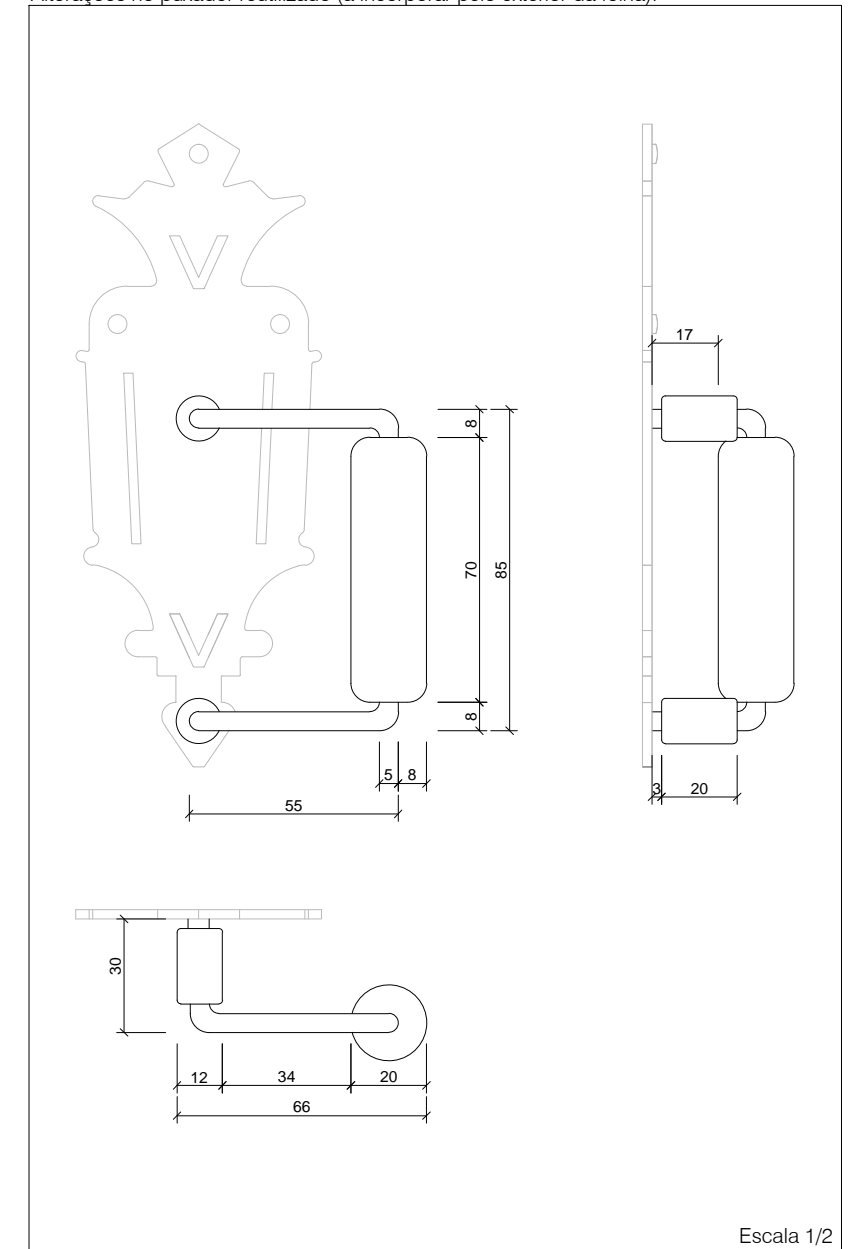
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20; 1/2

Desenho:
V10



Alterações no puxador reutilizado (a incorporar pelo exterior da folha):



DESIGNAÇÃO: P19 - Porta de correr pelo exterior

DESCRIÇÃO: Porta interior de correr pelo exterior de 1 folha feita com 2 folhas reutilizadas de P9, em madeira maciça, com bandeira superior cerrada a vidro simples incolor de 5mm de espessura. Aro fixo aos perfis da estrutura da parede de gesso cartonado através de parafuso roscado m3 e fixo à parede de tabique através de adesivo polimérico ecológico. Espelhos da fechadura reutilizados e adaptados, conforme desenhos.

DIMENSÕES: Totais da folha - 1084 X 2050 X 45 mm

ACABAMENTO: Pintura mate de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N (Natural color System), aplicada após tratamento prévio da superfície (decapagem, aplicação de massa de reparação de fissuras lixagem e aplicação de primário de base aquosa).

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Puxadores reutilizados de P9, decapados e lacados a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N. Peças novas -> punho e batentes em cortiça para os puxadores (2 un.); guarnição em madeira maciça de pinho lacada a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N; sistema modular para portas de correr em carril de tubo maciço de 20mm de diâmetro, com roldanas, dois batentes e guia de pavimento (1un. - lado esquerdo do vão), em aço inox AISI 304 de acabamento ao natural, com 2.00m de comprimento total.

Observações: Informações técnicas dos componentes na página 420 do anexo. As folhas de P9 são unidas com travessas pelo interior pregadas. Punhos de cortiça iguais aos de P18 (ver folha V10), alterações ao puxador da vista frontal de acordo com o desenho à direita. É necessário um rasgo na base das folhas para passagem da guia presente no pavimento (ver folha V13)

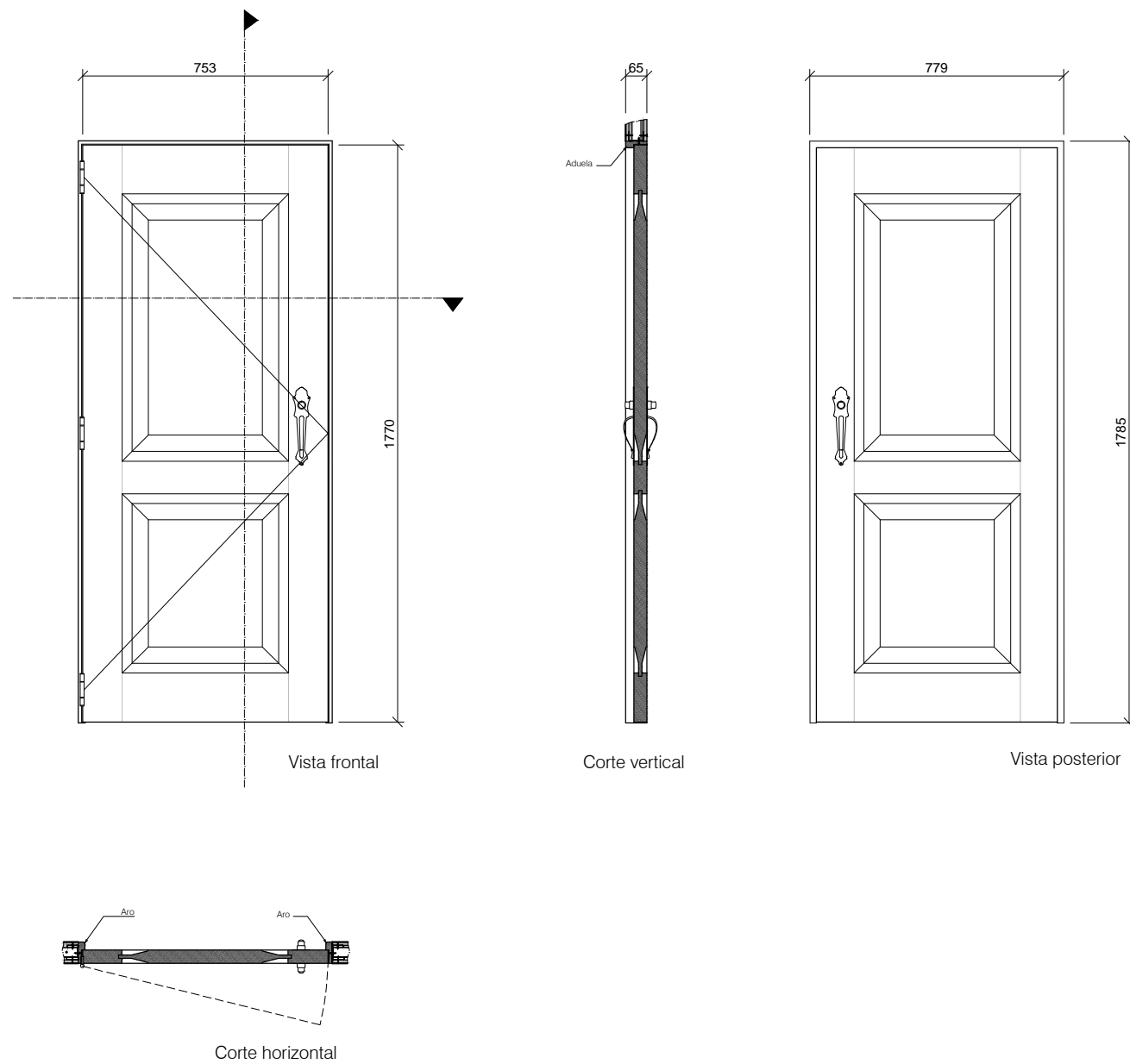


Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição: **P19**
Porta de correr pelo exterior - lavandaria

Requerente: Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades: **A3 mm**
Escala: **1/20**
Desenho: **V11**



DESIGNAÇÃO: P20 - Porta interior de 1 folha de abrir

DESCRIÇÃO: Porta interior de 1 folha de abrir reutilizada, em madeira maciça. Aro fixo aos perfis da estrutura da parede de gesso cartonado através de parafuso roscado m3. Fechadura e dobradiças reutilizadas.

DIMENSÕES: Totais com guarnição - 779 X 1785 X 65 mm; folha - 753 X 1770 X 40 mm

ACABAMENTO: Pintura mate de base aquosa, cor de referência NCS - S 0505 G80Y (Natural color System), aplicada após tratamento prévio da superfície (decapagem, aplicação de massa de reparação de fissuras lixagem e aplicação de primário de base aquosa).

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Peças reutilizadas de P5, decapadas e lacadas a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0505 G80Y -> dobradiças (3 un.); fechadura (1 un.); puxador (1 un.).
Peças novas -> aro em madeira maciça de pinho lacada a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0505 G80Y

LOCALIZAÇÃO: Corredor - acesso a arrumos para bagagem.

Observações: Aduela, ver folha V10



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

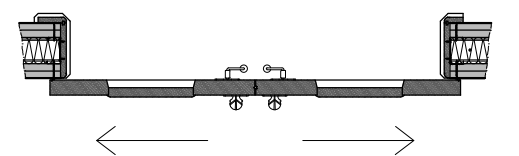
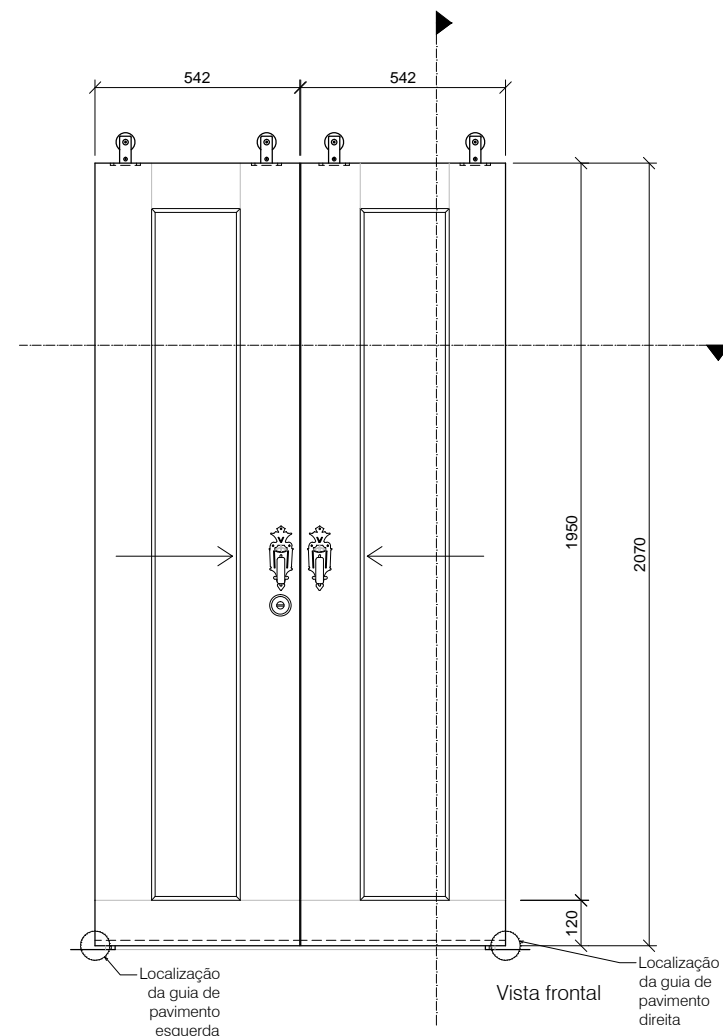
Descrição:
P20
Porta interior - arrumos para bagagem

Requerente:
Câmara Municipal de Castelo Branco

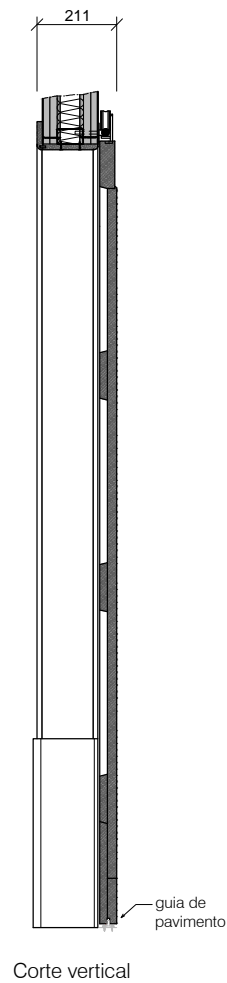
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

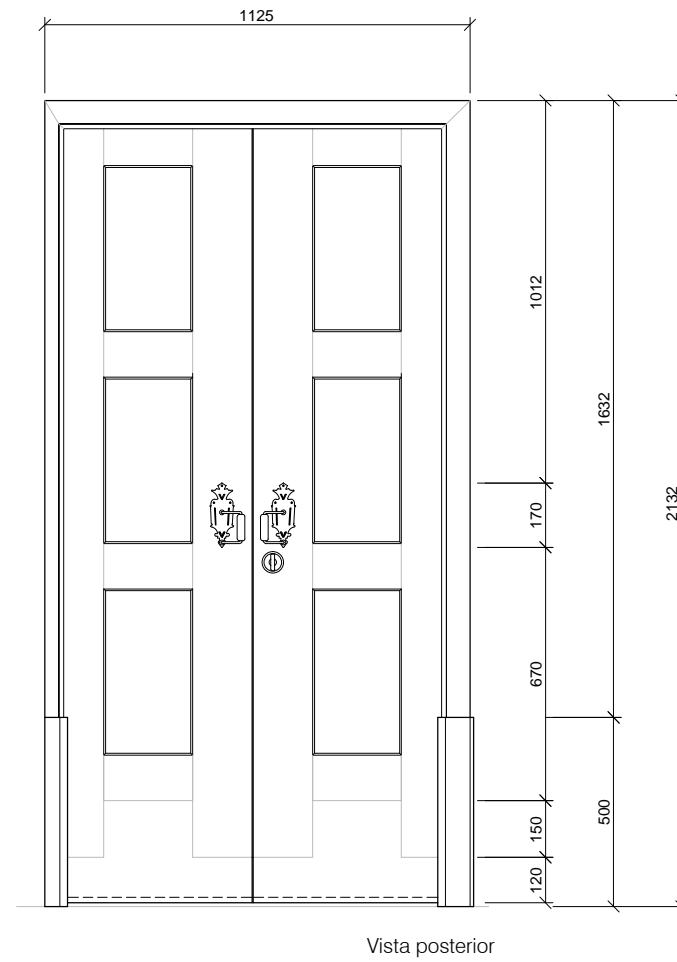
Desenho:
V12



Corte horizontal

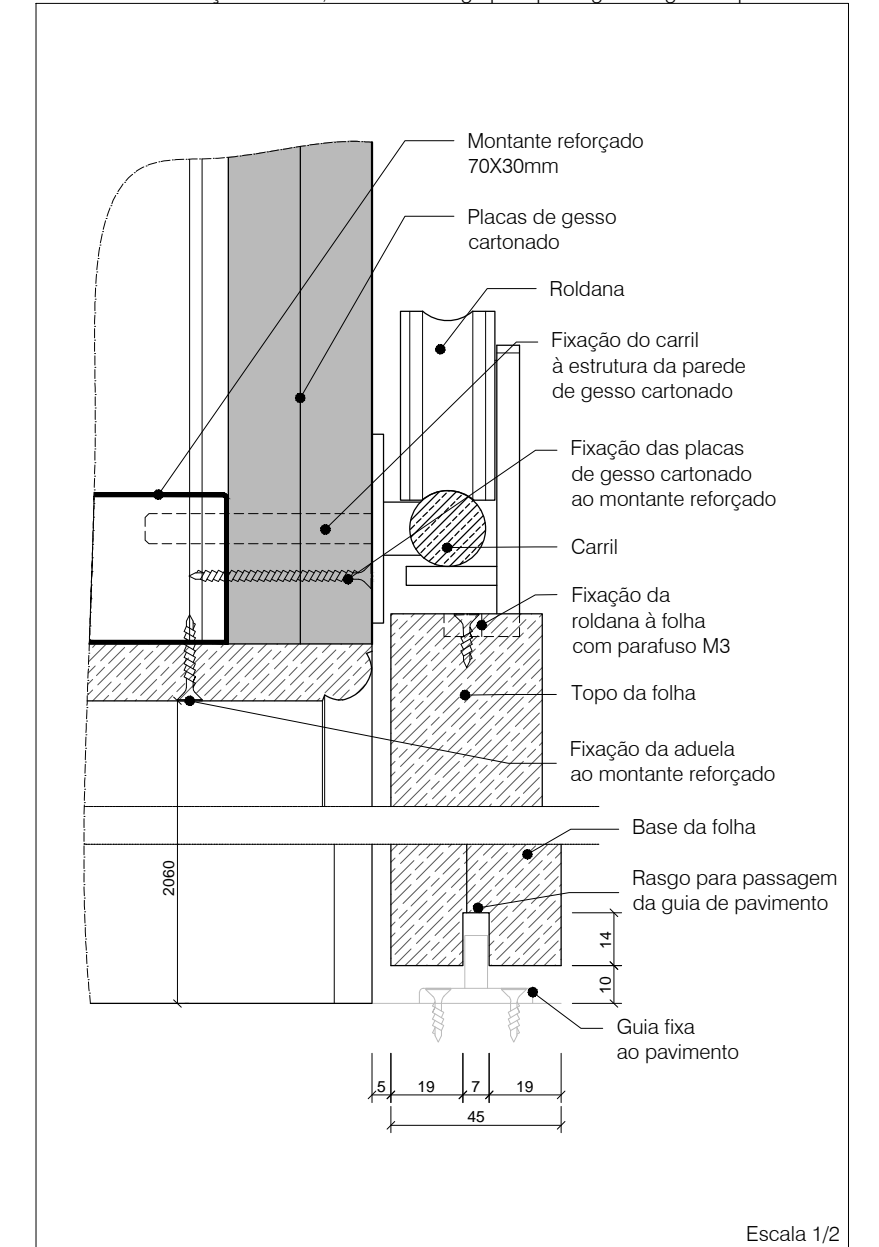


Corte vertical



Vista posterior

Pormenores de fixação do carril, roldanas e rasgo para passagem na guia de pavimento:



Escala 1/2

DESIGNAÇÃO: P21; P22 - Portas de correr pelo exterior

DESCRIÇÃO: Portas interiores de correr pelo exterior de 2 folhas feita com folhas reutilizadas de P11 e P12, em madeira maciça, extensão em altura através da incorporação de travessas de madeira. Guarnições fixas aos perfis da estrutura da parede de gesso cartonado através de parafuso roscado m3. Puxadores reutilizados e adaptados, conforme desenhos. Carril partilhado entre P21 e P22, com uma extensão total de 4.08m (8 pontos de fixação), rasgo na base das folhas de 7 X 14mm (encaixe da guia de pavimento).

DIMENSÕES: Cada folha - 542 X 2070 X 45 mm; Com guarnições - 1125 X 2132 X 221

ACABAMENTO: Pintura mate de base aquosa, cor de referência NCS - S 0505 G80Y, aplicada após tratamento prévio da superfície (decapagem, aplicação de massa de reparação de fissuras lixagem e aplicação de primário de base aquosa), colagem de vinil decorativo de acordo com desenho E12.

QUANTIDADE: 2 unidades

ACESSÓRIOS: Puxadores reutilizados de P11 e P12, decapados e lacados a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0505 G80Y. Peças novas -> punho e batentes em cortiça para os puxadores (4 un.); guarnição em madeira maciça de pinho lacada a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0505 G80Y; sistema modular para portas de correr em carril de tubo maciço de 20mm de diâmetro, com roldanas, dois batentes e guia de pavimento (2un. - lados esquerdo e direito do vão), em aço inox AISI 304 de acabamento ao natural, com 4.08m de comprimento total; fita vedante de encaixe. Kit fechadura com conchas com botão + botão de emergência.

Observações: Informações técnicas dos componentes na página 420 do anexo Folhas alteradas na base por adição de travessas de madeira cravadas, punhos de cortiça iguais aos de P19 (ver folha V11). Puxador esquerdo igual ao de P19 (ver folha V11) e puxador direito simétrico em relação ao anterior. É necessário um rasgo na base das folhas para passagem da guia presente no pavimento.



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

P21; P22
Portas de correr pelo exterior - casas de banho masculina e feminina

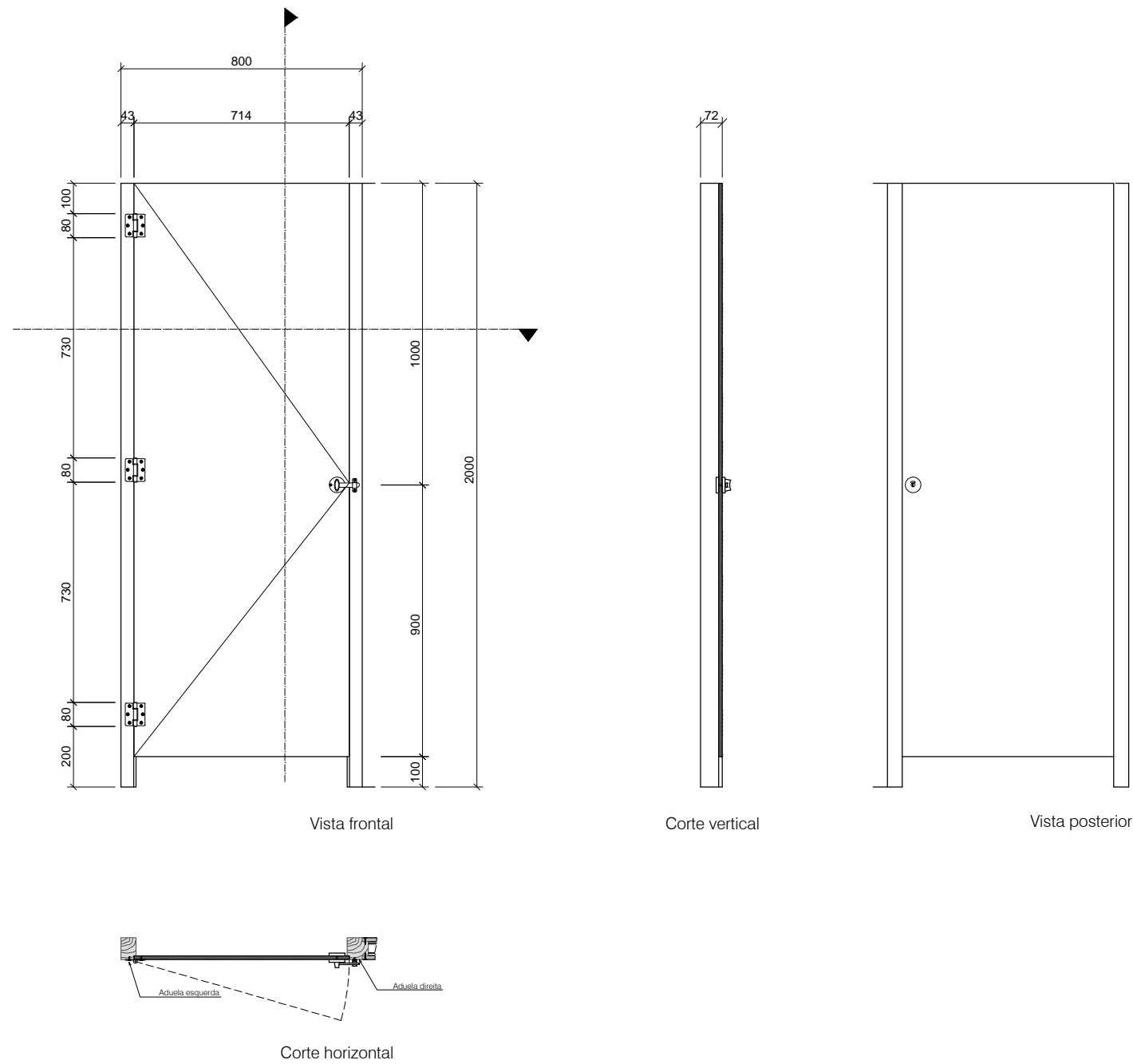
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

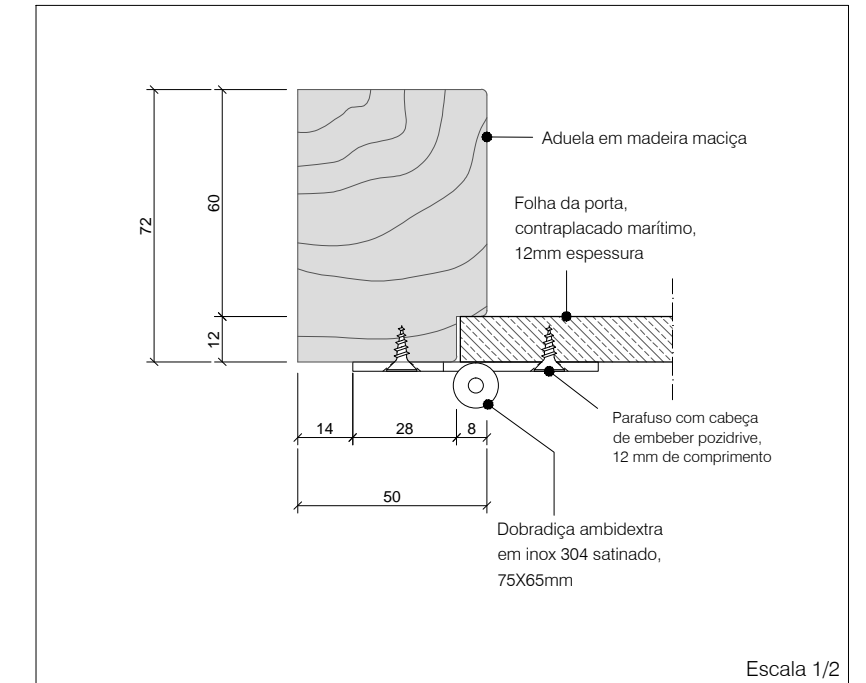
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

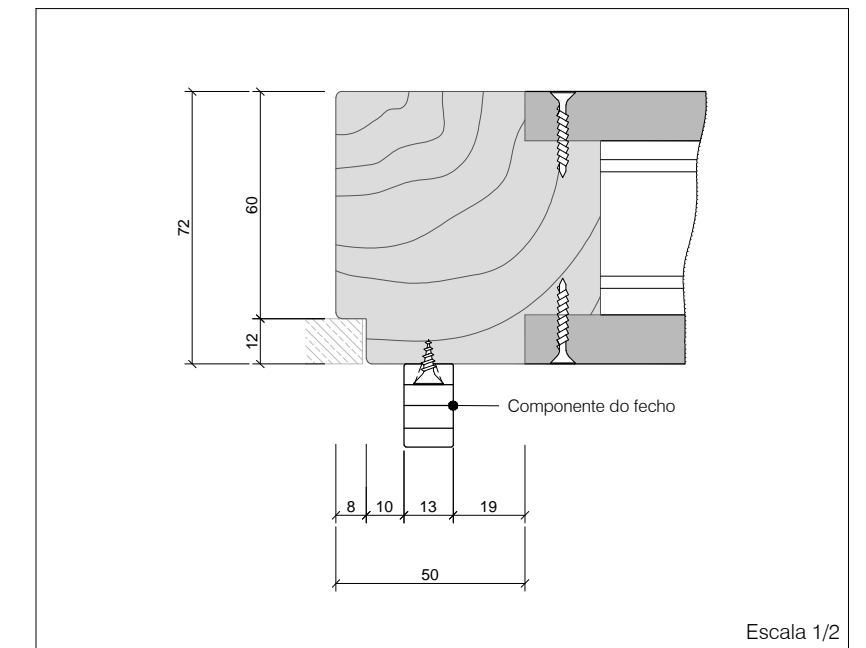
Desenho:
V13



Aduela esquerda:



Aduela direita:



DESIGNAÇÃO: P23; P24 - Porta interior de 1 folha de abrir

DESCRIÇÃO: Portas interiores de uma folha de abrir (uma simétrica à outra). Em contraplacado marítimo. Aduelas fixas aos perfis da estrutura da parede de gesso cartonado através de parafuso roscado m3. Fecho de wc com indicador com bloqueio/desbloqueio de emergência pelo exterior. Dobradiças ambidexas fixas na face da folha e aro.

DIMENSÕES: Totais - 800 X 2000 X 72mm ; cada folha - 714 X 1900 X 12 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0500 N (Natural color System) com tinta de base aquosa.

QUANTIDADE: 2 unidades

ACESSÓRIOS: Dobradiça ambidextra em inox 304 satinado de 75X65mm (3un); Fecho com indicador de bloqueio/desbloqueio de emergência pelo exterior, acabamento Zamac niquelado mate (1 un.); Parafuso com cabeça de embeber pozidrive com 12 mm de comprimento, para dobradiças e fecho (12un)

LOCALIZAÇÃO: Casas de banho masculina e feminina

Observações: Informações técnicas dos componentes na página 422 do anexo Desenho P24 simétrico em relação a P23

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

P23; P24
Portas de 1 folha de abrir - casas de banho masculina e feminina

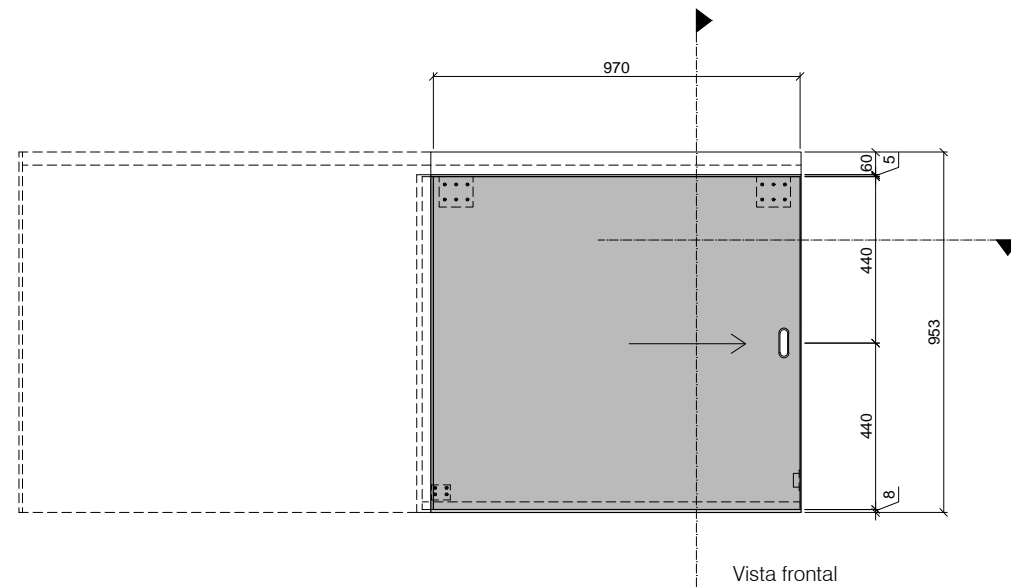
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:
A3 mm

Escala: **1/20**

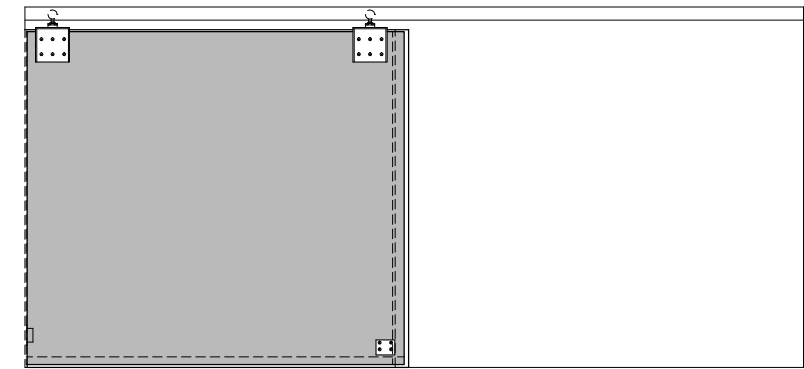
Desenho: **V14**



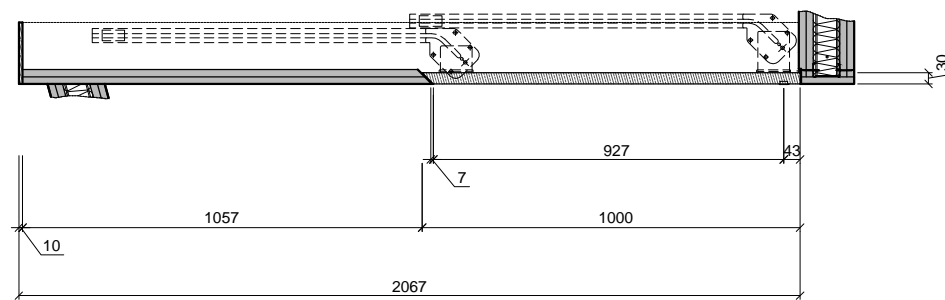
Vista frontal



Corte vertical



Vista posterior



Corte horizontal

DESIGNAÇÃO: P25 - Porta interior de 1 folha de correr

DESCRIÇÃO: Porta interior de uma folha de correr com fecho perfeito (à face da parede).
Em contraplacado marítimo.

DIMENSÕES: Da folha - 1000 X 880 X 30 ; cada folha - 714 X 1900 X 12 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0505 G80Y (Natural color System)
com tinta de base aquosa (à cor da parede).

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Kit de porta de correr com função de fecho perfeito.

LOCALIZAÇÃO: Zona técnica

Observações: Informações técnicas do sistema de correr na página 423 do anexo

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n.º33, Rua dos Chões n.º1, Travessa dos Chões n.º 3

Descrição:

P25
Porta de correr de acesso à zona técnica

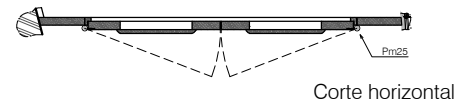
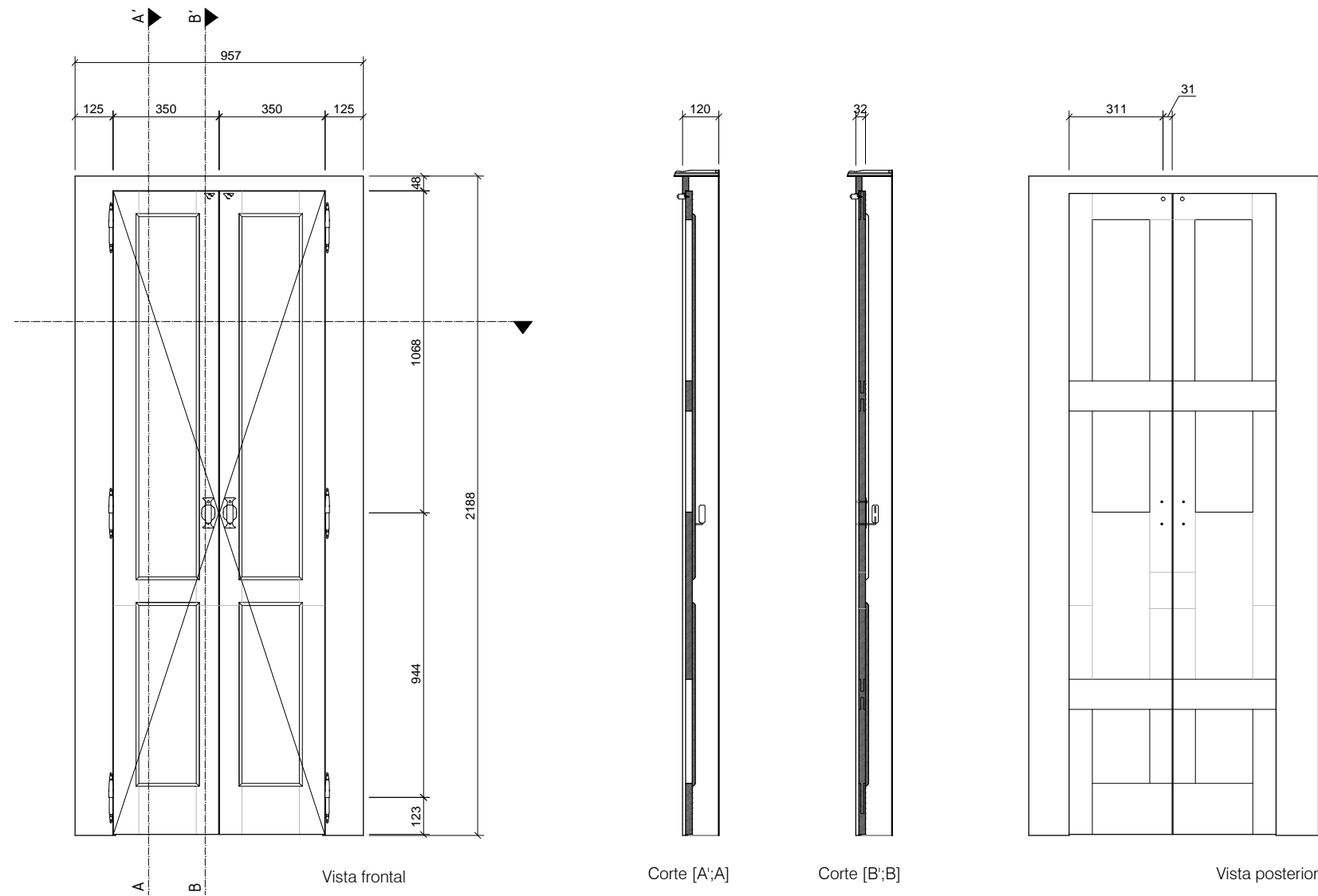
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

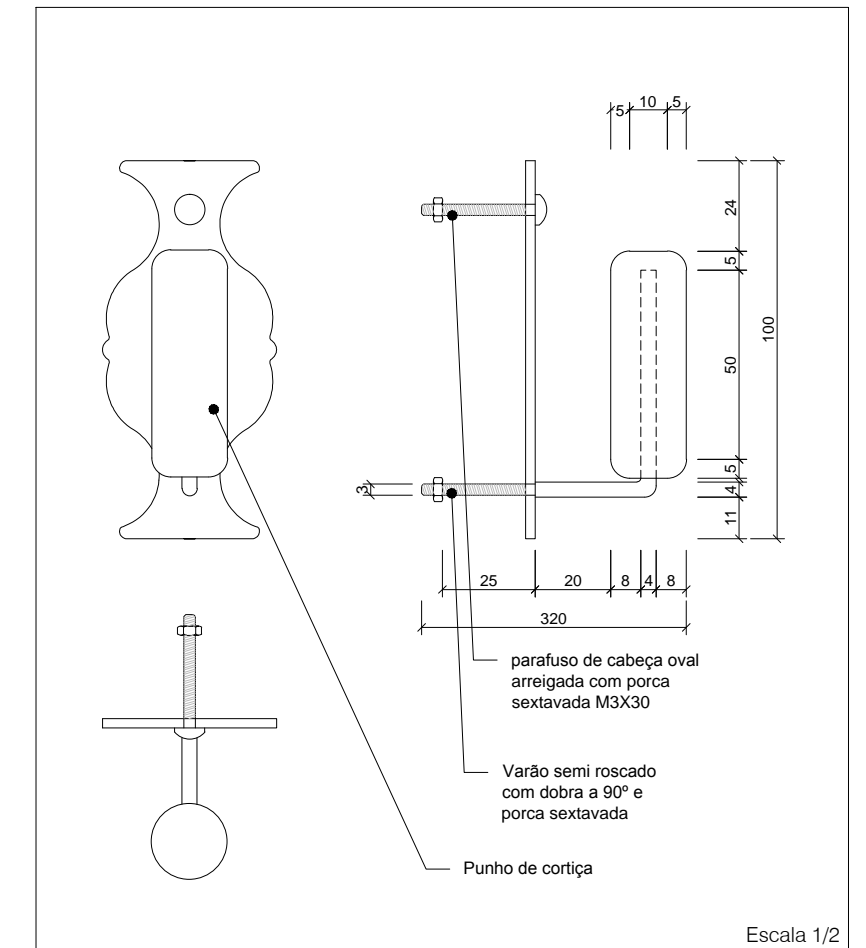
Formato,
unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
V15

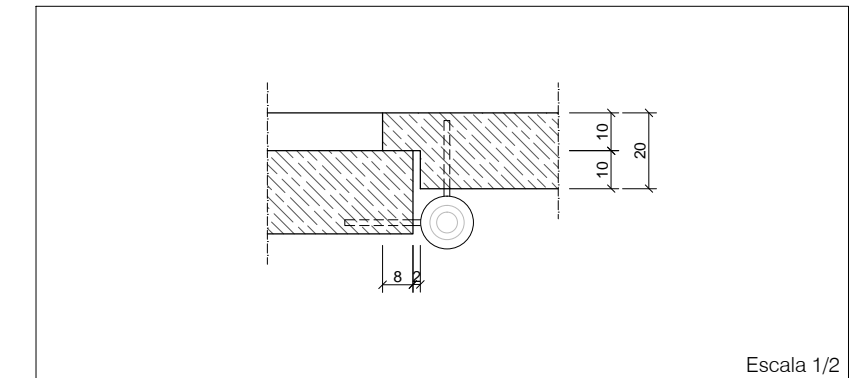


Reconversão de fechadura existente para puxador com punho em cortiça:



Escala 1/2

Pm25:



Escala 1/2

DESIGNAÇÃO: A2 - Armário da cozinha

DESCRIÇÃO: Porta de armário de duas folhas de abrir (uma simétrica à outra), reutilizadas de A1. Aro em madeira maciça de pinho. Dobradiças reutilizadas, puxadores adaptados de ferragens preexistentes.

DIMENSÕES: Totais - 957 X 2188 X 42; cada folha - 350 X 2135 X 32 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0500 N (Natural color System) com tinta de base aquosa.

QUANTIDADE: 2 unidades

ACESSÓRIOS: Espelhos de fechadura e dobradiças reutilizadas de A1, decapadas e lacadas a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N. Peças novas -> punho em cortiça para os puxadores (2 un.); varão semi roscado e dobrado (1 un.); parafuso de cabeça oval arregada M3X30mm; porca sextavada M3 (2 un.); fecho magnético para aparafusar; aro de madeira maciça de pinho lacada a tinta de base aquosa, cor de referência NCS - S 0500 N.

LOCALIZAÇÃO: Cozinha

Observações: Informações técnicas dos componentes na página 422 do anexo. As fechaduras são convertidas em puxadores; as folhas originais são unidas ao centro por adição de travessas de madeira cravadas e posteriormente seccionadas em altura em duas folhas simétricas, levando todos os remates necessários para manter a sua resistência.

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

A2

Armário da cozinha

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades:

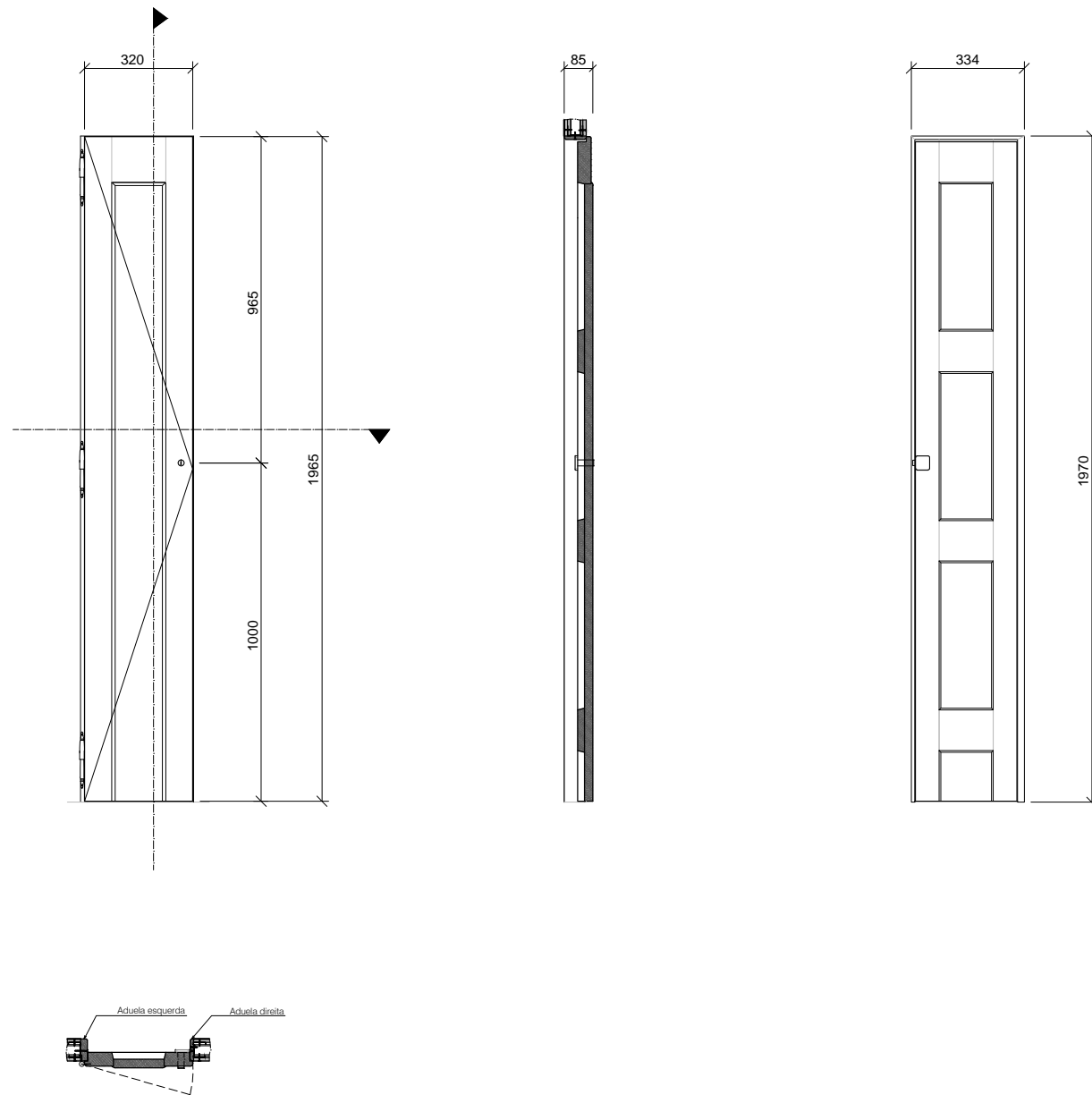
A3 mm

Escala:

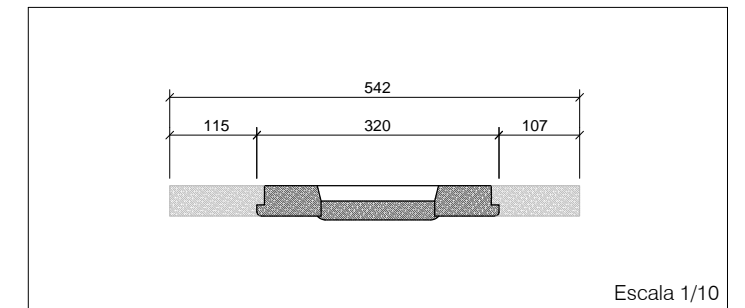
1/20

Desenho:

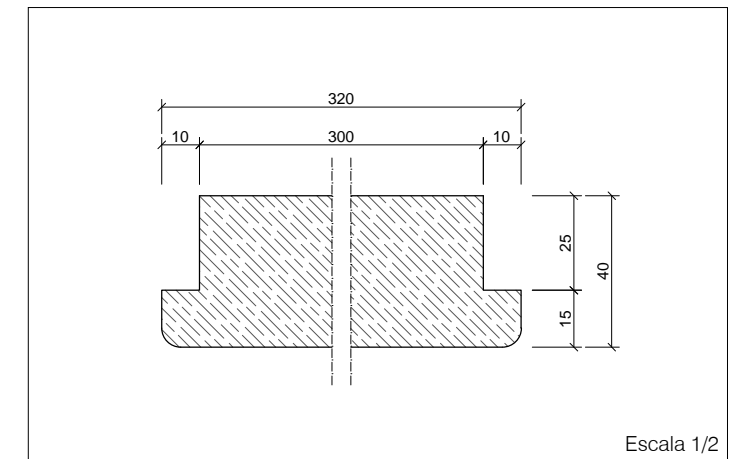
V16



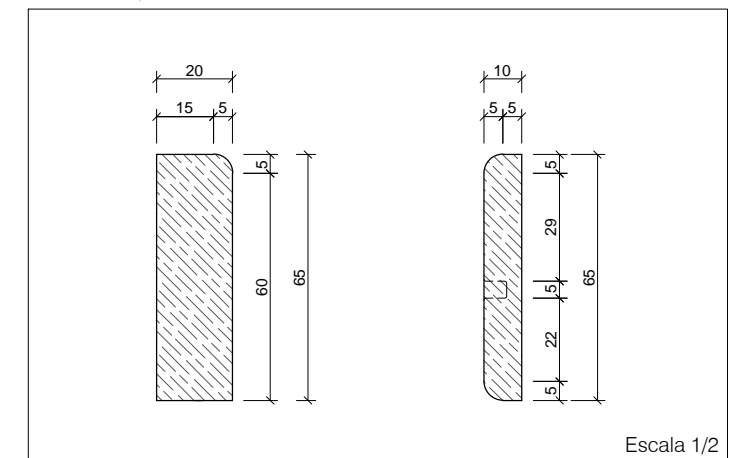
Alterações nas folhas reutilizadas:



Alterações nos cantos das folhas:



Aduelas esquerda e direita:



DESIGNAÇÃO: A3; A4 - cacifos

DESCRIÇÃO: Cacifos de uma folha de abrir reutilizadas de P10. Aduelas em madeira maciça de pinho, fixas aos perfis da estrutura da parede de gesso cartonado através de parafuso roscado m3. Fechadura de cacifo sobreposta, com caixa de núcleo comprida, para aparafusar.

DIMENSÕES: Totais - 334 X 1970 X 85 ; cada folha - 320 X 1965 X 45 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 0500 N (Natural color System) com tinta de base aquosa.

QUANTIDADE: 2 unidades

ACESSÓRIOS: Dobradiças reutilizadas de P8; Fechadura sobreposta de entrada de 25mm com caixa de núcleo comprida (sistema de fecho com núcleo extraível), para aparafusar pelo interior da folha, em liga de zinco com acabamento niquelado.

LOCALIZAÇÃO: Corredor de acesso ao 1º andar

Observações: Informações técnicas dos componentes na página 422 do anexo Desenho de A4 simétrico em relação a A3, A3 possui fechadura direita e A4 fechadura esquerda. Cada folha de P10 é adaptada para uma porta de cacifo (P10 ver folha Lv11)

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

A3; A4
Cacifos

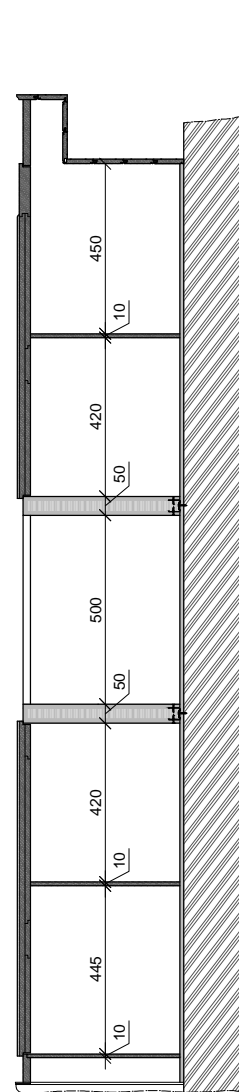
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

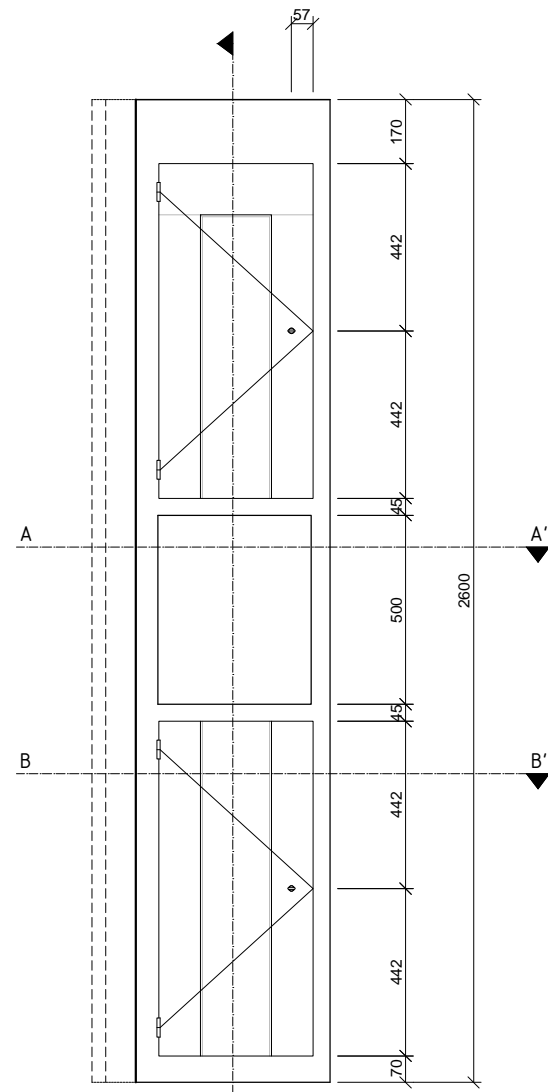
Formato, unidades:
A3 mm

Escala: **1/20**

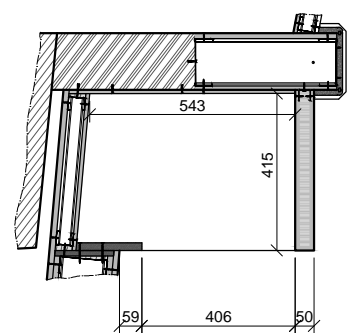
Desenho: **V17**



Corte vertical

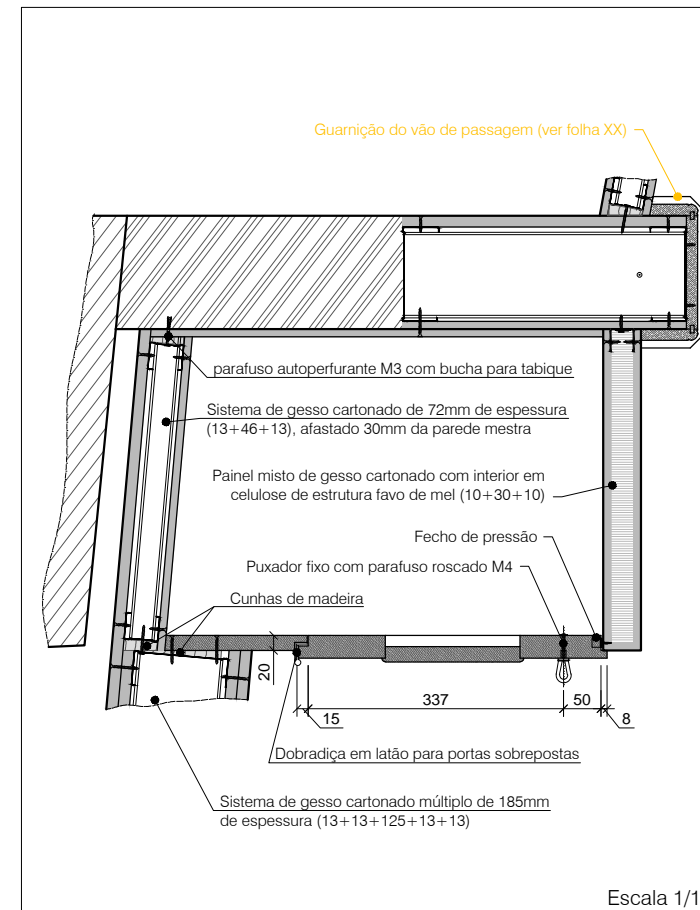


Vista frontal



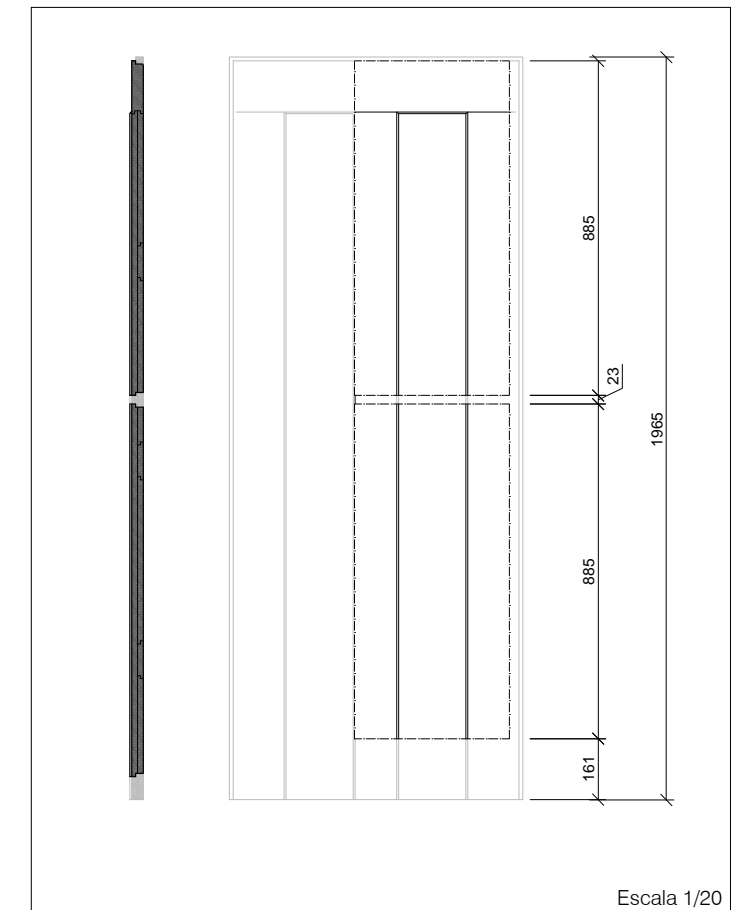
Corte [A'; A']

Corte [B'; B']



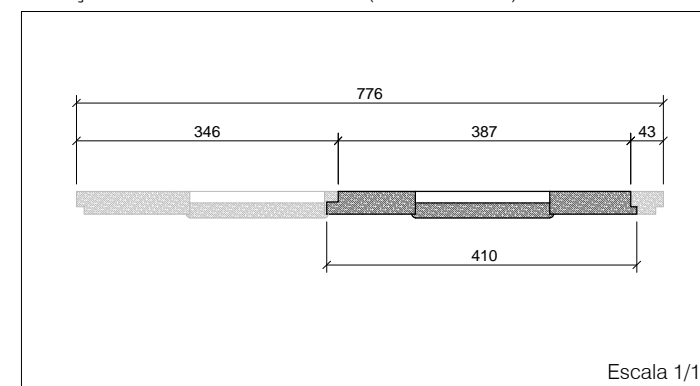
Escala 1/10

Alterações na folha reutilizada de P14:



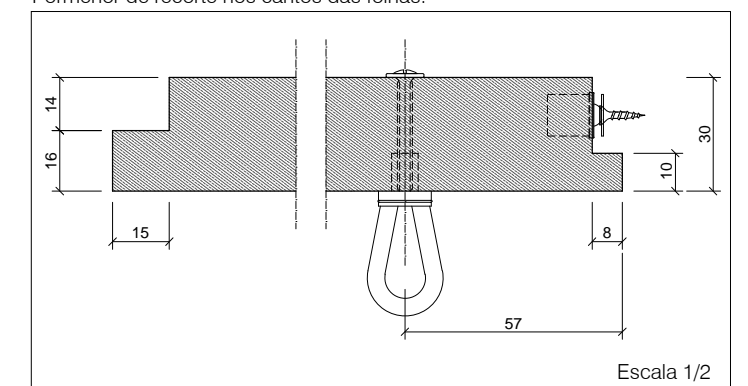
Escala 1/20

Alterações na folha reutilizada de P14 (corte horizontal):



Escala 1/10

Pormenor de recorte nos cantos das folhas:



Escala 1/2

DESIGNAÇÃO: A5 - Armário de canto

DESCRIÇÃO: Armário de canto com duas folhas de abrir e prateleira intermédia, madeira das folhas reutilizada de P14. Estrutura de painéis de gesso cartonado de 50mm de espessura, prateleiras intermédias em contraplacado de 10mm de espessura

DIMENSÕES: Cada folha - 885 X 408 X 35 mm

ACABAMENTO: Lacagem a branco mate de referência NCS - S 050 G80Y (Natural color System) com tinta de base aquosa.

QUANTIDADE: 1 unidade

ACESSÓRIOS: Dobradiça em latão para portas sobrepostas (4 un.); fecho de pressão de embutir (2 un.); puxador em pele e zinco (2 un.); Fechadura sobreposta de entrada de 25mm com caixa de núcleo comprida (sistema de fecho com núcleo extraível), para aparafusar pelo interior da folha, em liga de zinco com acabamento niquelado.

LOCALIZAÇÃO: Zona de receção/administração

Observações: Informações técnicas dos componentes na página 423 do anexo

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

A5
Armário

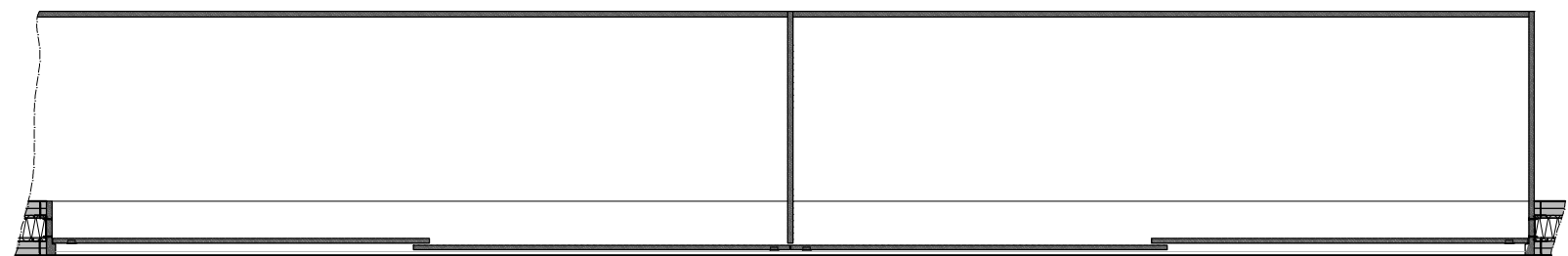
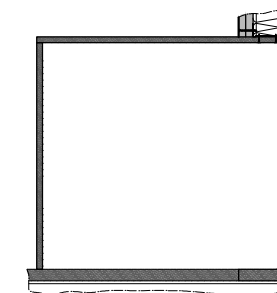
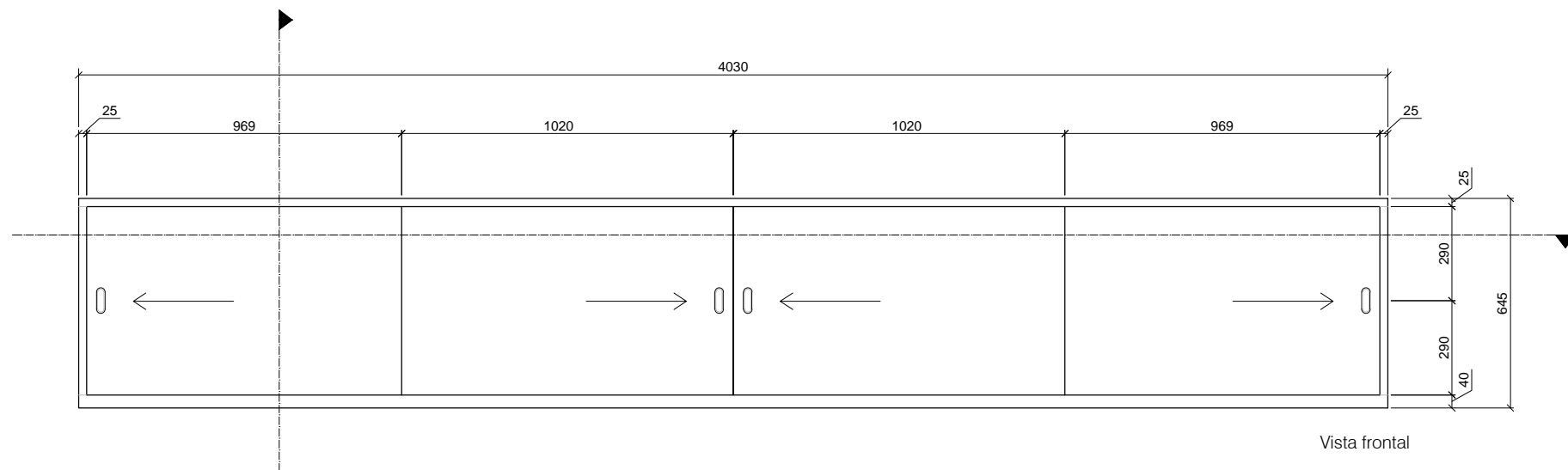
Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

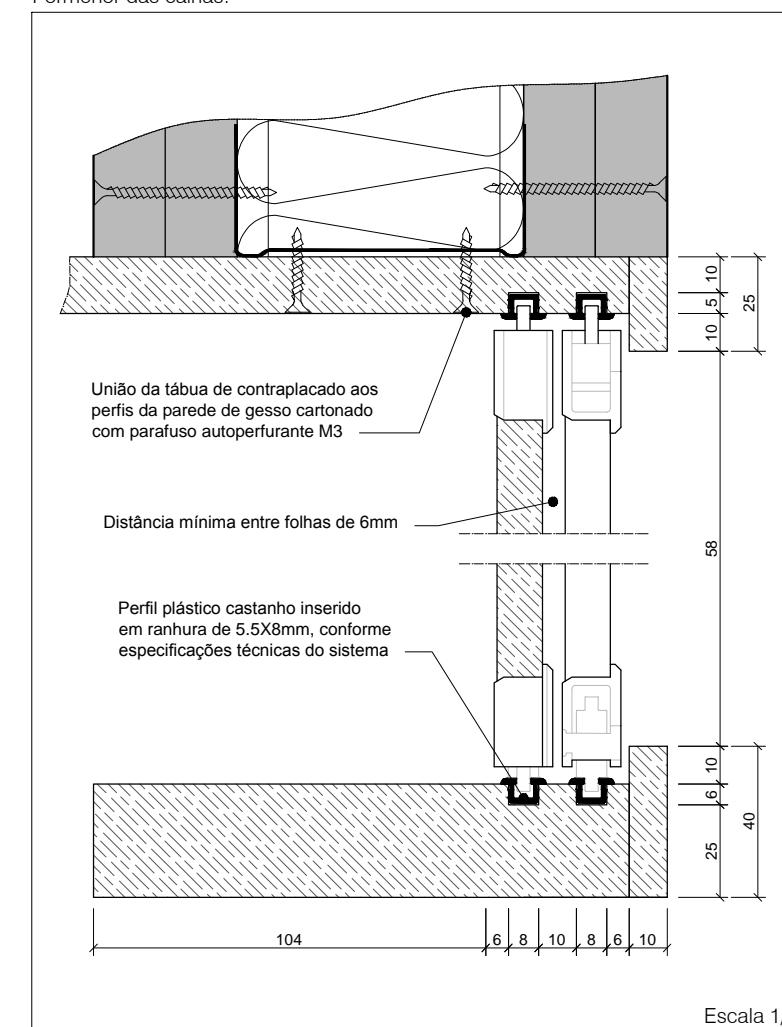
Formato, unidades:
A3 mm

Escala:
1/20

Desenho:
V18



Pormenor das calhas:



DESIGNAÇÃO: A6 - Armários de arrumos de roupa de cama
 DESCRIÇÃO: Armário de portas de correr em calha, em contraplacado marítimo com puxador encastrado.
 DIMENSÕES: Totais - 4030 X 645 X 660 ; cada folha - 1020 X 591 X 12 mm
 ACABAMENTO: Lacagem com pintura mate de base aquosa, cor de referência NCS - S 0505 G80Y (à cor da parede).

QUANTIDADE: 1 unidade
 ACESSÓRIOS: Kit de sistema de portas de correr para móveis e armários; puxador plástico para embutir de cor branca.
 LOCALIZAÇÃO: Dormitório

Observações: Informações técnicas do sistema de correr na página 424 do anexo

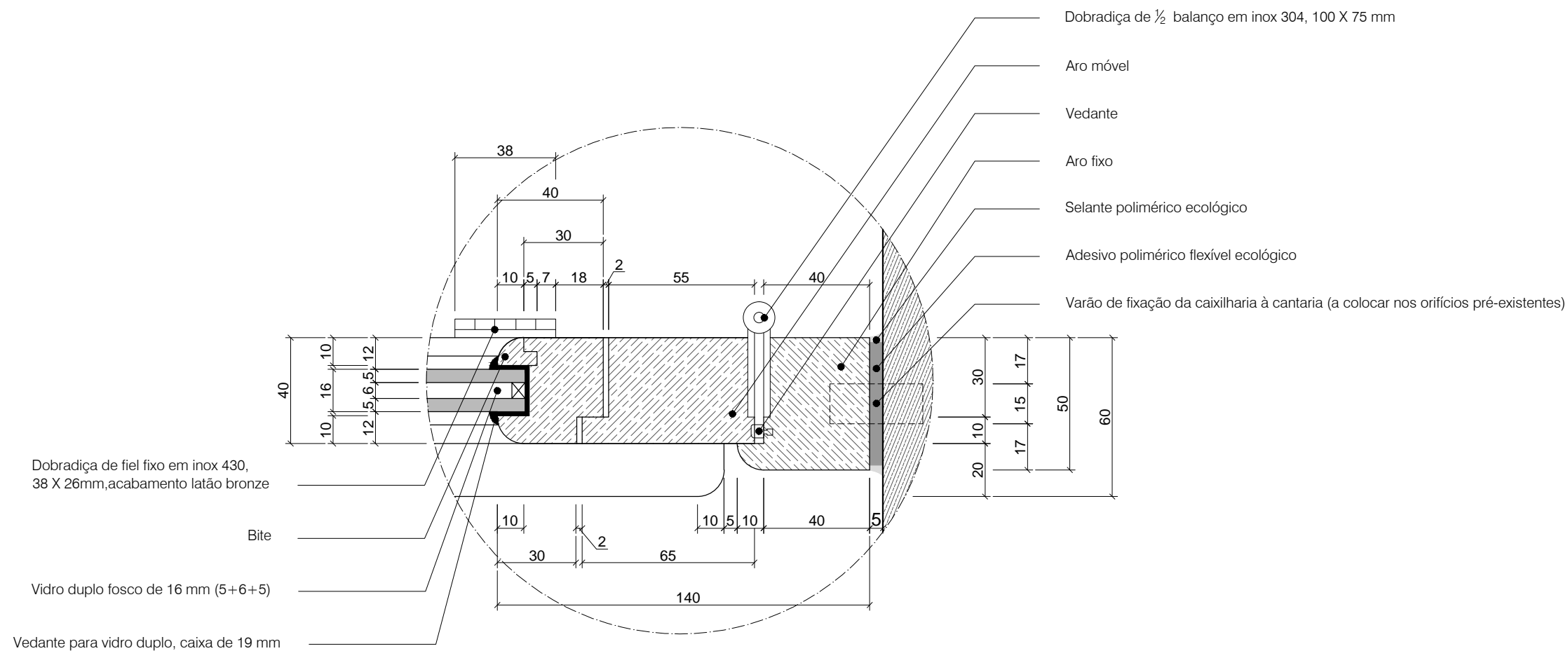


Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição: **A6**
 Armário de roupas de cama - dormitório

Requerente: Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato, unidades: **A3 mm**
 Escala: **1/20**
 Desenho: **V19**



TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2015



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Pm1

Pormenor - P15; P16; P17

Requerente:

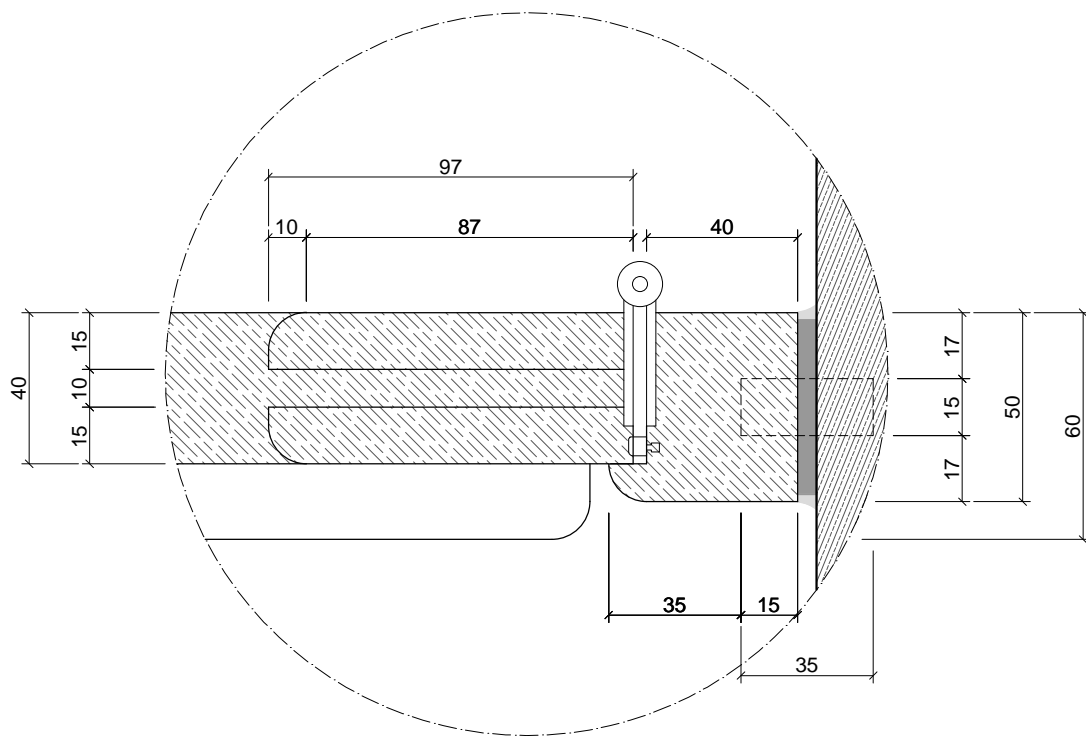
Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
 unidades:
A3 mm

Escala:
1/2

Desenho:

Vp01



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm2

Pormenor - P15; P16; P17

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

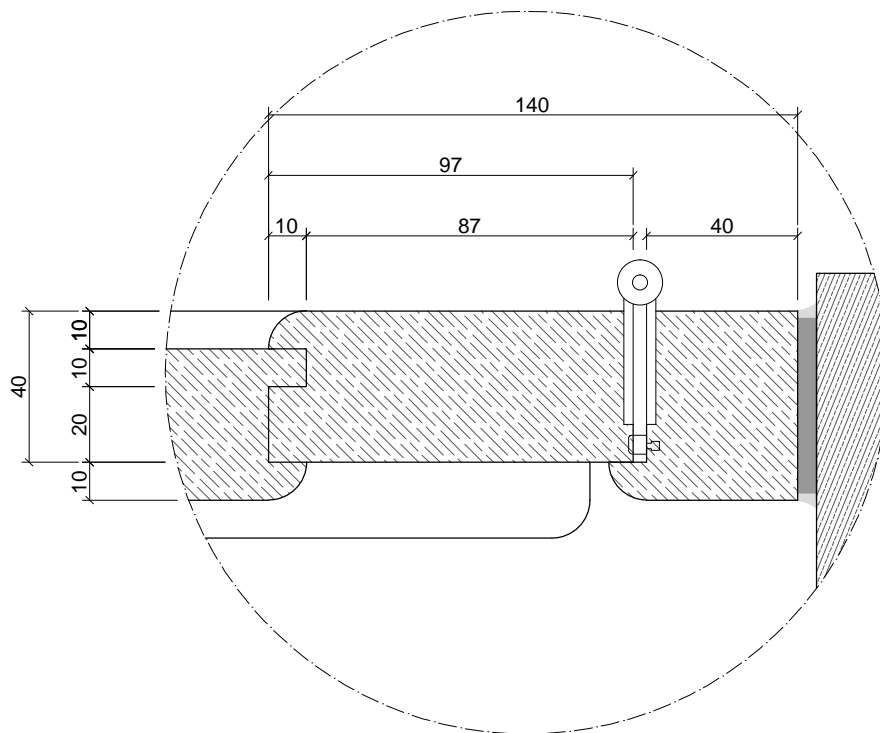
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp02



TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
 Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm3

Pormenor - P15; P16; P17

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
 unidades:

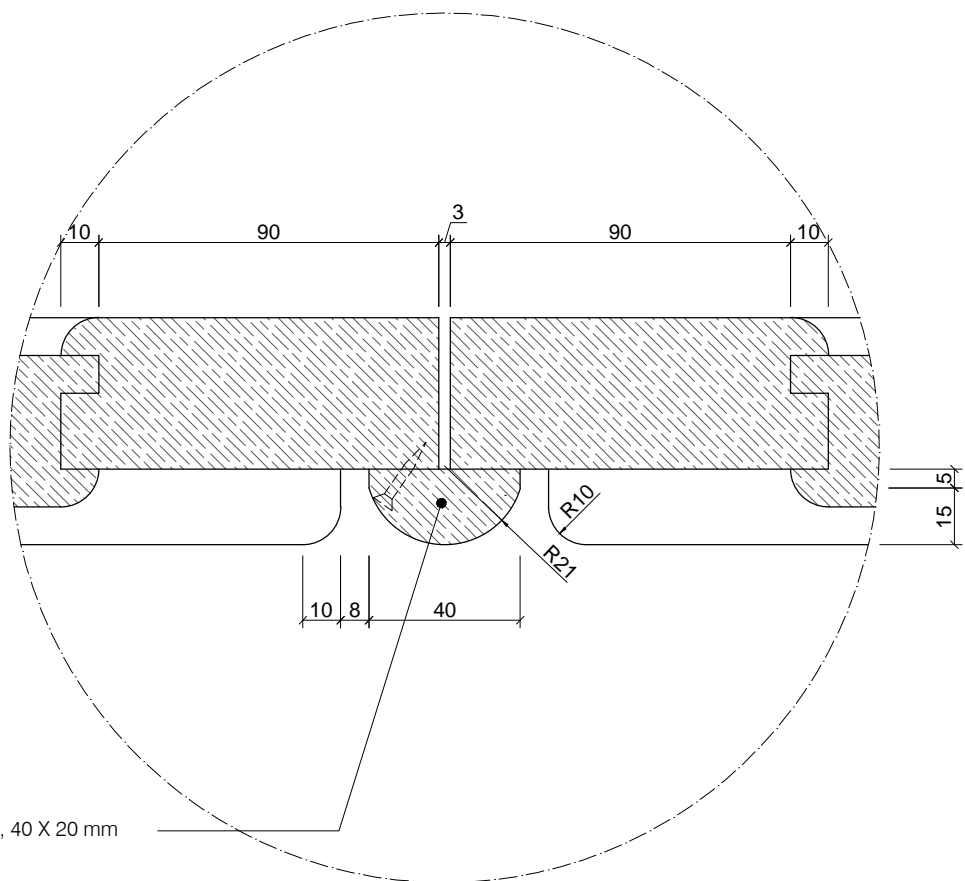
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp03



Régua de batente, 40 X 20 mm

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm4

Pormenor - P15; P16; P17

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

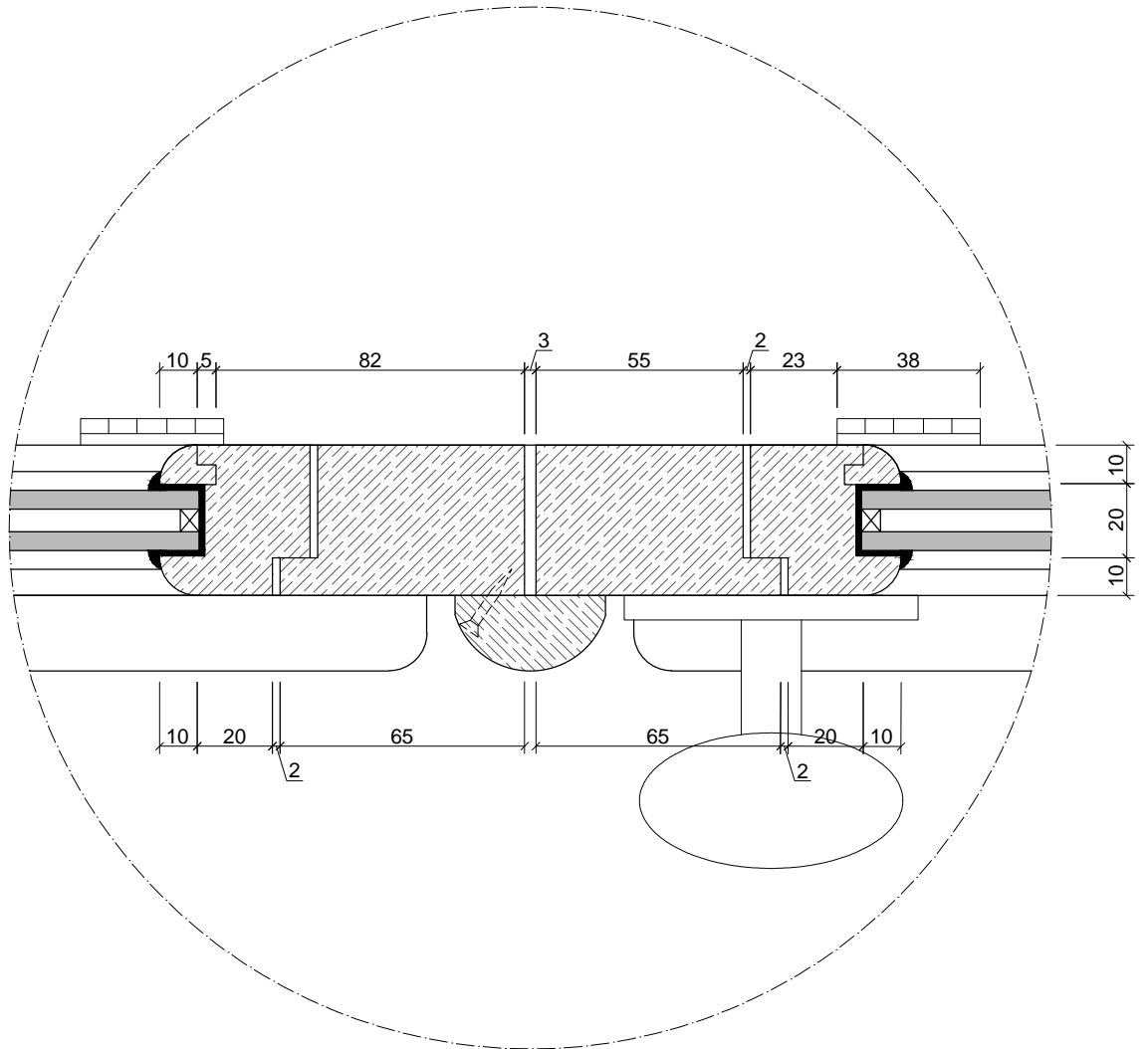
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp04



TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
 Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm5

Pormenor - P15; P16; P17

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
 unidades:

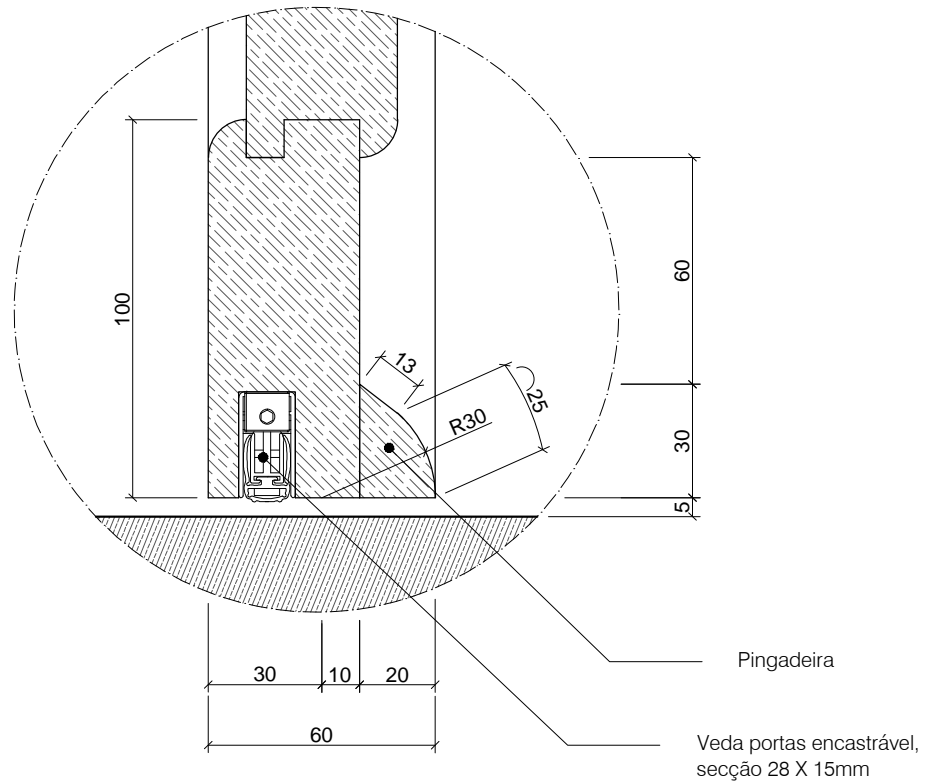
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp05



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm6

Pormenor - P15; P16; P17

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

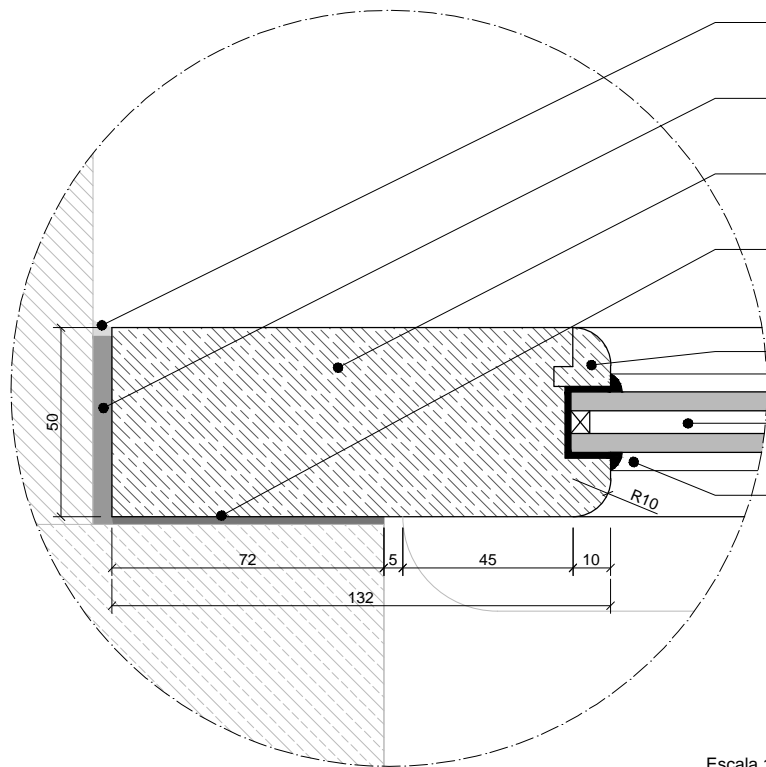
A4 mm

Escala:

1/2

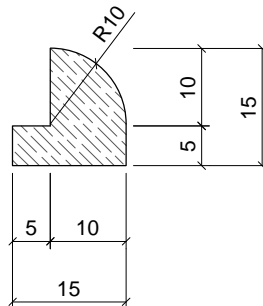
Desenho:

Vp06



- Selante polimérico ecológico
- Adesivo polimérico flexível ecológico
- Aro fixo
- Tela de proteção do encontro entre a madeira e a cantaria (máximo 2mm)
- Bite
- Vidro duplo incolor (5+6+5)
- Vedante para vidro duplo, caixa de 19 mm

Escala 1/2



Escala 1/1

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm7

Pormenor - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

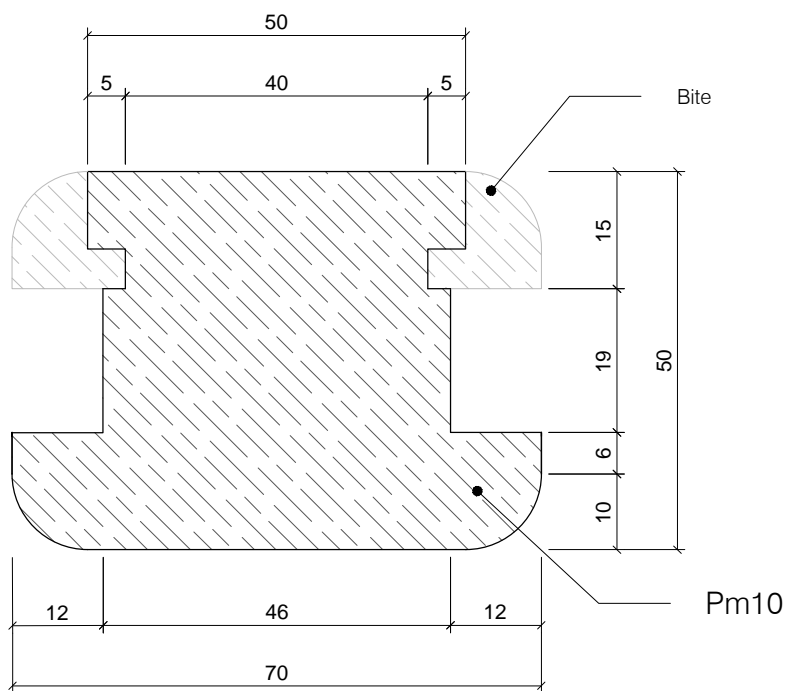
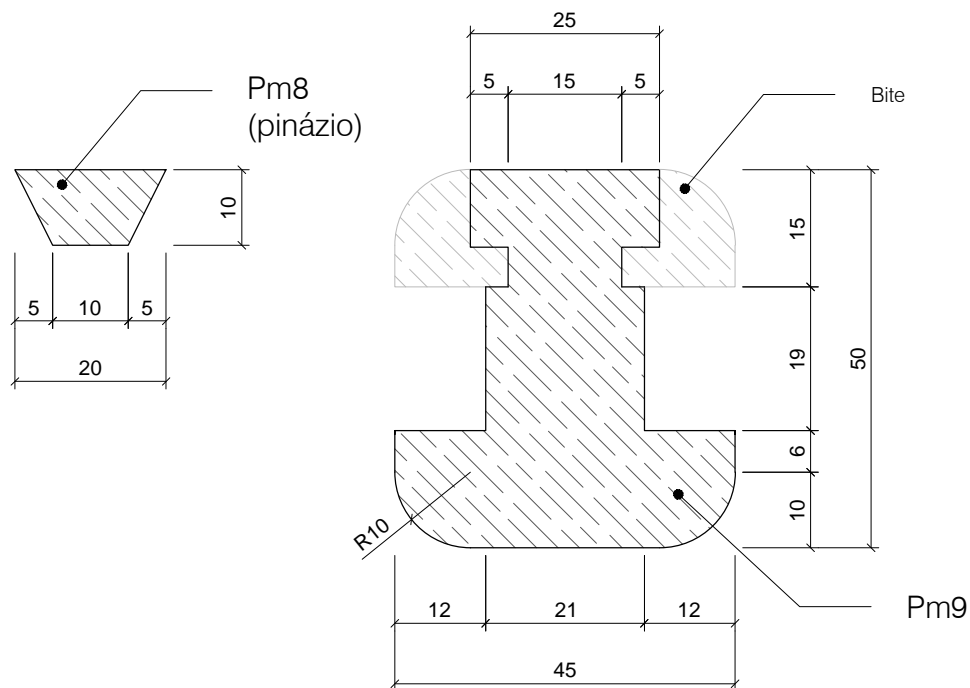
A4 mm

Escala:

1/2;1/1

Desenho:

Vp07



Obs: desenho do bite - ver folha Vp07

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a n^o33, Rua dos Chões n^o1, Travessa dos Chões n^o 3

Descrição:

Pm8; Pm9; Pm10

Pormenores - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

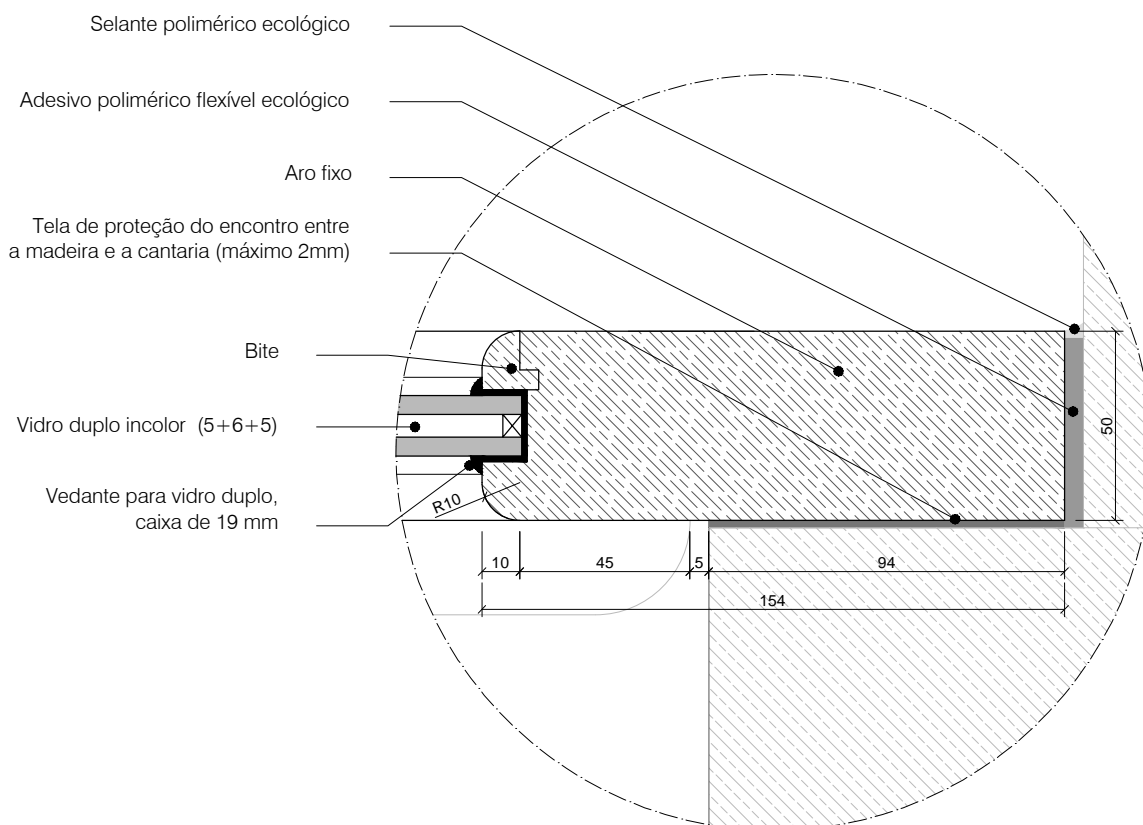
A4 mm

Escala:

1/1

Desenho:

Vp08



Obs: desenho do bite - ver folha Vp07

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm11

Pormenor - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

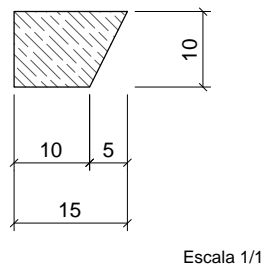
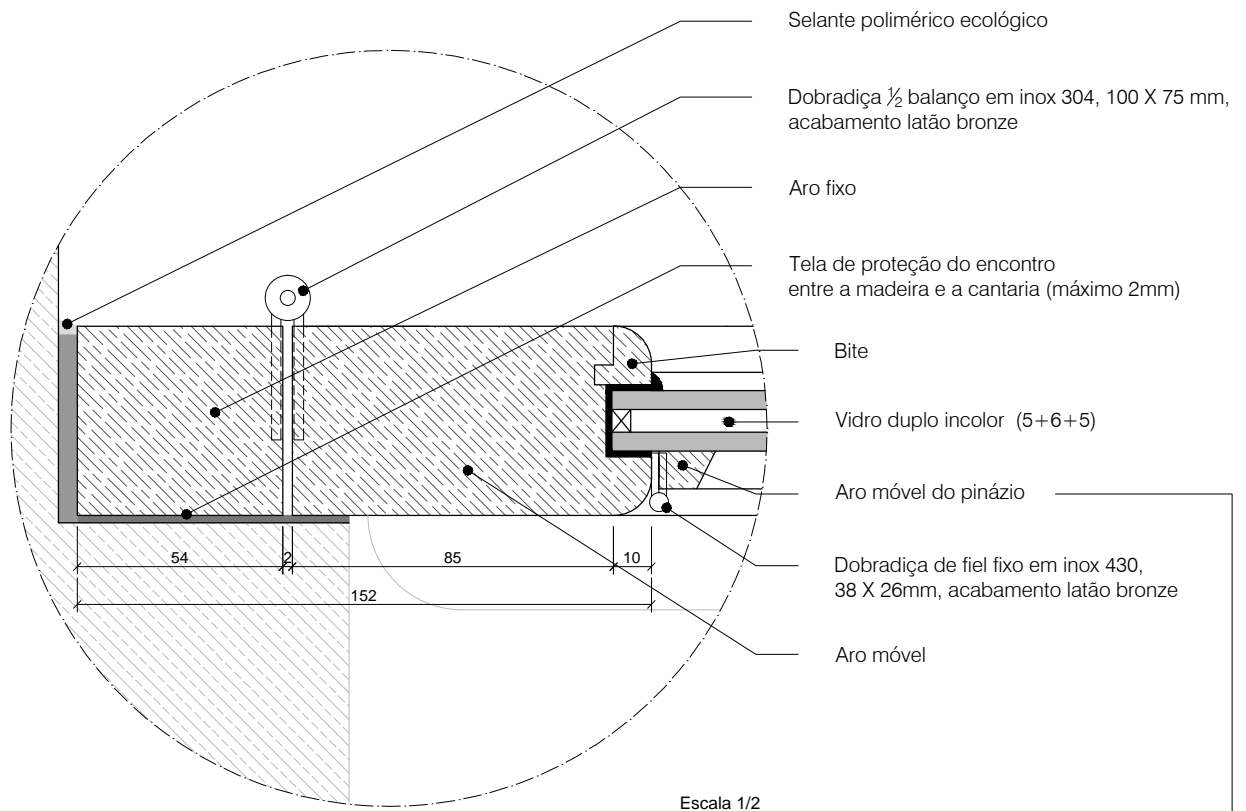
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp09



Obs: desenho do bite - ver folha Vp07

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Arquitetos

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm12

Pormenor - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

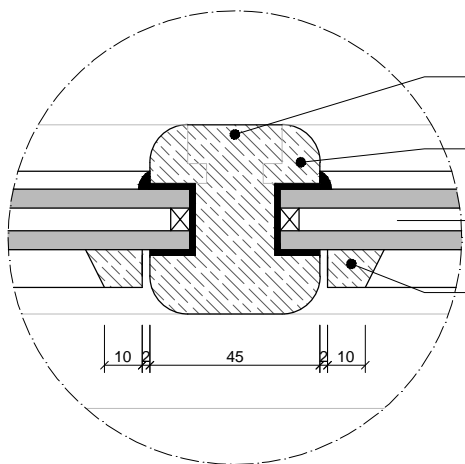
A4 mm

Escala:

1/2 ; 1/1

Desenho:

Vp10

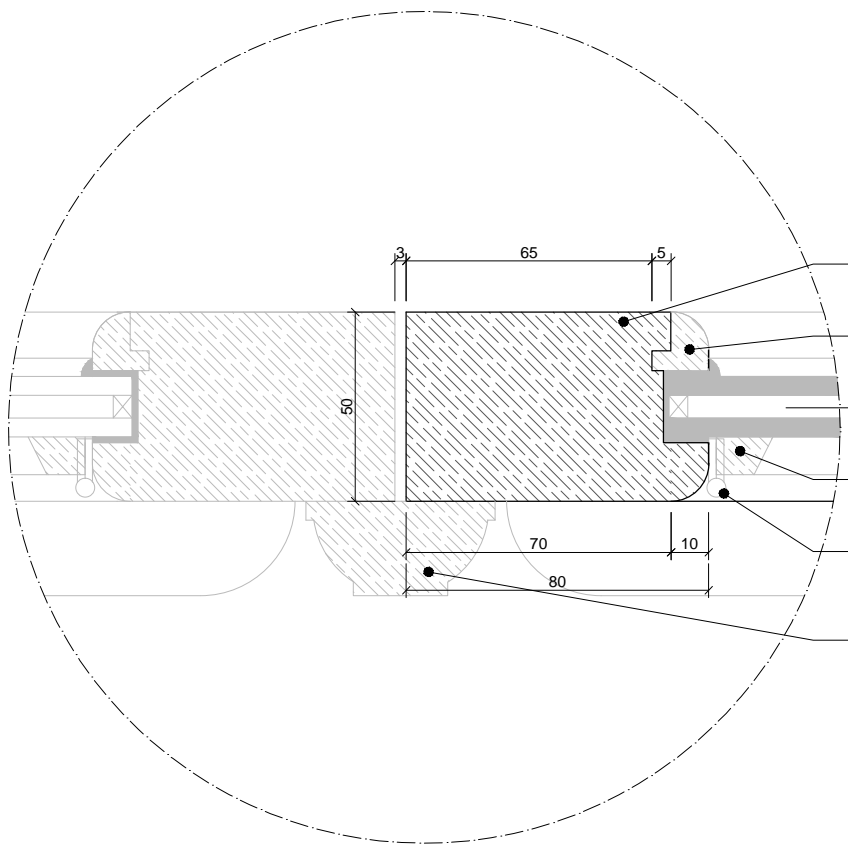


Montante central da folha

Bite

Vidro duplo incolor (5+6+5)

Aro móvel do pinázio



Aro móvel da folha

Bite

Vidro duplo incolor (5+6+5)

Aro móvel do pinázio

Dobradiça de fiel fixo em inox 430,
38 X 26mm, acabamento latão bronze

Régua de batente

Obs: desenho do bite - ver folha Vp07;
desenho do montante central da folha - ver Pm9 folha Vp08
desenho do aro móvel da grelha de pinázios - ver folha Vp10
desenho da régua de batente - ver folha Vp14

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm13; Pm14

Pormenores - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

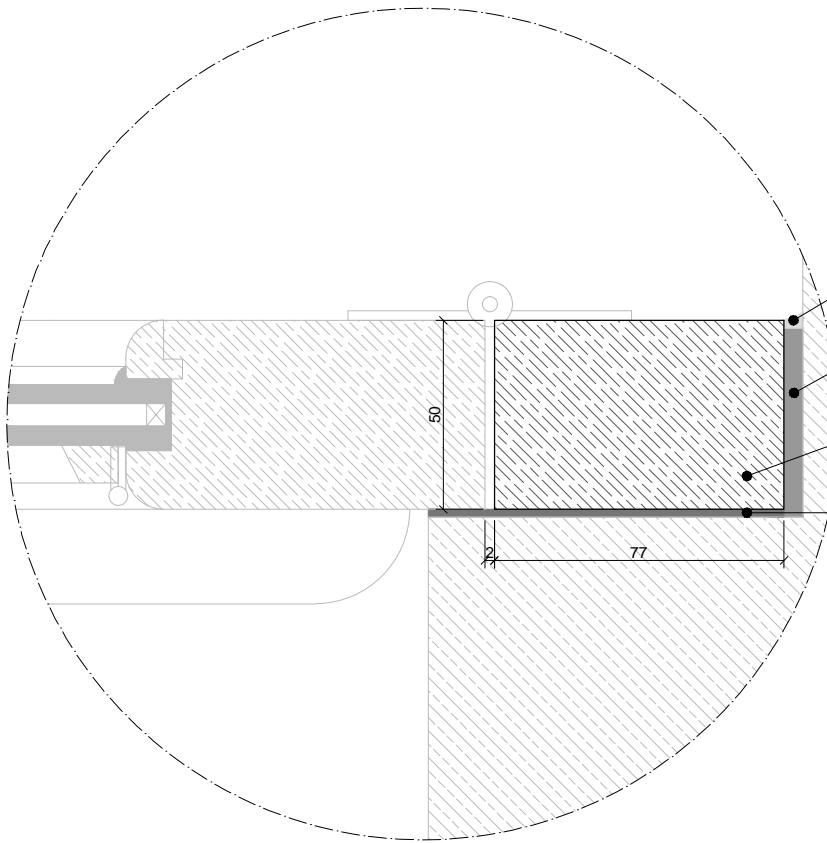
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp11



- Selante polimérico ecológico
- Adesivo polimérico flexível ecológico
- Aro fixo
- Tela de proteção do encontro entre a madeira e a cantaria (máximo 2mm)

Obs: aro móvel simétrico ao Pm12 - ver folha Vp10

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm15

Pormenor - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

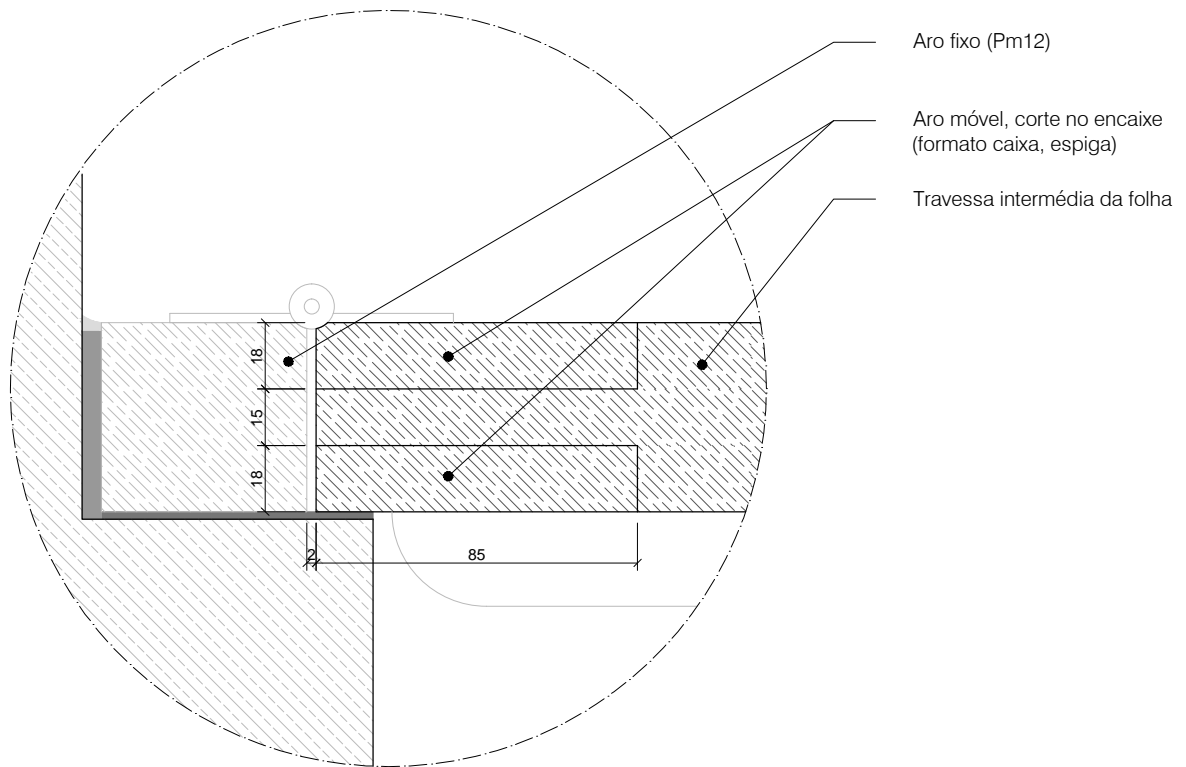
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp12



Obs: aro móvel simétrico ao Pm12 - ver folha Vp10

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm16

Pormenor - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

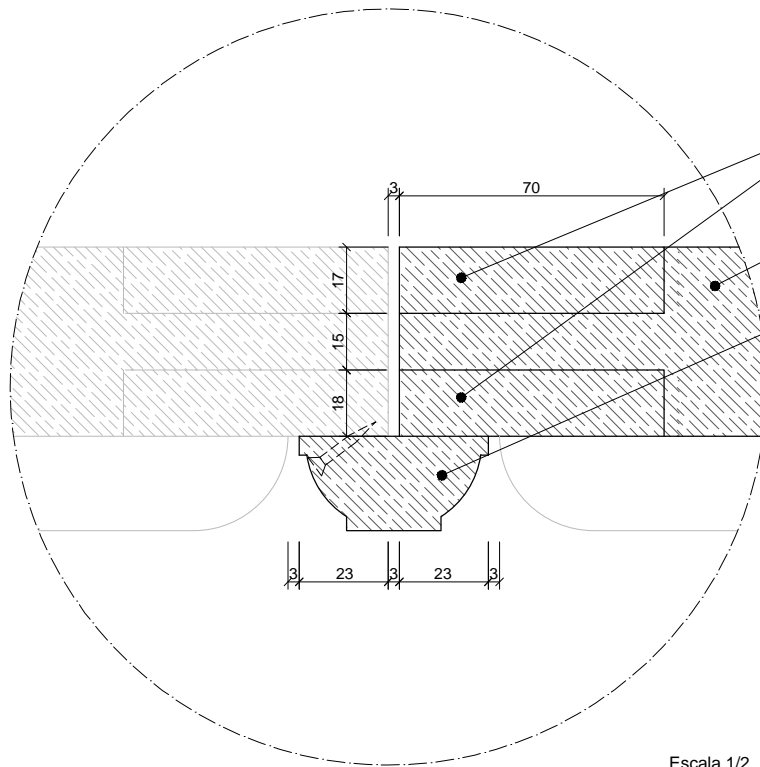
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp13

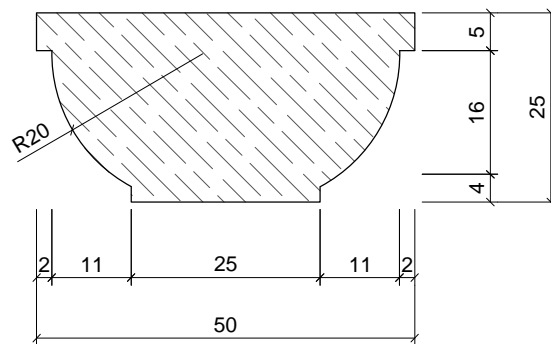


Aro móvel, corte no encaixe (formato caixa, espiga)

Travessa intermédia da folha

Régua do batente

Escala 1/2



Escala 1/1

TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm17

Pormenor - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

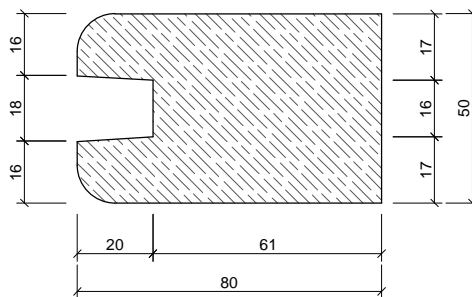
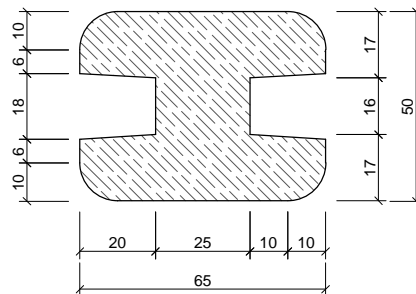
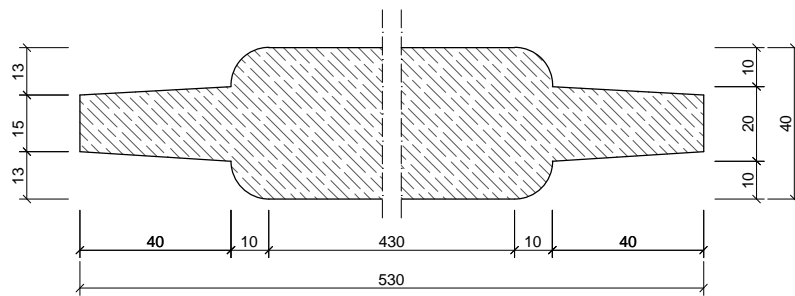
A4 mm

Escala:

1/2;1/1

Desenho:

Vp14



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm18; Pm19; Pm20

Pormenores - J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

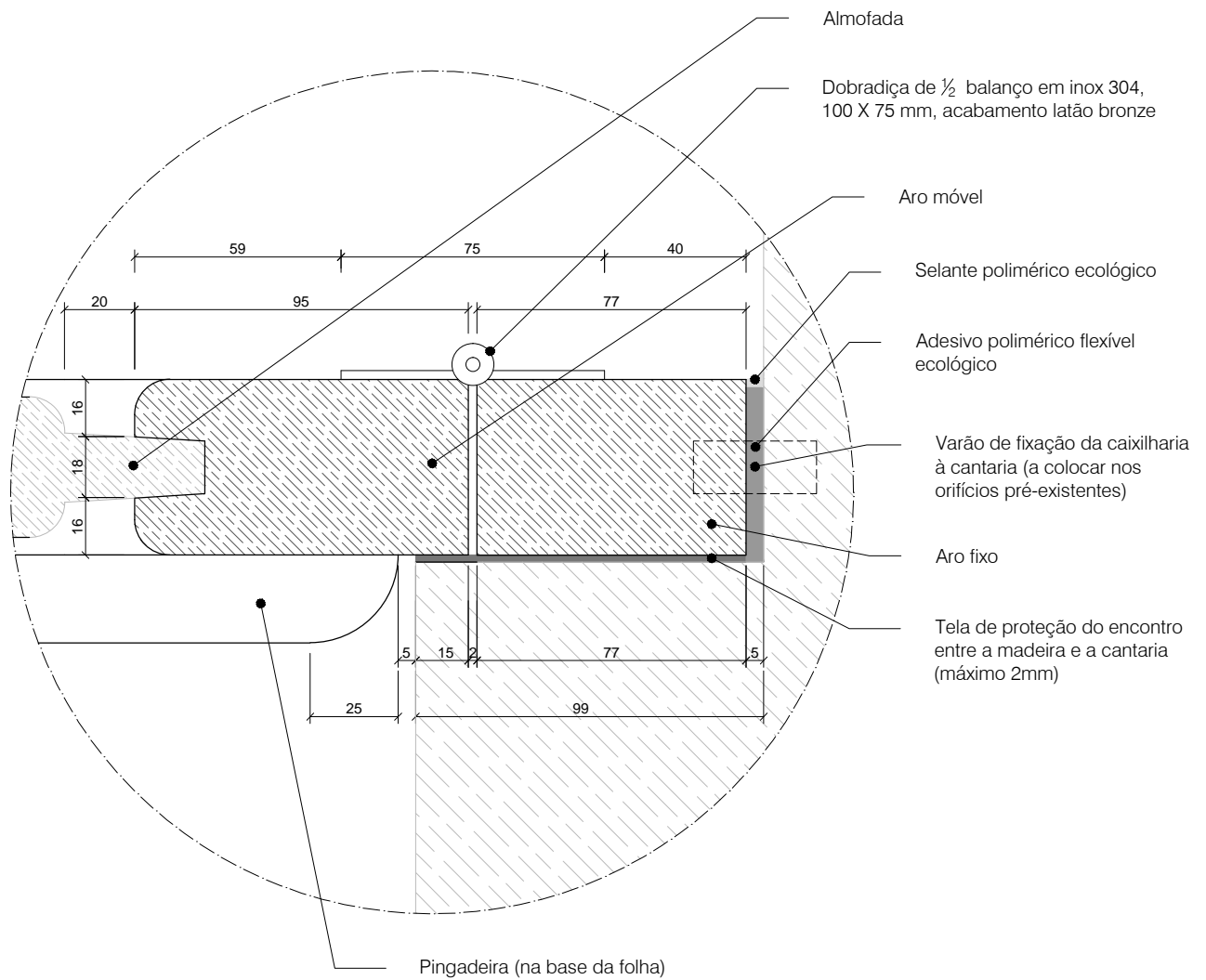
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp15



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



AMATO LUSITANO
Associação de Desenhadores

Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm21

Pormenor J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

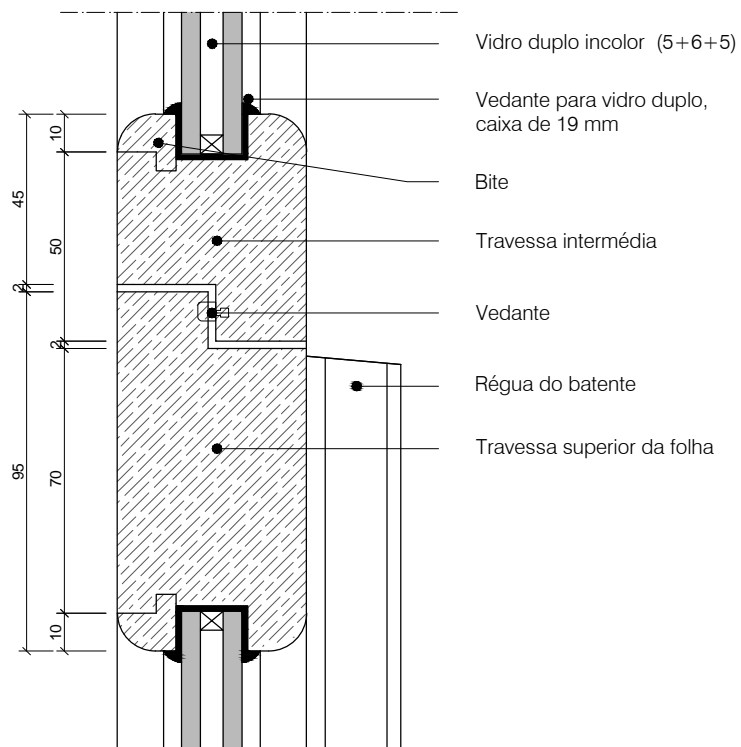
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp16



TF
 Teresa Furtado
 32006121
 MDI - 2013/2014



Projeto de reabilitação de interiores
 Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm22

Pormenor J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
 unidades:

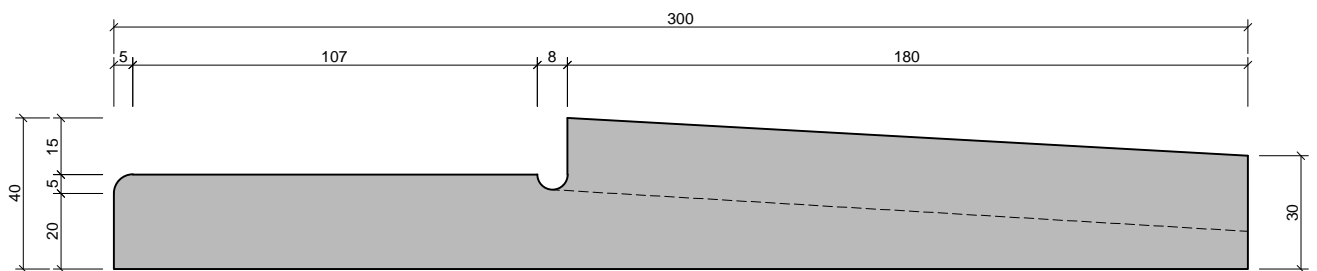
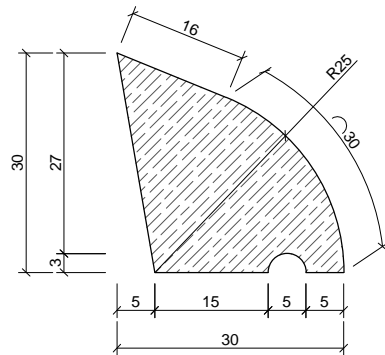
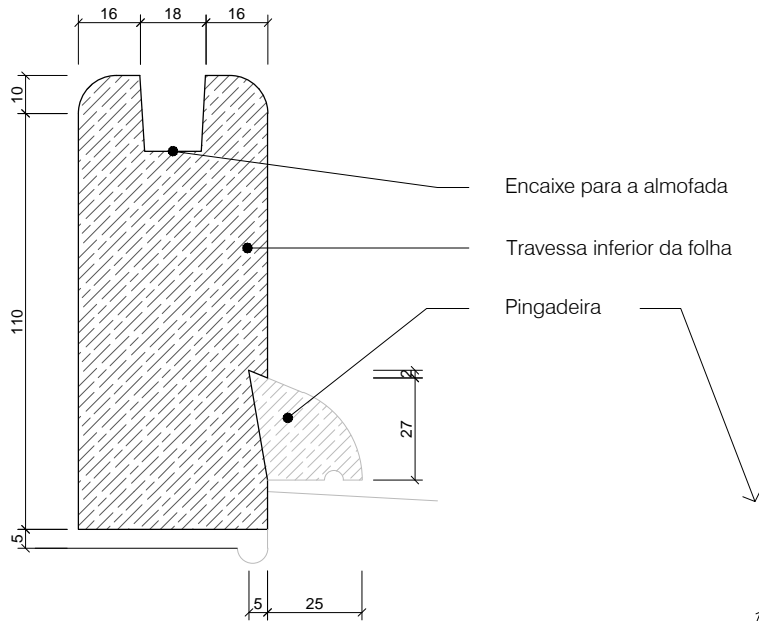
A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp17



TF
Teresa Furtado
32006121
MDI - 2013/2014



Projeto de reabilitação de interiores
Rua de Sta M^a nº33, Rua dos Chões nº1, Travessa dos Chões nº 3

Descrição:

Pm23; Pm24

Pormenores J6

Requerente:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Formato,
unidades:

A4 mm

Escala:

1/2

Desenho:

Vp18